
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Programa de Pós-Graduação
Mestrado em História

Valdirene Chitolina

**Interfaces da colonização do oeste catarinense: a antiga fazenda
Rodeio Bonito (1920-1954)**

Passo Fundo

2008

Valdirene Chitolina

**Interfaces da colonização do oeste catarinense: a antiga fazenda
Rodeio Bonito (1920-1954)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestra em História, sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo

2008

C543i Chitolina, Valdirene
Intrefaces da colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito (1920-1954) / Valdirne Chitolina. – 2008.
209 f.; 30cm.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2008.
Orientação: Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

1. Colonização – Santa Catarina – História. 2. Italianos – Santa Catarina. 3. Migração. I. Tedesco, João Carlos, Orientador.
II Título.

CDU 981.64

Ao meu irmão Gilson, que estará sempre comigo.
Ao meu esposo, Valberto, pelo amor incondicional.
Às minhas filhas, Vanessa e Beatriz, razão de tudo.
À minha mãe Donatila, pela dedicação.
Ao meu pai Narcibe, *in memoriam*.
Ao meu irmão Gerson e aos meus sobrinhos Raul,
Davi, Vitor, Gabriela e aos seus pais, pela alegria de
serem a minha família.

AGRADECIMENTO

Ao longo desses dois anos de mestrado vivi muitas emoções, simultâneas à experiência ímpar de escrever uma dissertação. Foram momentos em que o apoio dos familiares e dos amigos verdadeiros fez toda a diferença. Por isso sou muito grata:

Ao professor João Carlos Tedesco, meu orientador, pela confiança, pelo respeito, pela liberdade e pela forma como sempre me tratou.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – UPF, em destaque aos professores Adelar Heinsfeld, Aroldo Carvalho, Eduardo Svartman, Fernando Camargo, Janaina Santin, Mário Maestri e Tau Golin, pelas inigualáveis contribuições; à secretária Deise Poletto, pelo gentil atendimento; aos professores Artur César Isaia e Ana Luiza Reckziegel, pelas críticas e sugestões por ocasião da defesa.

Aos colegas de turma Marilei, Isabel, Rosangela, Caciana, Jaqueline, Carlos, Jonas, Alexandre, Pedro, Cláudio, Cassol, Hemerson, Luciano e Pimentel, pela amizade.

À Secretaria Municipal de Educação de Xaxim, principalmente à Iraci Barrionuevo; aos funcionários e alunos da Escola Básica Municipal Dom Bosco; aos funcionários da Casa da Cultura de Xaxim e da CELER – Faculdades, pelas manifestações de carinho e apoio.

Aos professores Fernando Tokarski, Fernanda Ben, Paulo Pagliari, Noeli Reali, Idianes Maioli, Renilda Vicenzi e Juçara Wolff, pelos olhares perspicazes neste trabalho.

Ao Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Ceom), a todas as pessoas entrevistadas, aos que me atenderam nas bibliotecas, nos arquivos, nas prefeituras, aos que me emprestaram fotografias e documentos, pela solidariedade.

Em especial ao Beto, pelo companheirismo, pelo patrocínio e pelo incentivo; às minhas filhas Vanessa e Beatriz, pelas alegrias proporcionadas nas intervenções nem sempre desejadas; à minha mãe Donatila, a melhor do mundo.

Aos que não foram mencionados, mas que contribuíram para a realização desta pesquisa, obrigada.

Fartamo-nos de tudo, menos de compreender.

Virgílio, poeta romano

RESUMO

Esta pesquisa investiga as interfaces da colonização do oeste catarinense, baseando-se no processo colonizador da antiga fazenda Rodeio Bonito, conduzido pela subcolonizadora Irmãos Lunardi, entre 1920 e 1954. Justifica-se por certo avanço na historiografia regional no que tange a formação territorial de Coronel Martins, Entre Rios, Galvão, Ipuacu, Jupiá, Lajeado Grande, Marema, São Domingos e Xaxim. A questão norteadora desta investigação, ancorando-se na história regional, ocupa-se das particularidades que envolveram a antiga fazenda Rodeio Bonito para mostrar as marcas identitárias que transcenderam o meramente geográfico e que envolveram o cultural, o econômico, o político e a historicidade de diferentes grupos sociais que se fixaram nessa região em decorrência do processo colonizador. Para tanto, faz-se uso da análise documental, bibliográfica e vale-se de memórias orais de caboclos e migrantes que protagonizaram esse processo. Objetiva diagnosticar as disputas territoriais; a organização sociocultural dos caboclos; a trajetória dos migrantes rio-grandenses para o oeste de Santa Catarina; a ação das colonizadoras; a reconstrução de espaços sociais, viários, econômicos, sanitários e domésticos dos migrantes nas novas terras; a operacionalização da Igreja Católica e do Estado no processo colonizador. Os resultados evidenciam que as disputas territoriais desencadearam a colonização oestina; que a postura do Estado e das companhias colonizadoras foi determinante para a apropriação das terras por parte dos migrantes sul-rio-grandenses, ao passo que, os caboclos foram lícita ou ilícitamente afastados das áreas que ocupavam; que a fazenda Rodeio Bonito, antiga propriedade da baronesa de Limeira, foi concedida pelo Estado à colonizadora Bertaso, Maia & Cia. como pagamento pela construção da estrada entre Passo dos Índios e Goio-En; em 1920, essa área foi vendida à subcolonizadora Irmãos Lunardi, a qual partiu para a colonização controlada, demarcando lotes destinados principalmente à policultura familiar e à exploração da madeira. Os compradores das terras eram essencialmente de Guaporé, Veranópolis, Antônio Prado, Getúlio Vargas e Fagundes Varela, no Rio Grande do Sul. Além disso, o estudo constata a operacionalização da Igreja Católica, dos educandários religiosos e do Estado na expansão da brasilidade e do catolicismo romanizado numa área que metaforicamente se transformou numa trincheira católica. De maneira singular, evidencia também a complexa teia de interesses das forças locais e regionais na evolução jurídico-administrativa de antiga fazenda Rodeio Bonito para município de Xaxim.

Palavras-chave: Caboclos. Colonização. Ítalos. Migração. Oeste. Fazenda Rodeio Bonito.

ABSTRACT

This study investigates the interfaces of colonization in the West of Santa Catarina state, based on the colonizing process of the old farm called Rodeio Bonito, conducted by the subcolonizer group Irmãos Lunardi from 1920 until 1954. It is justified due to advance in regional historiography regarding territorial formation of the cities of Coronel Martins, Entre Rios, Galvão, Ipuacu, Jupiá, Lajeado Grande, Marema, São Domingos and Xaxim. The leading question of this investigation, based on regional history, deals with the particularities involving the old farm Rodeio Bonito to show identity marks which have transcended the mere geographic and involved culture, economy, politics and historicity of different social groups which have settled in this region due to the colonizing process. For this, documental and bibliographic analyses are used, as well as the oral memories of the caboclos and migrants who took part in the process. It aims at diagnosing territorial disputes; sociocultural organization of the caboclos; the trajectory of “rio-grandenses” migrants to the West of Santa Catarina; the action of colonizers; reconstruction of social, economic, sanitary and domestic environments as well as the transporting system; the operation of the Catholic Church and of the State on the colonizing process. Results show territorial disputes originated the colonization to the West, the posture of State and colonizing companies has been determinant for land appropriation by the migrants, while the caboclos have been licitly or illicitly taken from their areas; the farm Rodeio Bonito, old property of the baroness of Limeira, has been given, by the State, to the colonizer Bertaso, Maia and Co. as payment for the construction of the road between Passo dos Índios and Goio-En; in 1920, this area was sold to subcolonizer group Irmãos Lunardi, which started the controlled colonization, demarcating shares, principally destined to family policulture and wood exploration. Land purchasers were essentially from the cities of Guaporé, Veranópolis, Antônio Prado, Getúlio Vargas and Fagundes Varela, all in the state of Rio Grande do Sul. Besides these, the study shows the act of the Catholic Church, of religious schools and of the State on the expansion of “brazility” and Romanizing Catholicism in an area which, metaphorically has been transformed into Catholic trench. In a singular way, it also evidences the complex web of interests of local and regional forces in the juridical-administrative evolution of the old farm Rodeio Bonito to the city of Xaxim.

Key-words: Caboclos. Colonization. Italian. Migration. West. Rodeio Bonito Farm.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Território em litígio entre Brasil e Argentina (1884)	23
Figura 2 - Planta das terras da colonizadora Bertaso.....	58
Figura 3 - Mapa da fazenda Rodeio Bonito (1920).....	68
Figura 4 - Área de terras da Irmãos Lunardi (Déc. 1930)	72
Figura 5 - Área repartida entre os irmãos Lunardi	73
Figura 6 - Família Cândido Negri e Maria Oliboni Negri (1910)	76
Figura 7 - Trabalhadores (15 dez. 1937)	81
Figura 8 - Abertura da estrada entre Chapecó e Xaxim [s.d.]	82
Figura 9 - Trecho de Cordilheira Alta, em obras mais avançadas [s.d.]	82
Figura 10 - Carroções com ternos de mulas (Déc. 1930)	86
Figura 11 - Caminhão Alfa-Romeu (Déc. 1950)	86
Figura 12 - Primeiro ônibus de Xaxim (1939)	90
Figura 13 - Ônibus. Chevrolet. (Déc. 1950)	90
Figura 14 - Balsa de toras de madeira (Déc. 1930)	93
Figura 15 - Porto de <i>San Borja</i> (Meados de 1950)	93
Figura 16 - Serraria em Pesqueiro do Meio, distrito de Xaxim (Déc. 1940)	96
Figura 17 - Primeiro moinho, distrito de Hercílio Luz (Déc. 1920)	102
Figura 18 - Moinho e Silo São João (1957)	102
Figura 19 - Soque de erva-mate (Déc. 1940)	103
Figura 20 - Caminhão carregado com ráidos de erva-mate e com os tarefeiros [s.d.]	103
Figura 21 - Frigorífico Diadema (1940)	106
Figura 22 - Instalações internas do frigorífico Diadema (Déc. 1930)	106
Figura 23 – Caminhões e funcionários (Déc. 1940)	106
Figura 24 - Residências na sede do distrito de Xaxim (Déc. 1930)	116
Figura 25 - Hotel Dal Bello (Déc. 1940)	116
Figura 26 - Caçada (Déc. 1940)	122

Figura 27 - Guarani Futebol Clube (Déc. 1950)	124
Figura 28 - Diadema (Déc 1954)	124
Figura 29 - Casa comercial da Irmãos Lunardi (1927).....	138
Figura 30 - Capela (1929)	139
Figura 31 - Capela (Déc. 1940)	140
Figura 32 - Panfleto eclesiástico (1947)	143
Figura 33 - Templo em construção (1948)	148
Figura 34 - Igreja matriz São Luiz Gonzaga, Xaxim (1980)	148
Figura 35 - Inauguração do Colégio Imaculado Coração de Maria (7 set. 1950)	154
Figura 36 - Escadaria principal do Colégio Imaculado Coração de Maria [s.d.]	154
Figura 37 - Município de Palmas, divisão administrativa catarinense (1907)	161
Figura 38 - Sede do distrito de Paz de Hercílio Luz (meados de 1930)	164
Figura 39 - Vila de Xaxim (1942)	166
Figura 40 - Lei de criação do município de Xaxim (6 ago. 1953)	176
Figura 41- Município de Xaxim (1954)	178
Figura 42- Cidade de Xaxim (1954)	179
Quadro 1 - Estrutura social (15-16 fev.1947)	144
Quadro 2 - Linearidade do processo jurídico-administrativo da antiga Rodeio Bonito.....	163
Quadro 3 - Estrutura social da Comissão Pró-Emancipação de Xaxim (1952)	173
Quadro 4 - Executivo xaxinense – primeira legislatura (3 out. 1954)	184
Quadro 5 - Candidatos à primeira legislatura de Xaxim (1954)	187
Quadro 6 - Composição da Câmara de Vereadores de Xaxim (3 out. 1954)	188
Tabela 1 - Veículos existentes no município de Xaxim (1957)	90
Tabela 2 - Estabelecimentos comerciais e industriais do distrito de Xaxim (1955)	107
Tabela 3 - População do distrito de Xaxim (1950)	180
Tabela 4 - Aglomerações urbanas do distrito de Xaxim (1950)	180

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 OESTE CATARINENSE: AS DISPUTAS TERRITORIAIS E A OCUPAÇÃO CABOCLA NA FAZENDA RODEIO BONITO	18
1.1 Enfim, o oeste	19
1.2 As disputas territoriais	22
1.2.1 A Questão de Palmas	22
1.2.2 A colônia militar de Chapecó	24
1.2.3 O Contestado	28
1.3 Os aliados em questão	30
1.4 Espaço e cultura cabocla	31
2 AS TRAJETÓRIAS DOS MIGRANTES NA COLONIZAÇÃO DA ANTIGA FAZENDA RODEIO BONITO	51
2.1 Rio Uruguai: elo de esperança	51
2.2 Terras devolutas	54
2.3 Colônias Velhas	55
2.4 Divisa que une	59
2.5 Lei de terras no contexto regional	59
2.6 Ações das colonizadoras	62
2.7 Fazenda Rodeio Bonito	65
2.8 Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi	68
2.9 Motivações da migração	73
3 RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO NA ANTIGA FAZENDA RODEIO BONITO	77
3.1 Picadas, vias carroçáveis e estradas	77

3.2 Exploração florestal	91
3.3 Agricultura, comércio e indústria	99
3.4 Artesanato: saberes e fazeres	108
3.5 Divisão desigual	110
3.6 Falquejar para construir	114
3.7 Subsistência familiar	119
3.8 O lazer na antiga Rodeio Bonito.....	123
3.9 Males e curas	129
4 A RELIGIÃO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO.....	132
4.1 O catolicismo popular e o oficial.....	133
4.2 Capela, igreja e paróquia	137
4.3 Igreja matriz.....	141
4.4 Cultivo da fé	149
4.5 Colonização e educação.....	151
4.6 Singelos recursos	155
5 A FORMAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DA ANTIGA FAZENDA	
RODEIO BONITO E OS COLONIZADORES	158
5.1 Passo do Xaxim	159
5.2 Ocupação territorial	160
5.3 Formação jurídico-administrativa	162
5.3.1 De distrito de Paz de Hercílio Luz a distrito de Xaxim.....	163
5.3.2 Sede do distrito de Xaxim	166
5.3.3 Distrito de Xaxim como parte do Território do Iguaçu	167
5.4 Movimento emancipacionista.....	172
5.5 Autonomia política	177
5.6 Formação partidária.....	181
5.7 Colonizadores no Executivo.....	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
CRONOLOGIA	197
FONTES DE PESQUISA.....	199

INTRODUÇÃO

Desenvolvido na linha de pesquisa “Espaço, economia e sociedade”, *Interfaces da colonização do oeste catarinense: a antiga fazenda Rodeio Bonito (1920-1954)*, é um estudo que tem como objetivo central analisar o processo de colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito, conduzido a partir de 1920 pela subcolonizadora Irmãos Lunardi. Esta área compreendia, no passado, o “Velho Xaxim”, atualmente desmembrado nos municípios de Coronel Martins, Entre Rios, Ipuçu,¹ Galvão, Jupiá, Lajeado Grande, Marema e São Domingos.²

O assunto colonização da fazenda Rodeio Bonito, num prisma geral, possui muitas semelhanças com outros projetos colonizadores ocorridos na região oeste. Do ponto de vista singular do tema, abordam-se aspectos do horizonte cultural, social, econômico, político e religioso do caboclo e do migrante sul-rio-grandense, os quais serviram como elementos orientadores das esferas do trabalho, da família, do lazer, entre outros.

O recorte cronológico analisado é de 1920 a 1954: 1920, porque se refere ao ano de aquisição da fazenda Rodeio Bonito pela Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, tratada na pesquisa como subcolonizadora Irmãos Lunardi; 1954, porque assinala o desmembramento do distrito de Xaxim do “Velho Chapecó”.

Na segunda década do século XX, as terras da região oeste recentemente haviam sido legalizadas por medidas administrativas do governo catarinense, o que possibilitou um esquema denominado na literatura de “colonização”, por meio da posse efetiva das terras e da exploração potencializadas de seus recursos.

¹ Somente uma parte da área do município de Ipuçu pertencia à antiga fazenda Rodeio Bonito, a parcela desmembrada do município de Marema. “Art. 1º Fica criado o Município de Ipuçu, desmembrado do Município de Abelardo Luz, constituído pela área territorial do distrito de mesmo nome e parte dos Municípios de Xanxerê e Marema. In: SANTA CATARINA. Lei nº 8.531, de 30 de março de 1992. Disponível em: <http://pt.wikisource.org/wiki/Lei_Estadual_de_Santa_Catarina_8561_de_1992>. Acesso em: 2 fev. 2008.

² De 1933 a 1953 figura o distrito São Domingos no município de Chapecó. É transferido para o município de Xaxim em 1953. In: IBGE *from* Santa Catarina: Banco de dados. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/saodomingos.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2008.

A colonização da fazenda Rodeio Bonito não foi um fato isolado na região oeste. Vivia-se uma onda colonizadora, inaugurada informalmente em 1908, em razão da construção do trecho catarinense da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, mas oficializada em 1916, com a assinatura do acordo sobre a Questão do Contestado.

Portanto, este estudo justifica-se por proporcionar certo avanço no campo historiográfico do oeste de Santa Catarina, possibilitando a compreensão do processo de colonização de uma área que abrange atualmente nove municípios da região. Para alcançar as metas da pesquisa foram lançados olhares às disputas territoriais que envolveram o oeste catarinense e ao grupo social dos caboclos, há décadas estabelecidos nesse recorte geográfico.

Pretende-se, ainda, evidenciar o movimento migratório dos descendentes de europeus que nas primeiras décadas do século XX cruzaram a divisa do Rio Grande do Sul em direção ao oeste de Santa Catarina, mobilizados por ações do Estado, da Igreja e das companhias colonizadoras. Para compreender as dimensões simbólicas de um espaço social, aborda-se a linearidade picada, via carroçável e estrada, com o propósito de perceber a construção do espaço viário como resultado da materialização do progresso econômico de uma região há séculos desassistida pelo Estado.

Discorre-se sobre as tecnologias empreendidas na exploração da flora regional, com o objetivo de associar ao fenômeno colonizador as dimensões econômicas e políticas fomentadas pelas especulações em torno das riquezas naturais da região. Também, se relacionam os processos de instalação da agricultura familiar, do artesanato, do comércio, da indústria, da construção de moradias, das formas de lazer e da área da saúde com o fenômeno colonizador ocorrido na antiga fazenda Rodeio Bonito.

Acrescenta-se o objetivo de discutir a proposta republicana ensejada pelo Estado de disseminar a nacionalização no sul do país, região etnicamente plural. Observa-se, ainda, a proposta clerical de oficializar o catolicismo romanizado na fazenda Rodeio Bonito, colonizada principalmente pelo grupo étnico confessional de ítalo-católicos. Por fim, o trabalho aborda, de maneira singular, a evolução jurídico-administrativa de antiga fazenda para município, deixando explícita a complexa teia de interesses dos colonizadores, industriais, madeireiros, comerciantes e outros estratos sociais da população envolvidos no processo emancipacionista do “Velho Xaxim”.

Para alcançar esses propósitos o trabalho divide-se em cinco capítulos. O primeiro “Oeste: as disputas territoriais e a ocupação cabocla na fazenda Rodeio Bonito”, retrocede no tempo para contemplar as disputas territoriais que envolveram o primitivo oeste de Santa Catarina; caracteriza o período das contendas internacionais e nacionais pelo direito à posse

das terras da região e tem como proposta situar o período inicial do processo colonizador oesteiro desencadeado a partir das primeiras décadas do século XX.

Neste mesmo capítulo abordam-se aspectos socioculturais dos caboclos. Diante da efetivação dos projetos colonizadores no oeste, essa categoria (caboclos) presenciou profundas mudanças no seu modo de viver configuradas com a colonização, que empreendeu projetos do Estado, da Igreja e das companhias colonizadoras, tais como nacionalizar, catequizar e modernizar uma região até então ignorada pelas políticas públicas.

O objetivo do segundo capítulo, “As trajetórias dos migrantes na colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito” é mencionar o percurso empreendido pelos migrantes sul-rio-grandenses no início do século XX em direção ao oeste catarinense. De maneira singular, analisam-se as leis de terras no contexto regional, a ação das colonizadoras, a territorialidade da fazenda Rodeio Bonito e a formação da Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi.

O terceiro capítulo, “Reconstrução do espaço na antiga fazenda Rodeio Bonito”, trata das experiências cotidianas ligadas aos espaços viários, econômicos, domésticos e na área da saúde, referindo-se, sobretudo, aos migrantes sul-rio-grandenses.

Em “A religião e educação no contexto da colonização”, quarto capítulo, evidencia-se como as elites políticas e econômicas, representadas essencialmente pelos colonizadores, operacionalizaram os propósitos da Igreja Católica e do Estado de efetivar no oeste a brasilidade e o catolicismo romanizado, utilizando como principais veículos os educandários religiosos.

O último capítulo, “A formação jurídico-administrativa da antiga fazenda Rodeio Bonito” e os colonizadores, é dedicado ao estudo do processo emancipacionista do recorte geográfico estabelecido. Descreve-se a trajetória empreendida pelos colonizadores desde a aquisição da fazenda até a constituição da área em município e faz-se uma análise da estrutura social da elite política envolvida no processo emancipacionista e de suas correlações com poderes regionais, estaduais e nacionais. Neste trabalho “o termo elite é empregado num sentido amplo e descritivo, com referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o topo de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos”.³

A questão norteadora desta investigação, ancorando-se na história regional, ocupa-se das particularidades que envolveram a antiga fazenda Rodeio Bonito para mostrar as marcas identitárias que transcenderam o meramente geográfico e que envolveram o cultural, o

³ HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. *Logos*- revista de divulgação científica, Canoas: Ulbra, maio 1999. p. 42.

econômico, o político e a historicidade de diferentes grupos sociais que se fixaram nessa região em decorrência do processo colonizador.

Com o propósito de processar as informações sobre a problematização, adotaram-se como meios técnicos a pesquisa bibliográfica, documental e a história oral. Quanto à natureza da pesquisa, combinam-se as modalidades quanti-quali, prevalecendo a qualitativa, mas há situações em que a quantitativa também enriquece o texto por meio de análises estatísticas.

As principais fontes documentais utilizadas foram acessadas nos acervos da Casa da Cultura de Xaxim, da Justiça Eleitoral de Chapecó, da Justiça Eleitoral de Xaxim, da Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó e de Xaxim, da Escola de Educação Básica Gomes Carneiro de Xaxim e da Prefeitura de Xaxim.

Ainda foram utilizados documentos de particulares, do arquivo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, de Chapecó, do arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Florianópolis, da Biblioteca Pública de Xaxim, do livro de tomo da paróquia São Luiz Gonzaga de Xaxim, memórias orais, fotografias, mapas, periódicos, bibliografias, informações obtidas via internet e dados do censo demográfico.

Em relação à documentação da subcolonizadora Irmãos Lunardi, localizaram-se no acervo do Ceom/Unochapecó vários mapas da fazenda Rodeio Bonito; outros documentos foram disponibilizados por Rui Longhi,⁴ residente em Passo Fundo. As atas sobre o processo emancipacionista do distrito de Xaxim, que se encontram de posse de Carlos Alberto Dal Bello,⁵ residente em Xaxim, também foram fundamentais para a pesquisa.

Acrescenta-se que a história oral possibilitou a recuperação de informações sobre muitas experiências vividas por caboclos e por migrantes no processo colonizador da fazenda Rodeio Bonito. Por meio das entrevistas foi possível compreender e representar situações, fatos, cenários e atores que protagonizaram a colonização dessa área.

Alessandro Portelli, em obra de 1987, refere-se à história oral como uma ciência e uma arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, pelo diálogo com pessoas sobre a experiência e memória individuais em razão do impacto que estas tiveram na vida de cada uma.⁶ Segundo o mesmo autor, “não são exclusivamente os

⁴ Rui Longhi, casado com Jurema Lunardi, filha de Luiz Lunardi.

⁵ Carlos Alberto Dal Bello tem um grau de parentesco distante com Luiz Lunardi.

⁶ Cf. PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho*: algumas reflexões sobre a ética na história oral. PUC, São Paulo, v. 1, n. 15, p. 1-293, abr. 1997, p. 14.

santos, os heróis, os tiranos – ou as vítimas, os transgressores, os artistas – que produzem impacto. Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial [...]”.⁷

Com base no pensamento de Portelli, por meio da história oral destacam-se memórias orais coletadas na década de 1980 por Cláudio Orso, Eduardo Lunardi, Lademir Dall Inha e Maria de Oliveira. Esse material se constituiu em fonte primária por contemplar uma temporalidade impossível de ser recuperada com entrevistas contemporâneas.

Foram valorizadas outras memórias orais, coletadas por Arlene Renk e Rosangela Zanco Fontana e cedidas pelo Ceom, por fornecerem detalhes historiográficos sobre os caboclos e os migrantes, as quais complementaram as fontes escritas. Outras entrevistas foram realizadas com o intuito de esclarecer situações não elucidadas pela documentação.

As entrevistas foram direcionadas aos caboclos e migrantes, numa amostra composta por 34 habitantes da antiga fazenda Rodeio Bonito. A faixa etária dos entrevistados variou de 60 a 100 anos de idade. A coleta consistiu de perguntas que contemplaram uma mescla de questões socioculturais, cujas respostas foram sistematizadas num quadro, para, após analisá-las, descrevê-las ao longo da pesquisa.

Algumas vezes, simples registros no livro de tombo da igreja matriz de Xaxim, panfletos, atas ou jornais possibilitaram, em conjunto com outras fontes, a compreensão da problematização da pesquisa.

Além disso, para reconstruir o objeto da pesquisa, a fotografia também é utilizada, não como uma comprovação última da realidade, mas, como parte dela. Esta fonte, de acordo com Pierre Francastel, “é sempre demarcada pelos valores de uma determinada época ou cultura, pertence à cadeia de percepções onde está inserida. A imagem figurativa é uma percepção aberta e polivalente”.⁸ Segundo Maria Eliza Borges, “longe de ser um documento neutro, a fotografia cria novas formas de documentar a vida em sociedade, como também cria verdades a partir de fantasias do imaginário quase sempre produzidas por frações da classe dominante”.⁹

Por meio do acervo fotográfico localizado entre os migrantes ou daquele disponibilizado pela Casa da Cultura de Xaxim, foi possível mostrar neste trabalho atores, seqüências temporais, memórias de lugares, de espaços vividos e repletos de significados. Enfim, a fotografia possibilitou a representação de traços do mundo material e cultural das comunidades que se formaram na área da antiga fazenda Rodeio Bonito.

⁷ PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho...* 1997, p. 15.

⁸ FRANCASTEL, Pierre. *Imagem, visão e imaginação*. Lisboa: Presença, 1983, p. 50.

⁹ BORGES, Maria Eliza Linhares *História e fotografia*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Vale salientar que este estudo apresenta limitações, algumas apontadas no decorrer da pesquisa; outras, como as representações socioculturais dos caboclos, visualizadas em registro distinto, dando a entender que essas pessoas fazem parte de um passado remoto na história oestina. Na verdade, os caboclos (de matriz indígena, afro, platina, europeia, além de outras), assim como os indígenas que os precederam na ocupação desse espaço geográfico, conviveram com os migrantes no período da colonização.

A antiga fazenda Rodeio Bonito vivenciou um processo político que marcou a ascensão dos colonizadores ao poder, como está registrado no último capítulo desta dissertação. Contudo, por necessidade de compreensão e por falta de bibliografia sobre o assunto, foi o primeiro a ser escrito, razão que justifica a repetição de algumas abordagens feitas nos capítulos anteriores.

Concordando com as idéias de Erik Hobsbawm, alerta-se que “os leitores não devem se deixar induzir pelo tom confiante da literatura (incluindo minhas próprias observações) e confundir opiniões com verdades estabelecidas”,¹⁰ porque a história é sempre provisória, dependendo das fontes, da sensibilidade e do olhar do historiador num dado momento. O passado já está posto, mas representá-lo é tarefa sempre incompleta e inacabada.

¹⁰ HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: um breve século XX (1914-1991)*. Trad. de Marcos Santa Rita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 581.

1 OESTE CATARINENSE: AS DISPUTAS TERRITORIAIS E A OCUPAÇÃO CABOCLA NA FAZENDA RODEIO BONITO

No processo histórico da região oeste de Santa Catarina as disputas territoriais e a ocupação cabocla, temas estudados neste capítulo, estão indissociavelmente interligadas à colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito, objeto central desta pesquisa. Portanto, apesar da existência de diversos trabalhos que sintetizam essas conexões, optou-se por dar uma visão panorâmica do assunto.

Para possibilitar essa visão, o capítulo divide-se em duas partes, que, congregadas, revelam algumas das múltiplas faces do passado oestino. Na primeira parte, discorre-se sobre o complexo processo de demarcação dos limites, das divisas e das fronteiras nacionais, ocorrido em diferentes períodos na região oeste. Essas contendas ocasionaram uma nova forma de povoamento regional programada pelo Estado, pelas colonizadoras e por empresas privadas que buscavam fabulosos lucros.

É nesse sentido que, nas primeiras décadas do século XX, o oeste catarinense, já habitado por indígenas (Kaingan, Xokleng e Guarani) e por caboclos, recebeu, austríacos, poloneses, alemães e, em maior número, descendentes de italianos, migrados principalmente, do Rio Grande do Sul, ou seja, foi efetivamente “colonizado”, utilizando um termo da literatura nacional.

O assunto acerca das disputas pela região localizada entre os rios Peperi-Guaçu e Chapecó, que compreende o atual oeste de Santa Catarina, é importante no conjunto da pesquisa porque foi em razão desses desdobramentos que o território se constituiu como espaço verdadeiramente brasileiro e catarinense.

A segunda parte do capítulo aborda aspectos socioculturais dos indivíduos que foram alijados nas perspectivas do Estado, das colonizadoras e da iniciativa privada, quando se legalizaram juridicamente as terras na região oeste: os caboclos.

Em virtude da colonização, a categoria social dos caboclos passou por profundas transformações, as quais acarretaram alterações de muitos aspectos do seu modo de viver, então configurado sob as forças decorrentes do sistema capitalista que estava se enraizando na região. Os temas são aqui interpretados com base em fontes bibliográficas e orais para se compreender um “passado que, direta ou indiretamente, se relaciona com o presente”.¹¹

1.1 Enfim, o oeste

No transcurso da década de 1920, o termo “oeste catarinense” passou a ser utilizado, mais especificamente, depois do acordo de divisas entre Santa Catarina e Paraná, celebrado em 1916. Por causa desse fato, a região efetivamente passou para o domínio catarinense.

Conforme estudos realizados por Walter Piazza, Juracilda Veiga, Jaci Poli, Arthur Ferreira da Costa, além de outros autores, durante os períodos Colonial, Imperial e Republicano a região recebeu várias denominações nos mapas espanhóis e portugueses: “espanhóis confinantes”, “terra de ninguém”, “sertão desconhecido”, “campos ou terras dos Biturunas”,¹² “índios coroados”,¹³ “campos de Palmas”, entre outros.

Nesse sentido, à toponímia é um indicador de como, na fase anterior à colonização, estabeleciam-se laços entre a ocupação dos indígenas e a espanhola. De fato, são dezenas de cidades do oeste catarinense cujos nomes – Xaxim, Xanxerê, Chapecó – derivam da língua dos indígenas, que há muito tempo habitavam a região.

A política e a economia de Santa Catarina, desde a conquista do Brasil por Portugal, estiveram voltadas para o Litoral. “Para compreender o afastamento do oeste em relação a Santa Catarina, é só observar o fato que o primeiro presidente¹⁴ do Estado a visitar a região foi Adolfo Konder, em 1929, muito tempo depois de ter sido conquistada pelos catarinenses.”¹⁵ Ao lançar olhares às obras produzidas pelos cronistas que participaram da expedição intitulada “Bandeira Konder”, evidencia-se o abandono em que vivia o oeste em relação ao litoral, nas primeiras décadas do século XX (há autores de discordam dessa colocação).

¹¹ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. Trad. de Lóio L. De Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 26.

¹² PIAZZA, Walter Ferreira. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: UFSC, Lunardelli, 1983, p. 104 - 105.

¹³ VEIGA, Juracilda. Revisão bibliográfica crítica sobre: organização social caingang. In: Centro de Organização Sócio-Cultural do Oeste. *Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de Ceom*. Chapecó: Unoesc, 1995. p. 191.

¹⁴ Equivale ao cargo de governador na atualidade.

¹⁵ POLI, Jaci. *Caboclo: pioneirismo e marginalização*. In: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste: *20 anos de memórias e história no oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Unochapecó, 2006, p. 169.

A comitiva governamental percorreu três mil quilômetros desde o litoral, passando pelo extremo oeste, até a fronteira com a Argentina, “feito em estrada de ferro, automóvel, lancha e no lombo de burros, no período de trinta dias consecutivos [...]”.¹⁶ O objetivo era reconhecer efetivamente o interior do estado, imprimindo simbolicamente a força pública e governamental e garantindo, assim, a posse da vasta região para o Brasil, a despeito de recentes disputas fronteiriças com a Argentina.

Arthur Ferreira da Costa participou da “Bandeira Konder” e assim escreveu sobre a viagem: “Também agora se fizeram conquistas, senão de terras, pelo menos de populações brasílicas que estavam se desnacionalizando, pelo abandono completo em que viviam sem comunicação com a nossa pátria e totalmente alheadas da comunhão nacional.”¹⁷ A passagem evidencia o estado de abandono em que se encontrava a região oeste, do ponto de vista governamental.

Nas literaturas produzidas depois da expedição percebe-se que o “oeste” recebeu muitas denominações: “vasto deserto”, “paraíso da criminalidade”, “região inculta e desconhecida”, “zona do banditismo”, “confins do Estado”, “sertões”, “sertão bruto”, além de outros termos empregados sempre num sentido pejorativo. Era uma região em que, segundo Costa, faltavam, em grande parte, contato com a “civilização”, rodovias, ordem, garantias, justiça, instrução primária e cívica brasileira.¹⁸ A “Bandeira Konder” representou um olhar de palacianos que viviam na capital, sobre a região e a população que vivia no interior do estado.

Em *O Brasil do imigrante* Eloi Pereira Lacava escreveu sobre o oeste catarinense dez anos depois da Bandeira Konder. Na obra percebe-se que a região ainda era considerada sertão, pois “havia um vazio demográfico e a necessidade de ocupação deste espaço [...] apontam que em 1939 havia falta de tudo: de víveres, de estradas e de habitantes”.¹⁹

Difundiam-se no país e entre a intelectualidade idéias ligadas à necessidade de modernizar o Brasil, de efetivamente ocupar o território, de conquistar o sertão e de civilizar a população – neste caso, referindo-se aos nativos e aos caboclos. Esses objetivos foram materializados com a colonização empreendida nas primeiras décadas do século XX no oeste de Santa Catarina.

¹⁶ COSTA, Arthur F. *O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista*. Rio de Janeiro: Villas Boas e Cia, 1929, p. 7.

¹⁷ Cf. COSTA, *O Oeste Catharinense...* 1929, p. 7-74.; BOITEUX, José A. *Oeste Catharinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira*. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres e Irmão, 1931, p. 7.; GOMES, Ângela de Cf.; PANDOLFI, Dulce de C. *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002, p. 23.; D’EÇA, Othon. *Aos espanhóis confinantes*. Florianópolis: UFSC, 1992, p. 23.

¹⁸ Cf. COSTA, op. cit., p. 43-70.

¹⁹ LACAVA, Eloy Pereira. *O Brasil do imigrante*. Caxias do Sul: Do autor, 1976, p. 37.

Por outro lado, os intelectuais que participaram da Bandeira Konder, ao escreverem sobre a representação da região em vilas ou cidades já colonizadas pelos migrantes sul-riograndenses, descendentes de europeus, utilizavam termos como “terras ricas de gente idônea”, “sentinela avançada de civilização”, “verdadeiro Éden”, além de outros de natureza ufanistas.²⁰

Dessa forma, os indígenas e os caboclos que há muito tempo habitavam a região foram ignorados no processo “civilizador” e “modernizador” da sociedade republicana; eram considerados bandidos, incultos, preguiçosos e irracionais pelas autoridades governamentais, bem como por muitos daqueles que na área se estabeleceram, principalmente quanto aos aspectos econômicos.

No processo de colonização oesteino empreendido no início do século XX, as atividades do sertanejo “não combinavam com o ideário de modernidade adotado pelas elites brasileiras, num esforço de atualizar o Brasil com o ritmo das nações mais avançadas”.²¹

Nesse mesmo sentido, em *Italianos e ítalo-brasileiros* o historiador José Carlos Radin escreveu: “[...] no Estado, falava-se das ‘terras inproveitadas’, da necessidade de ‘desbravar o sertão’, do ‘povoamento efetivo’, para criar as condições ao surgimento de apreciáveis centros de trabalho e progresso”.²² As observações do autor apontam para as transformações que estavam se processando no oeste em virtude da necessidade do Estado e de empresas imobiliárias implantarem os projetos colonizadores.

O processo “civilizador”, para se constituir, contou com o interesse de forças sociais, que construíram escolas, igrejas, instituições governamentais, indústrias, casas de comércio, entre outros. Era a infraestrutura necessária à realização dos propósitos almejados por uma sociedade mercantil, capitalista, representada pelos colonizadores, brancos, cristãos, de ascendência européia que passaram a colonizar a região oeste depois da solução dada às disputas pelo território.

1.2 As disputas territoriais

No período que compreendeu, majoritariamente, as cupações indígenas, de negros escravizados e caboclos no oeste de Santa Catarina ocorreram disputas territoriais entre países e também entre unidades nacionais. Esse assunto tem caráter introdutório ao tema da

²⁰ Cf. COSTA, *O Oeste Catharinense...* 1929, p. 18-31; BOITEUX, *Oeste Catharinense...* 1931, p. 84.

²¹ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000, p. 166.

²² RADIN, José Carlos. *Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representação sobre a civilização do sertão*. Florianópolis: UFSC, 2006, p. 8. Tese (Doutorado em História).

pesquisa, no que se refere à colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito. As abordagens sobre a Questão de Palmas, com a conseqüente criação da colônia militar de chapecó, além da Questão do Contestado, vão além do recorte temporal da pesquisa, porém, o interesse é adentrar num cenário já elaborado quando ocorreu o movimento migratório para a região.

Durante o Período Colonial, Portugal e Espanha disputaram as terras situadas no sul do Brasil, em contendas decorrentes do Tratado de Tordesilhas. Por meio deste tratado, a Espanha detinha posse de vastos territórios do Brasil, inclusive o que se refere ao atual oeste catarinense. Foram pelos Tratados de Madri e de Santo Ildefonso que Espanha e Portugal detalharam as fronteiras entre as duas nações na América do Sul. Nessa divisão, a área do oeste catarinense foi incorporada oficialmente por Portugal, porém sem ocupá-la de forma efetiva.

Outra disputa internacional no oeste catarinense foi a Questão de Palmas, ou *Misiones*, para os argentinos, abordada na seqüência, haja vista a antiga fazenda Rodeio Bonito, ser parte integrante dos campos de Palmas.

1.2.1 A Questão de Palmas

Os domínios de Portugal e Espanha na América do Sul foram demarcados no Período Colonial pelos tratados de Tordesilhas, em 1494, de Madri, em 1750, e de Santo Ildefonso, em 1777. Este último “estabelecia que a fronteira internacional corresse pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio. Entretanto, as comissões demarcadoras, criadas por Portugal e Espanha, nunca chegaram a definir exatamente quais os rios que recebiam estas denominações”.²³ Mais tarde, essas pendências provocaram disputas territoriais entre o Brasil e a Argentina, na chamada Questão de Palmas, representada no mapa da figura 1.

²³ WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *Paraná sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Líbero Técnica, 1985, p. 27.

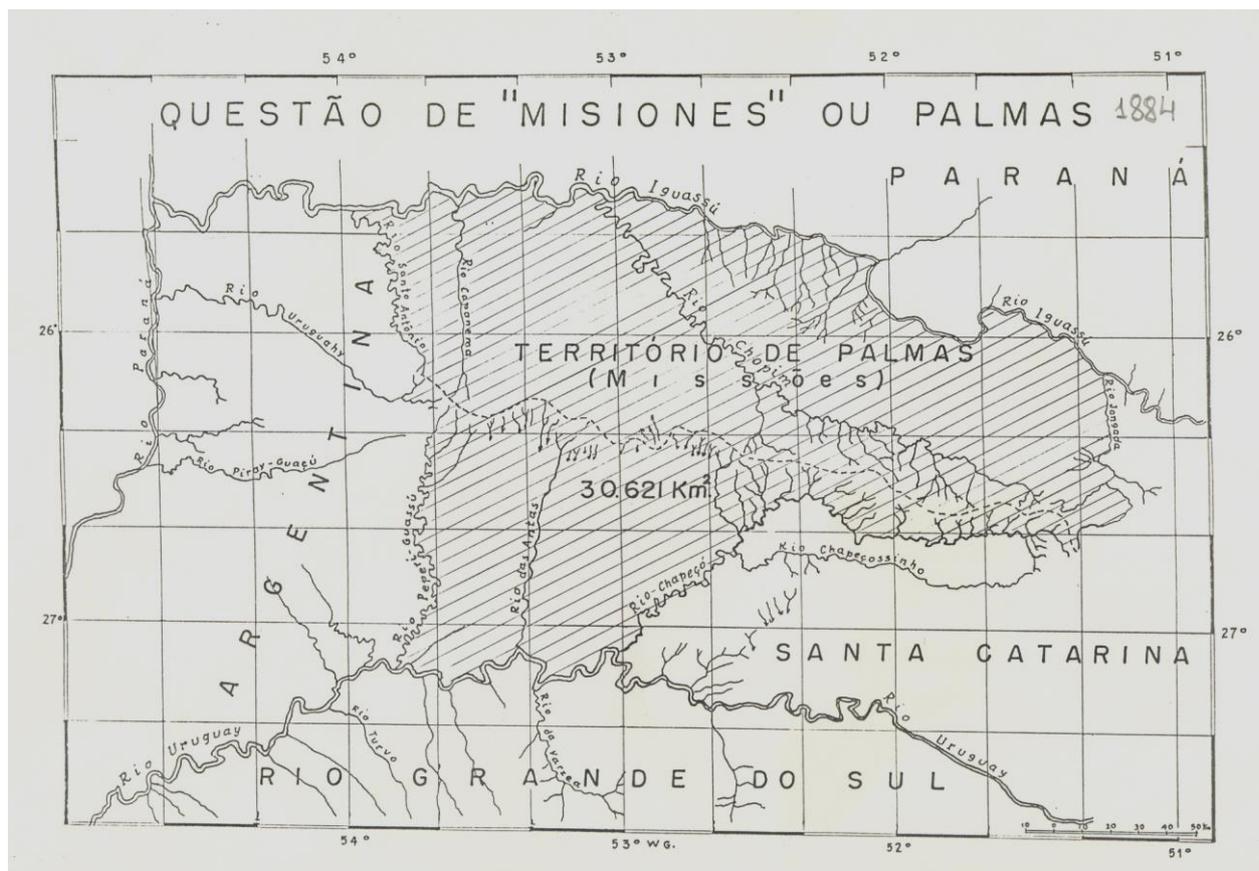


Figura 1. Território em litígio entre Brasil e Argentina (1884)

Fonte: Acervo do Ceom/Unochapecó.

Ao longo do tempo, os impasses acerca das fronteiras entre as nações vizinhas não causaram maiores problemas, tanto que entre 1865 e 1869 o Brasil e a Argentina combateram juntos na Guerra do Paraguai. Nesse período, “o território de *Misiones*, fronteiro com o Brasil, devido a acordos feitos, foi coberto unicamente por uma divisão da Guarda Nacional Brasileira”.²⁴

No ano de 1801 o Tratado de Santo Ildefonso foi invalidado pelas nações ibéricas e, conseqüentemente, desacreditado pela Argentina e pelo Brasil, que alguns anos depois se desmembrariam de suas respectivas metrópoles: “De 1810 até 1857 – durante 47 anos – o Governo Argentino não apresentou reclamações que manifestassem pretensões às fronteiras mais orientais estabelecidas pelos Tratados de Madri e de Santo Ildefonso.”²⁵

Entretanto, ao se aproximar o final do século XIX, sobre os ricos campos de Palmas, por onde circulavam as economias lucrativas do gado, da erva-mate, além da madeira que seguia pelo rio Uruguai, observavam-se olhares ambiciosos da Argentina, que até então havia relegado ao esquecimento a região, mas, então, passava a reivindicá-la.

²⁴ WACHOWICZ, *Paraná sudoeste...* 1985, p. 28.

²⁵ PIAZZA, ... 1983, p. 577.

[...] nos atuais estados de Santa Catarina e Paraná, não mais os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, que desde o período colonial marcavam a fronteira, mais a leste, em território brasileiro: o Chapecó e o Chopin; após 1888, a reivindicação passa a ser os rios Chapecó e Jangada.²⁶

Segundo Walter Piazza, “em 1881 a Argentina declarou que considerava os rios Chopin e Chapecó como se fossem o Peperi-Guaçu e Santo Antônio, dando aqueles o nome destes.”²⁷ Mas sete anos depois, “em 1888, uma nova interpretação era feita pela Argentina, que passou a reivindicar o rio Jangada (também afluente do Iguaçu) como sendo o rio Santo Antônio do Tratado de Santo Ildefonso.”²⁸

O litígio entre o Brasil e a Argentina foi resolvido em 5 de fevereiro de 1895, com a arbitragem do presidente estadunidense Grover Cleveland. As fronteiras foram definidas pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, beneficiando exclusivamente o Brasil. Este acordo garantiu para o país “um território de 30.621 quilômetros quadrados e que de acordo com o censo de 1890, tinha 5.703 habitantes”.²⁹

Nos Campos de Palmas, caçadores-coletores (bem antigos), os Kaingang, Xokleng e Guarani eram as populações originárias. Mais tarde, portugueses e negros escravizados (além de outros) ocupariam a região, ainda durante a expansão pastoril da segunda metade do século XIX. Antes da solução sobre as fronteiras, na área disputada pelo Brasil e pela Argentina, durante o governo de dom Pedro II, “para salvaguardar a nossa soberania, se fundam e se instalam as Colônias Militares de Chopin e de Chapecó”.³⁰

1.2.2 A colônia militar de Chapecó

O *utipossidetis*³¹ efetivou-se na região dos campos de Palmas em vista da criação das colônias militares de Chapecó, em Santa Catarina, e de Chopin, no Paraná. Estas foram implantadas em 1859, ainda no Império, para garantir a posse efetiva da região e assegurar a soberania nacional numa área estratégica, por onde circulavam as economias agropastoril e da erva-mate, que, salvo engano, eram as maiores riquezas exploradas no oeste catarinense até o final do século XIX; mais tarde a madeira e a terra seriam comercializadas potencialmente.

²⁶ HEINSFELD, Adelar. *A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina: e o início da colonização alemã do baixo rio do Peixe*. Joaçaba: Unoesc. 1996, p. 37.

²⁷ PIAZZA, *Santa Catarina...* 1983, p. 577.

²⁸ WACHOWICZ, *Paraná sudoeste...* 1985, p. 20.

²⁹ HEINSFELD, op.cit., p. 36.

³⁰ PIAZZA, op. cit., p. 577.

³¹ Termo jurídico que significa tomar posse por ocupação efetiva.

A Argentina, ex-colônia espanhola, há décadas requisitava a posse da região dos Campos de Palmas. Essa situação mal resolvida levou dom Pedro II a elaborar o “decreto n. 2.502, de 16 de novembro 1859, que criava as colônias militares de Xaçepó e de Chopin no Paraná, face às disputas das nossas fronteiras a oeste, com a República Argentina para garantir o nosso território”.³²

Segundo Alceu Antonio Werlang, “além do objetivo de defesa da fronteira, as colônias militares visavam à proteção dos habitantes dos campos de Palmas, Êre, Xingu e Guarapuava.”³³ Como proteção aos habitantes das colônias e para neutralizar os indígenas utilizavam-se como armas a catequese.

A colônia militar de Chapecó foi criada em 1859, mas instalada apenas em 14 de março de 1882, portanto mais de duas décadas depois da criação. Era uma área estratégica localizada entre os rios Chapecó e Uruguai, à margem do rio Xanxerê, com uma “área de 48 léguas quadradas”.³⁴

Conforme Piazza; na rota dos tropeiros localizava-se a sede da colônia militar de Chapecó, ponto estratégico. “Tão importante era este caminho de Palmas a Colônia Militar de Xaçepó, que através dele toda a erva (mate) exportada (de Palmas) é manufaturada no distrito (já então de Passo Bormann) que faz transações com as repúblicas platinas.”³⁵

No período das disputas entre o Brasil e a Argentina a erva-mate era a principal atividade econômica da região. Os argentinos foram os primeiros a explorar e comercializar os abundantes ervais. A primeira intervenção oficial do Brasil na região foi a abertura do caminho para as Missões no Rio Grande do Sul; o atual oeste de Santa Catarina era considerado apenas parte dessa estrada.³⁶

O único mercado que adquiria o produto da região era o argentino, tanto que, quando os brasileiros abriram o caminho de tropas, os vizinhos já tinham feitorias e barbaquás instalados. Além disso, os argentinos importavam madeira da região há cinquenta anos. Portanto, quando da instalação das colônias militares pelo Império, há décadas a região já se intercambiava economicamente com a Argentina.³⁷

O responsável pela implantação da colônia militar de Chapecó foi José Bernardino Bormann. Ele escrevia peças de teatro, partituras musicais, era historiador e falava a língua

³² PIAZZA, *Santa Catarina...* 1983, p.383. A discussão acerca da colônia militar de Xanxerê foi baseada principalmente na obra citada.

³³ WERLANG, Alceu Antonio. *Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da companhia territorial Sul Brasil*. Chapecó: Argos, 2006, p. 20.

³⁴ PIAZZA, *Santa Catarina...* 1983, p. 384.

³⁵ *Ibidem*, p. 386.

³⁶ Cf. POLI, *Caboclo...* 2006, p. 82.

³⁷ *Ibidem*, p. 82.

Kaingang. A tradição oral dos Kaingang “registra seu casamento com uma índia dali.”³⁸ A colônia ficou sob seu comando durante quatorze anos, até ser exonerado do cargo.

Quando da implantação da colônia viviam na área quarenta famílias, num total de 190 habitantes; quatro anos depois já havia 242; seis anos após, 424; nove anos depois, 688 habitantes, muitos dos quais com a integração das posses das terras.³⁹

Segundo Arlene Renk, “a condição mínima para obter a terra era a imediata habitação e cultivo ou povoamento com animais [...]. A população recrutada era composta de *nacionais* ou *mestiços*”.⁴⁰ Além desses, também sul-rio-grandenses refugiados da Revolução Federalista de 1893 compunham o núcleo de povoamento da colônia militar de Chapecó.

A colônia desenvolveu-se em virtude da doação de títulos de terras aos militares e aos colonos. Economicamente, obteve sucesso no período da abundância da erva-mate, não só em termos de quantidade, mas também de preço, pois a exportação do produto não exigia meios sofisticados de produção e transporte, que era feito por tropas de mulas. Nesse período as lavouras destinavam-se apenas à subsistência, pois não havia mercado comprador, nem condições de transportar os produtos para outras regiões.⁴¹

Na colônia, a organização social impulsionou a criação de um moinho, de armazém com diversos artigos, duas escolas, igreja, prédios públicos, dezenas de casas, serraria, fábrica de móveis, banda de música e um jornal, *O Xanxerê*, que era impresso na própria sede da colônia. Em 1892, instalou-se ligação teleférica. O primeiro telegrama informou sobre os preparativos da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Assim, com todo esse aparato Xanxerê tornou-se a cidade mais importante da região.⁴²

A colônia militar de Chapecó nunca se envolveu diretamente em conflitos, mas em 1893, com a Revolução Federalista, os militares colocaram-se a postos sob o comando do marechal Bormann. Então a colônia foi preparada para a defesa, mas as tropas passaram por outras regiões do Planalto catarinense.

A colônia foi desativada na primeira década da República, por não ser mais necessária, pois a Questão de Palmas havia sido resolvida. “Não obstante o detalhamento no papel, o

³⁸ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: Centro de Organização Sócio-Cultural do Oeste: *Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de Ceom*. Chapecó: Unoesc, 1995, p. 184.

³⁹ Cf. PIAZZA, Santa Catarina... 1983, p. 384.

⁴⁰ RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997, p. 39.

⁴¹ Cf. GUIOLPHI, Anderson José. *Entre práticas e representações: os catolicismos em Xanxerê, de 1940-1970*. Monografia (Especialização em História) – Curso de História, Universidade do oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2001, p. 17.

⁴² Cf. HEINEN, Luiz. *Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina: aspectos sócio-político-econômicos e religiosos*. Joaçaba: Unoesc, 1997. p. 36-37.

êxito não foi o esperado. A grande acusação era feita ao governo imperial, pelo esquecimento a que a relegara.”⁴³

Outras possíveis causas apontadas para o insucesso da colônia militar foi a falta de condições para os colonos instalarem lavouras, uma vez que não dispunham de adubos ou outros insumos agrícolas, sequer tinham ferramentas para derrubar o mato. Igualmente, havia a dificuldade de comercialização de gêneros agrícolas, além de que a erva-mate era abundante nas terras da região, dispensando cuidados com o cultivo. Com a queda nas exportações do produto, muitos colonos empregaram-se como peões, capatazes e pistoleiros nas fazendas dos madeireiros.⁴⁴

Com a desativação da colônia em 1908, as terras novamente passaram a ser devolutas, iniciando-se, então, um período de conflitos pela sua posse. Frentes de colonização começaram a agir e, quanto mais se intensificavam suas ações, maiores eram os conflitos, brigas, mortes, tocaias e traições, causadas pela fúria e pelo desejo de enriquecer pela exploração dos abundantes pinhais cobiçados pelos madeireiros.⁴⁵

O núcleo caboclo de Passo do Xaxim, localizado na fazenda Rodeio Bonito, teve seu desenvolvimento econômico influenciado sobremaneira pela proximidade geográfica, pois se localizava a 16 quilômetros da sede da colônia militar de Xanxerê. Em 1920, da área adquirida pela subcolonizadora Irmãos Ludardi, 190 colônias pertenciam à colônia militar.

Em 1890, Xanxerê era um distrito de Palmas - PR, tal como Campo-Erê, Chapecozinho e Passo do Carneiro (mais tarde Passo Bormann), e passou à jurisdição catarinense em 1916, em razão do acordo de divisas entre Paraná e Santa Catarina.

Também é válido lembrar que a sede da antiga colônia militar de Chapecó foi por duas ocasiões sede do município e da comarca de Chapecó. De acordo com Eli Bellani, a “sede municipal foi transferida em quatro oportunidades, em 1919 para a Vila de Xanxerê, em 1923 retorna para Passo Bormann, em 1929 é instalada novamente em Xanxerê e, em 1931 fixou-se no povoado de Passo dos Índios, atual cidade de Chapecó”.⁴⁶

1.2.3 O Contestado

Sem a pretensão de dedicar um olhar mais abrangente às contendas territoriais entre Paraná e Santa Catarina, faz-se necessário uma breve exposição do assunto, em razão da

⁴³ RENK, *A luta da erva...* 1997, p. 39.

⁴⁴ Cf. GUIOLPHI, *Entre práticas e representações...* 2001, p. 18.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ BELLANI, Eli Maria. *Vereador: no Poder Legislativo de Chapecó - SC*. Chapecó: Grafopel, 2003, p. 29.

antiga fazenda Rodeio Bonito localizar-se no epicentro da área contestada. Os desdobramentos posteriores à solução do litígio entre os estados vizinhos provocaram a colonização do oeste catarinense, sistematizada pelo Estado e pelas companhias colonizadoras.

Em *Lideranças do Contestado* o historiador Paulo Pinheiro Machado escreve que desde o “período colonial, as unidades administrativas de Santa Catarina e de São Paulo (e a partir de 1853 do Paraná) disputam a jurisdição sobre a região do planalto serrano das terras situadas a oeste entre os rios Uruguai e Iguaçu e ao sul de Rio Negro”, a chamada Região do Contestado.⁴⁷

Esses impasses acerca das divisas catarinenses e paranaenses, iniciados a princípio entre as províncias de São Paulo e de Santa Catarina, não foram solucionados no Período Colonial e propagaram-se durante o Império, quando passaram a ser discutidos na Assembléia do Rio de Janeiro. Em 1853, a província paranaense foi desmembrada da paulista e o litígio sobre a área contestada, incluindo os ricos campos de Palmas, mudou de personagens, pois quem passou a reivindicar a área foi a província do Paraná.

O Parlamento do Império não resolveu o impasse, que foi se agravando com o tempo: “As rixas vão se arrastando através de medidas de ordem puramente de retórica política, vez ou outra entremeada de fatos concretos, tais como a derrubada de pontes, envio de destacamentos policiais e criação de estações fiscais em área sob litígio.”⁴⁸

Com a abertura da Estrada da Serra, os fazendeiros locais, coronéis e ervateiros paranaenses, que livremente exploravam a região há muitos anos, sentiram-se ameaçados, quando o governo catarinense criou, em 1869, um município desmembrado de Lages, Curitibaanos, que “é constituído pelas freguesias de Nossa Senhora de Curitibaanos, São João de Campos Novos e Nossa Senhora Do Amparo dos Campos de Palmas, e declara que os limites do novo município são os mesmos limites extremos atuais das duas freguesias”.⁴⁹ Essa área foi o palco da “Guerra Sertaneja do Contestado”,⁵⁰ porém o litígio pelas divisas territoriais abrangia uma área maior, que incluía todo o oeste de Santa Catarina.

⁴⁷ MACHADO, Paulo P. *Lideranças do Contestado: formação e atuação das chefias caboclas (1912/1916)*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 124. A discussão acerca dos limites do Contestado foi baseada na obra citada, mais especificamente no capítulo “Atos institucionais”.

⁴⁸ AURAS, Marli. *Guerra no Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1997, p. 25.

⁴⁹ PIAZZA, Santa Catarina... 1983, p. 584.

⁵⁰ Expressão usada por Paulo Pinheiro Machado em *Lideranças no Contestado*.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, a solução interna acerca das divisas foi relegada ao segundo plano, porque a região estava, simultaneamente, sendo disputada pela Argentina, na Questão de Palmas.

Santa Catarina alegava direito sobre a região do Contestado, adquirido ainda durante o Período Colonial; por sua vez, o Paraná protestava baseando-se nos mesmos princípios de que o Brasil se valera perante a Argentina, a tese do *uti possidetis*. As pendências eram tratadas no Supremo Tribunal Federal, onde, em 1904 os catarinenses obtiveram a primeira vitória, contudo, o Paraná não reconheceu o mérito e promoveu um embargo. Em 1910 Santa Catarina venceu novamente, graças à força política dos seus membros no Congresso, aliados ao governo central, porém o Paraná desacatou novamente a decisão. Desse momento em diante, as forças políticas paranaenses mobilizaram-se, por meio da imprensa e de outros recursos, como o uso de força, cogitando mudanças na decisão do Supremo Tribunal Federal.⁵¹

Seguindo o exemplo do barão do Rio Branco, que organizou uma vasta documentação acerca dos direitos do Brasil sobre a Argentina na Questão de Palmas, Manuel da Silva Mafra valeu-se dos mesmos recursos, elaborando uma Memória histórica e jurídica, em que relatava os direitos catarinenses adquiridos há séculos na região contestada pelo Paraná. Simultaneamente à discussão interna acerca das divisas entre o Paraná e Santa Catarina, ocorreu a Guerra do Contestado.

Esta guerra durou de outubro de 1912 a agosto de 1916, tendo o presidente Wenceslau Braz como árbitro entre os governos dos estados em litígio. No dia 20 de outubro de 1916, um acordo foi assinado entre os governadores Felipe Schimt de Santa Catarina e Carlos Cavalcanti do Paraná. Então pela terceira vez os catarinenses venciam as disputas sobre as divisas contestadas, chegando ao fim também a Guerra do Contestado.

Após a assinatura do acordo, Santa Catarina organizou-se administrativamente: “Pela Lei n. 1.147 de 25 de agosto de 1917, o governador Felipe Schimt criou os municípios de Mafra e Porto União, Cruzeiro e Chapecó, esse último com a sede em Passo Bormann”.⁵² Como visto, até então essa região não se inseria na geopolítica catarinense.

Muitos foram os desdobramentos das disputas internas e externas no oeste catarinense, de acordo com o que foi apresentado acerca do Tratado de Tordesilhas, da Questão de Palmas, da criação da colônia militar de Chapecó e da Guerra do Contestado.

⁵¹ Cf. MACHADO, *Lideranças do Contestado...* 2004, p. 293-297.

⁵² POLI, *Caboclo...* 2006, p. 93.

As disputas pelas “terras tanto em âmbito internacional quanto nacional, durante as fases de ocupação indígena e cabocla, despertaram a atenção do governo estadual da necessidade da criação de uma política governamental de povoamento”.⁵³ Foi um povoamento sistematizado, que provocou a migração em direção ao oeste de Santa Catarina, espaço habitado há milhares de anos pelos indígenas, a séculos pelos caboclos, além de outros .

1.3 Os alijados em questão

A palco do Contestado foi, no passado, território indígena (de caçadores-coletores, Kaingang, Xokleng e Guarani), de caboclos, de negros escravizados, além de outros. Mas, para que o processo colonizador empreendido após a solução do litígio entre Santa Catarina e Paraná se constituísse, vastas áreas do território foram desapropriadas. Assim, “as comunidades autóctones assistiam impotentes, a retaliação do seu território oficial seguida pela desterritorialização.”⁵⁴

O indígena, após a dominação completa a partir no final do século XIX, passou a atender às necessidades da economia pastoril em expansão, que ocupou ervais, explorou a floresta, requereu terras para o modelo colonizador agrícola. A mão-de-obra indígena não foi usada nas frentes pastoris, mas nas frentes extrativas de erva-mate e disputou com o caboclo, sem muito sucesso, um lugar junto à indústria madeireira na região.⁵⁵

Uma avalanche de pessoas, então, ocupou seus antigos territórios. As terras foram negociadas pelas empresas colonizadoras, que usaram a mão-de-obra do indígena para derrubar o mato, queimá-lo, e limpar as roças. Até a Igreja era estranha, era estrangeira, não havia lugar para o bugre. Bugre é índio dominado.⁵⁶

É importante lembrar que na história da região oeste, quando teve início a colonização, foram freqüentes as tentativas para suprimir indígenas e caboclos. A verdade é que essas populações ainda se encontram na região, embora o convívio com os brancos nem sempre seja pacífico.

Com o passar do tempo indígenas, caboclos, imigrantes e migrantes na região oeste, em termos étnicos e socioculturais, miscigenaram-se. Contudo, no aspecto econômico a

⁵³ NODARI, Eunice Sueli. *A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999, p. 20.

⁵⁴ LANGER, Potasio; CEMIN, Valdir. Conflitos étnicos no oeste de Santa Catarina. In: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do oeste: *20 anos de memórias e história no oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Unochapecó, 2006, p. 251.

⁵⁵ D’ANGELIS, *Para uma história dos índios do oeste catarinense...* 2006, p. 266.

⁵⁶ *Ibidem*.

maioria dos indígenas e dos caboclos não alcançou um desenvolvimento sólido nos moldes da economia capitalista.

Nesse processo, modelos entraram em choque: para o indígena e para o caboclo a reprodução social dependia essencialmente da preservação da natureza; em contrapartida, o colonizador, descendente de europeus, visava potencializar os recursos naturais, articulando mudanças para atender suas necessidades de sobrevivência e de acumulação de capital.

1.4 Espaço e cultura cabocla

No século XIX, de acordo com Jaci Poli, ocorreu a segunda fase de ocupação demográfica no oeste de Santa Catarina, a “fase cabocla: a população que sucedeu à indígena e miscigenou-se com esta foi a dos luso-brasileiros, mais conhecidos como caboclos, cuja principal atividade era a agricultura de subsistência, o corte da erva-mate e o tropeirismo”.⁵⁷ Faz-se uma ressalva, o indígena não foi sucedido, mas os sobreviventes dos massacres miscigenaram-se com os negros escravizados, com os lusos, espanhóis entre outros.

No decorrer do texto, descrever-se-ão algumas representações socioculturais relativas aos habitantes que se encontravam há décadas na região do Contestado, quando se iniciou o processo de colonização. A análise fundamenta-se parcialmente nos estudos de Telmo Marcon, historiador que abordou em sua tese de doutorado aspectos culturais dos caboclos do Goio-En. Além da pesquisa bibliográfica, utilizam-se memórias orais e documentos da subcolonizadora Irmãos Lunardi.

A memória oral envolve relatos de caboclos idosos que residiram na região que compreendia o “Velho Xaxim”, num período intermediário à colonização. Mesmo não havendo equivalência na distribuição por gênero, idade ou profissão dos entrevistados, optou-se por considerá-los como fontes ricas em informações de um vivido histórico que ainda carece de muitos estudos.

Caminhos diversos

No final do século XIX o núcleo caboclo de Passo do Xaxim, localizado na fazenda Rodeio Bonito, integrava-se na rota dos tropeiros que viajavam de Palmas às Missões no Rio

⁵⁷ POLI, *Caboclo...* 2006, p.73-74.

Grande do Sul. Nesse período, “a região das Minas Gerais e dos cafezais, no Estado de São Paulo, necessitavam importar alimentos, principalmente carnes, que eram produzidos ali”.⁵⁸

No Rio Grande do Sul, introduzido pelos jesuítas, existia gado xucro, “isto é, que se criava solto no campo, os paulistas começaram a empreender o transporte desse gado para a região, onde seriam abatidos a fim de alimentar os trabalhadores das minas e cafezais”.⁵⁹

Segundo Arlene Renk: “O tropeirismo foi importante no processo de ocupação da área por ter um novo roteiro, de Guarapuava a Goio-En, cortando os campos de Palmas, e de lá até Cruz Alta, chamada de estrada das Missões, ou caminho das tropas.”⁶⁰ Essa atividade econômica provocou a fixação dos caboclos na região.

Para a mesma autora, “o roteiro desta estrada exigiu a formação de pequenos povoados, nos pontos de pouso, que foram surgindo ao longo desta: de Guarapuava a Palmas, cruzando os rios Chapecó e Chapecozinho, passando pela Campina do Xanxerê [...]”.⁶¹ Logo depois dessa campina, cruzavam por Passo do Xaxim, que era um pouso de tropeiros, a seguir “passavam pela Serra do Tigre, Passo Ferreira, Passo Carneiro, depois chamado Passo Bormann, atingindo o Goio-En, então no lado paranaense e Nonoai do lado rio-grandense, de lá até Cruz Alta”.⁶²

A formação de povoados no oeste, ao longo dos caminhos por onde passavam as tropas, provocou a formação de pequenos núcleos caboclos. Segundo o historiador Mário Maestri, o nativo semi-aculturado foi denominado de “caboclo”, termo derivado do vocábulo Tupi-Guarani *kari 'uoka*; com o passar dos anos, o termo passou a designar qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência. Portanto, de denominação étnico-produtiva, a designação passou a descrever essencialmente a realidade socioproductiva, porém manteve-se subjacente ao termo a compreensão de que se tratava de cidadão de origem *criola*, mesmo quando o caboclo descendia de um imigrante europeu.⁶³

Ainda segundo Maestri, “o caboclo mantinha relação de posse precária com a terra que, associada a sua destribalização, ensejou o fim do domínio e do controle comunal milenar, mesmo não permanente, de um amplo território.”⁶⁴

⁵⁸ POLI, *Caboclo...* 2006, p. 76.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ RENK, *A luta da erva...* 1997, p. 34.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ Cf. MAESTRI, *A aldeia ausente...* 2002, p. 8.

⁶⁴ MAESTRI, *A aldeia ausente...* 2002, p. 9.

O caboclo e a terra

O “colono caboclo”⁶⁵ de Passo do Xaxim, antes da colonização, derrubava a mata, fazia a queimada, plantava sobre as cinzas; sua produção ficava armazenada em paióis de taquara trançada, da qual se abastecia conforme a necessidade. Então, um novo plantio era feito em outro espaço e a terra ocupada era abandonada, onde crescia a capoeira; novamente se repetia essa prática na próxima safra, sempre em forma de rodízio. Essa maneira de lidar com a terra e de fazer o plantio foi relatada por Justino dos Santos Almeida, caboclo que residia em Passo do Xaxim antes da colonização:

[...] daí plantavam feijão de chacho, porque não havia máquinas. O caboclo não conhecia máquinas. E então plantava milho com a bolsinha na frente e plantando fazia a roça. Carpir ninguém sabia, era só passar o fogo e depois plantar.⁶⁶

Idêntica é a apreciação da centenária Maria Gertrudes Pedroso, então com 115 anos (segundo ela), residente na granja Cachoeirinha, área que pertenceu à antiga colônia militar de Chapecó:

[...] não tinha nada, trator, era a unha, oh. Foice e machado pra derrubar o mato, roçava por baixo, e depois cortava com o machado em volta, derrubava aquela maderona tuda [...]. Depois botava fogo, queimava. E plantava ali. E depois, quando tava tudo bom, ia colher tudo, pra dentro do paiol.⁶⁷

Os caboclos usavam ferramentas rudimentares para o trabalho, principalmente foice e machado; desconheciam a enxada e o arado no período anterior à colonização. No relato de Poli, “quase sempre eram pobres, raramente eram proprietários das terras que exploravam, estes caboclos desbravaram os sertões, embora, via de regra, seja menosprezada a importância de sua contribuição”.⁶⁸ Segundo Maestri:

A manutenção de determinações de base da horticultura nativa – produção familiar; *coivara*; produção de subsistência; plantas de ciclo curto; instrumentos rústicos, etc. – manteve e aprofundou a fragilidade dos laços inter-familiares e dos vínculos permanentes com a terra dessas comunidades.⁶⁹

⁶⁵ Termo usado por Arlene Renk na obra *A luta da erva*.

⁶⁶ ALMEIDA, Justino dos Santos. Entrevista concedida a Cláudio Orso e Maria de Oliveira. Xaxim, 10 jan. 1994.

⁶⁷ PEDROSO, Maria Gertrudes. Entrevista concedida a Maria Aparecida dos Santos. Linha Cachoeirinha, Xaxim, mar. 1987. (Ceom).

⁶⁸ POLI, *Caboclo...* 2006, p. 74.

⁶⁹ MAESTRI, *A aldeia ausente...* 2002, p.8.

Para o caboclo a terra significava a própria existência, não possuía o *status* de mercadoria; o fato de ocupá-la em seu entender, já lhe assegurava o direito de posse, de pertencimento. Como o caboclo analfabeto desconhecia o sistema jurídico, muitos não legalizaram as propriedades no tempo previsto pela legislação, após a solução final na Questão do Contestado. Acerca dessa condição do caboclo Maria Gertrudes Pedroso relatou:

Nós não pagava imposto, pois era [...] diz que não tinha pagamento, não havia isto, não havia. Não tinha essas coisa, não tinha, afinal. Depois que pegou a vir essa gente assim, é pegou a vir tanta coisa. Imposto de terra, que tiveram que pagar cada um que tinha seu pedaço de terra. Não é tudo assim que vinha trabalhar, pagar aquela terra. Mas com enxada, picão de ferro, cortando terra, era assim que pagava, aquele era o único jeito. Era assim.⁷⁰

As terras consideradas devolutas há anos estavam ocupadas e organizadas de acordo com a economia de subsistência do caboclo; eram terras que com raras exceções, foram consideradas pelo Estado passíveis de colonização. Resolvido o litígio entre Santa Catarina e Paraná, as terras foram repassadas para as colonizadoras por preços baixos; em troca, essas empresas deveriam fazer a abertura de estradas. Nesse período, o oeste catarinense, com o comércio de terras e de madeira, representava uma rentável fonte de lucros pela expropriação das propriedades dos caboclos.

A concepção da terra pelo caboclo ervateiro ou apenas agricultor era diferente das representações do Estado e das colonizadoras, que se serviam da legislação para explorar a vasta região que compreendia, aproximadamente, 50% do território de Santa Catarina. O caráter temporário da ocupação da terra pelo caboclo expressava-se na ausência de lavouras perenes, no caráter sumário de suas moradias e benfeitorias que podiam ser “reconstituídas em questão de dias”, e de seus equipamentos, capazes de serem carregados nas costas de um homem. Pra uma realidade que se apoiava em tradições e práticas das comunidades americanas nativas.⁷¹

Em 1920, quando a subcolonizadora Irmãos Lunadi adquiriu a fazenda Rodeio Bonito da Bertaso, Maia & Cia., estabeleceu-se na segunda cláusula do documento de compra que os responsáveis pela indenização das terras tituladas aos caboclos seriam os vendedores. De acordo com o documento:

⁷⁰ PEDROSO, Maria Gertrudes. Entrevista citada.

⁷¹ Cf. MAESTRI, *A aldeia ausente...* 2002, p.9.

A firma Bertaso, Maia & Cia. fica obrigada a indenizar, em terras equivalentes, na mesma zona descripta, quasquer, digo quaesquer terras de particulares, legitimadas dentro do perímetro de que trata a clausula primeira; bem assim tomar a si e custear todas as despesas, qualquer questão que possa surgir entre o Governo do Estado de Santa Catarina referidas as terras pré-alludidas.⁷²

Em depoimentos coletados por historiadores da região, evidenciam-se a despreocupação e a exploração da colonizadora Bertaso, Maia & Cia. em relação a terra dos caboclos. Estes, por falta de recursos econômicos, de apoio político, por desconhecimento da legislação, não requeriam a legalização das terras que ocupavam. Tanto é assim que os próprios portadores de títulos da ex-colônia militar de Chapecó não legalizaram seus terrenos como previa a lei.⁷³

Várias foram as estratégias empregadas pelas colonizadoras para a retirada dos “intrusos”, como assustá-los, “indo nas boas”, ou fazendo uso da força policial. Aqueles que resistiram foram confinados em áreas acidentadas, não disputadas naquele momento,⁷⁴ como foi o caso da linha Cachoeirinha, um lugar típico de moradores caboclos. Maria Stieven, que migrou em 1922 para o distrito de Paz de Hercílio Luz, antigo Passo do Xaxim, assim relatou: “Naquele tempo o compadre Silvio, não tinha mais aquela gente da Maria Joana, tinha saído tudo, foram lá pra Cachoeirinha. Eu conheço aquele lugar de caboclo, lugar bonito”.⁷⁵

Outro depoimento com abundantes detalhes sobre a relação do caboclo com a terra foi dado em 1987 por Maria Gertrudes Pedroso:

Cada um tinha seu pedaço de terra, e era religioso com a do vizinho. [Quanto aos limites da propriedade] Era assim; senhora: eu tinha a minha casa aqui, Lídia tinha a casa dela lá, retirada, dadonde as galinha não se misturassem com as minhas. O porco sim, o porco vivia mais, caminhava por todas as casas, pra cá, mas não encomodava os vizinhos. Mas quando era noite cada um segurava o seu.⁷⁶

Maria Gertrudes Pedroso também mencionou a propriedade da terra, a relação de respeito com os animais e com os limites das propriedades vizinhas e relatou a divisão entre as “terras de plantar” e as “terras de criar”; aquelas situavam-se distantes da moradia; estas em

⁷² BERTASO, MAIA & CIA. *Contrato de venda*. Chapecó, 8 set. 1920. Acervo Rui Longhi.

⁷³ Cf. VICENZI, Renilda. *Terra nova, vida nova: a colonização Bertaso e a ocupação colonial do oeste catarinense. 1920-1950*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002, p. 59-60.

⁷⁴ Cf. RENK, Arlene. A religião como idioma da identidade faccional entre brasileiros no oeste catarinense. In: TEDESCO, Adair. *O peso da cruz: conquista e religião*. Chapecó: Unoesc, 1993, p. 18.

⁷⁵ STIEVEN, Maria. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Xaxim, 16 ago. 1982.

⁷⁶ PEDROSO, Maria Gertrudes. Entrevista citada.

suas proximidades. Os espaços não cercados foram um dos pontos de atrito com as colonizadoras quando foi imposta a “lei de criar preso” os animais.⁷⁷

Com a colonização, o colono caboclo que tinha lavouras de baixa produtividade, em razão da falta de recursos e da necessidade de sobrevivência, obrigou-se a trabalhar como peão de algum madeireiro ou de outros colonos; vendendo suas terras, passava a transitar como posseiro nas áreas em que acampava.⁷⁸

Alimentação e excedentes

Inicialmente, a agricultura e a pecuária voltavam-se para a subsistência; com o passar do tempo, o excedente passou a ser comercializado em pequena escala com os tropeiros que transitavam por Passo do Xaxim – ou para a colônia militar de Chapecó. De acordo com Maria Gertrudes Pedroso, os animais eram criados soltos:

Tudo à vontade. Não tinha nada a prender. Pegava a criação de noite e de dia era solto. Passava aquela criação em todo o lugar que queria. Quando era de tarde, chamava, ou ia lá onde estava, no mato, pra vir para casa. Os porquinhos iam direto no chiqueiro, sabiam que iam comer, ali. Quando era de tarde, vinham correndo lá, já pinchava um balaião de milho. Depois ficavam lá dentro, fechavam o portão. Amanheciam ali.⁷⁹

A memória oral de Justino dos Santos Almeida, nascido em Passo dos Índios (Chapecó) e que migrou para Passo do Xaxim (Xaxim), detalha sobre a alimentação dos sertanejos no período anterior ao da colonização:

[...] engordava porco, até só com pinhão, porque tinha muito pinheiro e depois fechava nos mangueirões trinta ou quarenta dias pra refinar a banha, davam abóboras, mandioca e milho sô. E então aí faziam toucinho, banha ninguém fazia, só toucinho e lingüiças, lingüiças de um metro um metro e meio a dois metros, enliava numa taquara e assim secava, e a carne moquiava em cima do fogo, geladeira essas coisas de gelo não existia, era só colocar a garrafa de cachaça na água. Daí plantavam milho feijão de chacho, porque não havia máquinas, o caboclo nunca conhecia máquinas. E então plantava milho com bolsinha na frente e plantando fazia a roça, carpir ninguém sabia era só passar o fogo e depois plantar.⁸⁰

⁷⁷ RENK, A religião como idioma... 1993, p. 14.

⁷⁸ POLI, *Caboclo...* 2006, p. 163.

⁷⁹ PEDROSO, Maria Gertrudes. Entrevista citada.

⁸⁰ ALMEIDA, Justino dos Santos. Entrevista citada.

A alimentação dos caboclos, além dos produtos citados, também incluía produtos derivados da caça, da pesca e da coleta de “frutos nativos: pinhão, jabuticaba, cereja, pitanga, guabiju, araticuns, goiaba e guabiroba”, essas condicionadas aos ciclos naturais de produtividade;⁸¹ ainda feijão preto “pra fazê virado” – carne de porco, charque, quirera, animais selvagens (anta, tigre, capivara). Fazia-se canjica no pilão, farinha de biju no monjolo; batata-doce, mandioca, abóbora; criavam-se aves e porcos; fazia-se charque.⁸² Sobre o cozimento dos alimentos relata Justino dos Santos Alemida:

Alguns tinham uma trempe de ferro, solto, e colocavam as panelas em cima. Outros ferro só, num gancho de pau, atava lá em cima, bem atado, e ponhava ali, fazia o fogo e fazia a comida, [referindo-se ao tempere] uns ferro assim com três pernas [...]. Botava ali. As grades assim, e ponhava. Alguns outros não tinha nada, era só o gancho. Ponhava a panela enganchada, fazia fogo em baixo. Tava pronta a comida. Ali cozinhava o feijão, a canjica, a batata [...].⁸³

Outros aspectos sobre a alimentação dos caboclos são registrados por Telmo Marcon; “não tinham o costume de comer verduras, mas frutas como a banana, mamão, laranja, vergamota, limão e lima eram apreciados. O milho era usado para diversos fins, não há conhecimento acerca do cultivo do arroz”.⁸⁴ Segundo Justino dos Santos Almeida, com a chegada dos migrantes, outros hábitos alimentares foram sendo incorporados ao cardápio:

Eu conheci a farinha de trigo porque eu cheguei na casa de um italiano...Aí eu vi um pão em cima da mesa, eu pedi para a dona: “A minha mãe faz bolo na cinza, e como é que aquilo é tão bonito?” É diz ela: “Aquele é pão.” “Mas do que é feito?” Diz ela: “de trigo”. Contei para o meu pai: “Ela me deu um pedaço pra levar pra minha mãe”. O meu pai disse: “Vamos arrumar uma semente com Pedro Lemes, que ele vai para Passo Fundo, pois a farinha vinha de lá. E vamos plantar”. “E é de plantar?” “Diz que é.” Foi lá, meu pai conseguiu 5 kg de semente. Aplainamos a terra [...]. Bom, aí veio as conseqüência; para malhar o trigo, ninguém tinha pano, daí levaram uns cobertores de baieta, ponharam de baixo da cancha e malhar o trigo em cima, com vara, porque manguá quem ensinou foi o italiano.⁸⁵

⁸¹ MARCON, Telmo. *Memória e cultura: modos de vida dos caboclos do Goio-En (SC)*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 74.

⁸² Cf. OLIVEIRA, Maria de. *Xaxim: Conta sua História* [S.n.t.]. p. 49.

O monjolo citado era um pequeno engenho familiar, cuja construção era necessária uma pequena queda de água que movimentava o monjolo e pedaços de madeira. O milho no monjolo era transformado em farinha, da qual se extraíam quirera, canjiquinha, produtos importantes na dieta alimentar do caboclo.

⁸³ ALMEIDA, Justino dos Santos. Entrevista citada.

⁸⁴ Cf. MARCON, *Memória e cultura...* 1999, p. 181.

⁸⁵ ALMEIDA, Justino dos Santos. Entrevista citada.

A partir da década de 1920, com o processo de colonização, mudanças significativas foram promovidas nos tradicionais hábitos alimentares do caboclo, influenciadas pela nova economia de mercado, que transformou o modo de viver do sertanejo no oeste de Santa Catarina.

Abundantes ervais

Antes da colonização, no oeste a erva-mate era explorada em pequena escala, pelo trabalho familiar e processada em carijos. O processo consistia, basicamente, de corte, sapecação, secagem e trituração das folhas e pequenas ramas; o beneficiamento era realizado nos soques, situados em centros maiores, para onde era escoado o produto.⁸⁶

A erva-mate, abundante na região oeste e que crescia misturada à mata de araucária, representava um dos elementos mais significativos na economia dos caboclos, além da agricultura de subsistência e do tropeirismo. O produto também era comercializado pelos caboclos residentes no pequeno núcleo de Passo do Xaxim, ponto de pouso dos tropeiros que transitavam pelo sul do Brasil.

Na obra *A luta da erva* a antropóloga Arlene Renk mostra que um excedente de população das fazendas de criar instaladas nos campos de Palmas, Erê, Irani e Lages, ao longo do tempo, deslocaram-se mais para o sul, atingindo a região do antigo Xapecó.⁸⁷

A exploração desses ervais era praticada por uma população nômade. Esse “nomadismo era decorrente de uma sazonalidade da atividade, no caso da extração da erva-mate, e da impossibilidade de podar o mesmo erval em período menor do que três anos”.⁸⁸

No período intermediário, a agricultura e a pequena criação de animais destinavam-se ao consumo.⁸⁹ Percebe-se esse processo no relato de Francisco Oliveira da Silva, caboclo nascido em 4 de julho de 1886, que por volta de 1918 migrou para Passo do Xaxim: “Aqui muita gente vivia de corta erva, negócio de erva, todo mundo queria trabalhar com erva porque não tinha outro meio [...]. No verão faziam o rocio, criava porco, gado, galinha”.⁹⁰

No oeste de Santa Catarina a erva-mate era transportada por muares. Observam-se detalhes dessa atividade noutro relato de Francisco Oliveira da Silva:

⁸⁶ Cf. RENK, *A religião como idioma...* 1993, p. 14.

⁸⁷ Cf. RENK, *A luta da erva...* 1997, p. 35.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 96.

⁸⁹ Cf. OLIVEIRA, *Xaxim...* [s.d.], p. 95.

⁹⁰ SILVA, Francisco Oliveira da. Entrevista concedida a Eduardo Lunardi e Lademir Dall Inha. Xaxim, 4 jan. 1987.

Onde tinha uma sanguinha, água boa morava dois ou três moradô. Tinha erveiros que tiravam erva. Vinha os comradô, vinha com cargueiro e só cabia 50kg de erva. A gente cortava folha de taquara verde pra forá o cesto, assava a erva e levava pra Erval Grande, Joaçaba, Porto União. [Referindo-se a outro trajeto] Chegava ali no rio, passava a balsa, mais que dois burro não passava, pra entra na estradinha do Rio das Antas [...].⁹¹

Desde as primeiras décadas do século XIX, “o oeste catarinense escoava erva-mate para a Argentina, pela fronteira com Dionísio Cerqueira, ao sul, ao Rio Grande do Sul, e ao leste, a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande”.⁹² Essa economia entrou em declínio na década de 1930, quando a “Argentina, grande consumidora, passou a proibir a importação da erva-mate brasileira”.⁹³ Para Poli “com a queda da erva, a volta do trabalho na lavoura não aconteceu, a não ser para produzir o necessário para a sobrevivência.”⁹⁴

Além disso, o processo de colonização oestino empreendido nas primeiras décadas do século XX provocou a expropriação das terras dos ervais. Nesse mesmo período ocorreu “a fiscalização para evitar a sonegação de impostos facilitados pelo espalhamento dos carijos nas matas; a legislação, atuando para uma ‘produção higiênica’, que só é possível com a indústria mecânica”.⁹⁵

Os fatores apontados e o boicote argentino à compra da erva nacional na década de 1930 provocaram o fim dos carijos, que até então eram também utilizados pelos caboclos de Passo do Xaxim, conforme se observa no relato de Olímpio Negri, um dos primeiros migrantes sul-rio-grandenses a se estabelecer ali, no período da colonização:

O caboclo fazia erva nos carijos, o primeiro carijo foi do senhor Artur Veloso, eles amarravam com os surrões. Eles transportavam a erva para Joaçaba, Nonoai e Passo Fundo, só que eles não depredavam a natureza; mesmo sabendo que a erva-mate era nativa, eles quebravam apenas as folhas das erveiras. Eles secavam a erva-mate com lenha de guaviroba verde, para dar um bom gosto na erva-mate.⁹⁶

O ervateiro e tropeiro Artur Voloso dos Santos, nascido 7 de abril de 1907, na Linha Jacu (mais tarde vila Diadema, Xaxim), proprietário de lotes militares, que comercializava erva com tropas em Xanxerê, Joaçaba, Erechim, Nonoai e Passo Fundo⁹⁷, comentou que

⁹¹ SILVA, Francisco Oliveira da. Entrevista citada.

⁹² RENK, op. cit., p. 168.

⁹³ RENK, *A luta da erva...* 1997, p. 167.

⁹⁴ POLI, *Caboclo...* 2006, p. 163.

⁹⁵ Ibidem, p. 168.

⁹⁶ NEGRI, Olímpio. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Xaxim, 16 ago. 1987.

⁹⁷ Cf. OLIVEIRA, *Xaxim...* [s.d.], p. 26.

perdeu suas terras porque “os véio não pagô imposto, daí vortô prô Estado e este vendeu aos Wincler de Xanxerê.”⁹⁸

Outro aspecto importante da erva-mate, além do econômico, é o cultural, por ser hábito cultivado há décadas entre os caboclos do sertão oestino (herança indígena). A roda do chimarrão remete “aos valores fundamentais da cultura cabocla, entre eles, a amizade, o respeito e a ajuda solidária”, aproximando e estreitando laços de amizade e de compadrio.⁹⁹

Aspectos religiosos

Para o caboclo de Passo do Xaxim, tropeiro e ervateiro a religião significava um modo de vida e tinha um papel de destaque. Seu cotidiano se organizava em virtude da crença no divino, na natureza e nos ensinamentos do monge João Maria. A natureza tinha, para ele, *status* sagrado, representava a sobrevivência e era explorada sem maiores perspectivas de lucros.

Antes da colonização a fé cabocla não contava com a intermediação direta de instituições como Igrejas, escolas, seminários, jornais eclesiásticos; a crença bastava-se em si mesma. Os caboclos praticavam o catolicismo em sincretismo com as religiões indígenas, africanas e europeias (comumente chamado de “catolicismo popular”), eles desenvolveram seu credo à margem da Igreja Católica. A natureza era o elemento de mediação entre o divino e o humano, entre o material e o imaterial.

A água era considerada um símbolo religioso, assim era que nas propriedades ou ao longo das picadas existiam fontes que eram respeitadas e reverenciadas. As orações não eram praticadas no cotidiano; apenas aconteciam em momentos especiais, como na Festa do Divino e em velórios. O caboclo não se limitava a um espaço sagrado, pois sua religiosidade era autônoma; ele não sentia a necessidade de instituições oficiais, mesmo porque elas inexistiam nos vastos sertões no início do século XX. A crença na Igreja, nos santos, na Bíblia, no sacerdócio não inspirava tão fortemente a fé do caboclo¹⁰⁰, e raramente os padres passavam por Passo do Xaxim. No depoimento de Justino dos Santos Almeida percebem-se detalhes acerca das raras ocasiões em que os padres cruzavam pela região:

Mais ou menos de cada 10 anos, vinha de Passo Fundo de a cavalo. Quando enxergavam o padre, meu amigo fazia procissão e ia encontrar. Agora eles também

⁹⁸ Ibidem, 95.

⁹⁹ MARCON, Memória e cultura... 1999, p. 275.

¹⁰⁰ MARCON, Memória e cultura... 1999, *passim*.

cumpriam os deveres, porque eles pregavam, tiravam assim os santos da manga da túnica e distribuía para as crianças. Eram menininhos e velhos que diziam: “olha o padre, não troce umas verônicas para as minhas crianças?” Hoje se você quer é só comprar.¹⁰¹

Para a maioria dos moradores do sertão a Festa do Divino representava o maior evento religioso; era um momento de alegria, de confraternização espiritual e festiva; a solidariedade, o lazer, as orações estavam em primeiro lugar; a bandeira convocando a comunidade, mesmo em longas distâncias, era motivo de contentamento. Nas lembranças de Almeida é possível perceber detalhes das práticas religiosas:

Igreja, era as casas, rezava o terço numa casa numa sexta-feira, na outra semana tinha a bandeira do Divino, eu era o segundo cantor [...]. Daí faziam a festa do Divino Espírito Santo. Saía, então ele começava no mês de abril até o dia 15 de maio, visitando casa por casa levando a bandeira do Divino e aí o pessoal dava as ofertas, e as festa era sempre no dia 20 de maio [...]. Tinha nas festa a viola, as gaitinhas de oito baixos e rebeca. Gaita como essas de hoje, de barulhão de bateria, isso veio há pouco tempo.¹⁰²

A coleta praticada por caboclos diferencia-se da praticada pelas instituições religiosas, pois suas doações aconteciam em favor da Festa do Divino. Doavam-se alimentos não perecíveis que no dia de São Sebastião eram distribuídos gratuitamente entre os participantes.¹⁰³

Nas práticas litúrgicas anteriores à colonização, os caboclos valiam-se do terço cantado, das recomendações das almas na Quaresma. Havia também rezas antigas, que eram rezas fortes, boas, mas que não encontravam respaldo no catolicismo oficial. Além dessas práticas, havia o batismo que era realizado em casa, uma vez que não era lei batizar na igreja. No ritual do batismo de casa, o primeiro papel cabia à apresentadeira, a qual, com a lei de batizar na Igreja, foi abolido. Assim, após a colonização era comum o duplo batismo: em casa e na igreja.¹⁰⁴

¹⁰¹ ALMEIDA, Justino dos Santos. Entrevista citada.

¹⁰² ALMEIDA, Justino dos Santos. Entrevista citada.

¹⁰³ Cf. MARCON, *Memória e cultura...* 1999, p. 252.

¹⁰⁴ RENK, *A religião como idioma...* 1993, p. 16.

Laços de compadrio

As relações de compadrio estabeleciam vínculos espirituais entre os compadres e afilhados, que participavam juntos nos momentos de lazer, de trabalho e na doença. Percebe-se claramente essa relação de solidariedade no relato de Almeida:

Desde uma roça, o camarada estava doente, tinha cinco ou seis trabalhando para ele, tinha rocio, o gado todo solto, porco solto, então o rocio faziam longe. Quando o camarada sabia que melhorava, já diziam: “Sua roça está plantada.” Agora, um chega e diz: “Eu queria que fosse trabalhar para mim. Mas quanto paga?” E se pagar menos de mil cruzeiros, não vai ninguém.¹⁰⁵

Os laços de compadrio, de ajuda mútua, significavam laços espirituais que supriam as necessidades de uma sociedade humilde e solidária. Os batizados, realizados, primeiramente, em casa e depois junto às fontes, representavam um símbolo de união; esses laços espirituais de respeito e solidariedade perduravam entre os envolvidos e materializavam-se constantemente no pedido da bênção.¹⁰⁶

Sobre a tradição oral do caboclo no início do século XX em Passo do Xaxim, pode-se afirmar que a palavra era muito importante, valor que se expressava na vida coletiva do grupo. Em *História e memória* Le Goff refere-se às sociedades sem escrita e à memória coletiva: “[...] o saber técnico, que transmite por fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa”.¹⁰⁷ Para o caboclo essa magia religiosa se fazia presente no credo, nas relações de compadrio era uma fórmula prática de solução de problemas decorrentes de uma sociedade em que os recursos eram escassos. Para o caboclo analfabeto a palavra tinha um grande valor moral.

O caboclo no oeste vivia dos recursos da natureza, porque peixes e animais eram encontrados em abundância. É importante salientar que essas atividades eram realizadas em grupos e além de representarem uma necessidade para a subsistência eram uma forma de lazer, de intercâmbio, de estreitamento de relações, de grande divertimento para os homens.¹⁰⁸ Segundo Marcon, as mulheres não participavam. Um relato acerca das atividades realizadas em grupo está presente noutra lembrança de Almeida:

Boi, nem dizia boi, dizia novilho, só era pra carniar. Fazia um puxerão lá onde a caboclada era de acordo, carniava um boi e vinha o que tinha de vizinhos. Às vezes

¹⁰⁵ ALMEIDA, Justino dos Santos. Entrevista citada.

¹⁰⁶ Cf. MARCON, *Memória e cultura...* 1990, p. 276.

¹⁰⁷ LE GOFF, *História e memória...* 2003, p. 442.

¹⁰⁸ MARCON, *Memória e cultura...* 1999, *passim*.

morava uma légua longe do outro, uma légua é seis quilômetros, e aí fazia roça e baile de noite, gaita de 8 baixos, 16, as outras maiores 36 baixos. Bom era ver a caboclada unida.¹⁰⁹

Nos eventos festivos as trovas, as modas-de-viola, os versos, as décimas faziam parte da tradição oral do caboclo, e alegravam o grupo e promoviam estreitamento dos laços de amizade entre os vizinhos. Na própria casa do caboclo ocorria a socialização, onde se faziam bailes durante os mutirões para a lavra ou para a colheita; nas pescarias e nas caçadas, costumes que caracterizavam o próprio modo de viver do caboclo.¹¹⁰

As relações de compadrio coroavam e aprofundavam a amizade e a convivência no cotidiano; remetiam aos valores fundamentais da cultura cabocla, como a amizade, o respeito e a ajuda solidária, que tinham uma importante referência material no costume de tomar chimarrão, símbolo de paz e de harmonia entre vizinhos.¹¹¹

Sertão em festa

Os bailes realizados no próprio ambiente familiar eram outra forma de lazer muito difundida entre os caboclos. Para estes eventos a residência sofria alterações arquitetônicas, como Marcon relata: “Os bailes eram realizados nas casas e chegavam a interferir na sua estrutura já que, para ampliar os espaços as paredes eram removidas”.¹¹²

Na casa do caboclo, a sala destinava-se a uma importante função social, pois era usada com frequência para encontros como festas-surpresas, para a roda de chimarrão, além de bailes. Segundo Marcon, a realização dos bailes nem sempre tinha o consentimento dos padres, que, mesmo tendo uma atuação pouco expressiva na região, procuravam impedi-los.

Nos bailes e nas festas existia um clima de descontração; os participantes podiam tomar a palavra e fazer versos espontaneamente. Era um espaço onde os jovens se conheciam melhor, iniciavam o namoro, que poderia, mais tarde, resultar em casamento.¹¹³ Maria Gertudres Pedroso lembrou sobre os bailes: “Se as moças negavam de dançar [...] não podia, não dançava, a mãe não deixava. Se eu estava dançando e o par me largava, e eu me sentava,

¹⁰⁹ ALMEIDA, Justino dos Santos. Entrevista citada.

¹¹⁰ Cf. MARCON, op. cit., 1999, p. 276.

¹¹¹ Ibidem, 274-275.

¹¹² MARCON, Telmo. *Memória e cultura...* 1999, p. 212.

¹¹³ Cf. Ibidem, p. 214-218.

e vinha outro lá me convidar e eu não queria mais, eu saía da sala, ia lá pra dentro. “Vai lá pra dentro”. [...] dentro do quarto”.¹¹⁴

Outro evento festivo no sertão oestino era a carreirada, eminentemente um evento masculino e animada, pois contava com muitos torcedores. Contudo, poucos eram os caboclos que tinham cavalos preparados para as corridas. Havia uma cancha reta em Passo Bormann, que atraía muitas pessoas quando da realização das corridas. Alguns caboclos aproveitavam para realizar pequenos negócios em mesas feitas de vara, onde vendiam suas quitandas.¹¹⁵

Moradia cabocla

Em *A aldeia ausente* Maestri escreve que a simplicidade, a precariedade e a autonomia da moradia do caboclo registram-se no fato de que, geralmente, ele não necessitava “de um único prego, dobradiça, ou qualquer material a ser comprado” para a construção de sua moradia. Nesse tipo de construção são usados apenas recursos naturais disponíveis nas proximidades do local onde a moradia é levantada, como esteios de madeira, folhas de palmeira para a cobertura, entre outros.¹¹⁶ Algumas características apontadas pelo autor estão presentes no relato de Almeida ao lembrar o procedimento para a construção das moradias:

Tudo partido de madeira, não aplainavam, só o assoalho e o assoalho também custou muito, era só casa de chão. E a casa era furada no lugar de colocar os pregos, com uma pua, para colocar tudo torno, arrumava tudo no chão, depois erguia, colocava ripas e em meio dia cobria uma baita casa. Como se fosse cobrir de telhas hoje [...] o esteio era muito grosso, plantavam um metro no chão, daí faziam uma cunheira em cima, tudo turugado as linhas desde as colunas. Assim, no esteio, colocava linha, fazia um buraco com o trado e colocava aqueles tarugos de madeira, batia com um martelo, ficava uma casa firme. Agora, até casa de barro eu conheci, feita de taquara trançada, assim, depois barreada.¹¹⁷

Antes de as madeireiras serem instaladas no oeste, a moradia do caboclo era feita de madeira lascada artesanalmente. O pinheiro era extremamente favorável para lascas, árvores eram derrubadas a base de machado; então, com o auxílio de cunhas confeccionavam as

¹¹⁴ PEDROSO, Maria Gertrudes. Entrevista citada.

¹¹⁵ Cf. MARCON, *Memória e cultura...* 1999, p. 216-217.

¹¹⁶ Cf. MAESTRI, *A aldeia ausente...* 2002, p. 9.

¹¹⁷ ALMEIDA, Justino dos Santos. Entrevista citada.

tábuas e os barrotes para estrutura da casa ou ranchos. Na distribuição dos espaços da casa a sala era maior, para possibilitar a convivência e o lazer.¹¹⁸

De acordo com Maria Gertrudes Pedroso, os caboclos que moravam em Passo do Xaxim antes da aquisição da fazenda Rodeio Bonito pela Irmãos Lunardi tinham suas casas:

[...] no meio do mato. Uma casa lá, retirada uma da outra pra que as galinha não se misturasse [...] porque havia lugar pra tudo isso e aqui em Santa Catarina havia lugar pra tudo isso. A senhora tinha sua casa aqui, a Lídia ia fazer a casa dela lá onde as galinhas não viessem no seu terreiro.¹¹⁹

Em virtude da colonização e da instalação das serrarias na região, as moradias dos caboclos foram sofrendo alterações de acordo com as circunstâncias e os recursos disponíveis.

Práticas terapêuticas

Na obra *Entre águas, galhos e rosários* Neiva Marinho Moreira e Juçara Nair Wolff mencionam a prática cultural da crença e da religiosidade cabocla, desdobradas nos atos de benzimentos, na manipulação de chás, nos remédios caseiros, na assistência aos partos e na resolução dos conflitos pessoais. Essas práticas de cura de doenças eram, observadas pela comunidade como tendo um poder benéfico, capaz de curar e proteger, por isso transmitidas de geração a geração. Eram saberes que acolheram ensinamentos transmitidos pelos monges que cruzavam o sul do Brasil no início do século XX.¹²⁰

Ignorados pelas instituições oficiais, pela Igreja e poderes públicos, os caboclos recebiam o apoio dos monges, que falavam, se vestiam, se alimentavam de maneira semelhante ao caboclo sertanejo. Diante das práticas de exclusão por eles experienciadas cotidianamente, o monge tomava o seu partido, compreendendo seus problemas, tanto os vinculados a terra quanto os referentes à saúde, ajudando-os a enfrentar questões do dia-a-dia e problemas existentes, com base em interpretações adaptadas à materialidade das condições de vida do homem simples do sertão oestino.¹²¹

No sertão, desprovido de assistência médica, o caboclo apelava para os recursos que lhe eram mais próximos, como plantas, credices, além de alguns produtos que raramente chegavam nos cargueiros que passavam pelas picadas do interior do estado:

¹¹⁸ Cf. MARCON, op. cit., p. 213.

¹¹⁹ PEDROSO, Maria Gertrudes. Entrevista citada.

¹²⁰ MOREIRA, Neiva Marinho; WOLFF, Juçara Nair. Entre águas, galhos e rosários: práticas e experiências das mulheres benzedoras em Xaxim. *Cadernos do Ceom*. n. 13, Chapecó: Argos, 2001, p. 174.

¹²¹ Cf. MARCON, *Memória e cultura...* 1999, p. 217.

Era uma vida boa, mas sacrificosa. Falar em médico ninguém sabia o que era isso. [...], era o curador, tinham seringas, tinha de tudo. Se uma cobra pegava corriam lá pegar um remédio e trazia o cara, podia estar até perdendo sangue ou vinha na casa do doente.¹²²

Francisco Oliveira da Silva relata sua experiência e sua atuação como curandeiro durante décadas no pequeno núcleo caboclo de Passo do Xaxim:

Eu vô lhe contá: tinha o véio Mamédio, Valêncio Mamédio, morava aqui em Xanxerê. Era tratado de doutor dos pobres. Dava meopatia Sousa Soare e tintura vinda da Europa, Vinho do Porto, lombrigóide (pras crianças) dava três vezes ao dia. Vinho do Porto precisava dá de vagarinho, senão matava a pessoa. Dava até melhorá. Outro remédio não existia. Só de plantas. Golá e vinho do Porto era pra curá recaída e fraqueza. [...] era dado específico. [...] O primeiro médico que veio a Xaxim o senhor conheceu? Dr. Reinaldo era farmacêutico. Mais de 32 anos antes que ele eu dava remédio. A gente tinha que perdê tempo e ainda dá o remédio. O doutor cobrava: uma quarta de milho, uma galinha, uma quarta de feijão.¹²³

A interpretação de Francisco Oliveira da Silva sobre os males e as curas demonstra como ele e Valêncio Mamédio cumpriram o papel social de homeopatas em Passo do Xaxim. Neste caso, a memória revela que ambos, mesmo sem formação acadêmica, procuravam resolver os problemas de saúde de uma população desprovida de assistência pública.

Fricção interética

Só nos primeiros anos do século XX as instituições religiosas, culturais e governamentais chegaram ao oeste catarinense, junto com o movimento colonizador. Foi um processo que ocorreu diferentemente do litoral catarinense, onde tais instituições adentraram com décadas de antecedência. A Igreja caminhou lado a lado com as forças sociais e no oeste o caboclo ficou a mercê desse processo.

O vivido histórico entre caboclos, imigrantes e migrantes que colonizaram o oeste constituiu-se, ao longo do tempo, de relações conflituosas e turbulentas. Um exemplo foi a Guerra do Contestado, movimento social multifacetado que teve entre suas causas o cunho messiânico, a crença cabocla nas palavras do monge João Maria.

¹²² ALMEIDA, Justino dos Santos. Entrevista citada.

¹²³ SILVA, Francisco Oliveira da. Entrevista citada.

Passo do Xaxim não figurou diretamente como palco dessa guerra, mas sua população foi atingida por suas conseqüências. A solução final acerca das divisas contestadas pelo Paraná e Santa Catarina, entre outras medidas, possibilitou a criação do município de Chapecó, do qual mais tarde o “Velho Xaxim” se desmembraria.

Era um tempo em que, segundo Renk, “na auto-avaliação dos *brasileiros* (como também são conhecidos os caboclos na região), [...] entendiam que no *tempo d’antes* todos eram pobres, mas, pobres era o modo de dizer, porque tinha fartura de terra, comida e saúde”.¹²⁴

A forma de trabalhar a terra, o lazer, as práticas religiosas, as relações de compadrio, além de muitos outros aspectos da cultura cabocla, desestruturaram-se no decorrer do tempo. A mão-de-obra do caboclo, malremunerada, foi absorvida na construção de estradas, nas lavouras dos novos proprietários ou na prestação de serviços nos centros urbanos. Relatos das novas atividades do caboclo exemplificam o contexto de uma sociedade que se sistematizou nos moldes da colonização: “[...] fui arrastador, trabalhador e serrador, nas primeiras serrarias era tudo tocado a água, mas isso era no tempo dos italianos.¹²⁵ [...] cortei pinheiro [...] com serrote, pinheiro de metro.¹²⁶ Tem algum caboclo agregado de serraria ou pião”.¹²⁷

Percebe-se que, “em todo o oeste, o caboclo raramente conseguiu se manter como proprietário. Por isso, formou em quase toda a área, a mão-de-obra assalariada das indústrias madeireiras”.¹²⁸ Nesse período o projeto civilizador e modernizador idealizado pelo Estado, apoiado pela Igreja Católica, encontrou na região um campo fértil, em virtude da organização social indefesa e ignorante de seus direitos.

Com a colonização, uma sociedade ávida por lucros se desdobrou de forma explícita na apologia e na explicação do atraso relativo, econômico e social das comunidades caboclas, nativas e afro-descendentes, em relação ao imigrante e aos seus descendentes, como decorrência de uma menor qualidade étnica, responsável pela não dedicação ao trabalho, à poupança, à família, entre outros.¹²⁹

A historiadora sul-rio-grandense Dilse Piccinin Corteze, registra que ainda no Império existia a preocupação com a imagem do país na Europa. A população brasileira deveria ser

¹²⁴ RENK, A religião como idioma... 1993, p. 15.

¹²⁵ ALMEIDA, Justino dos Santos. Entrevista citada.

¹²⁶ SANTOS, Artur Veloso. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Xaxim, 23 jul. 1990.

¹²⁷ SILVA, Francisco Oliveira da. Entrevista citada.

¹²⁸ POLI, *Caboclo...* 2006, p. 87.

¹²⁹ MAESTRI, *A aldeia ausente...* 2002, p. 27.

“carta de representação da nação”. Por isso, teria de ser “moderna, industriosa, civilizada e científica”, permitindo uma nação nova, cuidadosamente construída.¹³⁰

Aplicadas ao Brasil, as teorias raciais européias do final do século XIX falavam da “inviabilidade de uma nação composta por raças mistas”. A preocupação da ciência racista era com a “degeneração”, que propunha seguir do “cruzamento de espécies diversas”, e o surgimento do “mestiço”.¹³¹

Entre muitas causas, essa ideologia possibilitou a entrada de milhares de italianos no Rio Grande do Sul e em vários outros estados. Anos mais tarde, os descendentes de europeus migrariam para o oeste de Santa Catarina, dando início ao que a historiografia entende por “colonização”. Nesse período os descendentes de italianos e alemães foram vistos pelo Estado como a mão-de-obra capaz de sistematizar a região nos moldes da sociedade capitalista, os quais seriam capazes de superar o indígena, o negro e o caboclo pelas suas “pretensas qualidades étnicas”.

Assim é que nas primeiras décadas do século XX os descendentes de europeus, o Estado, a Igreja e as companhias colonizadoras desencadearam o fenômeno colonizador que modificaria profundamente a história do oeste de Santa Catarina.

Com as reflexões apresentadas neste capítulo percebeu-se que na antiga fazenda Rodeio Bonito, assim como em todo o oeste catarinense, o processo colonizador esteve vinculado ao empenho na posse das fronteiras com a Argentina e na demarcação das divisas com o Paraná. Nessa época os indígenas, negros e os caboclos foram os principais atores na ocupação desse espaço.

Ao lançar olhares ao contexto histórico referente à ocupação cabocla na fazenda Rodeio Bonito, é possível conhecer muitos aspectos vivenciados por essas pessoas. Notou-se que, mesmo com o desejo de garantir a posse do oeste catarinense para o Brasil, os governantes não promoveram políticas públicas que viabilizassem o desenvolvimento econômico e social dessa região, a favor das populações economicamente mais vulneráveis. Assim, as dificuldades eram infindáveis em relação aos transportes, à saúde, à educação, entre outros aspectos.

Apesar de se envolverem por longos anos na economia extrativa e no tropeirismo, a distância dos centros consumidores e o descaso do Estado, aliados a fatores inerentes aos

¹³⁰ CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in América: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: 2002, 155. In: SCWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 19.

¹³¹ *Ibidem*.

costumes do caboclo, inviabilizaram o acúmulo de capital monetário por parte dessa população.

Nos primeiros anos do século XX os projetos imobiliários implantados no oeste catarinense provocaram rupturas e transformações na cultura dos caboclos que habitavam a região. Verifica-se que no período anterior à colonização os caboclos viviam em ranchos cultivavam pequenos roçados e criavam os animais soltos.

Além disso, migravam com frequência; praticavam a caça e a pesca, que, não obstante garantirem o alimento, juntamente com os bailes e as carreiradas, representavam atividades de lazer; seguiam o catolicismo em sincretismo com as religiões indígenas, africanas e europeias e foram os responsáveis pela formação de núcleos populacionais nas rotas de comércio da erva-mate, do gado e de muares.

Viabilizada pela colonização, as fricções étnicas ocorridas no oeste catarinense introduziram lógicas diferenciadas na ordenação dos espaços sociais, políticos, econômicos e culturais dos caboclos que ocupavam há décadas essa região. A partir de então, o caboclo pautar-se-ia também em códigos culturais oriundos de povos de descendência européia.

As reflexões sobre a cultura cabocla vivenciada nas primeiras décadas do século XX na antiga fazenda Rodeio Bonito e suas múltiplas implicações não deverão ser entendidas como definitivas, pois foram articuladas de acordo com a sensibilidade e a bagagem cultural adquirida num dado momento. Por certo, a compreensão do diálogo entre o caboclo, a sua cultura e o fenômeno colonizador oestino vai muito mais além das evidências históricas partilhadas nesse capítulo que se finda.

Algumas implicações relacionadas à transição do processo de ocupação da terra para o de colonização serão discutidas no capítulo dois, que trata da trajetória empreendida pelo migrante sul-rio-grandense na colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito.

2 AS TRAJETÓRIAS DOS MIGRANTES NA COLONIZAÇÃO DA ANTIGA FAZENDA RODEIO BONITO

A proposta deste capítulo é interpretar algumas das múltiplas faces do processo de colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito e, num aspecto geral, do próprio oeste de Santa Catarina, entre 1920 e 1954. Abordam-se questões sobre o estabelecimento dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul; as motivações que desencadearam o abandono das Colônias Velhas pelos descendentes deste grupo étnico e sua trajetória em direção à antiga fazenda Rodeio Bonito; a Lei de Terras de 1850; a ação das colonizadoras; a territorialidade da fazenda Rodeio Bonito e a formação da Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi.

2.1 Rio Uruguai: elo de esperança

Os migrantes e/ou imigrantes de ascendência europeia, que colonizaram a antiga fazenda Rodeio Bonito deixaram suas terras, suas casas, seus parentes em busca de um outro espaço para satisfazer as aspirações de uma vida nova. Essa geração que cruzou o rio Uruguai em direção ao oeste catarinense, em outro contexto, em outra época, vivera uma experiência idêntica à dos seus ascendentes: abandonar a antiga pátria, movidos pelo desejo de encontrar em outras terras melhores oportunidades de trabalho, de sobrevivência e perspectivas de um futuro promissor.

Para Maestri há uma integração ideológica entre o bisavô europeu e o neto brasileiro, unidos no mesmo movimento de luta pela terra, do imigrante que abandonou a Europa para

obter na América a gleba colonial impossível de ser conquistada no Velho Mundo; havia, portanto, uma identificação quase automática, apesar dos tempos históricos diferentes.¹³²

O rio Uruguai, elo ou divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e o oceano Atlântico, que separa e ao mesmo tempo une a Europa e a América, foram ao longo da história atravessados por familiares da mesma árvore genealógica. Com raízes européias essa árvore genealógica influenciou sobremaneira a cultura e a sociedade oestina. Nas singularidades que envolveram a colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito, de acordo com a pesquisa, o grupo étnico mais significativo entre os migrantes foi o ítalo.

Portanto, com o intuito de abordar alguns aspectos desse grupo étnico dirige-se o olhar à imigração italiana para o Rio Grande do Sul com base em fontes secundárias, por considerar esse fenômeno parte importante da territorialidade étnica dos municípios de Coronel Martins, Entre Rios, Galvão, Ipuacú, Lajeado Grande, Jupιά, Marema, São Domingos e Xaxim. Tem-se consciência de que a cultura ítala não se materializou por completo na região colonizada, porém deixou muitos traços no contexto cultural dos habitantes desse recorte geográfico.

No passado, multidões de imigrantes italianos foram atraídas para a América movidas pelo sonho de fazer fortuna, de “ser patrão”, mesmo que de si mesmo ou da família;¹³³ buscavam no outro lado do Atlântico um paraíso com fabulosas oportunidades e um futuro promissor, onde obteriam “propriedades tidas na Itália como latifúndios. Despovoando-se as aldeias, aumentaria a oferta de trabalho para os que ficassem e reduzir-se-iam os arrendamentos. As finanças nacionais engrossariam com as remessas dos expatriados”.¹³⁴

Maestri registra que “o abandono da terra natal constituiu saída para a crise vivida por multidões, partia-se para a América para fugir da fome, do trabalho fatigante, da desnutrição, do salário irrisório e do alto aluguel da terra”.¹³⁵

Sobre o complexo processo de transferência dos imigrantes do norte da Itália para a América, Dilse Corteze sugere que foi um momento de ruptura traumática vivida de forma diversa e, não raro, contraditória pelos seus protagonistas: havia aqueles que partiam dilacerados, ao passo que outros partiam eufóricos.¹³⁶

Os imigrantes europeus de forma livre e espontânea atravessaram o Atlântico, numa aventura além-mar que apresentava “de certo modo, a única saída para o profundo impasse

¹³² CORTEZE, *Ulisses va in América...* 1993, p. 28.

¹³³ Termo usado por Mário Maestri.

¹³⁴ MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra: colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005, p. 32.

¹³⁵ MAESTRI, Mário, apud. CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in America...* 1993, p. 17.

¹³⁶ *Ibidem*.

em que viviam”.¹³⁷ O imigrante desejava terra em abundância, fartura, descanso, sonhos também idealizados por “Nanetto Pipetta”, personagem de Aquiles Bernardi, citado por José Carlos Radin em *Italianos e ítalo-brasileiros*:

*Evviva la Merica, zé grande Cuccagna. Se beve se
Magna, e liegri se stá. Pi grando contento, pí bela legria,
Che mai passa via, mai pí cataró...
La Merica, dizeva el nonno, par i putei la ze come na gran piassa
piena de dolsi e basta impiantare on soldo parché ghin nassa na
pianta bella e tutti pole rampegarse suso e torse tanti soldi fin da
impienare le scarsele. In te sta piassa se zuga, se corre, se salta, se
oza; e quando se gá sê, se beve ácoa dolse, e mistrá, e vin bon, e bira
e gazosa e pó cosa ancora? ... e biter e miele, e rifreschi e riscaldi, e
pó e pó ancora robe boné!...*¹³⁸

A utopia de fazer fortuna na América, o sonho da *cucagna*,¹³⁹ retratado na mensagem de Aquiles Bernardi, em muitas famílias encontrou limites; por outro lado, houve os que alcançaram grande desenvolvimento econômico no Novo Mundo.

Uruguai, Brasil, Chile, Argentina, a tal “América” era qualquer lugar que os recebesse ou que lhes oferecesse guarida. Dos que fizeram do Brasil sua América, a maior parte dirigiu-se a São Paulo, seja para as fazendas de café, seja a região urbana. Quanto à parcela que se direcionou para o Rio Grande do Sul, ocuparia as áreas coloniais do nordeste do estado.¹⁴⁰

No Rio Grande do Sul “geralmente essas terras eram incultas e impróprias para a agricultura latifundiária e escravista”.¹⁴¹ Na literatura sulina, as primeiras terras ocupadas pelos imigrantes europeus foram denominadas de Colônias Velhas. Os que partiram da Itália e instalaram-se nessas colônias do Rio Grande do Sul deixaram um país que há poucos anos havia se unificado – em 1870 ocorreu a unificação italiana. A população passava por muitos problemas sociais, políticos e econômicos.

¹³⁷ CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in America...* 1993, p. 14.

¹³⁸ RADIN, José Carlos. *Italianos e ítalo-brasileiros*: na colonização do oeste catarinense. Joaçaba: Edições Unoesc, 2001, p. 53-54. In: BERNARDI, Aquiles. *Nanetto Pipetta*. 9. ed. Porto Alegre: Est, 1990, p. 17-18.

“Salve! Linda América! Ó terra querida! Comida e bebida de montão terás. Imenso prazer e grande alegria com muita harmonia sempre gozarei [...]” “A América, dizia o avô, é para as crianças como uma grande praça cheia de doces e basta plantar uma moeda para que nasça uma bela árvore e todos podem trepar ali e apanhar quanto dinheiro quiser até encher os bolsos. Nessa praça a gente brinca, corre, salta, vozeia; e quando está com sede, toma água doce, licor de anis, bom vinho, cerveja, gasosa e que mais ainda? Também biter e mel, e refresco e quentão e por fim ainda muitas coisas boas...” – Esta tradução foi extraída da versão portuguesa do livro Nanetto Pipetta feita por Alberto Stawinski e Maria Adami Tcacenco, p. 48 - 49.

¹³⁹ *Cuccagna* terra ou país da *cuccagna*; mito medieval de terra da abundância sem trabalho.

¹⁴⁰ Cf. RADIN, *italianos e ítalo-brasileiros...* 2001, p. 55.

¹⁴¹ CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (Org.). *Raízes italianas do Rio Grande do Sul (1875-1897)*. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 16.

Bem ou mal, os projetos governamentais ofereciam no sul da América os dois elementos essenciais que os colonos europeus não encontravam no Velho Mundo: terras acessíveis e abundantes e acesso aos mercados consumidores, facilidades que não foram, jamais, propostas para os elementos nacionais pobres.¹⁴²

O projeto colonizador, com suas colônias, sedes coloniais, travessões, lotes e dívida colonial, forneceu terra a milhares de famílias de trabalhadores rurais e de camponeses minifundiários europeus, que foram inseridos na divisão do trabalho e na circulação de mercadorias nos moldes de uma sociedade mercantil capitalista.¹⁴³

Em *Imigração e integração cultural* João Carlos Tedesco interpreta a imigração como um fenômeno histórico-estrutural, identitário e antropológico, um processo de longa duração; principalmente da sociedade capitalista, das relações de trabalho, na composição de classes e culturas.¹⁴⁴ O autor refere-se a processos migratórios ocorridos no final do século XX e indicou como principal motivo do fenômeno o capitalismo. Essas mesmas idéias ensejaram os processos emigratórios da Europa para a América, especialmente no século XIX.

Um século depois mudaria o cenário: agora era o oeste catarinense. Mudariam os atores: agora, eram os descendentes de teutos, ítalos e poloneses, além de outros cuja esperança era encontrar nas novas terras a prosperidade, de acordo com a lógica da acumulação capitalista.

2.2 Terras devolutas

Dáblio Taglietti escreve que “terra devoluta não significa o mesmo que terras públicas. O sentido de expressão terra devoluta evoluiu para terras incultas, inexploradas, inaproveitadas, ou seja, terras que acabavam voltando ao domínio público”.¹⁴⁵

A colonização de terras devolutas brasileiras com camponeses – havia outras categorias – pequenos proprietários europeus não portugueses foi, certamente, a mais importante e frutífera iniciativa dos governos imperial e republicano brasileiros. Constituiu,

¹⁴² CORTEZE, *lisses va in America...* 2002, p. 113.

¹⁴³ Cf. MAESTRI, Mário. A travessia e a mata: memória e história. In: DAL BÓ, Juventino (Org.). *Simpósio internacional sobre imigração italiana e estudos*. Caxias do Sul: EducS, 1996, p. 206.

¹⁴⁴ Cf. TEDESCO, João Carlos. *Imigração e integração cultural: interfaces*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2006, p. 39-40.

¹⁴⁵ TAGLIETTI, Dáblio Batista. *Lei de Terras e colonização como pressupostos da normatização agrária do Médio Alto Uruguai*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003, p. 29.

nos fatos, parte do único processo de efetiva democratização maciça da propriedade da terra no Brasil.¹⁴⁶

No Rio Grande do Sul as terras devolutas pertencentes à União eram divididas em grandes e pequenos lotes, onde as famílias vindas do outro lado do Atlântico eram instaladas. As despesas de viagem ficavam por conta do governo. Além do Estado, muitas empresas de iniciativa privada tinham autorização para agir no estabelecimento das colônias. A entrega financiada das terras da Encosta Superior sul-rio-grandense e a viabilização crescente dos contatos com centros consumidores constituíram uma das possibilidades da época de o camponês italiano ascender ao *status* de proprietário.¹⁴⁷

No processo de apropriação privada da terra, os grupos ligados ao extrativismo,¹⁴⁸ eram considerados de qualidade “inferior” ao passo que os que se amparavam na lei e nas ideias de progresso e civilização eram (auto) denominados “superiores”. Tal percepção permeou a urdidura construída em torno do controle da terra e influenciou sobremaneira,¹⁴⁹ também o processo de colonização das novas terras no oeste catarinense.

2.3 Colônias Velhas

Ainda durante o Império e também nos primeiros anos da República, “o governo brasileiro passou a se preocupar com a organização da colonização oficial. Núcleos coloniais foram fundados por conta da União, objetivando a venda de lotes aos colonos”.¹⁵⁰ Foi nesse contexto que o nordeste do Rio Grande do Sul foi colonizado pelos imigrantes europeus; mais tarde, uma parcela de seus descendentes abandonariam a região e colonizariam o oeste catarinense e sudoeste do Paraná, além de outras regiões do Brasil.

De acordo com Maestri, oito mil quilômetros quadrados da semidesabitada Encosta Superior do nordeste do Rio Grande do Sul, imprestáveis para a produção pastoril, foram parcelados e destinados à colonização. Conde D’Eu (Garibaldi); Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Caxias foram as três primeiras colônias italianas no Rio Grande do Sul.¹⁵¹

Segundo o autor, nos anos de 1880, como haviam acabado as terras das colônias imperiais, a economia colonial-camponesa ocupou a periferia das antigas colônias e atravessou o rio das Antas em direção ao norte do Rio Grande do Sul, ocupando o Planalto

¹⁴⁶ CORTEZE, *Ulisses va in America...* 2002, p. 113.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 124.

¹⁴⁸ O autor refere-se aos nativos e aos caboclos.

¹⁴⁹ Cf. RADIN, *Italianos e ítalo-brasileiros...* 2001, p. 58.

¹⁵⁰ Cf. PIAZZA, *Santa Catarina...* 1983, p. 530.

¹⁵¹ Cf. CARBONI; MAESTRI, (Org.) *Raízes italianas...* 2003, p. 18.

Meridional e Setentrional. Nesse processo, foram fundadas as colônias de Alfredo Chaves (1889), São Marcos (1885), Mariana Pimentel, Barão do Triunfo e Vila Nova (1887), Antônio Prado (1888), Jaguari e Guarani (1889), Guaporé (1892), entre outras.¹⁵²

Segundo Luis Alberto De Boni, “a Constituição de 1891 transferia aos estados os encargos com a colonização e as terras devolutas estavam quase todas no Alto Uruguai, onde em 1808, fundou-se a Colônia Erechim [...], em 13 de julho de 1914 declarava-se encerrada a imigração subvencionada no Estado, depois de 90 anos (1824-1914).”¹⁵³ Para o imigrante:

A abundância de terras e a proximidade dos mercados ensejaram sólida comunidade camponesa, que, por décadas, conheceu vigorosa expansão territorial e demográfica. Os inúmeros filhos do agricultor imigrante, mais do que bocas para alimentar, eram braços para trabalhar. Muito logo, essa maré humana ultrapassou a fronteira do Rio Grande do Sul em direção ao oeste de Santa Catarina, do Paraná, do Mato Grosso, do próprio Paraguai, em busca de terras para frutificar.¹⁵⁴

O deslocamento apresentado retrata uma sociedade mercantil, capitalista, que com o crescimento demográfico no decorrer do tempo buscou no oeste de Santa Catarina, além de em outras regiões, o sucesso econômico ou, pelo menos, a garantia da sobrevivência.

A partir de 1940-1950 esgotaram-se as terras destinadas à colonização no Rio Grande do Sul, decorrendo daí fortíssimos acréscimos das colônias. Na mesma época, cresceu a produtividade das atividades agrícolas, com maquinaria, insumos, deslocando-se, então, para o oeste uma mão-de-obra acostumada com as práticas rurais.¹⁵⁵

Segundo Werlang, “esta descapitalização impedia o colono de adquirir mais terras na própria região, indo então em busca de outras mais baratas. No oeste catarinense podiam comprar as terras em prestações, e a um preço inferior.”¹⁵⁶

As informações que conduziam a escolha pelo oeste catarinense chegavam até os sul-rio-grandenses por intermédio de agentes das companhias colonizadoras, de cartas de familiares e de amigos que já haviam migrado, de notícias e propagandas vinculadas nos jornais, nos rádios, em livros, almanaques, nas pregações de padres e pastores.¹⁵⁷

¹⁵² Ibidem, p. 18.

¹⁵³ DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. Os italianos fazendo a América no Rio Grande do Sul. In: *Cultura italiana – 130 anos*. Porto Alegre: Nova Prova: 2005, p. 27-28.

¹⁵⁴ MAESTRI, Mário. apud. VANNINI, Ismael Antônio. *O sexo, o vinho e o diabo*: demografia e sexualidade na colonização no rio Grande do Sul – 1906 – 1970. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 15-16.

¹⁵⁵ Cf. VANNINI, *O sexo, o vinho e o diabo...* 2003, p. 33.

¹⁵⁶ WERLANG, Alceu Antônio. Colonização ítalo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa no oeste de Santa Catarina; a atuação da Cia. Territorial Sul Brasil. *Cadernos do Ceom*, Chapecó, ano 13, n. 11, p. 11 - 55, ago. 1999, p. 20.

¹⁵⁷ Cf. NODARI, *A renegociação da etnicidade...* 1999, p. 39.

Uma dessas propagandas pode ser observada no mapa da empresa colonizadora Bertaso, cujo texto menciona as riquezas naturais do oeste de Santa Catarina, como a fertilidade das terras, pouco montanhosas e próximas às margens do rio Chapecó, que se prestavam aos mais diferentes cultivos, como o fumo, feijão, milho, trigo e cana-de-açúcar. Fazia-se também referência ao clima salubre.

Além disso, o proprietário, Ernesto Bertaso, colocava-se à disposição para custear despesas de viagem a todos que desejassem visitar Chapecó. O texto cita propriedades do município que já haviam sido colonizadas pela Bertaso, Maia & Cia., entre as quais a colonizadora Oeste Catarinense, São Paulo-Rio Grande, Campina do Gregório e a empresa Irmãos Lunardi.¹⁵⁸

Influenciados pela propaganda, pelas boas condições para aquisição de terras na região, aliadas às inúmeras necessidades dos sul-rio-grandenses, milhares de pessoas migraram para o oeste catarinense. Apesar das dificuldades encontradas no percurso do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, na instalação e manutenção nas novas terras, nos fracassos e nas vitórias na odisséia do migrante sul-rio-grandense, é certo que muito baixa foi a taxa de retorno às antigas colônias no estado vizinho.

O mapa da figura 2 contempla o texto, além da planta das terras de Ernesto Bertaso, as fazendas Campina do Gregório e Rodeio Bonito.

¹⁵⁸ Mapa da planta das terras da Colonizadora Ernesto F. Bertaso. Acervo do Ceom – Unochapecó.



Figura 2. Planta das terras da Colonizadora Bertaso
Fonte: Acervo do Ceom – Unochapecó.

2.4 Divisa que une

É importante lembrar que, principalmente entre 1920 e 1960, a região oeste de Santa Catarina (há milênios habitada por indígenas, depois caboclos, negros, entre outros foi colonizada por diferentes etnias. Nesse período, alemães, poloneses, austríacos e, em maior número, descendentes de italianos colonizaram a antiga fazenda Rodeio Bonito, razão que justifica, nesta dissertação, um olhar mais aguçado à imigração italiana em detrimento de outras. Segundo Luiz Alberto De Boni e Rovílio Costa tem “o dia 20 de maio de 1875 como data oficial do início da imigração italiana para o Brasil”.¹⁵⁹

Apesar de essa data oficializar a vinda dos imigrantes italianos para o país, muitos se estabeleceram no Brasil antes de 1875. Na Itália esses imigrantes “viviam em condados, criando pequenos animais, numa economia de subsistência”¹⁶⁰ no Brasil, “viam no pequeno lote comercial a possibilidade de sobreviver e enriquecer”.¹⁶¹ Os imigrantes vindos principalmente do norte da Itália, estabeleceram-se no nordeste do Rio Grande do Sul, onde desenvolveram uma economia baseada na policultura, no artesanato doméstico explorado pela mão-de-obra familiar.¹⁶² Essa forma de produção propagou-se para as novas terras no oeste catarinense, configurando traços culturais que unem o Rio Grande do Sul e o oeste de Santa Catarina.

2.5 Lei de terras no contexto regional

Desde o Período Colonial, o Brasil passou por diversas práticas de apropriação de terras, entre elas a sesmaria. O sesmeiro, constituído de poderes herdados da corte, recebia gigantescas áreas de terras para instalar engenhos de açúcar, criar gado e realizar outras atividades. Com a Independência, foi abolida a sesmaria, passando-se para a prática do apossamento, na qual o controle da terra era de quem a usava. Então, áreas tidas como abandonadas ou sem dono, se fossem cultivadas e exploradas, eram vistas como legítimas. Contudo, a Lei de Terras de 1850 acabou com as práticas citadas, principalmente a dos apossamentos.¹⁶³

¹⁵⁹ DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: EST/UCS; Vozes, 1982, p. 65.

¹⁶⁰ COSTA, Rovílio; COSTELA Irineu. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vidas costumes e tradições*. 2. ed. Porto Alegre: Universidade de Caxias do Sul, 1986, p. 11.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 12.

¹⁶² Cf. VANNINI, *O sexo, o vinho e o diabo...* 2003, p. 31.

¹⁶³ Cf. RADIN, *Companhias colonizadoras em Cruzeiro...* 2006, p. 48.

A Lei de Terras pôs fim à apropriação gratuita das terras públicas, legitimando inúmeros latifúndios, mantendo e reforçando a estrutura agrária instaurada no Brasil - Colônia com o regime das sesmarias.¹⁶⁴ Pois as terras passaram a ser vendidas. Inicialmente, os imigrantes receberiam terras gratuitas, sementes, animais e ajuda para o estabelecimento, mas após a Lei de Terras de 1850-1854 a aquisição da terra e os benefícios iniciais passaram a ser financiados.¹⁶⁵ Portanto, esta lei beneficiava o fluxo imigratório europeu.

“A lei procurava pôr fim a uma das causas da dificuldade de obtenção de trabalhadores livres. Esperava-se que, a partir de então, o imigrante alugasse sua força de trabalho, até amealhar o suficiente para comprar um lote de terreno.”¹⁶⁶

Nesse mesmo sentido, Olívio Manfrói relata que em 1850 o governo imperial retomou a colonização e instituiu uma legislação definitiva, um estatuto jurídico, por meio do qual definiu a significação de terras devolutas, suprimiu a concessão gratuita dos lotes aos imigrantes e decidiu que a compra seria o único meio para ter o título de posse.¹⁶⁷

A lei n. 601 – Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, dispôs acerca das terras devolutas e foi votada durante o período da abolição do tráfico transatlântico de escravos africanos, os quais estariam disponíveis para a exploração como trabalhadores assalariados.¹⁶⁸ Emília Viotti da Costa reforça essa idéia ao registrar que a Lei de Terras constituiu uma resposta das classes proprietárias do Brasil à ameaça de futura falta de mão-de-obra escravizada em virtude da interrupção do tráfico transatlântico de trabalhadores naquele ano.¹⁶⁹ A lei foi regulamentada em 1854 e “determinava a forma de demarcação das colônias, estabelecendo medidas básicas como as léguas, os travessões e os lotes”.¹⁷⁰

Percebe-se nessa lei um nítido desfavorecimento aos caboclos, cujas “terras não podiam ser legalizadas por não haver princípio de reconhecimento para a cultura, pois simples roçados, derrubadas ou queimadas de mata ou capoeira não constituíam direito de posse”.¹⁷¹

¹⁶⁴ ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade 1850 – 1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006, [s.p.].

¹⁶⁵ MAESTRI, *A aldeia ausente...* 2002, p. 22.

¹⁶⁶ MAESTRI, *Os senhores da Serra...* 2005, p. 24.

¹⁶⁷ Cf. MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975, p. 36.

¹⁶⁸ Cf. MAESTRI, *A aldeia ausente...* 2002, p. 149-176.

¹⁶⁹ Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo, EdEDUSP, 1992; SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. EdUnicamp, Campinas, 1996.

¹⁷⁰ VANNINI, *O sexo o vinho e o diabo...* 2003, p. 71.

¹⁷¹ DALLA NORA, Nilce Corteze. *Quem chega, quem sai: a política de distribuição de terras em Jaboticaba - RS*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002, p. 85.

Além disso, a lei disciplinou o que era de domínio do Estado e o que era particular, após o qual as terras passaram a ser escrituradas, transformando-se em propriedades privadas e privilegiando, assim, quem possuía grandes extensões.¹⁷²

Com a República, os estados passaram a ter mais autonomia em relação às antigas províncias. A questão das terras devolutas ganhou importância depois da Lei de 1850, visto que, juridicamente, na Repartição Central nunca houve sequer um mapa ou inventário completo no qual constassem os lotes demarcados, se tinham sido vendidos, doados, concedidos a empresas ou outros fins. Essas questões malresolvidas causaram conflitos sociais e, em relação ao oeste de Santa Catarina, geraram a Questão do Contestado.¹⁷³

Entre inúmeras causas desse conflito estava a posse das terras, que a partir dos primeiros anos do século XX transformaram-se em bens imobiliários. Observa-se que um pequeno número de proprietários controlava grande quantidade de terras. Por sua vez, a população local (caboclos) guiava-se pela idéia de posse,¹⁷⁴ as quais em inúmeros casos não foram reconhecidas pelo Estado.

Após a Lei de Terras de 1850, grandes áreas de campo do oeste catarinense, inclusas nos “Campos de Palmas, Irani e do Erê”, foram registradas na Capela de Palmas. Com o advento da República, passando a questão fundiária à competência estadual, o Paraná tituló igualmente áreas hoje localizadas no oeste catarinense.¹⁷⁵

Com o final da Questão do Contestado, Santa Catarina comprometeu-se a respeitar as concessões feitas até então pelo Paraná, que, no entanto, continuou fazendo concessões após essa data. Em 1917, o Paraná expediu 95 títulos, a maior parte em Santa Catarina. Para regularizar a situação, o governo catarinense editou a Lei 1.180, de 4 de dezembro de 1917, cujo artigo primeiro estabelecia “Todos os possuidores de terras com títulos expedidos pelo Paraná, na zona contestada, ficam obrigados a registrá-los, no prazo de dois anos, a contar a do primeiro de janeiro de 1918”.¹⁷⁶

A finalidade dessa lei era legalizar as terras que o Paraná havia concedido antes do acordo de 20 de outubro de 1916, o que determinou a vitória catarinense na Questão do Contestado. Em face da legalização das posses, o governo catarinense passou a fazer a concessão das terras devolutas.

¹⁷² Cf. RADIN, *Companhias colonizadoras em Cruzeiro...* 2006, p. 49.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 49.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 57.

¹⁷⁵ RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. In: CEOM: *20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina*, Argos, 2006, p. 66.

¹⁷⁶ Cf. WERLANG, *Disputas e ocupações...* 2006, p. 31.

Essa Lei 1.180 privilegiou latifundiários, contudo, oficialmente, fazia referência aos “intrusos” e lhes garantia determinados direitos, alguns impossíveis de serem alcançados, uma vez que as camadas subalternizadas eram analfabetas e desconheciam o sistema jurídico para legalizar as posses nos prazos previstos na legislação. O fim do Contestado no contexto regional desencadeou oficialmente o processo de colonização realizado por diversas companhias colonizadoras e pelo Estado no oeste de Santa Catarina.

2.6 Ações das colonizadoras

Em geral, as companhias colonizadoras eram empresas formadas por grupos de sócios com diferentes participações de capital, dos quais a maioria das vezes um atuava na região nas atividades relacionadas à venda das terras.¹⁷⁷ No caso da subcolonizadora Irmãos Lunardi, eram quatro os sócios: Giácomo, Pedro, João e Antônio. Luiz Lunardi, filho de João, foi o responsável pela comercialização dos lotes da antiga fazenda Rodeio Bonito, vendendo-os para interessados no Rio Grande do Sul.

As companhias colonizadoras que surgiram no início da década de 1920 eram favorecidas com os incentivos do poder público catarinense, que colocou em prática um projeto pretendido e avalizado pelo Estado, o que levou os empresários da colonização a utilizá-lo para ampliar vantagens econômicas.¹⁷⁸

O povoamento do médio oeste catarinense consolidou-se com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, pela *Brazil Railway C.* do grupo Farquhar. Outra empresa subsidiária deste grupo, a *Brasil Development & Colonization*, iniciou a apropriação territorial. O maior objetivo da construção da ferrovia era promover a colonização das terras numa extensão de 15 km de cada lado da linha férrea.¹⁷⁹

A ferrovia São Paulo-Rio Grande foi construída seguindo a lógica da expansão capitalista internacional, com a função dupla de proporcionar uma saída lucrativa ao capital e de estimular a exportação. A ferrovia pode ser incluída no rol das ferrovias colonizadoras, pois, por meio dela o contingente populacional excedente do Rio Grande do Sul deslocou-se para Santa Catarina, povoando a região oeste, justamente no território sobre o qual a Argentina havia reivindicado direitos na Questão de Palmas.¹⁸⁰

¹⁷⁷ Cf. RADIN, *Companhias colonizadoras em Cruzeiro...* 2006, p. 71.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 71.

¹⁷⁹ PIAZZA, *Santa Catarina...* 1983, p. 250.

¹⁸⁰ Cf. HEINSFELD, *A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina...* 1996, p. 148.

Em 7 de janeiro de 1922, a *Brasil Development* firmou um contrato com o governo catarinense, obrigando-se a colonizar as terras que compreendem o oeste catarinense, num prazo de 15 anos, a contar de 1º de janeiro de 1932; em caso contrário, as terras seriam revertidas ao Estado. Em 1924, o contrato foi modificado, com o governo autorizando muitas concessões nesse período. A seguir, a empresa imobiliária delegou o povoamento a diversas empresas, entre elas a Bertaso, Maia & Cia.¹⁸¹

A colonizadora Bertaso Maia e Cia. foi fundada em 18 de setembro de 1918, com a fusão de interesses de Agilberto Maia, então prefeito de Guaporé, Manoel Passos Maia, há muito ligado ao processo político catarinense, e Ernesto Francisco Bertaso, na época caixeiro-viajante. A empresa, que teve sua primeira sede em Passo Fundo, foi dissolvida em 21 de novembro de 1923, quando o coronel Bertaso formou uma nova firma, denominada Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso.¹⁸²

De acordo com o que já foi exposto, na região do “Velho Chapecó” a colonização não foi diretamente promovida pela empresa *Brazil Railway C.* do grupo Farquhar, responsável pela construção da ferrovia, mas por companhias colonizadoras que eram suas subsidiárias e que buscavam amparar seus lucros com o comércio de terras e de madeiras.

O processo de colonização ocorreu com o intuito de apropriar-se de terras consideradas devolutas. Nessa perspectiva, várias companhias colonizadoras, entre elas a empresa imobiliária Bertaso Maia & Cia., fizeram uso da influência política de seus sócios, que também se beneficiaram dessa apropriação, passando a controlar grande parte das terras do oeste de Santa Catarina e colocando-as à venda.¹⁸³

As riquezas naturais da região, como a madeira, a erva-mate e as pastagens, instigavam a cobiça das empresas imobiliárias, com a população nativa e os caboclos sendo alijados desse processo. “O fato dos indígenas possuírem o entendimento de que a terra tinha o valor de uso e não comercial favoreceu os ‘forasteiros’ a se imporem aos estabelecidos.”¹⁸⁴ O governo republicano alegava a necessidade de enfrentar as mazelas que afetavam o país, entre as quais estariam o sertão e sua gente vivendo em completo atraso; por isso, era preciso modernizar, tanto no seu modo de ser quanto no de trabalhar.¹⁸⁵

Para alcançar os objetivos pretendidos pelo Estado foram expedidos títulos legais sobre as terras do oeste, região recentemente incorporada a Santa Catarina. Fazendo parte

¹⁸¹ Cf. PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1994, p. 253.

¹⁸² Cf. *Ibidem*, p. 256.

¹⁸³ Cf. WERLANG, *Disputas e ocupações...* 2006, p. 11.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 11.

¹⁸⁵ RADIN, *Companhias colonizadoras em Cruzeiro...* 2006, p. 74.

desse contexto, de forma legalizada e legitimada pelo Estado, em 1920 formou-se a subcolonizadora Irmãos Lunardi.

A subcolonizadora foi criada juridicamente com o nome de Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi e destinava-se “à exploração de compra e venda de terras, indústria de madeira, engenho e casa de comércio a varejo”.¹⁸⁶ A seguir a empresa voltar-se-ia para a colonização controlada, demarcando lotes destinados à agricultura familiar, atraindo migrantes sul-rio-grandenses, que se ocupariam do comércio extrativo ervateiro, madeireiro e agroindustrial.

É importante ressaltar que, segundo o Arquivo da Colonizadora Bertaso, no livro *Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura* o Estado de Santa Catarina, em 1921, tituló oficialmente a área da fazenda Rodeio Bonito à colonizadora Bertaso, Maia & Cia., que ainda em 1920 negocia a fazenda com a Irmãos Lunardi. Esta pagou à Bertaso, Maia & Cia., que por sua vez, pagou ao Estado. A subcolonizadora Irmãos Lunardi vinculava-se à Bertaso, Maia & Cia. porque era quem comercializava os lotes e a segunda respondia ao Estado.¹⁸⁷

Os empresários colonizadores da fazenda Rodeio Bonito mantiveram estreita relação com os poderes públicos, ocupando cargos na elite política de Chapecó e sempre buscando melhorias na infraestrutura da gleba adquirida. Dessa maneira, os interesses privados encontravam respaldo nas ações governamentais, as aspirações dos colonizadores e do Estado se entrelaçavam.

A atribuição do nome da sede do antigo núcleo caboclo chamado Passo do Xaxim para distrito de “Paz de Hercílio Luz”, denotava a busca de apoio governamental, prática utilizada por políticos em todo o oeste catarinense, com o fim de aproveitar ou agradecer as facilidades concedidas pelos governantes. Para ilustrar essa situação, basta observar a escolha do nome do distrito de “Paz de Hercílio Luz”, este governador expediu centenas de títulos de terras, inclusive os destinados ao pagamento de estradas, com gigantescas áreas. Entre um desses títulos estava a fazenda Rodeio Bonito, concedida pelo Estado à colonizadora Bertaso, Maia & Cia., que em 1920 a vendeu aos irmãos Lunardi, como forma de pagamento pela construção da estrada entre Passo dos Índios e Goio-En.

A comercialização da vasta área pertencente à fazenda Rodeio Bonito coincidia com as ambições das empresas colonizadoras Bertaso, Maia & Cia. e Irmãos Lunardi, aliadas aos interesses do Estado em divulgar a “vocação agrícola do país”. Nas primeiras décadas do

¹⁸⁶ BERTASO, MAIA & CIA. *Contrato de venda*. Chapecó, 8 de setembro de 1920. Acervo Rui Longhi.

¹⁸⁷ Ver ABC – Arquivo Colonizadora Bertaso. Livro: *Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura*. Ceom. Folha 188.

século XX colocava-se a urgência de Brasil mostrar-se capaz de povoar, utilizar e defender os recursos naturais a fim de assegurar efetivamente a sua posse.¹⁸⁸

Foi pela ação das companhias colonizadoras povoadas as regiões do oeste do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A maior parte dos sócios das companhias concessionárias (formadas no início do século XX) era de imigrante ou filho de imigrantes, o que favoreceu as relações com os colonos, também imigrantes.¹⁸⁹

Acrescenta-se que a saída de migrantes sul-rio-grandenses foi intensa a partir de 1915, num movimento cuja direção foi determinada pelas áreas abertas à venda pelas companhias colonizadoras. Assim, famílias inteiras migraram para o novo “eldorado” agrícola do oeste despovoado; poloneses, alemães e italianos ocuparam as novas terras ao lado de lusos, africanos e ameríndios, levando as suas técnicas, religião e cultura para as novas terras.¹⁹⁰

Os compradores dos lotes da subcolonizadora Irmãos Lunardi provinham principalmente de Guaporé, Veranópolis, Getúlio Vargas e Antônio Prado, entre outros no Rio Grande do Sul. Entre esses migrantes havia, além de colonos, madeireiros, comerciantes, carpinteiros e outros profissionais necessários para o desenvolvimento da região.

As empresas eram registradas como companhias colonizadoras e como madeireiras. As terras eram desmatadas pelas madeireiras das empresas; após, o desmatamento, as terras eram demarcadas, divididas em lotes e postas à venda. As companhias colonizadoras obtinham lucros provenientes da madeira e um lucro adicional com a venda dos lotes.¹⁹¹

2.7 Fazenda Rodeio Bonito

Segundo Walter Piazza, a fazenda Rodeio Bonito ocupava uma área com 288.203.010 m² e não foi uma concessão atribuída pela *Development*. Eram terras devolutas concedidas pelo Estado de Santa Catarina à Bertaso, Maia & Cia. como forma de pagamento pela

[...] construção da estrada de Passo Goio-En a Passo dos Índios, efetuada pelo governo do Estado, a aludida concessão, a de 4 de outubro de 1921, que ainda em 1920 Ernesto F. Bertaso entregou aos irmãos Lunardi para colonizar e cujos limites são: ao sul e a oeste com a Fazenda Campina do Gregório e a leste com o rio Irani.¹⁹²

¹⁸⁸ RADIN, *Companhias colonizadoras em Cruzeiro...* 2006, p. 49.

¹⁸⁹ Cf. GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Terra e homens: colônias e colonos no Brasil*. Caxias do Sul: Edusc, 2004, p. 173.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 177.

¹⁹¹ Cf. GIRON; BERGAMASCHI, *op. cit.*, p. 173.

¹⁹² PIAZZA, *A colonização...* 1994, p. 258. Segundo o contrato de venda da Bertaso, Maia & Cia., de 8 de set. 1920, para a Irmãos Lunardi a área adquirida era de 242.000.000 m².

Sobre a estrada entre Passo do Goio-En e Passo dos Índios, Renilda Vicenzi relata que, “em 12 de março de 1921, o governo de Santa Catarina contratou a firma Bertaso, Maia & Cia., para que executasse a estrada de rodagem que ligaria o Passo do Goio-En ao Passo dos Índios, no município de Chapecó, com uma extensão de aproximadamente 30 km”.¹⁹³

O título de concessões de terras da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura revela os hectares concedidos em 7 de outubro de 1921 por Hercílio Luz, vice-governador em exercício do Estado de Santa Catarina, que concedeu à Bertaso, Maia & Cia. a segunda área de terras, com 288.203.010 m² [28.820,30 ha], entre os rios Chapecó e Irany, no município de Chapecó.¹⁹⁴ Esta era a área da fazenda Rodeio Bonito, que foi vendida à Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, subcolonizadora da Bertaso, Maia & Cia.

No relato de Piazza: “vendas de grandes áreas, como a Rodeio Bonito aos Irmãos Lunardi, e outras aos Irmãos Pasquali, e a família Cella, foram efetuadas para enfrentar compromissos da compra das grandes fazendas, no início da colonização”.¹⁹⁵

Situada ao sul da vila de Xaxim – que não se chamava vila Xaxim, mas Passo do Xaxim – a fazenda Rodeio Bonito abrangia as linhas coloniais Lageado Bonito, Lageado Pilão de Pedra, Lageado Cova Funda, Lageado Pedro Ferreira, “A” e “B”; muitas linhas foram batizadas com nomes inspirados na geografia da região.¹⁹⁶

No final da década de 1930, a distribuição das povoações na região era a seguinte: na sede da fazenda Rodeio Bonito localizava-se o distrito de Xaxim, com aproximadamente sessenta casas e trezentos habitantes. A sede da comarca de Chapecó estava instalada na fazenda Campina do Gregório, com 125 casas e seiscentos habitantes. Na área de transporte e comunicação, a fazenda Campina do Gregório era servida pela estrada que ligava Goio-En e Passo dos Índios; a fazenda Rodeio Bonito, pela estrada Passo dos Índios a Xanxerê; a fazenda Chapecó, pelo rio Chapecó, em toda sua extensão.¹⁹⁷

Ao se referir às propriedades das terras escrituradas, Vicenzi também assinala que em 1933 na fazenda Rodeio Bonito de Irmãos Lunardi, os seguintes ítalo-brasileiros já tinham suas terras escrituradas: Irmãos Lunardi – 20.328,14 ha; Alexandre Rotava – 70,90 ha; Ângelo Peruzzo – 28,80 ha; Orelia Dalla Riva – 21-54 ha; Ângelo Cechetto – 23,43 ha;

¹⁹³ VICENZI, Renilda. *Terra nova, vida nova: a colonização Bertaso e a ocupação colonial do oeste catarinense. 1920-1950*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002, p. 67.

¹⁹⁴ Cf. ACB: Título de Concessão de terras, registrado no livro da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura, folha 188, 7 out.1921. In: VICENZI, Renilda. *Terra nova...* p. 133.

¹⁹⁵ PIAZZA, *Santa Catarina...* 1983, p. 538.

¹⁹⁶ VICENZI, *Terra nova...* 2002, p. 67. A nomeação das linhas deu-se, sobretudo, a partir de opções da Colonizadora Bertaso. Familiares das famílias Maia e Bertaso foram homenageados.

¹⁹⁷ Cf. *Ibidem*, p. 72-74.

Albino Theodoro Dalmolin – 29,04 ha; Santo Batistela – 28,20 ha; Clemente Picinatto – 36,542 ha; Octávio Batistella – 47,92 ha; Agostinho Viviam – 31,46 ha, entre outros.¹⁹⁸ Nos limites da concessão da fazenda Rodeio Bonito, existia cento e noventa colônias de terras tituladas à antiga colônia militar de Chapecó.

A fazenda Rodeio Bonito, antes de ser entregue pelo Estado a Bertaso Maia & Cia., pertencia aos herdeiros da baronesa de Limeira.¹⁹⁹ Ao falecer, o barão de Limeira, deixara a sua mulher e herdeiros, além da fazenda citada, as fazendas Barra Grande, Campina do Gregório, Sargento e Campo Grande. As fazendas Rodeio Bonito, Chapecó e Campina do Gregório foram divididas para colonização.²⁰⁰

A baronesa de Limeira chamava-se Francisca de Paula Souza Queiroz, casada com Luiz Vicente de Queiroz, o barão de Limeira, que foi vereador da Câmara Municipal de São Paulo. Muitas de suas propriedades, juntamente com outras áreas pertencentes às tradicionais famílias paulistas, deram origem a bairros e adjacências de São Paulo.²⁰¹ A atuação política do barão de Limeira na província de São Paulo deu-se no reinado de dom Pedro II.

Deve-se atentar para o fato de que 1853 o Paraná constituiu-se numa nova província, desmembrada de São Paulo. Ao sul, a jurisdição paranaense se estendia até o rio Uruguai. O “Velho Xaxim”, desmembrado do “Velho Chapecó”, antes de pertencer a Santa Catarina, era território do município de Palmas, que por sua vez, havia pertencido a província de São Paulo.²⁰² Salvo engano de interpretação, a fazenda Rodeio Bonito era propriedade da baronesa de Limeira desde o período em que juridicamente o atual oeste de Santa Catarina pertencia à província paulista.

O mapa da figura 3 representa a área da fazenda Rodeio Bonito. Nele, apesar da baixa qualidade da imagem, percebe-se que a forma do lote era regular. De acordo com o documento de compra da fazenda, analisado mais adiante, para medir a área, sempre que possível, aproveitavam-se as divisas naturais, principalmente os cursos d’água, traçando-se linhas retas ou picadas que permitiam os contatos e a comercialização dos produtos através das vias de circulação.

¹⁹⁸ Cf. *Ibidem*, p. 87.

¹⁹⁹ Os herdeiros da baronesa de Limeira eram: Paulo de Souza Queiroz, Alice de Souza Queiroz de Barros, Paulina de Souza Queiroz, Sebastiana de Souza Queiroz, Genelicia de Aguiar e Barros, José Vicente de Queiroz, Francisca Miquelina de Souza Queiroz de Moraes, Vicente Carlos de França Carvalho, Theobaldo de Souza Queiroz e Carlos Leôncio de Carvalho. In: PIAZZA, *Santa Catarina...* 1983, p. 540.

²⁰⁰ PIAZZA, *Santa Catarina...* 1983, p. 540.

²⁰¹ Cf. SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. Centro de Estudos Jurídicos. Disponível em: <portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/negocios_juridicos/pgm/cejur/0002 >. Acesso em 12 nov.2007.

²⁰² Cf. ALBA, Rosa Salet. *Introdução ao estudo de geografia de Santa Catarina*. Chapecó: Unochapecó. 2003, p. 6.



Figura 3. Mapa da fazenda Rodeio Bonito (1920)
Fonte: Acervo do Ceom – Unochapecó.

O local escolhido pelos proprietários da subcolonizadora Lunardi para se estabelecer na área adquirida, em 1920, era conhecido como Passo do Xaxim, que em 7 de janeiro de 1921 foi elevado à categoria de distrito de Paz de Hercílio Luz, o topônimo homenageia o vice-governador que concedeu em, 12 de março daquele mesmo ano, a área da fazenda Rodeio Bonito a Bertaso Maia & Cia.

Em 13 de fevereiro de 1929 o distrito de Paz de Hercílio Luz recebeu a denominação de distrito de Xaxim, o qual foi emancipado de Chapecó em 20 de fevereiro de 1954. Da área inicial de Xaxim desmembraram-se, direta ou indiretamente, os municípios de Entre Rios, Coronel Martins, Ipuçu (uma pequena parcela), Galvão, Jupiá, Lajeado Grande, Marema e São Domingos.

2.8 Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi

Em 1887 Giácomo Lunardi, então com 17 anos, partiu sozinho de Foza, na Itália, para o Brasil. Ao chegar, fixou-se na linha Visconde de Pelotas (colônia Alfredo Chaves). Passados alguns meses, a família de Antônio Lunardi e Maria Gueller, pais de Lucia, Giácomo, João, Pedro e Antônio, também imigraram para o Brasil, fixando-se na linha

Visconde de Pelotas, onde residiram por nove anos. As concessões dos lotes, medindo pouco mais de doze alqueires cada, foram efetivadas em nome dos quatro filhos homens; Lúcia, já casada, não recebeu nenhuma parcela. Depois de três décadas, os quatro jovens imigrantes constituíram famílias e passaram a cuidar de seus negócios comerciais e industriais.²⁰³

O capital acumulado ao longo do tempo possibilitou-lhes a compra da fazenda Rodeio Bonito, localizada no recém-formado município de Chapecó. Em virtude dessa transação originou-se a Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, de Giácomo, Pedro, João e Antônio, formada em 9 de setembro de 1920, em Guaporé - RS.

O coronel Ernesto Francisco Bertaso, um dos proprietários da Bertaso, Maia & Cia., em 7 de fevereiro de 1920 encontrou-se com o patriarca Antônio Lunardi, então com 85 anos, em Bela Vista (atual Fagundes Varela), onde, reunido com os homens das famílias Lunardi e Bertaso, propôs o negócio da venda das terras em Chapecó. A possibilidade do negócio deixava todos ansiosos, pois seria a maior transação comercial da família desde a vinda da Itália para o Brasil em 1888.²⁰⁴

Em abril de 1920, Luiz Lunardi, filho de João Lunardi e Brígida Giotto, da primeira geração de italianos no Brasil, com seu tio Pedro Lunardi, partiram, rumo à fazenda Rodeio Bonito, distante “em torno de 120 quilômetros, mas a primitiva trilha no meio das matas, pelas montanhas, o tornava lento, escorregadio e extremamente perigoso, uma simples picada seguia por Três Arroios, Dourados e pelo Vale até as barrancas do rio Uruguai”.²⁰⁵

Para chegar a Passo do Xaxim, Luiz e Pedro passaram por picadas ziguezagueando no interior da mata. Utilizavam mulas como transporte e para se proteger da chuva usavam capas que traziam na carga. Subindo e descendo montanhas, passaram por Seara e Arvoredo, ultrapassaram o rio Irani e alcançaram o Passo dos Índios (Chapecó), sendo recebidos pelo coronel Ernesto Bertaso.²⁰⁶

As famílias Lunardi e Bertaso mantinham laços de amizade formados no Rio Grande do Sul.²⁰⁷ Luiz e seu tio Pedro, acompanhados por Bertaso, seguiram para Passo do Xaxim pela trilha dos tropeiros, que era usada desde o século XIX pelos condutores e suas tropas que viajavam da região das Missões - RS para Sorocaba - SP. Eles permaneceram em Passo do Xaxim por vários dias conhecendo a gleba na qual estavam interessados, rica em araucária,

²⁰³ Cf. SILVESTRIN, Alvírio. *Lunardi: uma história de Foza (Itália), Fagundes Varela (RS), Xaxim (SC)*. Chapecó: A Silvestrin, 2002, p. 187 - 213.

²⁰⁴ Cf. *Ibidem*, p. 187-213.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 190.

²⁰⁶ Cf. *Ibidem*, p. 191.

²⁰⁷ Ernesto Bertaso, então solteiro, foi padrinho de casamento de Giácomo, Lunardi e Anna Maculewicz em Cem do Barro Preto - RS. Mais tarde, também foi padrinho de um dos filhos do casal.

ficava na margem esquerda do rio Chapecó. Confirmado o negócio da compra das terras, depois de uma semana de reconhecimento da área Silvio e Pedro retornaram ao Rio Grande do Sul.

O mês de setembro de 1920 era o prazo dado para a decisão dos irmãos Lunardi sobre a aquisição da gleba de terras em Chapecó. O negócio foi realizado em Guaporé, na linha Marechal Floriano, em 8 de setembro de 1920 quando se reuniram Ernesto Francisco Bertaso, Agilberto Maia, então prefeito de Guaporé e sócio de Bertaso na empresa colonizadora, além das testemunhas Santo Marchetto e Perjentino Raffainer. Bertaso foi o redator do contrato, que continha seis laudas e 11 cláusulas.²⁰⁸

Conforme o documento, os responsáveis pela compra das terras eram os quatro irmãos: Giácomo, Pedro, João e Antônio Lunardi, residentes e domiciliados: respectivamente, nos municípios de Guaporé, Erechim e, os dois últimos, em Alfredo Chaves - RS.

Segundo o contrato, as mil colônias, de dez alqueires cada, num total de 242.000.000 m², foram adquiridas no valor de 550.000\$000. As condições do contrato estabeleciam:

- que a escritura seria entregue assim que solicitada pelos quatro irmãos. Também indicava a localização das terras adquiridas em Santa Catarina no município de Chapecó, à margem esquerda do rio Chapecó, confrontando com as terras dos herdeiros da baronesa de Limeira, fazenda Campina do Gregório, traçado de rodagem entre Xanxerê e Passo Bormann, rio Chapecó acima. Na medição da área, tanto quanto possível, aproveitaram-se as divisas naturais;
- a firma Bertaso, Maia & Cia. ficava obrigada a indenizar, em terras equivalentes, as terras de particulares, legitimadas por títulos hábeis que porventura fossem reclamadas;
- obedecendo à cláusula da concessão do governo do Estado de 20 de junho de 1920, cabia ao Governo o direito do subsolo;
- a empresa Irmãos Lunardi tinha o direito de vender e dar escritura mediante procuração à colonizadora Bertaso, Maia & Cia. dentro da gleba adquirida;
- a cerca dos impostos territoriais, todos seriam pagos até 1920 pela empresa Bertaso, Maia & Cia.;
- as despesas para medição da área comprada seriam divididas entre os vendedores e compradores;
- a primeira prestação da compra da gleba foi no valor de 100.000\$000;

²⁰⁸ Cf. BERTASO, MAIA & CIA. *Contrato de venda*. Chapecó, 8 set. 1920. Acervo Rui Longhi.

- a oitava condição tratava sobre os valores das prestações a seguir, de 1921 a 1924. O valor de cada prestação era equivalente a 100.000\$000 contos de réis, e a última prestação, a ser paga em 1925, no valor de 50.000\$000;
- se o pagamento das prestações fosse adiantado, receberiam um desconto de 5% ao ano, exceto a última prestação, de 50 contos de réis, que deveria ser integral; caso ocorresse atraso no pagamento, seria acrescido o valor de 5% no valor da parcela;
- o pagamento das parcelas poderia ser feito em Guaporé a Agilberto Maia ou, em Chapecó, a Manoel Passos Maia ou Ernesto Francisco Bertaso;
- a décima primeira condição estabelecia que os juros, caso as prestações fossem atrasadas, deveriam ser pagos à empresa Bertaso, Maia & Cia. e que, no caso de morte, os herdeiros deveriam cumprir o contrato escrito em 9 de setembro de 1920, no município de Guaporé, na residência de Giacomino Lunardi, situada na linha Marechal Floriano.

O contrato social da empresa foi redigido por Bertaso na mesma ocasião, mas com data de 11 de setembro de 1920. A sociedade teria a duração de cinco anos e os quatro irmãos possuíam o capital social de 400.000\$000, com a participação de 100.000\$000 para cada um dos irmãos. A Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi destinava-se “à exploração de compra e venda de terras, indústria de madeira, engenho e casa de comércio e varejo”.²⁰⁹

Conforme o contrato, a gerência da empresa ficou a cargo de Pedro Lunardi prevendo-se que, no caso de sua morte passaria, para Giacomino Lunardi. Em 1920, a aquisição da fazenda Rodeio Bonito originou a Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, subcolonizadora da Bertaso Maia & Cia. O mapa da figura 4 representa a área:

²⁰⁹ BERTASO, MAIA & CIA. *Contrato de venda*. Chapecó, 8 de setembro de 1920. Acervo Rui Longhi.



Figura 4. Área de terras da subcolonizadora Irmãos Lunardi (Déc. 1930)

Fonte: Acervo do Ceom – Unochapecó.

O mapa faz referência às vantagens encontradas na área: comunicação por estrada de rodagem; excelentes terras para a cultura de trigo, milho, alfafa; ótimas pastagens em campos e faxinais; água abundante; o clima mais saudável do estado e inúmeras quedas d'água para a instalação de moinhos e serrarias. Essas informações instigavam a cobiça dos rio-grandenses em relação à propriedade da terra, uma das principais motivações da migração para as novas colônias.

Dessa forma, as empresas colonizadoras propagavam as vantagens que poderiam ser encontradas no oeste de Santa Catarina, garantindo, assim os lucros ensejados e acenavam para a possibilidade de materialização das condições de vida dos migrantes já conhecidas em terras rio-grandenses.

A subcolonizadora Irmãos Lunardi foi dissolvida em 21 de janeiro de 1934. As terras que ainda não haviam sido vendidas foram repartidas entre os quatro irmãos, conforme o Registro de Imóveis de Chapecó:

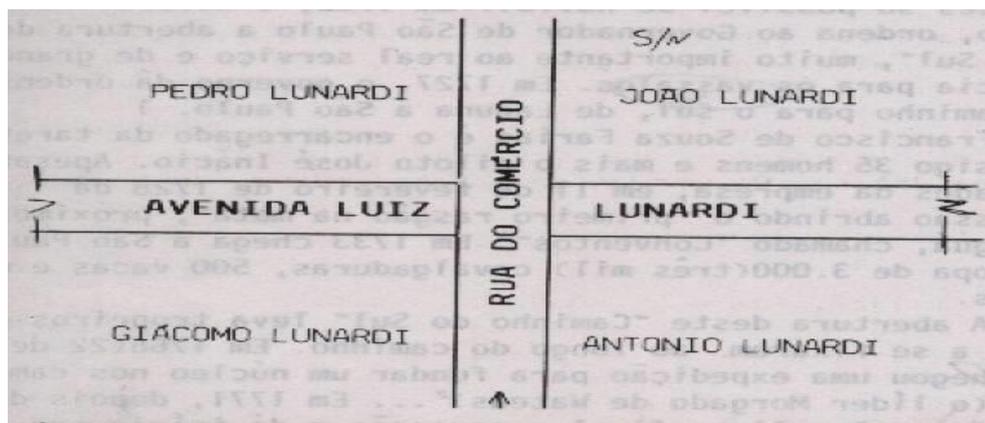


Figura 5. Área repartida entre os irmãos Lunardi (1934)

Fonte: OLIVEIRA, Maria de. *Xaxim...* p. 34.

As terras foram divididas em forma de cruz, no centro da cidade de Xaxim; a atual avenida Luiz Lunardi e rua Plínio Arlindo de Nês, antiga rua do Comércio, eram os pontos de referência, conforme a figura 5.

2.9 Motivações da migração

O movimento migratório do nordeste do Rio Grande do Sul para o oeste catarinense nas primeiras décadas do século XX pode ser definido “como um esforço para remover disparidades econômicas, sociais e mesmo culturais [...]”.²¹⁰ Essas motivações podem ser observadas nas lembranças do migrante ervateiro Olímpio Negri, um dos atores dessa “odisseia” que em 1922 migrou para o distrito de Paz de Hercílio Luz, interior de Chapecó: “Teve um tempo que nós tava em 33 na família, mas quando nós viemos de lá, viemos nuns quinze [...]. Nós tava bem lá, tinha tudo e o véio era daqueles que gostava muito de erva, nós trabalhava com erva lá também e ele achou que a família era grande, era melhor vim pra cá [...]”.²¹¹

Na mesma época e para a mesma região registra-se a descrição feita pelo migrante madeireiro Ângelo Sartori: “Nós viemos para progredir [...]”.²¹² Em outro relato, o agricultor José Zanco que migrou em 1945, disse que era analfabeto e que sentia dificuldade para continuar trabalhando no Rio Grande do Sul: “Tu vê eu não sabia lê e nem escrevê nada [...]

²¹⁰ NODARI, *A renegociação da etnicidade...* 1999, p. 31-32.

²¹¹ NEGRI, Olímpio. Entrevista citada.

²¹² SARTORI, Ângelo. Entrevista concedida a Eduardo Lunardi e Lademir Dall Inha. Chapecó, 12 fev. 1987.

Como vou a Porto Alegre se não sei lê nada, pego uma rua e vai aonde? [...] Não! Eu vô pro mato, me arranquei pro mato.”²¹³

Segundo Eunice Sueli Nodari: “Os pressupostos que motivaram os deslocamentos migratórios foram a busca da manutenção e da melhoria do padrão sócio-econômico e cultural; mantendo a família unida devido à fartura de terras.”²¹⁴ Além das terras novas, as riquezas naturais despertaram o interesse do migrante: “[...] a convite dos Lunardi, fomos conhecer os pinhais de Xaxim, nos agradamos, ganhando o direito de exploração”.²¹⁵ As novas áreas viabilizariam a reprodução camponesa do migrante sul-rio-grandense.

Em *Migrações* Renk escreve que a razão para o deslocamento para o oeste de Santa Catarina foi que no Rio Grande do Sul “não havia mais terras em abundância. O seu preço era muito alto. Para as famílias recém-constituídas, que quisessem ter terras, o caminho era buscá-las nas colônias novas”.²¹⁶ Loraine Giron também escreve que “famílias inteiras migram para o novo eldorado agrícola do Oeste despovoado”.²¹⁷

Para Rovílio Costa, na perspectiva do imigrante italiano, em primeiro lugar estava a terra para trabalhar e organizar a própria família. Os filhos homens, ao casarem, deveriam ter sua terra. Muitas vezes era difícil comprá-la; então, dava-se ao filho uma parte da propriedade paterna, dando seqüência ao retalhamento, que se transformava num minifúndio. A pequena gleba rural foi também um grande motivo da migração em busca de terras novas. As famílias partiam para outras áreas coloniais do próprio Rio Grande do Sul e, sobretudo, para o oeste de Santa Catarina e do Paraná.²¹⁸

Na opinião de Olívio Manfrói, o migrante italiano, sempre tentado pela miragem de novas terras, foi atraído no oeste pela fertilidade do solo. O colono abandonava o terreno esgotado pelas queimadas no ciclo de rotação empreendido no lote colonial de 22 ou 25 hectares. O desejo de mudar e o espírito de aventura foram causas determinantes dessa grande expansão. Porém, o autor enfatiza que estas foram causas secundárias, pois o grande motor de expansão foi o próprio sistema de colonização, associado a uma técnica primitiva de exploração do solo e ao extraordinário crescimento demográfico das antigas colônias.²¹⁹

²¹³ ZANCO, José. Entrevista concedida a Rosângela Zanco Fontana. Xaxim, 18 nov. 2001. (Acervo do Ceom - Unochapecó).

²¹⁴ NODARI, A *renegociação da etnicidade...* 1999, p. 38.

²¹⁵ SARTORI, Ângelo. Entrevista citada.

²¹⁶ RENK, Arlene. *Migrações*. Chapecó: Grifos, 1999. p. 11.

²¹⁷ GIRON; BERGAMASCHI, *Terra e homens...* 2004, p. 177.

²¹⁸ Cf. COSTA, Rovílio. *Antropologia visual da imigração italiana*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1976, p. 10-11.

²¹⁹ Cf. MANFROI, *A colonização italiana no Rio Grande do Sul...* 1975, p. 83-85.

O historiador Ismael Antônio Vannini, que escreveu sobre a demografia na colonização italiana no Rio Grande do Sul, menciona sobre a importância para esse grupo étnico da manutenção da posse do lote de terra, que se tornara o grande ideal da comunidade rural, como ocorria também com colonos de outras origens. A terra era o objetivo, o meio e o fim da estratégia familiar do camponês colonial no sul do Brasil.²²⁰

Nas antigas colônias do Rio Grande do Sul, a taxa de natalidade das famílias italianas era elevada: uma família de 12 filhos era muito comum, e famílias de 18, 19, 20 filhos não eram raras. Assim, a pequena propriedade desmatada, esgotada pela “técnica do fósforo”, não oferecia condições aos numerosos filhos do proprietário. Quando um filho casava, deixava a casa paterna e ia se estabelecer em outra parte. A herança consistia, na maioria dos casos, em um lote colonial onde o novo casal recomeçava a mesma aventura da casa paterna. A rotação de terras do lote colonial tornou-se, pela ação do imigrante italiano e de seus descendentes, uma rotação de colônias nos territórios desertos do Rio Grande do Sul, do oeste catarinense e paranaense.²²¹

Segundo Radin, foi expressiva a ocupação sul-rio-grandense em Santa Catarina a partir das primeiras décadas do século XX. Dos 131.132 migrantes nascidos no Rio Grande do Sul, 76.394 estavam em Santa Catarina, representando 58% do total, a partir de 1940. Aproximadamente oito mil sul-rio-grandenses fixaram-se em Santa Catarina. Dos migrantes, 65% tinham entre 15 e 50 anos, ou seja, em pleno potencial para o trabalho. A Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul apresentava densidade demográfica cerca de 28 habitantes por quilômetro quadrados, fato que forçava a divisão dos lotes em face das limitações para atender às necessidades familiares. Assim, a migração aliviou possíveis tensões sociais nas antigas colônias sul-rio-grandenses.²²²

Alguns elementos discutidos nesta seção visualizam-se na figura 6 que contempla uma família ítalo-brasileira que em 1922 migrou para a antiga fazenda Rodeio Bonito. Nesta parte do trabalho a fotografia constitui-se num recurso documental que permite representar alguns traços da história de vida dos migrantes, nos primeiros anos da colonização.

²²⁰ Cf. VANNINI, *O sexo, o vinho e o diabo...* 2003, p. 31.

²²¹ Cf. MANFROI, *A colonização italiana no Rio Grande do Sul...* 1975, p. 87.

²²² Cf. RADIN, José Carlos. Aspectos da presença italiana em Santa Catarina. *História Debates e Tendências*. Passo Fundo, v. 5, n. 1, p. 116 - 130, jul. 2004.



Figura 6. Família Cândido Negri e Maria Oliboni Negri, filho mais velho Augusto, do meio Orélio e o caçula, no colo da mãe, Olímpio. Atenta-se para os detalhes da prole numerosa, da mãe grávida, do distanciamento corporal entre o casal, da pouca diferença de idade entre as crianças, dos pés descalços, da gaita de oito baixos e do milharal. Guaporé – (1910)

Fonte: Acervo de Anita Negri. Xaxim.

Este capítulo apresentou aspectos das Colônias Velhas do Rio Grande do Sul; sobre os efeitos das leis de terras, que possibilitaram a expropriação das áreas ocupadas pelos indígenas e caboclos; a ação das companhias colonizadoras no lucrativo comércio imobiliário; as singularidades da fazenda Rodeio Bonito e a formação da subcolonizadora Irmãos Lunardi, responsável pela colonização de uma área que compreende atualmente nove municípios.

No capítulo três serão apresentadas algumas experiências vivenciadas pelo migrante rio-grandense na reconstrução de espaços, de acordo com as condições oferecidas pelo meio e conforme as necessidades das comunidades rurais e urbanas que colonizaram a antiga fazenda Rodeio Bonito.

3 RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO NA ANTIGA FAZENDA RODEIO BONITO

O espaço geográfico que abrange o atual oeste catarinense compreende dimensões simbólicas de um espaço social. Neste capítulo representam-se vários contextos que não são dimensões separadas, embora possam operar em registros distintos; em conjunto, constituem um olhar multifacetado sobre diferentes aspectos da colonização e a conseqüente reconstrução de espaços na antiga fazenda Rodeio Bonito.

O capítulo foi elaborado com base em memórias orais, fotografias, documentos, além de apoiar-se em autores que estudaram o processo de colonização da região. Priorizam-se experiências cotidianas dos migrantes ligadas aos espaços viário, econômico, doméstico, sanitário, entre outros.

Essas questões dizem respeito em primeiro lugar, ao caráter da evidência. São relatos que testemunham o passado; são memórias de sujeitos que representam a própria história inserida numa comunidade formada por diferentes grupos sociais. É a história oral devolvendo a história às pessoas em suas próprias palavras.²²³

3.1 Picadas, vias carroçáveis e estradas

A questão da colonização do oeste catarinense, iniciada nas primeiras décadas do século XX, está intimamente ligada à abertura e ampliação do espaço viário oestino. Trata-se de dois aspectos de um mesmo fenômeno, embora singulares. Para compreender essas singularidades analisa-se o espaço da antiga fazenda Rodeio Bonito, atuais municípios de Coronel Martins, Entre Rios, Galvão, Ipuçu, Jupiá, Lajeado Grande, Marema, São Domingos e Xaxim.

²²³ Cf. THOMPSON, *A voz do passado...* 1998, p. 15 e 337.

Um dos caminhos mais antigos no atual oeste catarinense data do início da década de 1890, quando ocorreu a abertura da picada para a construção da linha telegráfica entre Palmas e Goio-En, organizada pelo diretor da colônia militar de Xapecó, José Bernardino Bormann, e com a participação dos caingangues da região de Clevelândia.²²⁴ Essa picada por vários anos foi o caminho mais utilizado na região, no período da colonização do oeste, nas primeiras décadas do século XX, foi transformada em estrada pelas companhias colonizadoras.

Na obra *Italianos no Rio Grande do Sul*, Manfrói menciona a estrada que se estendeu pelo oeste catarinense, entre Chapecó e Clevelândia, e pelo sudoeste paranaense, permitindo, assim, a povoação da região por descendentes dos primeiros imigrantes alemães, italianos e poloneses, porém a presença do italiano foi predominante na maioria destas zonas coloniais.²²⁵

Além da picada aberta para a construção da linha telegráfica, a estrada entre Passo do Goio-En e Passo dos Índios, no município de Chapecó, foi relevante para a formação territorial da antiga fazenda Rodeio Bonito: “Com pouco mais de 20 quilômetros, após sete anos de espera, a empresa Bertaso, que havia assumido o compromisso inicial dos irmãos Maia, consegue entregar ao governo do Estado em 1926, a via carroçável.”²²⁶ Como forma de pagamento pela execução da estrada, a Bertaso, Maia & Cia. recebeu em 1921, do Estado, a fazenda Rodeio Bonito; eram terras devolutas que ainda em 1920 foram vendidas à subcolonizadora Irmãos Lunardi para fins de colonização.²²⁷

Quando teve início o processo de colonização no oeste, a estrutura de transporte era precária em relação às estradas que ligavam as Colônias Velhas do Rio Grande do Sul e também em relação às estradas do litoral de Santa Catarina. Nas terras novas, o migrante encontrou uma paisagem natural, cortada por simples picadas, que atendiam somente à economia de subsistência dos indígenas e caboclos há muito estabelecidos na região, conforme contou Maria Gertrudes Pedroso, com 115 anos (segundo ela), residente na granja Cachoeirinha, área que pertenceu à colônia militar de Chapecó: “[...] era de cavalo. Carrerinho de andar de cavalo, só tinha isso”.²²⁸

²²⁴ Cf. D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Para uma história dos índios do oeste catarinense*. In: Centro de organização da memória sócio-cultural do oeste: 20 anos de memórias e história no oeste de Santa Catarina. Chapecó: Unochapecó, 2006, p. 309.

²²⁵ Cf. MANFROI, Olívio. *Italianos no Rio Grande do Sul*. In: DE BONI, Luis A. (Org.) *A Presença. Italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987, p. 34.

²²⁶ SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 250.

²²⁷ Além de Walter Piazza, outros autores, ao se referirem sobre o ano em que a fazenda Rodeio Bonito foi entregue à subcolonizadora Irmãos Lunardi, citam 1921, mas de acordo com o documento de compra da fazenda constatou-se que foi em 9 de setembro de 1920.

²²⁸ PEDROSO, Maria Gertrudes. Entrevista citada.

A inexistência ou a difícil mobilidade dos caminhos no oeste era comum durante a fase em que predominou a ocupação cabocla e também nas primeiras décadas da colonização. A situação de abandono não recaía apenas no poder político, centrado na capital do Estado. As vias de acesso à região eram fragmentos reais desse abandono evidenciado pelo olhar dos palacianos, que em 1929 participaram da expedição do governador do estado Adolfo Konder, descritas na obra *O oeste catarinense: visões de um excursionista*, de Arthur Ferreira da Costa. Algumas partes selecionadas do texto demonstram essa realidade: “Atravessam-se trechos enormes sob abóbadas baixas e espessas de cipoaes e taquaraes, obrigando o cavalleiro a debruçar-se sobre a sella quase juntando a cabeça ao pescoço do animal”. ; “[...] aí passamos com a ajuda de dois sertanejistas, de facão em punho, a desandar golpes na ramaria.”; “[...] para frente é deserto e é a brenha, onde mal passa o cargueiro.”²²⁹

Ao referir-se ao afastado rincão Costa escreve “[...] com a rodovia, com a linha telegráfica que o governo patrioticamente está construindo, chegarão os colonos, os imigrantes, os obreiros da civilização e com estes a fortuna da região e o progresso de um trecho fadado pela natureza para ser um verdadeiro Éden”. Pelas “estradas que estão se abrindo de Monday e de São Carlos para Dionísio Cerqueira, vehicularão para ali o progresso e os elementos de ordem e justiça”. “Aqueles riquezas immensas, ali atiradas e inexploradas por falta de possibilidades de pôl-as em contato com os mercados, clamam contra o descaso do passado”. Pelo fato de que “[...] fazer estradas é fomentar riquezas”.²³⁰

Aos olhos da comitiva que participou da Bandeira Konder, a abertura de estradas permitiria o progresso, a ordem e a justiça, e com a chegada dos migrantes brancos, trabalhadores, “fructos lídimos de civilização mais alta”, com “elles fugara o banditismo”.²³¹

Para o Estado, os migrantes de ascendência européia já chegavam ao oeste com o título de “raça superior”, “raça civilizada”, “raça pura”, que garantiria o progresso pela sua própria vocação étnica ao trabalho, em detrimento do caboclo, há muito estabelecido, que ideologicamente era visto como “raça impura”, “decadente”, “preguiçosa” e “inculta” ou seja, era um Estado repleto de incompreensões socioculturais. A construção de estradas, metaforicamente, representava uma passagem do inferno ao paraíso: o sertão inculto, ocupado pelos indígenas e caboclos, equivalia ao inferno, mas, ao ser ocupado por descendentes de europeus, os “obreiros da civilização”, tornar-se-ia o paraíso.

²²⁹ COSTA, *O Oeste Catharinense...*1929, p. 42 - 77.

²³⁰ Ibidem.

²³¹ Ibidem, p. 60 e 66.

Na questionável visão da elite política catarinense, com a abertura de estradas acabar-se-ia com o banditismo, a indolência do caboclo sertanejo, já há muito desassistido em relação à saúde, à educação, à justiça, às estradas, entre outros. A população cabocla, com a desestruturação de seu modo de produção por causa da colonização, tornou-se mão-de-obra subalternizada, passando a trabalhar para as companhias colonizadoras em diversas atividades, principalmente na abertura de estradas na região.

De carreador a estradas

As lamentações acerca das estradas, lembradas por Maria Estieven, uma das primeiras migrantes sul-rio-grandenses, que em 1922 se estabeleceu no distrito de Paz de Hercílio Luz, assemelhavam-se às da comitiva governamental:

Huuu! A estrada era um carreador que não dava nem pra caminhar. Uma picada. Mato puro. Naquele tempo que nós tava aqui não tinha estrada boa, era um carreador, puro mato, puro taquaral que não dava nem pra caminhar quase. Final foi indo, foi indo que abriram a estrada. Aí chegou gente de mudança [...].²³²

Em 1929, Luiz Lunardi, colonizador e líder político, quando da passagem de Adolfo Konder pelo distrito de Xaxim, solicitou a implantação da estrada entre Xaxim e Joaçaba, pela trilha que o governador acabara de percorrer, mas não foi atendido durante o mandato do governante. Só em 1937 a estrada seria construída, então no governo de Nereu Ramos. Mais tarde, na década de 1970, a estrada entre Xaxim e Joaçaba constituiu-se num trecho da BR-282, a qual possibilitou o desenvolvimento e a integração do oeste catarinense com o leste do estado.²³³ Na imagem da figura 7 vêem-se trabalhadores que participaram na construção da estrada.

²³² STIEVEN, Maria. Entrevista citada.

²³³ KOLOSKI, Sílvia Kátia. *Sonhos modernizantes: a implantação da BR 282 e a integração do oeste catarinense* (1970). 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História) – Licenciatura em História, Unochapecó, 2005, [s.p.].



Figura 7. Trabalhadores que atuaram na construção da estrada entre Xaxim e Ponte Serrada (15 dez. 1937)
Fonte: Acervo de Arnaldo Nardi, original de Aldo Rossatto.

Carlos Alberto Dal Bello, que tem sob seus cuidados a documentação que havia pertencido a Luiz Lunardi, referente à construção da estrada entre Xaxim e Joaçaba, relatou:

Luiz Lunardi foi um empreiteiro do governo do Estado, quando da construção da estrada Xaxim a Joaçaba. A estrada foi aberta com picões, pás e principalmente com alavancas. Tirava a terra de uma região para a outra. Em cima da carrocinha que era tracionada pelas mulas. Tração mular. Daí quando chegava no local, para descarregar a carrocinha, virava, vasculava, como as caçambas fazem hoje. E o encarregado dava um toquinho na mula e ela voltava para carregar novamente. Lembro-me de um recibo de pagamento com o nome de Almiro Chagas, que auxiliou na construção desta estrada.²³⁴

Também construído na “força do braço”, com o auxílio de picaretas, enxadas, pás, picões, muares e as respectivas carroças, outro caminho foi ampliado: a estrada entre Chapecó e Xaxim, percorrida pelos migrantes que ocuparam a região. Nas imagens que seguem são apresentados dois registros visuais referentes à abertura dessa estrada. A fotografia, como documento histórico, possibilita conhecer aspectos das lides relacionadas à abertura das vias de acesso ao oeste catarinense.

²³⁴ DAL BELLO, Carlos Alberto. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 2 de jun. 2007.



Figura 8. Abertura da estrada de rodagem entre Chapecó e Xaxim. Trecho - Cordilheira Alta, [s.d.]
Fonte: Casa da Cultura de Xaxim.



Figura 9. Trecho de Cordilheira Alta, em obras mais avançadas
Fonte: Casa da Cultura de Xaxim.

Os esforços empreendidos na abertura das vias de acesso eram fundamentais, porque, quando os primeiros migrantes começaram a visitar e comprar as terras da companhia, os caminhos precários tornavam as viagens desgastantes e cansativas. A ameaça de não poder escoar a produção desvalorizava as terras e afastava os compradores.²³⁵ “Inicialmente as estradas eram abertas à mão, com auxílio do facão, do machado e da enxada [...]. Após as chuvas formavam-se atoleiros que dificultavam e tornavam perigosas as viagens.”²³⁶

Do cargueiro ao caminhão

Na região oeste, antes do ingresso de caminhões nas estradas, transitaram por picadas tropeiros e carroceiros. Um dos transportes mais antigos na região foram os cargueiros, geralmente no lombo das mulas, ideais para ultrapassar as regiões íngremes e montanhosas do planalto. “O cargueiro consistia em uma armação de madeira sobre o lombo de um animal – geralmente uma mula. Na armação – cangalha – amarrava-se um cesto de cada lado, fazendo o contrapeso de equilíbrio.”²³⁷

Observa-se no relato de Justino dos Santos Almeida, tropeiro, fiscal da Fazenda e inspetor geral da polícia em Passo do Xaxim, a experiência vivenciada nos primeiros anos do século XX com o uso dos cargueiros:

– Só trabalho com tropas, tropa, eu fui madrinha de tropa [...]. Então tinha sempre 18 cargueiros ia se buscar em Chapecó, que era Passo dos Índios, a Paiol Grande, que era

²³⁵ VICENZI, *Terra nova...* 2002, p. 64.

²³⁶ *Ibidem*, p. 30.

²³⁷ VANNINI, *O sexo, o vinho e o diabo...* 2003, p. 127.

Erechim, para buscar os fornecimentos, Bráis, José Bráis, Bertoldo e depois entrou o Miguel Cravo, era os três comerciantes, trazíamos com a tropa o açúcar.

– Esses comerciantes eram italianos?

– Não.

– Caboclos também?

– Caboclos também, agora o Bráis também entrou, era dador de remédios, também era ele um dador de remédio de homeopatia, depois ele pnhou uma loja, mas isso é depois, que ele morava muito tempo ali, mas tudo fornecido pelos burros, cargueiros[...]. Bom ali era um tempo muito bom porque os que tinham se ajudavam, e hoje os que têm, têm, e os que não têm, não adianta falá. Bom daí nós saía dali e ia pra Paiol Grande, com a tropa de 18 cargueiros, trazia sal, o açúcar e fazenda de faldos nas cangaiais e a cachaça, depois nós saía de Chapecó e ia vendê.

– No que traziam a cachaça, seu Justino?

– Nos barris.

– E colocava em cima da carroça?

– Carroça não existia, era na cangaia, no cargueiro, dois barris de cachaça, daí nós levava pra vendê para Palmas, Palmas de Cima. Com a tropa de lá, carregava erva-mate e levava pra São Carlos, só na tropa era o fornecimento.²³⁸

No relato apresentado percebe-se que a região de Passo do Xaxim interligava-se por picadas a Passo dos Índios, que fornecia os cargueiros. Com estes viajava-se ao Rio Grande do Sul e adquiriam sal, açúcar, tecidos, cachaça e outras mercadorias que eram vendidas em Palmas - PR. Ao retornar, abasteciam-se com a erva-mate para comercializar em Santa Catarina. Almeida comentou que naquela época todos se ajudavam, diferentemente do período posterior à colonização, quando ocorreu uma desestruturação no seu modo de viver, pois as relações de ajuda mútua e de solidariedade se modificaram.

Por longos anos os cargueiros puxados por mulas representaram o meio de transporte mais importante na região oeste de Santa Catarina. Era o principal “meio de mobilizar mercadorias, objetos de uso e pessoas [...] único meio possível de suportar as distâncias e as cargas nas longas trilhas entre montanhas, serras, florestas e rios”.²³⁹

A falta de estradas encarecia o transporte dos produtos, conforme assinalou Alvírio Silvestrin: “Para Nonoai até Passo Fundo, era difícil e dispendioso. Era comum o freiteiro

²³⁸ ALMEIDA, Justino dos Santos. Entrevista citada.

²³⁹ TEDESCO, João Carlos. *Colonos, carreteiros e comerciantes*. Porto Alegre: EST, 2000, p. 52.

Coletti tropear por picadas de Nonoai a Gaurama, com uma tropa de 40 a 50 mulas de carga”.²⁴⁰

Em *Colonos, carreteiros e comerciantes* Tedesco registra que no Rio Grande do Sul as cangalhas e as carroças “só começam a se fazer presente quando as estradas são abertas. As próprias carroças eram puxadas por ternos de mulas”.²⁴¹ Na região oeste de Santa Catarina, assim como no estado vizinho, essa realidade se reproduziu. As lembranças de Ambrosina Lunardi corroboram com o que registra a história: “numa carroça grande, por ordem, cinco mulas, três mulas e depois a carroça e de prevenção sempre levavam uma de sobra”.²⁴²

Os carroceiros na região oeste, assim como ocorreu no Rio Grande do Sul criaram uma forma sistemática de interação comercial através da compra, troca e venda, promovendo a introdução de utensílios, instrumentos e maquinarias. As notícias da antiga pátria chegavam à região via carroceiros, assim como roupas e outros produtos comercializáveis.²⁴³ “O transporte das mercadorias com mulas e carroças realizava-se em estradas de trânsito difícil, sobretudo no inverno.”²⁴⁴

Algumas dessas dificuldades foram relatadas pela migrante Zefirina Pallaoro Locatelli ao lembrar:

Falecido Espessatto que levava produtos para Chapecó, com ternos de mulas ou de bois, e de lá trazia mercadoria, de Erechim ou Porto Alegre. Aí arrumava um caminhão pra trazer até Chapecó. Mas quando chovia a estrada era trancada com o “pau do governo”, espécie de porteira para que não piorasse o estado das estradas e evitava acidentes na lama ou nas pirambeiras. Tinha que parar. Se tinha comida, comia; se não tinha, ficava sem. Tinha que dormir no caminhão, e eles não tinham as camas como hoje.²⁴⁵

Noutro relato, João Fucina, que já estava estabelecido em Passo do Xaxim antes mesmo da aquisição da fazenda Rodeio Bonito pela subcolonizadora Irmãos Lunardi, lembrou sobre os tempos que trabalhou como carroceiro:

Levava a banha nas latas, demorava tempo para tirá-las. Dormia dentro da carroça, mas tinha que cuidar dos animais. [...] Eu e Deus! Nunca tive medo. Deus estava comigo. No campo do Irani eu sozinho, fazia um foguinho se era frio, comia, estendia

²⁴⁰ Cf. SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 226.

²⁴¹ Cf. TEDESCO, *Colonos...* 2002, p. 55.

²⁴² LUNARDI, Ambrosina. Entrevista concedida a Lademir Dall Inha e Eduardo Lunardi. Xaxim, 8 de maio 1987.

²⁴³ Cf. TEDESCO, op. cit., p. 9.

²⁴⁴ CARBONI; MAESTRI, (Org.) *Raízes italianas...* 2003, p. 26.

²⁴⁵ LOCATELLI, Zefirina Pallaoro. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Xaxim, 22 nov. 1989.

uns pelegos embaixo da carroça, tinha uma coberta e me cobria. Mas de madrugada estava de pé já, levantava tomava chimarrão, fumava e aí chamava a tropa. “Tô, tô Baia, tô Negra” [...]. Chamava, vinha a madrinheira, dava sal e milho e amarrava a madrinheira, aí ninguém mais ia longe. Com Deus sempre. Na ponte do Irani tinha que passar dentro da água e ter cuidado pra que a mula arreiada não caísse no buraco dentro do rio. Numa ocasião em que eu estava voltando de Joaçaba posei no campo e enfrentei uma tempestade, estava deitado embaixo da carroça e com a mão direita tinha que segurar a tolda se não me molhava e a carga também, caía pedras no meu braço. Sem Deus a gente não faz nada e com ele nada tem perigo.²⁴⁶

As antigas picadas no oeste por onde passavam as tropas e seus condutores lentamente foram substituídas por vias carroçáveis e, mais tarde, por estradas que possibilitaram um desenvolvimento comercial e social mais acentuado, nos moldes de uma economia capitalista. Antigos costumes da população indígena e cabocla desintegraram-se simultaneamente com a abertura de estradas. A migração sul-rio-grandense, ao longo do tempo, readaptou a estrutura viária na região. “A topografia montanhosa, a mata fechada, as estradas por fazer, não foram empecilhos para que a dinâmica econômica do migrante não se efetivasse.”²⁴⁷

Percebe-se essa dinâmica nas lembranças de Casemira Zmijevski que relatou sobre a viagem realizada em abril de 1944 de Getúlio Vargas - RS para Lajeado Grande - SC, quando as carroças transportavam os migrantes nos tempos da colonização do oeste:

Não tinha estrada. Para facilitar, então, meu marido comprou uma carroça com nove animais aparados e saía altas madrugada com a carroça, ferramentas, machado, foice e outros para o caso de ser preciso abrir picadas. Pois seguido encontrava estradas trancadas por plantas e taquaral que caía com o vento. Quando não tinha que descarregar a carroça até duas vezes para transpor o atolador.²⁴⁸

Nos primeiros anos da colonização mesmo com as dificuldades em relação aos caminhos, não se reprimiu o desenvolvimento da exploração da erva-mate, da madeira e a formação das agroindústrias. O progresso econômico modificou o perfil das estradas e dos meios de transporte que se inseriam “na dinâmica da família, do trabalho no meio rural, da constituição de um processo comercial regional”.²⁴⁹ Além das estradas, a organização econômica dos carroceiros e comerciantes na região oeste estava intimamente ligada ao

²⁴⁶ FUCINA, João. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Xaxim, 27 out. 1989.

²⁴⁷ Cf. TEDESCO, *Colonos...* 2002, p. 35.

²⁴⁸ ZMIJEVSKI, Casemira. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Distrito de Lajeado Grande, Xaxim, 29 nov. 1989.

²⁴⁹ TEDESCO, *Colonos...* 2002, p. 14.

transporte pelo rio Uruguai, por meio das balsas. O porto do Goio-En era o elo natural com o Rio Grande do Sul e a Argentina.

Com a crescente exploração da madeira nas décadas de 1930 a 1950, surgiram as balsas no rio Uruguai. Foi um período em que o número de carroceiros aumentou consideravelmente, seguidos pelos caminhoneiros, que com o decorrer do tempo desestruturaram aquele tipo de transporte. As balsas, as mulas, os cavalos, os bois, as carroças e, mais tarde, os caminhões se entrecruzavam como meios de transportes na região oeste.

Com a colonização, as matas foram sendo exploradas em escala mercantil. Para facilitar a comercialização, o espaço viário e os transportes foram adaptados conforme as necessidades dos novos habitantes da região. A partir da década de 1940 o caminhão foi introduzido no oeste, escoando principalmente madeira e produtos agroindustriais.

Olívio Chiodelli, carroceiro de linhas, residente em Santo Antônio de Paula - RS, em 1999 foi entrevistado por Tedesco. Ao relatar sobre a introdução do caminhão como meio de transporte na década de 1940 naquela região, contou: “Com o caminhão se ganhava muito dinheiro, a carroça levava menos e demorava mais. Acabou tudo, daí né, as ferrarias, as oficinas [...]. Vendiam com o caminhão pro interior de Chapecó – Xanxerê e Xaxim.”²⁵⁰ Esse meio de transporte revolucionou e intensificou a produção das madeireiras e agroindústrias, promoveu a circulação de mercadorias e agilizou a infraestrutura viária.

“Apesar de exigir maior investimento inicial, o caminhão transportava uma carga maior num tempo menor.”²⁵¹ A figura 10 mostra os carroções e a figura 11, os caminhões, que com o passar do tempo substituíram aqueles.



Figura 10. Carroções com ternos de mulas e seus condutores no transporte de madeira (Déc. 1930)
Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Xaxim.



Figura 11. Caminhão Alfa-Romeu, de propriedade de Louris Dal Bello (Déc. 1950)
Fonte: Acervo de Carlos Alberto Dal Bello.

²⁵⁰ Ibidem, p. 108.

²⁵¹ MAESTRI, *Os senhores da Serra...* 2005, p. 111.

Maestri escreveu que no Rio Grande do Sul a inadaptabilidade das estradas na região do Alto Taquari – Casca, Dois Lajeados, Guaporé, Muçum, Nova Araçá, Parai, Serafina Corrêa, Veranópolis, etc. – teria “corrido” da região os primeiros caminhões que ali apareceram, por volta de 1928, permitindo que as carroças e os carroceiros continuassem dominando os transportes de longa distância até fins da década de 1930, quando então estes passaram a dominar.²⁵²

A colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito deu-se principalmente por migrantes da região do Alto Taquari. A mesma inadaptabilidade das estradas na referida região, no mesmo recorte temporal, foi realidade no oeste de Santa Catarina. As mesmas razões também teriam “corrido” da região os primeiros caminhões, permitindo que as carroças dominassem os transportes durante várias décadas.

O tropeiro, carroceiro e caminhoneiro Justino dos Santos Almeida, que viveu em Passo do Xaxim no período que antecedeu a migração sul-rio-grandense, recordou sobre a chegada dos caminhões à região:

Depois veio o caminhão, que eu também trabalhei. Movido a gás, pobre feito de cavaco de lenha, um tonel do lado, porque não existia gasolina na época da guerra [II Guerra Mundial] e a gasolina vinha de Erechim. O primeiro caminhão [...] veio em Passo dos Índios, foi um Chevrolet Tigre e meu patrão comprou e eu também era arrastador e trabalhava na serraria de noite.²⁵³

Noutro relato, Casemira Zmijevski relembrou sobre a viagem de caminhão:

Trouxemos a mudança de caminhão e viemos em 19 pessoas, todos na mesma condução. Tinha meu pai, minha mãe e meu marido e já tínhamos dois filhos, Francisco e Vitalina, minhas duas irmãs casadas [...] Quando chegamos no Ervalzinho, na igreja São José, tivemos que descarregar a mudança e até aqui viemos de carroça. Levamos três dias para trazer a mudança e nós viemos uns a pé, outros a cavalo ou carroça.²⁵⁴

No rastro das carroças, o caminhão no oeste contribuiu para o transporte de “interessados na compra ao local das terras e, após a compra, auxiliou na mudança das famílias”.²⁵⁵

²⁵² Cf. MAESTRI, *Os senhores da Serra...* 2005, p. 110-111.

²⁵³ ALMEIDA, Justino dos Santos. Entrevista citada.

²⁵⁴ Casemira, ZMIJEVSKI, Entrevista citada.

²⁵⁵ GIRON; BERGAMASCHI, *Terra e homens...* 2004, p. 175.

Outras novidades

Os automóveis também foram novidade nas primeiras décadas do século XX na região do “Velho Chapecó”. Segundo Maria Adelaide Pasquali Hirsch, uma das primeiras lembranças da chegada de um automóvel foi em 1927, quando Ernesto Bertaso, juntamente com dois compradores de terras e dois empregados, partiu de Passo Fundo para Passo dos Índios num Barata Fiat. A autora, neta de Bertaso, relatou sobre as peripécias da viagem:

Enfim, o coronel parte, junto dois colonos que querem comprar terras. A viagem, entre solavancos e barbeiragens [...] os quilômetros que fizeram a pé empurrando o Barata nos atoleiros, improvisando pontes com tábuas em pequenos riachos. [...] Quando chegam em Passo dos Índios uma boa parte das peças tinha ficado no caminho[...]. O fato é que o Barata faz o maior sucesso. Vem gente das colônias para vê-la.²⁵⁶

Ao contar sobre a descida da serra, o coronel narrou: “Amarramos as correntes grossas e compridas no pára-lama traseiro e fomos soltando o carro, devagarzinho, quando a gente cansava, amarrava o ‘bicho’ em alguma árvore de bom tronco e se descansava um pouco”.²⁵⁷

Em relação ao automóvel, a experiência relatada por Ernesto Bertaso em Passo dos Índios, contrasta com a vivenciada por Justino do Santos Almeida, dois anos depois, no distrito de Paz de Hercílio Luz:

Aqui apenas passava cargueiros, não tinha condução nenhuma e nem carroça. O primeiro auto que apareceu por aqui foi em 1929. Eu era zelador de estrada e, quando o auto ia descendo, eu corri atrás de um pinheiro: tem que ser o diabo, porque é preto, de olhos brancos e grandes e eu encostei a lisadeira, eu alisava com dois cavalos a estrada para ir a Caxambu. Quando cheguei, eu perguntei a meu pai: “O que é aquilo de olhos brancos, fedido de pés craquentos que passou na estrada?” Ele disse: “Eu não sei meu filho.” Minha mãe disse: Vamos rezar à noite, pode ser o diabo.” [...] e hoje não vou trabalhar. O fiscal da estrada era o senhor Pedro Lemes, cruzou lá, eu não estava, veio lá em casa, e perguntou: “O seu Almeida, por que o senhor não foi trabalhar mais?” Eu disse: “Sem saber o que é que passou por ali eu não vou trabalhar. Ele deu uma risada e disse: “É uns alemão que passou.” Eu disse: “É um troço preto com olhos brancos viesse pro meu lado eu tinha que atirar, pois é mesmo de se assustar...”[o fiscal] diz: “É um auto, um 29, uns alemão que vieram de Passo Fundo pra visitar uns em São Carlos mas não sei se eles chegam lá porque a estrada é ruim.”

²⁵⁶ HIRSCH, Maria Adelaide Pasquali. *Ernesto Bertaso: de Verona a Chapecó*. Chapecó: Argos, 2005, p. 105.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 106.

[Justino] “Quando ele voltá eu quero ver.” Até hoje lembro, eu na beira da estrada, eu tirei os animais fora da estrada e cruzou assim, estava aberto, estava erguido, eu olhei, tinha quatro dentro, há mesmo. Ele disse: “É tocado a gasolina.” Depois veio o caminhão [...]. Pra vocês verem, parava num paiol, ninguém tinha medo de ficar lá, era só se cuidá do tigre e de alguma cobra, mas hoje não dá para uma pessoa ficar sozinha em casa.²⁵⁸

Esse transcrito é ilustrativo de fatos que permearam o cotidiano do caboclo de Passo do Xaxim nas primeiras décadas do século XX. Para o caboclo do sertão a chegada do automóvel representou uma fronteira cultural de difícil assimilação. Ao ver o novo transporte, o tropeiro sentiu-se acuado, medroso; escondeu-se para se proteger, fez orações e faltou ao trabalho. Até então, suas preocupações eram com os animais ferozes, mas com a colonização, com a modernidade, com o novo formato que estava se delineando na sociedade oestina, sentia-se inseguro até mesmo em sua própria casa.

Em outro relato sobre as estradas, a centenária Ermelinda Anunciata Sotilli Lunardi, nascida em 1907 e que em 1939 migrou para o distrito de Xaxim, lembrou detalhes da viagem: “Me lembro só do Raul que quase botei fora pra janela. Era o meu filho mais velho, segurei ele pela perna, era pura pedra na estrada, só tinha buraco.”²⁵⁹ Sua filha Aida Lunardi, que a acompanhou na entrevista, informou:

A viagem levou quatro dias de Bela Vista, hoje Fagundes Varela, até Chapecó; de Chapecó a Xaxim, mais um dia de viagem. A mãe veio com cinco filhos, dois nasceram aqui em Xaxim. Nós viemos em janeiro de 1939, a mudança veio de caminhão e nós, em um Ford 28 com os rodados bem finos. A gente dormia no carro e parava na estrada para comer.²⁶⁰

No final da década de 1930, além dos raros automóveis e caminhões, o ônibus passou a representar um importante meio de transporte dos migrantes. Em 1939, o distrito de Xaxim contava com uma linha de ônibus entre Xaxim e Guaporé, nos primeiros tempos uma vez por semana, mais tarde duas vezes. Eram necessários três dias de viagem, pernoitava-se em Erechim. De acordo com Carlos Alberto Dal Bello: “Mais tarde, no início da década de 1950, outra linha foi implantada, de Garibaldi a Xaxim”.²⁶¹ Nas figuras 12 e 13 visualiza-se este importante meio de transporte da época.

²⁵⁸ ALMEIDA, Justino dos Santos. Entrevista citada.

²⁵⁹ LUNARDI, Ermelinda Anunciata Sotilli. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 13 abr. 2007.

²⁶⁰ LUNARDI, Aida. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 13 abr. 2007.

²⁶¹ DAL BELLO, Carlos Alberto. Entrevista citada.



Figura 12. Primeiro ônibus de Xaxim, linha entre Guaporé e Xaxim. Motorista Dionísio Socoll (1930)
Fonte: Acervo de Ermelinda A. Sotilli Lunardi.



Figura 13. Ônibus. Chevrolet adaptado ao transporte de passageiros. Linha ente Garibaldi e Xaxim (Déc. 1950)
Fonte: Acervo de Carlos Alberto Dal Bello.

A tabela 1 contempla dados de 1957 produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Optou-se por apresentá-la, mesmo desrespeitando o recorte temporal da pesquisa, porque enriquecem o imaginário acerca das diferentes dimensões sobre os transportes no “Velho Xaxim”.

Tabela 1. Veículos existentes no município de Xaxim (1957)

Veículos a motor	Quantidade	Veículos de força animada	Quantidade
Automóveis	9	Carros de 2 ou 4 rodas	12
Jipes	10	Bicicletas	37
Ônibus	1	Carroças de 4 rodas	168
Caminhonetas	8		
Motocicletas	7		
Tratores	4		
Caminhões	104		

Fonte: Elaboração da autora, com base em: IBGE, *Enciclopédia dos municípios brasileiros...* 1959, p. 415.

Na área dos transportes, em 1957 chama a atenção o número de caminhões, 72,7% do total de veículos a motor. Outro detalhe é o transporte por tração animal, com 79,2% de carroças com quatro rodas. O número de carroças se sobrepõe ao dos caminhões.

Nas décadas de 1940 e 1950, as velhas carroças e os novos caminhões disputavam lado a lado o domínio das estradas. O fim dos carroceiros no Rio Grande do Sul reescreveu a paisagem física e humana da Região Colonial Italiana, onde ferreiros, marceneiros e casas de pasto deram lugar a borracheiros, mecânicos, restaurantes e postos de gasolina.²⁶²

Essa realidade também se materializou no oeste de Santa Catarina no mesmo período e nos anos que se seguiram. Cargueiros, carroças e caminhões entrecruzaram-se por alguns anos na região, mas no decorrer do tempo prevaleceriam os caminhões e outros meios de

²⁶² Cf. MAESTRI, *Os senhores da Serra...* 2005, p. 111. O autor refere-se ao Rio Grande do Sul. A pesquisa demonstrou que não houve ruptura dessa realidade no oeste de Santa Catarina.

transportes. As características reveladas nos dados do IBGE esboçam um espaço que esteve correlacionado com as necessidades econômicas, políticas e sociais de uma região agroindustrial em transformação.

Os dados e as narrativas obtidas comprovam que a chegada e o desenvolvimento comunitário dos migrantes sul-rio-grandenses no oeste de Santa Catarina estiveram correlacionados com a abertura de estradas e com a introdução de diversos meios de transportes, os quais agilizaram a dinâmica econômica regional.

Nos primeiros tempos da colonização, as picadas foram transformadas em vias carroçáveis e, mais tarde, em estradas, por onde passaram tropas, cangalhas, carroças, seguidas pelos caminhões, ônibus e automóveis. Assim, possibilitou-se o intercâmbio com os centros fornecedores e consumidores da produção agrícola familiar, do comércio e da indústria do oeste catarinense. Ao longo das vias de acesso acentuou-se o crescimento urbano.

No processo de colonização, as estradas exerceram influência decisiva na integração, no desenvolvimento, na circulação de riquezas, rompendo o isolamento que há séculos envolvia a região oeste de Santa Catarina.

Em nome do fenômeno colonizador, surgiram inovações na produção extrativa e agroindustrial que dinamizaram a economia mercantil, servida por picadas, estradas e também pelo rio Uruguai. Indígenas, caboclos, negros, migrantes, agricultores, comerciantes, balseiros, carroceiros, caminhoneiros, além de outros atores, redesenham a história do espaço viário no oeste de Santa Catarina.

3.2 Exploração florestal

Os ítalo-sul-rio-grandenses herdaram conhecimentos nas lides extrativas da madeira desenvolvidos há séculos nas regiões montanhosas do norte da Itália. No Rio Grande do Sul também são abundantes os depoimentos relatando a riqueza florestal das matas do estado. No oeste de Santa Catarina, como nas Colônias Velhas, “os migrantes olhavam com os olhos do negociante e do artífice as árvores das suas glebas”.²⁶³

Para a historiadora Eli Bellani, no oeste catarinense, no período de 1930 a 1950, as atividades ligadas à madeira deveram-se à iniciativa de migrantes sul-rio-grandenses; grandes

²⁶³ Cf. MAESTRI, *Os senhores da Serra...* 2005, p. 39.

proprietários e colonizadores envolviam também outras categorias sociais, como o serrador, o balseiro, responsáveis pela manutenção, pelo transporte e entrega da madeira.²⁶⁴

O porto Goio-En foi um dos mais movimentados do rio Uruguai, onde eram embalsadas milhares de toras de cedro e pinho. O porto de São Carlos, na barra do rio Chapecó, também recebia madeiras das serrarias de Palmas e do antigo Chapecó, o que propiciou a organização da Cooperativa Industrial Madeireira Chapecó, a qual possuía um porto exclusivo, onde dezenas de operários trabalhavam na construção das balsas à espera das enchentes do inverno. Em épocas de embalse movimentavam-se centenas de operários especializados na feitura das jangadas.²⁶⁵

O rio Uruguai, com suas cheias periódicas, propiciava as viagens das balsas de madeira, que era comercializada nos portos da Argentina e Uruguai: *San Tomé, Paso de los Libres, San Borja e Itaqui*. O curso da água aumentava mais de seis metros, permitindo o “ponto de balsa”; assim, as amarras que prendiam a balsa nas pranchas eram soltas e iniciavam-se as viagens, que começavam em maio ou junho e iam até setembro. A balsa podia ser levada por remos ou empurrada por lanchas; o balseiro prático era responsável pela condução da balsa.²⁶⁶

A balsa era uma jangada feita de toras, principalmente de cedro. As vigas eram retiradas da água e levadas para as serrarias. Geralmente uma balsa era composta de cem vigas, distribuídas em dez pelotões ou quartéis.²⁶⁷ No relato da historiadora Liliane Wentz :

As madeiras eram assinaladas com a marca do respectivo dono, um carimbo em alto relevo, marcado no topo, dentro da serraria e levadas por caminhões ou carroças até os rios, onde eram reunidas uma às outras, entrelaçadas, formando “pacotes” de três dúzias de tábuas; na seqüência do processo, formava-se o “quartel” ou “pelotão”, com até duas mil dúzias.²⁶⁸

A figura 14 mostra uma primitiva balsa de toras, conduzida a remo pelo rio Uruguai, em meados da década de 1930. Mais tarde, as balsas passaram a ser de madeira serrada.

²⁶⁴ Cf. BELLANI, Eli Maria. Balsas e balseiros no rio Uruguai. In: Ceom: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina: Cadernos do Ceom. Chapecó: Argos, 2006, p. 73.

²⁶⁵ Cf. ANGELI, Heitor Lothieu. *O velho balseiro*. Porto Alegre: Est, 2000, p. 111.

²⁶⁶ Cf. BELLANI, Balsas e balseiros... 2006, p. 79-86.

²⁶⁷ ANGELI, *O velho balseiro*... 2000, p. 57.

²⁶⁸ WENTZ, Liliane Irma Mattje. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul (1902 - 1950)*. Passo Fundo: UPF, 2004, p. 62. A autora refere-se aos procedimentos executados nas madeiras de Passo Fundo.



Figura 14. Balsa de toras de madeira. Vêm-se alguns trabalhadores: remadores, cozinheiros, balseiro prático, bons nadadores para recolher a madeira caso houvesse estouro da balsa (Dec. 1930)
Fonte: Casa da Cultura de Xaxim.

A figura 15 contempla o porto *San Borja* em meados de 1950, um dos diversos portos argentinos onde as balsas eram desfeitas e a madeira comercializada. Nessa época, as balsas de madeira serrada eram puxadas por lanchas que ficavam atracadas no porto enquanto seus ocupantes realizavam transações comerciais.

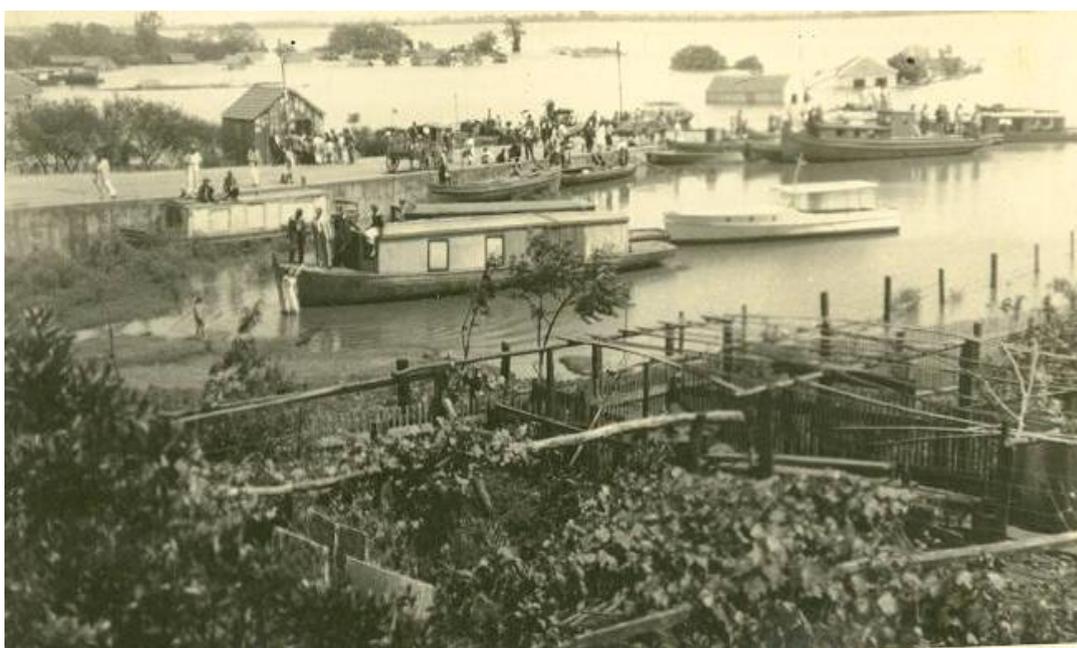


Figura 15. Porto de *San Borja*, Argentina. A madeira ficava na ilha Saleiro, onde se faziam as charqueadas (meados de 1950)
Fonte: Acervo de Iraci Lopes Dalla Rosa, filha de Ildefonso Lopes da Silva.

Atenta-se na imagem para a enchente que cobre parcialmente as casas próximas ao rio Uruguai e, também para as lanchas, carroças e inúmeras pessoas no local. Conforme as memórias de Iraci Lopes Dalla Rosa, seu pai contava o seguinte:

No porto, os balseiros comercializavam a madeira e compravam tecidos, maçãs, azeite de oliva e bonecas de louça, além de outros artigos que no interior do oeste catarinense não existiam. Os pacotes de dinheiro da venda da madeira eram guardados em malas para retornar às regiões de origem.²⁶⁹

Segundo o relato do balseiro-prático e madeireiro Ildefonso Lopes da Silva, migrante que em 1948 se estabeleceu no distrito de Xaxim:

Naquele tempo a madeira tinha mais valor do que a terra. [...] no início uma pessoa sozinha derrubava, atorava a planta, somente a machado, e depois que veio os outro, as motosserra. [...] ia no mato, derrubava, fazia as tora e depois, quando chegava a hora de arrastar, de manhã cedo ia arrastar e por isso empreitava com algum que vinha de carroça de burro pra puxá pro rio.²⁷⁰

Entre os proprietários e, especialmente, entre os balseiros que singravam o Uruguai havia uma espécie de código de honra: as menores balsas partiam antes. Dezenas delas, uma a uma, saíam do porto do Goio-En para uma viagem de até seis dias e cinco noites, numa aventura que levava todas as esperanças e, muitas vezes, a desgraça dos próprios balseiros.²⁷¹

Sobre esses episódios o madeireiro Afonso Lunardi, que eventualmente viajava com os balseiros, relatou:

Quando se rompiam os molhos e as pessoas da balsa saíam com vida era uma graça do céu. Pelo número impresso na madeira, eles passavam dias, semanas recolhendo. Neste afã, havia coleguismo, camaradagem, uns ajudavam os outros. Era muito triste presenciar o rompimento de uma balsa e os colegas sendo tragados pelo rio e nada poder fazer. De nossos balseiros não temos notícias de vítimas fatais. Houve rompimento de balsas, mas só com danos materiais. Aí, era só esperar o ponto de balsa e torcer para que tudo desse certo.²⁷²

As lides balseiras requeriam conhecimentos e habilidades:

[...] no verão preparava a madeira, pra depois, quando era inverno, a gente começava passá a mader, se preparava e aí fazia um ranchinho, fazia um ranchinho em cima. [...] Porque alguém sempre vai descansar a gente dexa uma parte descansando quando

²⁶⁹ DALLA ROSA, Iraci Lopes. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 10 ago. 2007.

²⁷⁰ SILVA, Ildefonso Lopes da. Entrevista concedida a Arlene Renk. Xaxim. (Acervo Ceom). [s.d.]

²⁷¹ Cf. SILVESTRIN, *Lunardi...*2003, p. 313.

²⁷² LUNARDI, Adolfo. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Xaxim, 26 nov. 1987.

é noite e se dá uma chuva também se resguardava né? Esse ranchinho é para quem vai dormir, também leva o forro de cama, tudo aí amontoa [...].²⁷³

Idelfonso Lopes da Silva também relatou que, além de dormir na balsa eles, cozinhavam: “Ah! Quando eles saíam ali já matavam um porco e tudo e feijão e arroz e isso era a maior coisa. [Para fazer o fogo em cima da balsa] Mais faziam a gride ansim como ansim e enchia de tera e cozinhava ansim [...] na panela de ferro”.²⁷⁴

O “rancho” construído geralmente de taquara, era uma cabana à beira da água que abrigava os peões quando a balsa estava amarrada ou ancorada; somente as malas e roupas ficavam protegidas. No centro tinha um abrigo coberto com tábuas serradas e lascadas para a cozinha; nessa peça havia uma cobertura para os mantimentos, que eram basicamente arroz, feijão, charque, sal, banha e erva-mate. Alguns balseiros levavam porcos para carnear na viagem ou se reuniam para dividir a carne de uma rês abatida na beira do rio; outros levavam galinhas para o *brodo* da noite ou galinhadas.²⁷⁵

Silva, ao ser questionado sobre a saúde dos balseiros, contou: “A saúde, eu acho que era boa. Não sei se eles se escolhiam, aqueles que desciam com a gente agüentavam. Podia chovê, podia giá, porque as veis dava giada; tamém amanhecia branca a balsa de geadá.[...] Se era meio doente não podia descer porque não agüentava, isso aí sabiam que é brabo no rio”.²⁷⁶

Também comentou que a madeira preferida para a comercialização era “o cedro, porque era mais durável, racha menos e não trinca nada, cabriúva tamém era procurada, mas era ruim de levá porque ela afunda. Então tinha que botá duas de cedro e uma de cabriúva”.²⁷⁷ “A partir da década de quarenta, muitos madeireiros partiram para a construção de balsa de pinho serrado. Muitos foram os que adotaram esse meio de transporte para Argentina.”²⁷⁸ A falta de exportação afetava a vida socioeconômica de todos, desde o mais simples trabalhador que derrubava as árvores até os madeireiros.²⁷⁹

No oeste a ordem era derrubar a mata para plantar e produzir. Para isso, somente no território colonizado pela família Lunardi surgiram dezenas de pequenas indústrias extrativas de madeiras. A atividade cresceu tanto que se tornou um dos principais fatores econômicos do distrito. Dezenas de pequenas indústrias, com equipes de trabalho bem estruturadas, faziam desde a derrubada dos pinheiros e o arrasto das toras até o trabalho aprimorado dos

²⁷³ SILVA, Ildelfonso Lopes. Entrevista citada.

²⁷⁴ SILVA, Ildelfonso Lopes. Entrevista citada.

²⁷⁵ Cf. ANGELI, *O velho balseiro...* 2000, p. 57

²⁷⁶ SILVA, Ildelfonso Lopes. Entrevista citada.

²⁷⁷ SILVA, Ildelfonso Lopes. Entrevista citada.

²⁷⁸ ANGELI, *O velho balseiro...* 2002, p. 58.

²⁷⁹ Cf. NODARI, *A renegociação da etnicidade...* 1999, p. 79.

serradores.²⁸⁰ A figura 16 apresenta uma das centenas de serrarias espalhadas pelo oeste de Santa Catarina.



Figura 16. Serraria. Pesqueiro do Meio, distrito de Xaxim. De Ildefonso Lopes da Silva (Déc. 1940)
Fonte: Acervo de Iraci Lopes Dalla Rosa.

Em 1942, em Chapecó, para congregar centenas de madeireiros, foi criada a Cooperativa Madeireira do Vale do Rio Uruguai, da qual Luiz Lunardi foi um dos sócio-fundadores, representando a região de Xaxim. Inicialmente, partiam do distrito caravanas de dezenas de carroções, proprietários ou freteiros com ternos de mulas ou três, quatro juntas de bois, rumo às balsas do Uruguai, para a Argentina.²⁸¹

Por causa da serra e da falta de estradas na margem do rio, a madeira era descarregada no ponto mais próximo e largada morro abaixo, através de enormes calhas com até cem metros, construídas com a própria madeira. Por meio desses canais a madeira chegava ao local onde os principais exportadores possuíam um terreno; ali eram estocadas as madeiras em quantidade necessária para a construção da balsa.²⁸²

As balsas variavam de tamanhos; as construídas de toras possuíam mais ou menos 10 m de comprimento. Quando uma balsa de toras estava pronta, podia atingir 130 a 150 m de comprimento, tamanho máximo possível, pois o rio Uruguai tem muitas curvas. Outro tipo

²⁸⁰ Cf. SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 310-311.

²⁸¹ Cf. SILVESTRIN, *op. cit.*, p. 311-312.

²⁸² *Ibidem*, p. 312-313.

eram os remoques, feitos de tábuas, cuja formação se fazia com maços de tábuas, nas dimensões de 5.50 m por 30 cm de largura, medidas convencionais para a balsa de tábuas.²⁸³

No distrito de Xaxim a família Lunardi trabalhou timidamente com a extração da madeira desde o período de aquisição da fazenda Rodeio Bonito. Contudo, a partir de 1937 passou a investir fortemente na extração, industrialização e comercialização do produto.²⁸⁴ Esta atividade já era conhecida pela família ainda no Rio Grande do Sul.

É válido observar que em 1912, em Bela Vista, os Lunardi já se dedicavam à extração de madeira com a empresa denominada Lunardi & Irmãos, a indústria localizada na mata nos fundos do próprio lote, na estrada para Guaporé. Nesse mesmo ano, João e Pedro Lunardi assinaram um manifesto que visava beneficiar as serrarias a vapor da bacia do rio Carreiro.²⁸⁵

As lides extrativas da madeira empreendidas pela família Lunardi no Rio Grande do Sul permitiram-lhe a constituição e ampliação dessa atividade econômica no oeste catarinense a partir de 1920, com a compra da fazenda Rodeio Bonito, dotada de um abundante acervo de mata nativa.

Na antiga fazenda Rodeio Bonito, que em 1954 constituiu-se no município de Xaxim, bem como em todo o oeste catarinense, o setor madeireiro legitimou no poder as forças políticas e sociais que ao longo do tempo, desde o período da colonização, prosperaram economicamente graças à exploração da flora regional. Evidenciou-se no processo jurídico-administrativo de Xaxim, contemplado no capítulo cinco desta dissertação, a participação de madeireiros na Comissão Pró-Emancipação do distrito, numa percentagem de 26,9% dos integrantes.

Quando Xaxim se desmembrou de Chapecó, em 20 de fevereiro de 1954, o primeiro prefeito nomeado foi o advogado Laurindo Dário Lunardi, que, antes de migrar para o oeste de Santa Catarina, fora presidente da Cooperativa Central dos Madeireiros de Porto Alegre, como proprietário de madeira em Vacaria - RS. No distrito de Xaxim também foi madeireiro, explorando os pinhais das terras herdadas de seu pai, Pedro Lunardi, um dos quatro irmãos proprietários da subcolonizadora Irmãos Lunardi.

Também o primeiro prefeito eleito de Xaxim, em 3 de outubro de 1954, foi Luiz Lunardi, colonizador, industrial, comerciante e madeireiro. Percebe-se que o Executivo xaxinense, nas primeiras legislaturas, era 100% ligado ao setor madeireiro: dos 24 candidatos que concorreram ao cargo de vereador em 3 de outubro de 1954, 38% eram madeireiros; dos

²⁸³ Cf. BELLANI, *Balsas e balseiros...* 2006, p. 89.

²⁸⁴ Cf. OLIVEIRA, *Xaxim ...* [s.d.], p. 43.

²⁸⁵ Cf. SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 143.

24 candidatos sete foram eleitos. Logo, compondo 28,5% de representatividade na Câmara de Vereadores de Xaxim, foi o setor que mais se destacou.²⁸⁶

Com a fixação dos migrantes sul-rio-grandenses no oeste de Santa Catarina desde as primeiras décadas do século XX, motivados pelas empresas colonizadoras, a madeira passou a ser comercializada em grande escala. O isolamento e a falta de estradas fizeram com que a população se voltasse para o rio Uruguai, aproveitando as épocas de cheias para o transporte da produção em balsas. Com a abertura de novas estradas e a implantação de outros meios de condução, a madeira deixou de ser escoada pela via aquática e seu transporte passou a ser realizado por terra, em caminhões. Abriram-se, então, perspectivas para o mercado interno da madeira, decaindo a exportação via rio Uruguai.²⁸⁷

Foram diversos os aspectos positivos do ciclo da madeira para a região oeste: “Foi a mais importante fonte de renda de milhares de pessoas e alicerce da economia regional.”²⁸⁸ A inserção da região numa economia mercantil, capitalista, deu-se em grande parte pela exploração da flora, rica em araucária, cedro, gabriúva, canela e outras espécies. Os esforços empreendidos para possibilitar o escoamento do produto na região permitiram a criação de estradas e pontes, expandindo atividades comerciais e industriais.

Contudo, isso acarretou a exploração e a devastação indiscriminada da floresta nativa, pois inexistiam iniciativas de reflorestamento. Foram inúmeros os problemas causados ao meio ambiente, além da desestruturação do modo-de-produção de indígenas e caboclos, que se baseava essencialmente no extrativismo florestal.

No oeste catarinense, como no Rio Grande do Sul, “não havia exploração racional, ou seja, não se dava importância ao reflorestamento por se acreditar na permanente abundância do mato; assim, os madeireiros e afins iam derrubando as florestas”.²⁸⁹

Os ganhos econômicos da região nas primeiras décadas da colonização provinham principalmente da venda da madeira e da sua exportação através do rio Uruguai para o mercado comprador argentino. Não havendo retorno econômico, tornava-se difícil a atração de novos colonos.²⁹⁰

A migração sul-rio-grandense para o oeste foi influenciada sobremaneira pelo ciclo econômico da madeira que propiciou uma rede comercial na região de colonização. A acumulação de capital nas mãos dos colonizadores, madeireiros, comerciantes e agricultores

²⁸⁶ Ver o p. 185-194 desta dissertação.

²⁸⁷ Cf. BELLANI, *Balsas e balseiros...* 2006, p. 93-94.

²⁸⁸ ANGELI, *O velho balseiro...* 2000, p. 153.

²⁸⁹ WENTZ, *Os caminhos da madeira...* 2004, p. 14.

²⁹⁰ Cf. NODARI, *A renegociação da etnicidade...* 1999, p. 79.

possibilitou o surgimento de bodegas, moinhos, alambiques, pequenas casas de comércio, serrarias, olarias, frigoríficos, além de outros empreendimentos comerciais e industriais. A colonização do oeste dependeu de estímulos internos do capital proveniente da exploração florestal, que ao longo do tempo articulou processos econômicos, políticos e sociais na região.

3.3 Agricultura, comércio e indústria

A partir da década de 1920, no oeste de Santa Catarina o migrante sul-rio-grandense substituiu o caboclo na apropriação da terra. Na região, muitos caboclos passaram a realizar trabalhos periféricos nas indústrias madeireiras, na construção de estradas, na formação de balsas e nas atividades campeiras: “Havia sempre caboclos contratados para a tarefa da doma de animais porque se tratava de uma das mais importantes atividades ligadas ao transporte”.²⁹¹ Também trabalhavam como peões nas atividades agrícolas, geralmente nas tarefas mais árduas.

Nas palavras da migrante sul-rio-grandense Lourdes Lunardi Ortigara: “[...] aqui em Xaxim o caboclo era bastante discriminado. Eles faziam cercas, cuidavam dos animais, invernadas, capinavam, faziam roça, ajudavam nos trabalhos domésticos”.²⁹²

Nos primeiros tempos da colonização do oeste, o migrante empregou a rústica técnica agrícola já usada pelos indígenas, caboclos na região e também empregada nas Colônias Velhas do Rio Grande do Sul, a *coivara*, processo no qual a mata é derrubada e queimada e as sementes são plantadas entre pedras e troncos. O relato da migrante Maria Stieven detalha a prática empregada na década de 1920 nos primeiros plantios: “Aqui era puro pinheiro, mãe de Deus, puro pinheiro. Nós cortava o pinheiro e queimava fora tudo e plantava”.²⁹³

O migrante no oeste viu-se na mesma situação dos primeiros imigrantes das Colônias Velhas do Rio Grande do Sul, ou seja, devia lutar contra a mata virgem. Assim, adotou sem dificuldade a técnica indígena e cabocla da *coivara*, destruidora, mas eficaz, sobretudo quando se pensa que da colheita depende a sobrevivência e o futuro da família.²⁹⁴

As primeiras roças eram destinadas para a subsistência familiar; a seguir também se voltariam para a esfera mercantil; quando então os homens detinham o monopólio dos contatos com os comerciantes da região. As mulheres, que trabalhavam incansavelmente na

²⁹¹ SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 247.

²⁹² ORTIGARA, Lourdes Lunardi. *Entrevista concedida a Cláudio Orso e Maria de Oliveira*. Xaxim, 10 jan. 1994.

²⁹³ STIEVEN, Maria. Entrevista citada.

²⁹⁴ MANFROI, *Italianos no Rio Grande do Sul...* 1987, p. 85.

agricultura, no artesanato, eram tendencialmente alijadas na tarefa prestigiosa da venda da produção.²⁹⁵

No oeste catarinense, no período da colonização, a organização das práticas produtivas conhecidas no Rio Grande do Sul também se materializou para suprir as necessidades do núcleo familiar, no interior do qual se realizava uma rústica divisão sexual e etária de tarefas. Em virtude da sua orientação tendencialmente natural, a exploração assumia caráter claramente policultora, através da plantação de arroz, batata, feijão, aveia, milho, trigo, uva, entre outros. O colono, sua esposa e filhos trabalhavam solidários nessa esfera produtiva.²⁹⁶

Maestri relata que na Região Colonial Italiana a importância do cultivo de cereais – arroz, cevada, milho, trigo, etc. – e de outros produtos de longa e média conservação determinava que o *celeiro*, o *paiol* e a *cantina* ocupassem papel essencial na organização dessas explorações, que se dotavam de outras importantes benfeitorias e instalações, como o chiqueiro, o galinheiro, a horta, o parreiral, o potreiro, entre outros.²⁹⁷ De fato, nas terras cultivadas no oeste catarinense o migrante colono manteve a cultura agrícola sul-riograndense, evidentemente com adaptações ao meio.

Com o passar do tempo, o migrante desenvolveu uma multiplicidade de relações nas lides agrícolas: potencializou a terra com o uso da mão-de-obra familiar, estabelecendo a fruticultura, a policultura, fincou raízes nos minifúndios que explorava, desenvolveu uma agricultura permanente, readaptando saberes de acordo com as condições e as necessidades do espaço oestino.

Sobre as unidades produtivas no oeste de Santa Catarina pode-se afirmar que prevaleceram as formas já consolidadas nas unidades produtivas colonial-camponesas do Rio Grande do Sul, ou seja, a agricultura semi-intensiva e intensiva; os migrantes serviam-se de ferramentas relativamente desenvolvidas e variadas; utilizavam o arado e a tração animal; praticavam a rotação dos cultivos e a adubação parcial, limitada pelo volume do esterco produzido pelo gado ordenhado ou manejado diariamente; cultivavam gêneros de ciclo breve e longo; investiam nas benfeitorias e na melhoria direta dos campos, pelo desmatamento, despedramento, irrigação, entre outros.²⁹⁸

A produção agrícola voltava-se para as necessidades da região, pois o excedente era escoado com dificuldade nos primeiros tempos, em razão da infra-estrutura viária frágil. O

²⁹⁵Cf. MAESTRI, *Os senhores da Serra...* 2005, p. 96.

²⁹⁶Cf. MAESTRI, *A aldeia ausente...* 2002, p. 24.

²⁹⁷Cf. MAESTRI, *Os senhores da Serra...* 2005, p. 86.

²⁹⁸ Cf. MAESTRI, *A aldeia ausente...* 2002, p. 25.

transporte por cargueiros ou carroças não permitia uma produção em larga escala, o que seria possível mais tarde com a chegada dos caminhões.

No distrito de Xaxim, conforme o censo de 1950, a população rural era de 89,7%, dedicada à agricultura e ao artesanato familiar, que representavam a base da economia. Nesse período, a produção agrícola predominante, por ordem de importância, era o feijão, o trigo, a batatinha, o aipim, a batata-doce, a cana-de-açúcar, o centeio, o amendoim com casca, a cevada e a aveia.²⁹⁹

A cultura do milho, apesar de não ser citada nos dados do IBGE, predominou na região como um dos produtos básicos na alimentação do migrante nos tempos da colonização do oeste. Os moinhos estabeleceram-se na antiga fazenda Rodeio Bonito em decorrência da necessidade de beneficiamento dessa cultura, em substituição aos monjolos usados pelos caboclos. Maria Stieven relatou sobre a construção do primeiro moinho da antiga Rodeio Bonito:

Logo que nós chegemo aqui, trabalhava na roça, tinha que trabalhar na roça e plantar de tudo. Meu marido não tinha serviço na roça e então ele falou com o Silvio e disse: “Sabe, compadre, vamos colocar um moinho.” E o Silvio disse: “Tá.” Então o meu marido e o Silvio não sabiam cortar pedra pro moinho pra moer o milho, não é? E o compadre Silvio arrumou tudo o que faltava, fazia a casa, fazia o lugar, fazia o moinho. Cortava a pedra redonda e fazia o buraco no meio.[...] No moinho moíam só milho e arroz.³⁰⁰

A figura 17 apresenta o moinho, que funcionava a energia hidráulica, gerada por uma queda d’água que havia no local. Os grãos eram moídos por fricção entre duas pedras e mós, das quais a de baixo era fixa e a de cima girava produzindo a farinha. Localizava-se próximo à estrada em direção a linha Tigre, por onde passavam os fios do telégrafo.

²⁹⁹ IBGE, *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Oficinas do serviço gráfico do IBGE, 1959. p. 413.

³⁰⁰ STIEVEN, Maria. Entrevista citada.

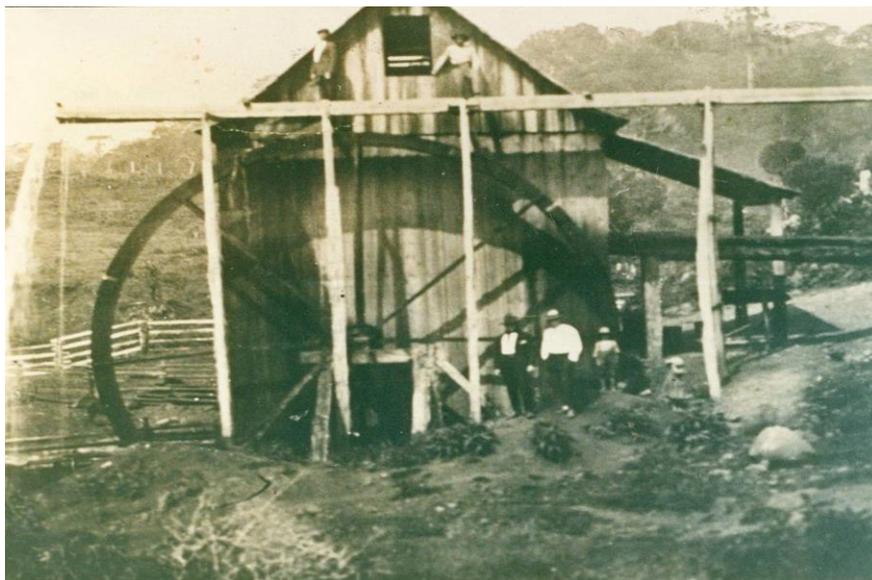


Figura 17. Primeiro moinho do distrito de Paz de Hercílio Luz. Sócios-proprietários Antônio Stieven e Silvio Lunardi. (Déc. 1920)

Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Xaxim.

Anos mais tarde, a sociedade entre Silvio Lunardi e Antônio Stieven se desfez. Em 1946, a firma Lunardi S.A. construiu o moinho São João, no centro do distrito de Xaxim, na avenida Progresso, atual avenida Luiz Lunardi. Em 1947, o moinho foi ampliado, com a instalação do silo com capacidade para a armazenagem de 28 mil sacas ou 1.600 toneladas de trigo. A maior parte do trigo industrializada era produzido na região, mas houve épocas em que se processou também trigo argentino.³⁰¹



Figura 18. Moinho e silo São João. Fotografado por ocasião de um grande descarregamento de trigo. Observam-se, à esquerda, a casa comercial e o posto de combustível dos Irmãos Lunardi, o silo, o moinho, a sede social da Sociedade Esportiva Recreativa Cultural Guarany, onde funcionava o cinema e se realizavam os bailes (1957)

Fonte: Acervo de Carlos Alberto Dal Bello.

³⁰¹ LONGHI, Rui. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Passo Fundo, 14 set. 2006.

Além dos moinhos, os migrantes que colonizaram a antiga fazenda Rodeio Bonito, paralelamente, desenvolveram atividades comerciais que viabilizaram o desenvolvimento interno da região. Ainda, a atividade extrativa da erva-mate, desenvolvida há décadas pelos caboclos, foi por elas potencializada.

Em 1927, no distrito de Paz de Hercílio Luz foi fundado o primeiro soque de erva-mate, na localidade de Lagoa da Pedra, atual Florindo Folle. A erva recebia a primeira secagem no mato, nos carijós, a segunda ocorria no barbaquá; depois, seguia para o soque, que era movido a energia hidráulica.

Com a industrialização da erva-mate, houve um reagrupamento de caboclos ex-possesores na atividade extrativa, os quais passaram a atuar como tarefeiros, mão-de-obra subalternizada.



Figura 19. Soque de erva-mate, fundado em 1927. Em frente vê-se um caminhão Ford 100 (Déc. 1940)
Fonte: Nilson Folle.



Figura 20. Caminhão Ford carregado com raídos³⁰² de erva-mate e com os tarefeiros, do sexo masculino. Atenta-se para o número de crianças. Fotografados em Xaxim, em frente à rua da Matriz [s.d.]
Fonte: Nilson Folle.

Em 1925, no distrito de Paz de Hercílio Luz, a família Lunardi instalou uma casa comercial com o objetivo de atrair migrantes para as novas terras. Assim aproveitaram a experiência adquirida entre 1905 e 1938 em Fagundes Varela - RS, região na qual os Lunardi foram pioneiros no comércio e no transporte de mercadorias com tropas de mulas e mais tarde, com carroças e caminhões.³⁰³

Ambrosina Ceratto Lunardi recordou sobre a construção da casa comercial no distrito de Paz de Hercílio Luz:

³⁰² São ramas de erva-mate cortada.

³⁰³ SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 143.

Veio uns quantos colonos aqui pra compra terras e ele [Silvio, seu marido] veio junto, pra trazê-los. Os colonos não queriam vir morar aqui porque diziam que a terra era boa, mas e, se precisasse de um quilo de açúcar onde é que se vai comprar? Óleo de rícino e outras coisas? Então despertou o Silvio [...] pra colocar uma bodega. [...]. O Silvio tinha a representação da firma Sul Brasil, eles eram sócio-fundadores daquele frigorífico de Bela Vista. Foi meu sogro que mandou os carpinteiros lá de Bela Vista. Foi assim que começou a casa. O tio Giácomo ofereceu terra pros Geremias e eles falaram que não tinham dinheiro pra comprar terra; daí o tio Giácomo disse: “Se vocês querem serviço pra pagar a terra, quero dizer receber em terra, nós te damo.” Daí fizeram um contrato que eles vinham serrar madeira quando a madeira tava seca, pronta pra construir a casa, vinha o tio João, meu sogro, que era encarregado de mandar os carpinteiros. Então veio o Luiz Rech e Antônio Rech pra fazer a casa. Eles eram de Fagundes Varela. Eles arrastavam a madeira; eles tinham aquela peiteira pra botar no burro pra arrastar madeira. Então fizeram com saco de estopa com correto pra puxar os quadrames da casa. [...] quem ajudou a farquejar os alicerces da casa foi Isidoro Pereira.³⁰⁴

A mercadoria para a loja era comprada em:

Joaçaba com tropa e de Nonoai. E se tinha alguns cereais pra mandar fora, mandava pra Nonoai. Tinha dono da tropa que era o responsável por tudo. Levava uma carta pra trazer as coisas que precisava, ou se não ia o Pedro Giotto [...]. Demorava um mês pra ir e pra voltar. Ainda chegavam os sacos de arroz açúcar, sal, rasgados, latas de querosene vazando porque as mulas entravam pros matos e batiam nas árvores.³⁰⁵

Segundo o relato de Ambrosina Lunardi, no distrito de Paz de Hercílio Luz já havia um estabelecimento comercial, anterior à casa comercial dos Lunardi, pertencente a João Fuccina. De acordo com a entrevistada, o proprietário era “um bodegueiro de Xaxim que, quando nós chegamos, ele já tava aqui numa casinha de uns 4 x 4. Ele comprava um saco de açúcar, não sei aonde ele ia buscar e vendia os quilos de açúcar”.³⁰⁶ Orélio Negri confirmou esse fato: “Em 1922, mesmo antes de dona Ambrosina, João Fuccina já tinha uma pequena casa comercial em Xaxim.”³⁰⁷

Nos primeiros anos da década de 1920, antes da instalação da casa comercial, comprava-se em “Rio Novo, fica pra lá do Uruguai, era lugar que tinha pouca gente, mas

³⁰⁴ LUNARDI, Ambrosina Ceratto. Entrevista citada.

³⁰⁵ STIEVEN, Maria. Entrevista citada.

³⁰⁶ STIEVEN, Maria. Entrevista citada.

³⁰⁷ NEGRI, Orélio. Entrevista concedida a Claudio Orso e Maria de Oliveira. Xaxim, 8 de jan. 1987.

sempre tinha recurso pros gastos da casa. Então eles mandavam com dinheiro, iam buscar farinha de mandioca, banha, feijão e canjica”.³⁰⁸

Com peculiaridades idênticas àsquelas da Região Colonial Italiana no Rio Grande do Sul, no oeste catarinense os migrantes, ao longo das linhas, construíram serrarias, ferrarias, moinhos, casas de pasto, bodegas, entre outros para suprir as necessidades da produção colonial-camponesa. As casas comerciais das linhas, articuladas com comerciantes fortes das sedes coloniais e cidades, vendiam por preços mais altos o que o colono não produzia e escoavam o excedente colonial, comprado por preços baixos.³⁰⁹

Em 1943, Zeferina Pallaoro Locatelli migrou para o oeste catarinense, passando a residir na linha Golfo, depois em Lajeado Grande e, após em Anita Garibaldi. Ela relatou sobre o comércio da época: “[...] ali botamos casa de comércio fomos muito bem. Na loja tinha de tudo, era uma bagunça. Antigamente era assim: a soda vinha em um tonel, o açúcar em bolsa e a gente tinha que pesar tudo, não era como hoje, dava bastante serviço”.³¹⁰ Mais tarde foram para Nova União: “Ali meu marido colocou uma fábrica de cachaça, trabalhava dia e noite”.³¹¹ Tinham também “bodegões de moinho, fábrica de cachaça, serraria [...] o velho queria pegar tudo. Quem anda menos voa”.³¹² Esta frase reforça o caráter mítico do migrante, que, tal como seus antecedentes imigrantes italianos, lutou contra intempéries, não morreu, mas venceu.

A família de Giácomo Lunardi, que residia na linha 8^a de vila Oeste, em Guaporé, migrou para o distrito de Xaxim em 1937. No Rio Grande do Sul era proprietária de duas casas comerciais, fábrica de queijos, transportes e tinha participação no frigorífico local. Então, no distrito de Xaxim instalou um abatedouro de suínos, pois havia muita oferta de matéria-prima em toda a região colonizada, essa era comercializada no Rio Grande do Sul, de maneira difícil e onerosa, em razão da precariedade das estradas. Em fins de 1939, com a razão social de André Lunardi & Cia., o frigorífico Diadema passou a operar com a marca Lunardi e Regência.³¹³

³⁰⁸ STIEVEN, Maria. Entrevista citada.

³⁰⁹ MAESTRI, *A aldeia ausente...* 2002, p. 25.

³¹⁰ LOCATELLI, Zeferina Pallaoro. Entrevista citada.

³¹¹ LOCATELLI, Zeferina Pallaoro. Entrevista citada.

³¹² LOCATELLI, Zeferina Pallaoro. Entrevista citada.

³¹³ Cf. SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 317.



Figura 21. Frigorífico Diadema, de propriedade de André Lunardi & Cia. Iniciou as atividades em 1938 com produção de banha, salame e fiambre, na região oeste, no RS e SP. Em 1964, a empresa foi vendida para o grupo Chapecó, permanecendo no abate de suínos até 1973. Depois de três anos de reformas, a Chapecó Avícola S.A. passou a abater aves (1940)
Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Xaxim.

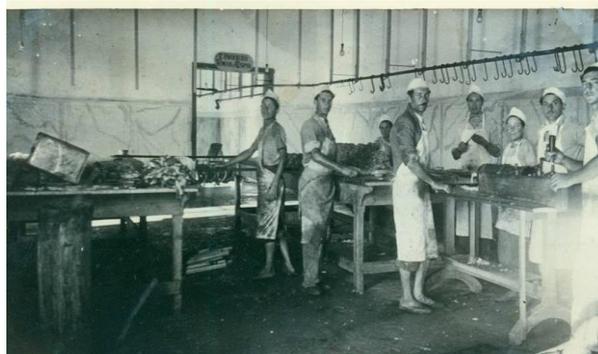


Figura 22. Instalações internas do frigorífico Diadema. Trabalhadores na produção manual de banha (Déc. 1930)
Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Xaxim.

A criação do frigorífico Diadema pelos irmãos André, Domingos e Adolfo Lunardi, filhos de Giácomo, um dos proprietários da antiga subcolonizadora Irmãos Lunardi, impulsionou o comércio regional. Os produtos tornaram-se conhecidos no estado e no país e eram levados de caminhão e embarcados no trem na antiga Cruzeiro, atual Joaçaba, com destino a São Paulo.



Figura 23. Caminhões e funcionários transportando produtos do frigorífico Diadema
Fonte: Acervo de Carlos Alberto Dal Bello.

De acordo com Odilon Poli, os primeiros anos da colonização no oeste catarinense foram marcados por um desenvolvimento precário. Porém, após 1940, com a chegada de um

número maior de famílias e com a abertura de diversas estradas, estratégicas do ponto de vista do contato com o mercado, começou a estruturar-se na região um mercado regular para os produtos agrícolas. A partir de então, o oeste catarinense passou a caracterizar-se por uma agricultura voltada à produção regular de excedentes, inclusive com a produção de alguns itens exclusivamente destinados ao mercado, como foi o caso dos suínos.³¹⁴

Observa-se que na década de 1950 na produção industrial de Xaxim, de acordo com dados do IBGE, destacava-se principalmente a produção de banha de porco, carne de suíno salgada, salame, mortadela, lingüiças e salsichas não enlatadas.

Além do frigorífico, serrarias, indústria de erva-mate, mecânica e olaria também foram atividades desenvolvidas pelos proprietários do frigorífico e seus parentes. A instalação do hospital São Pedro ocorreu em razão da necessidade de atendimento aos funcionários da firma André Lunardi & Cia. “Na vila de Xaxim, desde o início dos anos quarenta, o parque industrial ligado ao frigorífico já contava com 50 empregados.”³¹⁵

A tabela 2 mostra o número de estabelecimentos comerciais e industriais em 1955, no município de Xaxim.

Tabela 2. Estabelecimentos comerciais e industriais do distrito de Xaxim (1955)

Estabelecimentos	Nº.	Especificações
Industriais	16	1 de banha frigorificada, 1 de farinha de trigo
Comerciais	30	Todos varejistas

Fonte: Elaboração da autora, com base em: IBGE, *Enciclopédia dos municípios brasileiros...* 1959, p.413.

Dos dezesseis estabelecimentos industriais, o frigorífico e o moinho destacam-se por representarem, em termos de arrecadação, as maiores forças econômicas do lugar. Na região oeste, a policultura agrícola, o artesanato e a pecuária abriram caminho para o comércio e para as agroindústrias. Com a expansão das atividades agrícolas, comerciais e industriais a partir de 1940, aumentou a circulação de meios de transporte, principalmente com a introdução dos caminhões na região, influenciando sobremaneira o fluxo migratório ao distrito de Xaxim.

Na década de 1950, no distrito de Xaxim, a economia estava calcada na agricultura, na pecuária, no extrativismo florestal e mineral, no comércio e na indústria frigorífica. De acordo com o censo 1950, dos 13.510 habitantes do distrito, 89,7% concentravam-se na área rural, superando a média do estado de Santa Catarina, que era de 76,4%.

³¹⁴ Cf. POLI, Odilon Luiz. O contexto histórico do oeste catarinense. In: UCZAI, Pedro. *Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó: Argos, 2002. p. 171.

³¹⁵ Cf. SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 320.

No espaço urbano, a população do distrito contava com serviços públicos de assistência técnico-rural da Cooperativa Mista Xaxiense Ltda., com 257 sócios em 1950. Neste ano, segundo dados do IBGE, havia mais de uma centena de ligações de energia elétrica, que servia, além das residências a estabelecimentos industriais e comerciais.

A economia local agilizou-se com a instalação da Agência postal-telegráfica dos Correios e Telégrafos e uma estação rádio-telegráfica da Polícia Militar. O parque agroindustrial do distrito estava vinculado à oligarquia econômica da família Lunardi. Na década de 1950, através do frigorífico Diadema, do grupo de André Lunardi, e do grupo dos Irmãos Lunardi, ligados ao moinho São João, o município foi projetado nacionalmente.³¹⁶

Nessa época havia duas aglomerações urbanas no distrito de Xaxim, a vila de Xaxim, com a maior concentração, somando 95,6%, e a vila de São Domingos, com 4,4%. No período da emancipação acentuou-se a urbanização com características rurais. Está claro que a estrutura econômica xaxinense, mesmo com o desenvolvimento da indústria e do comércio sobressaía-se mais na agricultura, que atendia à demanda das agroindústrias do município e região.³¹⁷

Entretanto, no oeste de Santa Catarina “deve ser relativizada a homogeneidade da ascensão econômica. Uma fração da população ascendeu, o que não ocorreu com a totalidade”.³¹⁸

3.4 Artesanato: saberes e fazeres

Nas primeiras décadas da colonização no oeste de Santa Catarina, o artesanato articulava as ações cotidianas. Saberes e técnicas artesanais herdados da primeira geração de italianos no Brasil foram readaptados na região conforme as inúmeras necessidades e os contatos étnicos dos migrantes nas novas terras. “O isolamento físico e social obrigou o migrante a construir sua auto-suficiência.”³¹⁹ Eles herdaram dos seus antepassados práticas nas ocupações para os dias de chuva, para a noite e para as temporadas de pouco trabalho na agricultura, como fazer tranças de palha de trigo ou de coqueiro para chapéus, bolsas, cadeiras, entre outros.³²⁰

³¹⁶ IBGE, *Enciclopédia dos municípios...* 1959, p. 410.

³¹⁷ Ibidem, p. 413.

³¹⁸ RENK, *A luta da erva...* 1997, p. 95.

³¹⁹ TEDESCO, *Um pequeno grande mundo...* 2001, p. 20.

³²⁰ Cf. Ibidem, p. 89.

Os produtos artesanais relacionavam-se com os valores de uso, de troca, e supriam as necessidades do meio rural tendo como matéria-prima o couro, vime, tecido, madeira, palha, cipó, leite, ferro, frutas, carnes, barro, lã, milho, trigo, frutas, entre outros. O artesanato vinculava-se às atividades agrícolas dos colonos e comerciantes, podendo-se dizer que a policultura familiar rural demandava a policultura artesanal. Também fabricavam produtos como cachaça, melado, rapadura, açúcar mascavo, vinho, conservas – doces, compotas, marmeladas e embutidos – salame, copa, lingüiça, *bacon* e tocinho.³²¹

Muitos comerciantes eram também artesãos. Com o passar do tempo, diferenciações sociais e econômicas possibilitaram um viés mais mercantil a esses produtos readaptado à dinâmica industrial.³²² No decorrer do tempo, na antiga fazenda Rodeio Bonito, que mais tarde se constituiria “Velho Xaxim”, algumas oficinas artesanais, como olarias, alambiques, moinhos, ferrarias, atafonas, sapatarias, barbaquás, entre outros, destacaram-se produzindo e vendendo diretamente. As oficinas artesanais construídas desde o início da colonização formaram “redes sociais produtivas de intercâmbio regional e cultural.”³²³

No oeste de Santa Catarina, assim como ocorreu na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, consolidou-se a produção artesanal manufatureira, que alcançou certa especialização, como a de ferreiros, funileiros, oleiros, sapateiros, seleiros, etc. Distribuídos estrategicamente, havia moinhos e serrarias trabalhando grãos e madeiras.³²⁴

O artesanato representou um papel fundamental na dinâmica cultural dos diferentes grupos étnicos que ocuparam o oeste de Santa Catarina. Em relação aos migrantes sul-riograndenses que se fixaram na região, “as olarias, os moinhos, as ferrarias, os alambiques, dentre outras formas artesanais e industriais devem ser entendidos no contexto doméstico e de relações com o mercado externo [...]”.³²⁵ Com o passar do tempo, as inovações tecnológicas, industriais, principalmente as desenvolvidas no período pós-guerra, desestruturaram parcialmente o artesanato regional.

³²¹ Cf. TEDESCO, João Carlos. O artesanato no cenário da imigração italiana. In: SULIANI, Antônio; COSTA, Rovílio (Org.), *Cultura italiana – 130 anos*. Edição bilíngüe – Porto Alegre: Nova Prova, 2005, p. 80.

³²² Ibidem.

³²³ TEDESCO, João Carlos; ROSSETO Valter. *Festas e saberes: artesanato, genealogias e memória imaterial na região colonial do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 80.

³²⁴ MAESTRI, *Os senhores da Serra...* 2005, p. 85.

³²⁵ Cf. Ibidem, p. 132-137.

3.5 Divisão desigual

O espaço do trabalho ocupado pelos ítalo-sul-rio-grandenses no oeste de Santa Catarina foi permeado por relações de submissão das mulheres e dos filhos ao patriarca. Era uma sociedade confinada ao cenário rural, regida por tradições silenciosas de dominação masculina e legitimada pelo controle e autoridade do pai e do clero.

O catolicismo romano contribuía para a obediência da família colonial-camponesa à autoridade paterna, era a materialização do Pai Supremo. Este patriarcalismo encaixava-se como uma luva nas necessidades ideológicas da sociedade colonial, sustentando seus valores e diluindo suas contradições e assimetrias.³²⁶

O trabalho do mundo colonial-camponês tinha profundo compromisso em prover a subsistência familiar. Para tal, as mulheres eram responsáveis por inúmeras atividades, trabalhando dentro e fora de casa. Auxiliadas pelas crianças, elas cultivavam a horta e o jardim; lavavam roupas e cuidavam de pequenos animais, um trabalho estafante e geralmente sem remuneração, pois os recursos recebidos com a venda dos produtos das mulheres supriam as necessidades familiares.³²⁷

Nas novas terras, a tradição da exploração feminina enraizada na sociedade ítalo-sul-rio-grandense não se rompeu. Florence Carboni e Mário Maestri registram que as mulheres “ocupavam-se das tarefas caseiras, dos cuidados das pequenas criações e das hortas. Porém, elas intervinham ativamente ao lado dos homens, em praticamente todos os trabalhos agrícolas”.³²⁸ Casemira Zmizevski detalha a realidade desse universo: “Naquele tempo, as mulheres iam na roça com os maridos, trabalhavam com enxada, foice e até arado, a faxina só nos sábados. Foi um tempo bem duro.”³²⁹

Maria Estieven também recordou da sua vida trabalhosa: “[...] nós ia todos os dias na roça, nós tinha roça perto de casa, nós cuidava da criação, mas não era fechada, tudo aberta. Eu ia na roça e tinha as gurias, uma ficava em casa fazia a faxina”.³³⁰

Ao refletir sobre o espaço do trabalho na região colonial camponesa no oeste de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX, é imprescindível salientar que uma das suas principais características é que o cultivo da terra se inseria num regime de pequenas

³²⁶ Ibidem, p. 26.

³²⁷ DELLA FLORA, Jussara Maria "Rosas na Coroa, Pranto na Vida: a história silenciosa da Camponesa Oestina ítalo-catarinense". Passo Fundo: PPGH UPF, [Dissertação de Mestrado.] 2005, p. 12-13.

³²⁸ CARBONI; MAESTRI, (Org.) *Raízes italianas do Rio Grande do Sul...* 2003, p. 25.

³²⁹ ZMIJEVSKI, Casemira. Entrevista citada.

³³⁰ STIEVEN, Maria. Entrevista citada.

propriedades, o qual se assentava na exclusão social, impondo papéis diferenciados para os membros da família.

Na obra *Rosas na coroa, pranto na vida* a historiadora Jussara Maria Della Flora lançou olhares críticos ao trabalho duro, a ignorância, a infância sofrida em que vivia a menina colonial, filha da repressão familiar que sabia muito sobre trabalho. O trabalho era o eixo condutor da vida da menina colonial camponesa; por isso, ela brincava pouco, estudava pouco, vivia poucas experiências que lhe permitissem desenvolver suas potencialidades. O cotidiano da menina-moça aprofundava ainda mais a dedicação permanente ao trabalho conhecido na infância, visto que o início da juventude não se caracterizava como aprofundamento da individualidade e descoberta da afetividade, mas, sim, pelo trabalho intenso.³³¹

A rusticidade e o trabalho duro não se restringiam à filha mulher, na medida em que todos os membros da família participavam ativamente do esforço produtivo familiar, em razão dos poucos recursos. Muitos desses esforços eram obtidos com rígida disciplina, apoiada em constantes castigos físicos. Na juventude, o volume de trabalho e de atribuições aumentava tendo como figuras dominantes nesses cenários o pai, o irmão mais velho e mais tarde o marido.³³²

Em *História do corpo* Roy Porter aborda os castigos, as coerções físicas sofridas desde a infância e o treinamento esfínteriano no seio familiar, passando pela escola, onde o Estado trabalhava para produzir súditos dóceis e uma força de trabalho obediente através da disciplina sistemática dos corpos das pessoas.³³³ O treinamento para o trabalho no seio familiar do migrante ítalo-sul-rio-grandense, garantido pelos freqüentes castigos físicos, garantia filhas e filhos submissos ao patriarca, formando uma força de trabalho obediente.

A necessidade da exploração colonial-camponesa determinava todas as esferas das relações interpessoais – matrimoniais, sexuais, entre outros. Assim, o trato amistoso e espontâneo no interior do núcleo familiar era incomum. O ideal de esposa era a mulher submissa, econômica, resistente e prolífera. O pai patrão impunha a si e aos membros da família longas jornadas de trabalho, dividindo desigualmente os direitos e os deveres. Esposas e filhos – sobretudo do sexo feminino – viviam situações de desigualdade funcional

³³¹ Cf. DELLA FLORA, *Rosas na coroa, pranto na vida...* 2005, p. 134-135.

³³² *Ibidem*, p. 136.

³³³ BURKE, Peter. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 312.

permanente, com mais deveres e menos direitos relativamente ao consumo, ao lazer e à acumulação mercantil. Sempre o patriarca reservava-se a parte do leão dos direitos.³³⁴

A remuneração do trabalho das filhas era desigual em relação a dos filhos: elas trabalhavam nas mesmas proporções para seus pais, porém somente os filhos homens eram remunerados, o que significava a devolução – ao menos parcial – do trabalho realizado até o casamento na propriedade paterna. A forma desigual do tratamento com os filhos significava que os pais as expropriavam do valor do trabalho que haviam adiantado enquanto solteiras. A relação de exploração se dava entre as filhas.³³⁵

Sentia-se na pele a dominação masculina. Pais dominadores, mães submissas e filhos e filhas obedientes formavam um quadro natural na época. O controle dos meios de produção e da economia colonial, as tomadas de decisões estavam sob a tutela exclusiva do pai. Esse domínio era concretizado na divisão de tarefas, no gozo do lazer, no consumo de bens e na divisão da propriedade.

Ainda para Della Flora a figura feminina era vista, sobretudo, como instrumento de reprodução biológica e econômica, que fornecia serviços e produtos ao seu quase senhor, no caso o pai ou o marido. A esposa-modelo era trabalhadora e responsável pelo bom andamento da família, esforçando-se como suas mães nas mais diversas tarefas: cozinhar, cuidar dos filhos, puxar a água do poço, não raro distante da casa, lavava a roupa em rios próximos. A mulher trabalhava na roça e ao retornar para casa, preparava e servia a refeição.³³⁶

A família funcionava tanto como uma unidade social quanto econômica, produzindo bens para o consumo da casa e para o mercado e, ao mesmo tempo, socializava as crianças nos seus papéis culturais.³³⁷

A organização social na área colonizada por ítalo-sul-rio-grandenses no oeste, em relação à exploração da mão-de-obra familiar, levava à aceitação e à reprodução da inferioridade feminina em relação ao pai, ao irmão mais velho e ao marido. Por sua vez, o homem concebia como um direito natural exercer o incontestável papel de patriarca, de senhor da mulher e dos filhos. Foi uma herança cultural enraizada em antigos costumes europeus que perduraram também na antiga fazenda Rodeio Bonito.

A busca incessante por sucesso econômico ensejou verdadeiros batalhões de frentes de trabalho. A família dividia-se em inúmeras tarefas, sempre reguladas pela autoridade do patriarca. A figura do pai, chefe incontestável, era sempre temida e respeitada. A família,

³³⁴ Cf. MAESTRI, *Os senhores da Serra...* 2005, p. 95.

³³⁵ Cf. DELLA FLORA, *Rosas na coroa, pranto na vida...* 2005, p. 156.

³³⁶ *Ibidem*, p. 140- 57.

³³⁷ NODARI, *A renegociação da etnicidade...* 1999, p. 170.

célula organizacional de base da economia colonial camponesa de ítalo-sul-rio-grandense, funcionava como uma microempresa assentada na mão-de-obra doméstica.³³⁸

Segundo Eunice Nodari, a divisão do trabalho também se fazia presente nas festas comunitárias. Havia uma cultura social que estabelecia “uma nítida relação de gênero, quando a representação perante a comunidade continua sendo a do homem, enquanto que compete à mulher atividades relacionadas à sua própria vida doméstica”.³³⁹ Portanto, as festas reforçavam hierarquias de classe e diferenças étnicas culturais.

A vida nos núcleos coloniais sul-rio-grandenses, assim como no oeste de Santa Catarina, centrava-se no trabalho, ou seja, na lavoura, no cuidado com os animais, nas atividades complementares, na derrubada das matas, no beneficiamento da madeira, etc. O trabalho na terra variava de acordo com as estações do ano e as necessidades de cultivos. As mulheres viviam sobrecarregadas com o abastecimento da água, da lenha, a higiene e a limpeza do ambiente, o trabalho na horta e na roça, o trato dos animais, etc. Tal era a carga de trabalho das mulheres e crianças que era difícil determinar o ponto em que terminava necessidade e começava a exploração.³⁴⁰

Com a dupla jornada sobrava pouco tempo para as mulheres se dedicarem aos filhos. Logo que um deles estivesse suficientemente crescido, cuidava dos irmãos menores. Quando mais crescidos ensinavam-lhes paulatinamente todos os trabalhos domésticos. Independentemente, de serem meninos ou meninas, as crianças participavam dos trabalhos domésticos e agrícolas. Não havendo condições para contratarem empregados, os próprios filhos e filhas acompanhavam os pais nos trabalhos diários.³⁴¹

O trabalho do migrante camponês potencializou as terras do oeste catarinense através de atividades permanentes, representadas nos espaços da moradia, das benfeitorias, na fundação de arvoredos, no uso de adubação, irrigação e de ferramentas, um trabalho que ensejou vínculos com a terra ocupada, porém com contradições internas, pois havia a exploração da mulher e dos filhos pelo patriarca. A mulher também era explorada biologicamente ao gerar muitos filhos que representavam novos braços para o trabalho.

No discurso apologético de Adiles Savoldi, os descendentes de imigrantes italianos construíram sua identidade sustentada na idéia do trabalho. “Nós somos os trabalhadores” em contraste com indígena, o negro e o luso-brasileiro, considerados pelo grupo étnico citado ora como não trabalhadores, ora como grupos que trabalhavam pouco. O trabalho dos imigrantes

³³⁸ Cf. VANNINI, *O sexo, o vinho e o diabo...* 2003, p. 94-97.

³³⁹ Cf. NODARI, *A renegociação da etnicidade...* 1999, p. 171.

³⁴⁰ Cf. DELLA FLORA, *Rosas na coroa, pranto na vida...* 2005, p. 183.

³⁴¹ NODARI, *A renegociação da etnicidade...* 1999, p. 175.

italianos foi apontado como critério diferenciador de outros grupos também em outras partes do mundo.³⁴²

Memórias de migrantes ítalo-sul-rio-grandenses referindo-se ao trabalho corroboram com o discurso de Savoldi, como relatou José Zanco: “[...] trabaia que nem loco. Toda a família trabaiva, todos os meus filhos e a nona ficava em casa e fazia a comida.”³⁴³ Para Maria Stieven “Não se tinha tempo nem de comer quase, só trabalhar”.³⁴⁴ No relato de José Dal Agnol “Graças que Deus que o trabalho não mata”.³⁴⁵

No oeste de Santa Catarina nos primeiros tempos da colonização, a força do trabalho familiar não comportava a mão-de-obra assalariada, que, quando existia, era em pequena escala. A exploração das pequenas unidades produtivas dependia exclusivamente da força da mão-de-obra doméstica, que pelo excedente da produção artesanal permitia a capitalização econômica da família.

3.6 Falquejar para construir

Na antiga fazenda Rodeio Bonito, nos primeiros tempos da colonização a construção das moradias foi posterior ao estabelecimento das lavouras. As lembranças do migrante José Zanco confirmam esta idéia: “[...] eu vim para Xaxim em quarenta e cinco, fiz a roça, e em quarenta e seis viemo de mudança”.³⁴⁶

Noutro relato, Dirce Giotto também apresenta essa realidade: “Ele veio, o meu marido e o meu cunhado, fizeram a roça e a casa e depois voltaram para me apanhar”.³⁴⁷ Olímpio Negri, que em 1925 se estabeleceu no distrito de Paz de Hercílio Luz, assim relatou: “Levemos mais ou menos um ano pra vim tudo nós. Primeiro de tudo viemo comprar, fizemos o negócio, foi o mais velho. Fizeram a roça e quando a roça tava mais ou menos pronta aí começamos a vir pra cá.”³⁴⁸ Comprar a terra, fazer a roça, depois migrar era a garantia da subsistência familiar.

Geralmente o migrante permanecia por certo tempo em casa provisória, conforme contou Casemira Zmijevski: “Logo que chegamos moramos em um paiol que era do agregado

³⁴² Cf. SAVOLDI, Adiles. *O caminho inverso: a trajetória de descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania*. 1998. Dissertação (Mestrado Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998, p. 32.

³⁴³ ZANCO, José. Entrevista citada.

³⁴⁴ STIEVEN, Maria. Entrevista citada.

³⁴⁵ DALL AGNOL, José. Entrevista concedida a Eduardo Lunardi e Lademir Dall Inha. Xaxim, 27 jul. 1987.

³⁴⁶ ZANCO, José. Entrevista citada.

³⁴⁷ GIOTTO, Dirce. Entrevista concedida a Eduardo Lunardi e Lademir Dall Inha. Xaxim, 25 mar. 1987.

³⁴⁸ NEGRI, Olímpio. Entrevista citada.

do meu pai, a uns quatrocentos metros fora do quadro, mas em seguida começamos a reunir madeiras para construir a nossa casa”.³⁴⁹ A família de Maria Stieven também residiu em casa provisória:

Cheguemo aí sem nada, só com a carrocinha e as mulas. Fomos morar em um ranchinho velho, uma casinha pequena, a casa do Luiz Lunardi onde ele ia matar porco. Ele deu pra nós entrar, se colocar ali na casinha até fazer uma casinha pra nós morar, era de custaneira. Aquela custaneira que usaram deu pra nós fazer um ranchinho pra morar, prá dormir, só pra dormir. Fazia fogo fora, fora assim. [...] depois começou a chegar gente e a fazer as casas né? Tudo de tábuas serradas a mão, a muque, molho, machado para cortar as tábuas de pinheiro.³⁵⁰

Nas Colônias Velhas o migrante sul-rio-grandense geralmente tinha seu lote colonial ocupado pela moradia, pelo potreiro-cercado, pelo parreiral localizado nas encostas, próximo à residência, e pelas terras agricultáveis, lavradas ou em capoeira. Também se criavam galinhas, porcos e outros animais próximo a casa; plantavam árvores frutíferas por todo o lote colonial.³⁵¹ No oeste, essas características conservaram-se nas regiões de colonização ítalo-sul-rio-grandense, principalmente nos núcleos rurais.

Rovílio Costa também relaciona as preocupações com a moradia nas colônias de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, que consistiam em escolher o lugar para a casa, estudar os veios d’água para servir o serviço doméstico, para a criação dos animais e para a lavagem de roupa. Atendendo ao meio rural, as casas eram construídas com porão, tendo próximos o chiqueiro, o estábulo e os paióis. Determinavam-se as áreas para a horta, lavoura, pomar e para o parreiral.³⁵²

Nas glebas coloniais que possuíam em geral 500 m, as residências eram levantadas próximo às picadas, não muito distantes das moradias dos lotes vizinhos.³⁵³ Essas características, com frequência, expandiram-se para as terras novas na região oeste de Santa Catarina.

Na década de 1920, no oeste, em municípios em que se sobressaiu a colonização ítalo-sul-rio-grandense, as casas foram construídas de madeira falquejada, mais tarde de madeira serrada ou de tijolos. Nas figuras 24 e 25 observam-se construções de um ou dois andares.

³⁴⁹ ZMIJEVSKI, Casemira. Entrevista citada.

³⁵⁰ STIEVEN, Maria. Entrevista citada.

³⁵¹ Cf. CARBONI; MAESTRI, (Org) *Raízes italianas do Rio Grande do Sul...* 2005, p. 25.

³⁵² COSTA, *Antropologia visual da imigração italiana...* 1976, p. 16.

³⁵³ CORTEZE, *Ulisses va in America...* 2002, p. 105.



Figura 24. Residências. Sede do distrito de Xaxim. A primeira à esquerda: casa das Irmãs Franciscanas, a escola, a terceira da família Francisco Ogliari, da família Zamprogna e, ao lado, o hotel Dal Bello. Mais adiante, de tijolos, com três andares, o moinho Irmãos Lunardi. Atual avenida Luiz Lunardi (Déc. 1930)

Fonte: Acervo de Carlos Alberto Dal Bello.



Figura 25. Hotel Dal Bello. Oferecia refeições aos hóspedes e pasto aos animais. Era a parada do ônibus. Geralmente ocupado por viajantes interessados em comprar terras na região. O sobrado acomodava a família do proprietário, Segisfredo Dal Bello. Foi construído em 1927, (Déc. 1940)

Fonte: Acervo de Carlos Alberto Dal Bello.

Erasmus Pagani, migrante sul-rio-grandense que se estabeleceu no distrito de Xaxim em 1931, confirmou as características das moradias: “As casas eram de madeira, tinham dois andares e eram cobertas com tabuinhas”.³⁵⁴ As tabuinhas de pinho eram finas e escamadas *scandoles*, parcialmente superpostas, de 50 a 60 cm de comprimento, 20 cm de largura e 1,5 cm de espessura. Cobrir as residências desse modo era uma antiga tradição do norte italiano. Em Trento, esse tipo de telha substituiu a cobertura de palha nas casas rústicas a partir do século XVI.³⁵⁵

Os imigrantes italianos que colonizaram o Rio Grande do Sul no século XIX não empregaram nas Colônias Velhas a mesma técnica da arquitetura colonial italiana.³⁵⁶ No oeste, tendo como base a antiga fazenda Rodeio Bonito, observa-se que os fundamentos e os porões não foram levantados com pedras, como em algumas moradias das Colônias Velhas; algumas vezes as casas eram construídas de forma mista, com porões de tijolos e o restante de madeira.

Casemira Zmijevski, que migrou em abril de 1944, para Lajeado Grande, descreveu as moradias: “As casas aqui eram feitas de tábuas lascada, a maioria delas com tábuas serradas a mão. Nem se falava em banheiro com água. Todos procuravam fazer suas casas perto da água. Água encanada nem se fala.”³⁵⁷ Segundo outro entrevistado: “A privada era feita de madeira,

³⁵⁴ PAGANI, Erasmo. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Xaxim, 17 jul. 1989.

³⁵⁵ MAESTRI, *Os senhores da Serra...* 2005, p. 77.

³⁵⁶ COSTA, *Antropologia visual da imigração italiana...* 1976, p. 11.

³⁵⁷ ZMIJEVSKI, Casemira. Entrevista citada.

o chuveiro era um latão com furinho em baixo, tipo regador, tinha uma torneirinha do lado.”³⁵⁸

As residências atendiam a diferentes funções, além das comodidades domésticas. Alguns espaços eram destinados ao comércio de produtos artesanais, importantes na economia rural.

Nos primeiros anos da colonização no oeste, assim como ocorreu nas Colônias Velhas, os construtores não eram arquitetos ou engenheiros profissionais, mas eram “práticos” que reproduziam parcialmente conhecimentos herdados de imigrantes italianos originários do norte da Itália, basicamente da região de Vêneto. Nas novas terras, o migrante reconstruiu, mas não repetiu a arquitetura colonial italiana. É possível afirmar que o padrão arquitetônico italiano orientou alguns processos de construção como melhor convinha.³⁵⁹

Sem a pretensão de generalizar a arquitetura colonial italiana, caracterizam-se alguns padrões sul-rio-grandenses que foram conservados em muitas moradias na região oeste de Santa Catarina. As moradias eram geralmente construídas em terreno inclinado, apresentando um pavimento inferior, o porão, usado como cantina, para o fabrico e conservação de vinho, e como depósito. O segundo piso era a moradia, cujos vários dormitórios ficavam situados ao lado da sala de visitas, utilizada em poucas situações. O ambiente residencial em raras ocasiões também servia para velórios, casamentos ou para visitas importantes.³⁶⁰ “A cozinha era o principal centro de reunião familiar, sobretudo no inverno.”³⁶¹

A forma consagrada para a construção da moradia era um retângulo em planta baixa e em elevação principal. A cobertura era geralmente em duas águas. Utilizava-se materiais em madeira, as mais antigas tábuas rachadas em cunha, tábuas serradas artesanalmente; com o passar do tempo foram substituídas por tábuas industrializadas em serrarias e casas de tijolos industrializados em olarias.³⁶² Em algumas construções conservou-se o detalhe da “beira” logo abaixo da cunheira.

No oeste, como nas moradias das Colônias Velhas, os assoalhos e os forros eram trabalhados com cuidado para prevenir as frestas na colocação das tábuas, já que os *sotons* serviam para o armazenamento de cereais e as *cantinas* de salames, toucinhos, queijos, carnes

³⁵⁸ PAGANINI, Erasmo. Entrevista citada.

³⁵⁹ CARBONI; MAESTRI, (Org) *Raízes italianas do Rio Grande do Sul...* 2005, p. 19; COSTA, *Antropologia visual da imigração italiana...* 1976, p. 18.

³⁶⁰ Cf. COSTA, *Antropologia visual da imigração italiana...* 1976, p.18.

³⁶¹ CARBONI; MAESTRI, (Org) *Raízes italianas do Rio Grande do Sul...* 2005, p. 22.

³⁶² DALL AGNOL, José. Entrevista citada.

defumadas, entre outros. As aberturas eram fechadas com venezianas e portas cegas com dobradiças de couro cru.³⁶³

Rovílio Costa descreve as características dos móveis das casas dos imigrantes italianos residentes nas Colônias Velhas no Rio Grande do Sul: eram bancos amplos, mesas retangulares, cadeiras de palha de milho, camas toscas, com fundos de tábuas e colchões feitos com um grande saco largo, enchidos de palha de milho retalhada, e travesseiros de penas. Com o tempo essas peças foram substituídas por móveis mais trabalhados.³⁶⁴ Em 1946, Clementina Brandalise Carletti migrou de Guaporé para o distrito de Xaxim. Em suas lembranças percebe-se que algumas características do cenário descrito por Rovílio Costa materializaram-se no interior das moradias no oeste catarinense:

Nossa casa era simples, não tinha guarda-roupas. Nós botava uma forquilha de pau, duas forquilhas, pegava uma taquara grande e botava em cima dessa forquilha e depois a gente guardava a roupa, em cada quarto, não tinha cabide. A mesa era de pinheiro, abria as tábuas e botava no cavalete, um suporte de cada lado pra gente comer. Os colchões eram de palha e também de capim, se comprava o colchão de capim, os travesseiros eram de pena, usamos até hoje. Quando viemos lá de Alfredo Chaves pra cá, já tinha alguns móveis comprados, eram enfeitados de madeira, aqueles que estão lá na sala. Não eram como os de hoje.³⁶⁵

Nas moradias construídas no distrito de Xaxim a energia elétrica chegou apenas no final da década de 1930, conforme lembrou Casemira Zmijevski:

Nos primeiros tempos, ninguém conhecia luz elétrica, nem se falava nisso. A luz era de lampiãozinho. Depois de muito, começou a existir uma cetilena que era um caneco, cabo e tampo e por dentro, tem um tubo embutido aonde se coloca o carbureto e ao redor do caneco se coloca água e o gás sobe por um caninho arcado e na ponta tem uma meialua, com dois furinhos, onde sai o gás que aceso dá a luz. Depois de 20 anos tivemos a luz elétrica. [...] O senhor Francisco Barrone colocou uma turbina e passou a fornecer luz para as famílias que moravam na sede [de Lajeado Grande]. Ele acendia a luz ao anoitecer e apagava ou desligava as turbinas pela manhã, esta eletricidade servia só para a iluminação das casa, não se ligava nenhum aparelho.³⁶⁶

³⁶³ CARBONI; MAESTRI, (Org) *Raízes italianas do Rio Grande do Sul...* 2005, p. 22.

³⁶⁴ COSTA, Rovílio; COSTELA Irineu. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vidas costumes e tradições*. 2. ed. Porto Alegre: Universidade de Caxias do Sul, 1986, [s.p.].

³⁶⁵ CARLETTI, Clementina Brandalise. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 30 maio 2007.

³⁶⁶ ZMIJEVSKI, Casemira. Entrevista citada.

Em outro relato, Zeferina Pallaoro Locatelli lembrou que as moradias não tinham luz elétrica: “e com as velas de querosene a gente amanhecia com o nariz cheio de preto”.³⁶⁷ De acordo com Erasmo Pagani, no distrito de Xaxim “a primeira luz elétrica foi quando o André Lunardi instalou aqui o frigorífico Diadema. A gente pagava uma taxa e eles cediam luz até as dez horas da noite”.³⁶⁸

Em 1940, os benefícios da energia elétrica chegaram às residências, com o fornecimento de energia dos geradores do moinho Irmãos Lunardi S.A. e do frigorífico Diadema de André Lunardi & Cia. Por mais de vinte anos os dois grupos forneceram a energia para vila de Xaxim. Em 1959, Xaxim e Xanxerê formaram a Hidroelétrica Xanxerê Ltda.³⁶⁹

É válido lembrar que as moradias dos migrantes mais ricos eram levantadas com materiais mais resistentes e prestigiosos, como o tijolo. Porém, durante o recorte temporal abordado na pesquisa, que vai até 1954, na antiga Rodeio Bonito as moradias de madeira com um ou dois andares dominaram a arquitetura.

Com exceção dos primeiros tempos da colonização, a moradia do migrante que se fixou no oeste era permanente. Atrás de suas casas cultivavam árvores frutíferas que levavam anos para produzir e incorporavam diversas benfeitorias, que articulavam artesanatos diversificados. A materialidade do espaço atendia às necessidades de quem veio para ficar.

3.7 Subsistência familiar

Nos primeiros tempos, a alimentação dos migrantes que colonizaram a antiga fazenda Rodeio Bonito provinha da caça, da pesca, da coleta de pinhão, de frutas nativas e de mantimentos comprados de viajantes que passavam pelo lugar, ou adquiridos na antiga colônia militar de Chapecó, na cidade de Chapecó e no Rio Grande do Sul. Os produtos eram transportados em muares, carroças e caminhões. Com o plantio das primeiras roças, a autoprodução garantiu o abastecimento e o excedente passou a ser comercializado na região.

Hábitos gastronômicos conhecidos no nordeste da Itália e nas Colônias Velhas do Rio Grande do Sul continuaram fazendo parte da dieta dos migrantes ítalo-sul-rio-grandenses

³⁶⁷ LOCATELLI, Zeferina Pallaoro. Entrevista citada.

³⁶⁸ PAGANI, Erasmo. Entrevista citada.

³⁶⁹ SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 296.

estabelecidos no oeste de Santa Catarina: “A polenta era nossa principal refeição.”³⁷⁰ Além da polenta, o pão era essencial, conforme relatou Clementina Brandalise Carletti:

O pão lá no Rio Grande a mãe fazia no *fogoler* fazia o fogo, botava o pão dentro da folha de bananeira, enterrava na cinza, assim quadrado e botava as folhas, a cinza e depois as brasas, deixava enterrado. Se chamava de *prot*, pegava todo o fogão. Aqui tinha o forno, feito de barro e pedra, fazia o pão com farinha de milho misturada com trigo. Pão não faltava.³⁷¹

Além da polenta e do pão, o consumo do vinho, herança milenar entre os europeus e seus descendentes, era muito apreciado pelo migrante. Olímpio Negri lembrou que a bebida era trazida na mudança do Rio Grande do Sul para Santa Catarina: “[...] trazia comida de lá, tinha uma carroça grande, trazia até vinho. Chegemo aqui e plantemo quatro alqueire de pareral.”³⁷² Erasmo Pagani também se referiu ao consumo do vinho: “Todos tinham um parreralzinho e fazia vinho que durava de três a quatro meses.”³⁷³ Na região, a produção de vinho atendia ao consumo familiar e não atingiu escala industrial.

Maria Stieven, uma das primeiras migrantes ítalo-sul-rio-grandenses que se estabeleceu, em 1922, no distrito de Paz de Hercílio Luz, relatou detalhes sobre a alimentação: “Tinha carne, carne de veado, paca, cutia, se colocava a gaiola na roça, pra pega passarinho [...]”³⁷⁴

Casemira Zmijevski disse que os migrantes se alimentavam de “[...] porco, galinha, tinha bastante carne de caça e peixes. Em qualquer sanga se pescava. O que o povo não tinha ainda era hortas aí a gente não tinha verduras nem vegetais.”³⁷⁵ Ela também lembrou: “No começo nós não tinha horta, não tinha verdura, as carnes eram conservadas salgadas ou charqueadas, colocava-se no armário ou na despensa.”³⁷⁶

Loudes Lunardi Ortigara contou: “[...] se comia a vontade, comida tinha em abundância.”³⁷⁷ Erasmo Pagani lembrou que: “Todas as famílias tinham mais ou menos uma ou duas vacas de leite, além de comer, vendiam o queijo.”³⁷⁸ Segundo Maestri: “Em geral os mesmos produtos destinavam-se ao consumo e à venda, o não consumido era vendido.”³⁷⁹

³⁷⁰ ZANCO, José. Entrevista citada.

³⁷¹ CARLETTI, Clementina Brandalise. Entrevista citada.

³⁷² NEGRI, Olímpio. Entrevista citada.

³⁷³ PAGANI, Erasmo. Entrevista citada.

³⁷⁴ STIEVEN, Maria. Entrevista citada.

³⁷⁵ STIEVEN, Maria. Entrevista citada.

³⁷⁶ ZMIJEVSKI, Casemira. Entrevista citada.

³⁷⁷ ORTIGARA, Loudes. Entrevista citada.

³⁷⁸ PAGANI, Erasmo. Entrevista citada.

³⁷⁹ MAESTRI, *Os senhores da Serra...* 2005, p. 76.

O relato do migrante Erasmo Pagani também corrobora com a idéia da conservação de hábitos alimentares nas novas terras: “[...] de manhã era pão, café, salame e queijo. De meio-dia se comia feijão, arroz, massa, polenta, se não, feita na hora sapecada, *radichi*, sopa, salame, às vezes ovo frito.”³⁸⁰ E no jantar: “Sopa, polenta e alguma coisa frita, salame ou ovo, ou às vezes até tinha carne. Nos primeiros tempos aqui até tinha muita caça. Quem ia caçar dava pros outros.”³⁸¹

3.8 O lazer na antiga Rodeio Bonito

No oeste, a distância entre os pequenos núcleos populacionais motivou a adoção de práticas peculiares de lazer. Referindo-se aos divertimentos do início da colonização no distrito de Paz de Hercílio Luz, em 1925, o migrante, ervateiro Olímpio Negri recordou que a diversão consistia “na maioria das vezes em caçar e pescar”.³⁸²

Para caçar “colocava a gaiola no mato pra pega passarinho pra comer, eles plantavam milho e eles arrancavam o milho que tava nascendo. Depois, foi indo, vinha gente, vinha gente que ia caçar no mato, veado, cutia, paca [...]”³⁸³

Além das armadilhas, caçava-se também com espingarda, instrumento que representava um grande valor simbólico no enfrentamento com a natureza. Por outro lado, a caça era importante na subsistência familiar e também protegia as lavouras, em razão dos estragos que os pássaros e animais existentes na região nelas causavam.³⁸⁴

A figura 26 ilustra alguns detalhes sobre a prática da caçada:

³⁸⁰ PAGANI, Erasmo. Entrevista citada.

³⁸¹ PAGANI, Erasmo. Entrevista citada.

³⁸² NEGRI, Olímpio. Entrevista citada.

³⁸³ STIEVEN, Maria. Entrevista citada.

³⁸⁴ Cf. RADIN, *Companhias colonizadoras em Cruzeiro...* 2006, p. 119.



Figura 26. Caçada. Atenta-se para o grupo de amigos exibindo a caça, o veado, os cachorros veadeiros, para as espingardas 32 e 36 de um cano. Da esquerda para a direita: Techio, seu filho, Belarmino Zorzetto, Aniceto Zambenedetti, Luiz Alberto Zambenedetti e seus vizinhos (Déc. 1940)

Fonte: Acervo de Alcides Zorzetto. Pato Branco – PR.

As caçadas e as pescarias eram divertimentos essencialmente masculinos. Por sua vez, “as mulheres faziam visitas umas nas casa das outras e se tomava mate”, conforme detalhou Odila Dal Agnol.³⁸⁵ Noutro relato sobre o lazer feminino, a migrante Lourdes Ortigara referiu: “[...] quando nasciam os nenê, as vizinhas de longe iam visitar, levavam um presentinho, depois iam embora.”³⁸⁶ Na questionável visão masculina, “as mulheres se reuniam umas nas casa das outras para falar da vida alheia”.³⁸⁷ Segundo Casemira Zmijevski: “Aos domingos a gente ia no terço e depois se reunia na casa dos amigos para tomar chimarrão, a gente programava um domingo em tal casa.”³⁸⁸

Os ítalo-sul-rio-grandenses, de acordo com a pesquisa, reproduziram na região oeste, nos primeiros tempos da colonização, as práticas de lazer herdadas há centenas de anos dos descendentes europeus, com divisão sexual determinada pela economia camponesa. “O lazer era atividade, sobretudo masculina, já que o descanso feminino jamais era improdutivo”.³⁸⁹ Eram poucas as alternativas de divertimento para as mulheres, solteiras ou casadas. O tempo

³⁸⁵ DALL AGNOL, Odila. Entrevista concedida a Eduardo Lunardi e Lademir Dall Inha. Xaxim, 27 jul. 1987.

³⁸⁶ ORTIGARA, Lourdes Lunardi. Entrevista citada.

³⁸⁷ PAGANI, Erasmo. Entrevista citada.

³⁸⁸ ZMIJEVSKI, Casemira. Entrevista citada.

³⁸⁹ MAESTRI, *Os senhores da Serra...* 2005, p. 96.

do trabalho e do lazer intercambiava-se em atividades artesanais como bordar, costurar, tecer chapéus e outras atividades inseridas no contexto doméstico.

Tomando-se por base o lazer, sobretudo no que se refere à economia colonial-camponesa de origem italiana, destaca-se que o homem conhecia a pausa no duro trabalho para repouso e lazer – a sesta, a bodega, a bocha, o truco, etc. – ao passo que a mulher se dava apenas na atividade produtiva – tricotar, preparar as refeições, entre outros. Na distribuição do consumo das riquezas produzidas havia também claros privilégios masculinos. A mulher suportava física, psíquica e biologicamente o pesado fardo de reprodução demográfica extremada.³⁹⁰ As relações de lazer feminino no oeste catarinense desenvolveram-se na perspectiva da herança materna.

Com a chegada de um número maior de famílias, as formas de lazer diversificaram-se. O culto dominical vespertino tornou-se uma das maiores expressões de socialização rural, aliado ao futebol, que era praticado logo depois da cerimônia religiosa. Casemira Zmijevski detalhou como se preparava o campo: “Os rapazes iam no terço já com as ferramentas, e depois todos iam destocar e fazer a limpeza para formar o campo de futebol depois de pronto, formavam o time, que levava o nome de Juvenil. Os homens iam na bodega jogar baralho.”³⁹¹

Percebe-se que os homens jovens preparavam o campo de futebol próximo da capela, em terrenos de chão batido. Os times eram escolhidos momentos antes dos jogos e o esporte era praticado somente pelos homens. A comunidade participava assistindo ao evento.

São inúmeros os relatos enfatizando a importância do futebol para a integração dos migrantes em suas comunidades. Segundo o historiador Jorge Ferreira: “Surgido na Inglaterra, o futebol já seria aqui [no Brasil] praticado, em fins do século XIX, por imigrantes europeus e empregados de companhias estrangeiras, especialmente ingleses, mas também portugueses, italianos e alemães.”³⁹² O futebol já era conhecido dos imigrantes europeus que se fixaram nas Colônias Velhas do Rio Grande do Sul. Assim, no oeste a prática propagou-se entre os migrantes, tornando-se um dos maiores divertimentos da região.

Em meados da década de 1950, no distrito de Xaxim formaram-se duas associações esportivas, o Guarani Futebol Clube e Diadema Futebol Clube. Darci Lopes da Silva, ex-atleta do Guarani, relatou aspectos dessa prática:

[...] fundamos o time. O time inicial era o Faixa Azul, houve ruptura. Aí Silvino e Polaco Zamprogna, Guerino Lunardi, Danilo Mela, eu, Aldo Rossato e o Coletti, um

³⁹⁰ MAESTRI, *A aldeia ausente...* 2002, p. 28-29.

³⁹¹ ZMIJEVSKI, Casemira. Entrevista citada.

³⁹² FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. N. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 291.

grupo fundamos outro time com nome de Guarani. [...] Na época era moda colocar em time nome indígena, como Tamoio, Tupi, etc. O interessante é que o Guarani foi o primeiro estádio do oeste, com arquibancadas e alambrados, nem em Chapecó não tinha [...]. Como bom guaporense, o povo de Xaxim também herdou as características de dois times de lá e de cá da cidade. Lá até tinha dois partidos políticos, dois clubes, dois bares e até dois cemitérios. Aqui não chegaram a tanto, mas quase. Como bons guaporenses logo, logo teve dois times, o povo foi tomando partido, e isso até foi salutar. Por muito tempo o futebol de Xaxim foi o melhor futebol da região, passava de viagem pelos outros.[...] Havia muita rivalidade, muita disputa era muito mais do que política, às vezes fechava tremendos rolos, brigavam cada um por seu time.³⁹³

No registro de Oliveira: “Naquele tempo havia uma divisão por zona – os Lunardi do lado de lá e os Lunardi do lado de cá. Ambas as famílias possuíam indústrias, por isso os times representavam as respectivas firmas (O Diadema – Torresmo em homenagem ao frigorífico, e o Guarani – Farelo em homenagem ao moinho e a serraria)”³⁹⁴. As figuras 27 e 28 representam ambos os times de futebol.



Figura 27. Guarani Futebol Clube (Déc. 1950)
Fonte: Acervo de Carlos Alberto Dal Bello.



Figura 28. Diadema. Em pé, o time visitante do distrito de São Lourenço. Agachados, o time Diadema, na frente, sentadas as respectivas madrinhas dos jogadores, irmãs, namoradas ou mulheres (1954)

Fonte: Acervo de Carlos Alberto Dal Bello.

Retrocedendo para a década de 1920, observam-se os encontros noturnos dos ítalo-brasileiros, o *filó*, que consistia numa reunião de pessoas diferentes do meio familiar para socializar acontecimentos do cotidiano, tratar de negócios, jogar baralho, contar piadas e fazer

³⁹³ SILVA, Darci Lopes. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Xaxim, jul. 1990.

³⁹⁴ OLIVEIRA, *Xaxim...*[s.d.], p. 69.

cantorias.³⁹⁵ Antigamente, cantava-se no trabalho e no seu retorno, na estrada, na igreja, em casa e nos *filós*.³⁹⁶ O carpinteiro Erasmo Pagani, que migrou em 1931 para o distrito de Xaxim, caracterizou essa prática: “[...] de noite se ia na casa de alguém, ficava lá duas ou três horas, tomava chimarrão, fazia um aperitivo, se cantava e se jogava carta.”³⁹⁷

O *filó* já existia na Itália como uma reunião da vizinhança. Naquele país, as comunidades viviam em pequenas aldeias próximas – os *paesis*; de suas casas dirigiam-se para as terras de cultivo. O regime de colônias com propriedades com 25 ha, oferecido ao imigrante italiano no Rio Grande do Sul obrigava-o a residir na propriedade. Assim, os vizinhos já não estavam ao lado, mas a centenas de metros de distância, separados muitas vezes pela floresta ou por caminhos precários; assim, as famílias viviam isoladas nos seus afazeres. O próprio *filó*, que na Itália era uma reunião de vizinhos, aqui teve modificada sua função, passando a ser um encontro de apoio mútuo, de conforto psicológico para o isolamento em que as famílias viviam, ou seja, houve uma reinvenção do *filó* em vista das novas necessidades.³⁹⁸

Na Região Colonial Italiana e no oeste de Santa Catarina as formas de lazer originárias da imigração italiana, bem como dos demais grupos étnicos que colonizaram a região, não foram simplesmente reimplantadas, mas reconstruídas. No espaço de lazer comunitário e familiar dos ítalo-sul-rio-grandenses alguns jogos tornaram-se comuns e passaram a identificá-los como grupo, como o jogo de *mora*, de bocha e de cartas, porém o *quadrilho*, o *tresséte*, a *escopa*, a *briscola* e o *truco* eram os mais conhecidos.³⁹⁹

Quanto aos divertimentos das crianças e dos adolescentes eram essencialmente domésticos; eles brincavam com os animais e criavam seus próprios brinquedos.⁴⁰⁰ “Nesse contexto, ao brincar, as crianças já realizavam ensaios de como trabalhar.”⁴⁰¹

Nos primeiros tempos, os migrantes participavam dos bailes promovidos pelos caboclos, que há muitos anos ocupavam o espaço da antiga sede de Passo do Xaxim. Orélio Negri, que em 1926 migrou para o distrito de Paz de Hercílio Luz, comentou acerca dos bailes dos primeiros tempos:

³⁹⁵ Cf. RADIN, *Companhias colonizadoras em Cruzeiro...* 2006, p. 118.

³⁹⁶ TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 25.

³⁹⁷ PAGANI, Erasmo. Entrevista citada.

³⁹⁸ Cf. POZENATO, José Clemente. A cultura da imigração italiana. In: CARBONI; MAESTRI, (Org) *Raízes italianas do Rio Grande do Sul...* 2005, p. 122.

³⁹⁹ Cf. RADIN, *Companhias colonizadoras em Cruzeiro...* 2006, p. 121.

⁴⁰⁰ Idem. p. 119.

⁴⁰¹ DELLA FLORA, *Rosas na coroa, pranto na vida...* 2005, p. 139.

Os bailes eram no chão batido. Os caboclos faziam uma massa com água e esterco de gado e passavam no chão batido, depois de seco o chão ficava lustro. Os caboclos vinham nas festas, o clube era no lugar onde tem o BESC hoje [av. Plínio Arlindo de Nês, atual loja Magazine Luiza] os caboclos participavam na igreja dos italianos, não sempre, mas seguidamente. Nos bailes os negros queriam sempre dançar com as moças brancas, só que os rapazes brancos ficavam com muito ciúmes, eles não queriam. Os negros gostavam dos italianos, só que casamento de negros com brancos nem pensar, é que os brancos eram muito racistas. Os negros brigavam entre eles, devido à pinga que eles bebiam.⁴⁰²

Os bailes eram eventos especiais, ocasiões em que muitas vezes ocorriam desentendimentos entre caboclos e migrantes. Era uma oportunidade de fazer amizades e namoros, sempre sob a vigilância de familiares, que temiam exageros nos relacionamentos amorosos, principalmente em relação às moças. As festas de cunho religioso e familiar, como o Natal, a Páscoa, e as festas comunitárias, como as do padroeiro e outras, representavam papel importante nos momentos de lazer.

As festas ou encontros comunitários eram significativos no contexto da colonização no oeste, porém com a instauração do Estado Novo (1937 a 1945) o presidente Getúlio Vargas deu início ao regime ditatorial envolvendo lutas ideológicas entre o nazismo e o fascismo. Então, os imigrantes italianos e alemães e seus descendentes foram considerados estrangeiros, porque ainda preservavam tradições da velha pátria. Por isso, a língua, que, segundo Carboni, “nunca é neutra, mas sempre forjada no contexto do mundo social, embalada por relações de poder, das quais constitui representações e simbolização”, foi motivo de perseguições e punições durante muitas atividades comemorativas no oeste.⁴⁰³

A invenção do Brasil e da brasilidade dava-se pela repressão autoritária, sobretudo, em 1941, depois do rompimento de relações diplomáticas do Brasil com a Itália e Alemanha. Diversas escolas, associações e jornais foram reprimidos e proibiu-se o uso dos idiomas das potências do Eixo.⁴⁰⁴

O apelo de uma pátria unida e íntegra, na qual todos os atores deveriam comungar da língua nacional, o português, era divulgado pela imprensa em todo o país. O idioma tornou-se obrigatório, e o poder público encarregava-se de fazer o patrulhamento ideológico no sentido

⁴⁰² NEGRI, Orélio. Entrevista citada.

⁴⁰³ CARBONI, Florense; MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada: língua história, poder e luta de classes*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p. 9.

⁴⁰⁴ VANNINI, *O sexo, o vinho e o diabo...* 2003, p. 20.

do patriotismo, e quem não o cumprisse era punido.⁴⁰⁵ O relato de Afonso Pensin, migrante ítalo-rio-grandense, comerciante, residente no distrito de Xaxim desde 1939, corrobora com a análise das perseguições e punições em tumultuados momentos de lazer comunitário:

Sabe aquele tempo que não se podia falar italiano, naquele tempo lá, nós tínhamos um delegado aqui, porque era violento, junto com o tal de Chapecó, que era o chefe dele aqui, porque aqui era subdelegacia de lá. Então nós fizemos uma festa aqui, eu era festeiro, eu o André Lunardi e o Adolfo Lunardi. Então nós fomos lá na delegacia e pedimos pra fazer tudo o que ele queria, mandamos churrasco pra ele, mas que ele não fosse lá na festa: porque hoje vem pra fora o pessoal e só sabem falar italiano e você vai ter que botá todo mundo na cadeia, vai estragar com a festa. Ele prometeu que ficava em casa, deixava fazer a festa e podia falar como quisessem. Quando foi antes da missa ainda, tinha o velho Tubin, ele foi na festa e começou a falar italiano, pois ele não sabia fala português, o delegado foi também e prendeu o camarada. Começou a estragar a festa, então o pessoal se reuniu e foram lá no delegado e disseram: – “Olha o senhor vai buscar o Tubin e trazer ele aqui, senão nós vamos quebrar tudo aqui, não vai sobrar nada.” “Isso não se faz. Se o nosso pessoal não sabe falar português a culpa não é deles, porque o governo não deu aula, só aprenderam a falar em italiano, agora vem aqui querer dar lei? Não senhor!” – Tiveram que ir buscar. Depois dali uma hora, me prendem o José Lunardi, aquele que é pai do João Lunardi. Ele estava lá no Cella, que o Cella tinha uma bodeguinha lá, vai lá me prendem o homem. Ah! Mas foi a pior, foi a pior, o pessoal tomou conta e disse: – ”Ou vocês larga essa gente ou nós vamos quebrar tudo isso aqui, isso não se faz, nós pedimos e você prometeu! [...]” Essa lei pegou firme, valendo. Quanta gente tinha que ficar em casa por não poder falar em italiano. O pessoal passou medo aqui.⁴⁰⁶

O idioma italiano era falado em ambientes privados. O português, involuntariamente, era ignorado, ao menos por uma parcela dos migrantes ítalo-sul-rio-grandenses estabelecidos no oeste de Santa Catarina. Ainda na Região Colonial Italiana, o português era visto pelo imigrante como veículo de ascensão social e integração econômica, o que influenciou as decisões dos imigrantes sobre a escolaridade dos filhos. Assim, as famílias proibiam os filhos de falar italiano para que aprendessem mais rapidamente o português.

Segundo Nodari, nas cidades e vilas dos municípios de Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó, durante a ditadura varguista, os migrantes sofreram rupturas nas suas práticas culturais e de

⁴⁰⁵ Cf. NODARI, *A renegociação da etnicidade...* 1999, p. 241-242.

⁴⁰⁶ PENSIN, Afonso. Entrevista concedida a Lademir Dall Inha e Eduardo Lunardi. Xaxim, 24 abr. 1987.

lazer. Antigas tradições teutas e ítalas foram abolidas, aniquiladas, dando lugar a tradições que demonstrassem lealdade, patriotismo e o dever forçado pelo poder público em todo o território nacional, atingindo com grande força os estados do sul do Brasil.⁴⁰⁷

A ruptura nas práticas culturais de lazer teutas e ítalas, além das imposições ditatoriais do governo Vargas, foi consequência do processo de modernização empreendido no país na década de 1940. Além disso, a introdução do rádio, do cinema e do caminhão contribuiu sobremaneira para a desintegração de práticas tradicionais de lazer vigentes há décadas na região oeste.

A defesa e o enaltecimento da pátria passaram a dominar a esfera do lazer na região oeste do estado; lideranças políticas orgulhavam-se de promover símbolos e ações que homenageassem a nação e, conseqüentemente, todas as formas de autoridade. Poucas foram as comemorações de cunho cívico anteriores ao Estado Novo; porém foram cruciais para a afirmação e legitimação de Getúlio Vargas, o que se configurou como uma forma de controle social. Datas nacionais como a Independência, denominada de Semana da Pátria, os desfiles escolares, a proclamação da República e aniversários de autoridades impunham domínio sobre a memória pública.⁴⁰⁸

Outras formas de lazer foram introduzidas na região oeste e em todo o país com o final do Estado Novo, entre as quais o cinema. No distrito de Xaxim, o cinema chamava-se O Guarany e comportava duzentos lugares. Sobre esta prática de lazer Darci Lopes da Silva relatou:

De noite tinha cinema, porque não tinha televisão. Cinema era um alto negócio e era um ponto de encontro de todos. [...] era cinema à tarde e à noite. Era aquele movimento, muito mais do que a saída da igreja hoje. [...] O cinema foi ponto de encontro, de conversa e de namorar. Hoje a televisão separou as pessoas, cada um fica em sua casa.[...] o primeiro dono do cinema foi o senhor Carlito Wilodre trouxe as máquinas e o operador de passar filmes, era o negro João, que também era nosso atleta, era de Palmeira das Missões.”⁴⁰⁹

O mesmo entrevistado também comentou sobre a formação de um clube feminino na década de 1950, o Danúbio Azul, “cuja presidenta foi a Neusa Massolini, funcionava também o Clube Guarani. A casa era do cinema e do Guarany e elas usavam o prédio, elas faziam

⁴⁰⁷ Cf. NODARI, *A renegociação da etnicidade...* 1999, p. 230-231.

⁴⁰⁸ *Ibidem*, p. 233.

⁴⁰⁹ SILVA, Darci Lopes. Entrevista citada.

bailes, decoravam, faziam de tudo. Era o clube das moças, clube social”.⁴¹⁰ Nesses encontros as tradições de lazer transformavam-se de acordo com a nacionalização imposta durante os anos do Estado Novo.

De acordo com Nodari, a constituição de uma memória nacional sobre grupos sociais de diferentes configurações étnicas no oeste de Santa Catarina só foi possível pela violência e repressão à memória de teutos e ítalos. Para muitas pessoas, sobreviver significou esquecer as músicas, as danças, as palavras, os gestos, os amores e as histórias; assim, com o passar do tempo, antigos divertimentos dos migrantes sul-rio-grandenses no oeste de Santa Catarina foram sendo relegados ao silêncio.⁴¹¹

3.9 Males e curas

O oeste catarinense constituiu-se politicamente em 1916, com o final da Questão do Contestado. Até esse período a região esteve desprovida de atenção governamental na área da saúde. Por conseqüência, a população supria suas necessidades com benzimentos, orações, promessas, simpatias e chás preparados com ervas, folhas, frutas e raízes, abundantes na região.

Os indígenas, os negros, os caboclos e os migrantes no distrito de Paz de Hercílio Luz não contavam com farmacêuticos, médicos ou hospitais e os recursos eram escassos. A população muitas vezes “[...] procurava um curandeiro”.⁴¹² Casemira Zmijevski guarda lembranças dessa prática: “Naquele tempo quem dava remédio de meopatia era o senhor Francisco de Oliveira [...] que ensinava a usá. Mas sabe, nós viemo aqui para progredir e não para ficar doentes, por isso a doença graças a Deus quase nunca chegou em nossa casa”.⁴¹³ Outras lembranças de Casemira: “Os primeiros anos aqui era uma maravilha, ninguém falava em doenças, nem se conhecia médicos. As mulheres tinham parto normal e em casa. As parteiras eram sempre as primeiras vizinhas, quando não o próprio marido, eu tive dois praticamente sozin.”⁴¹⁴

Os partos eram feitos por parteiras experientes, que “desempenhavam papel fundamental na reprodução da comunidade local. Somente as mulheres que haviam passado pela experiência podiam acompanhar o parto”.⁴¹⁵

⁴¹⁰ Ibidem.

⁴¹¹ Cf. NODARI, *A renegociação da etnicidade...* 1999, p. 294-299.

⁴¹² STIEVEN, Maria. Entrevista citada.

⁴¹³ ZMIJEVSKI, Casemira. Entrevista citada.

⁴¹⁴ ZMIJEVSKI, Casemira. Entrevista citada.

⁴¹⁵ Cf. VICENZI, *Terra nova...* 2002, p. 118.

As lembranças de Clementina Brandalise Carletti revelam características que permeavam o processo de dar à luz: “Primeiro se deixava as coisas prontas para a parteira: água quente, panos brancos, se rasgava lençóis de algodão, colocava forros grossos no colchão. Era uma situação perigosa, porque, se a parteira não desse conta, fazer o quê?”⁴¹⁶

Depois que o bebê nascia, “a mulher não podia lavar o cabelo por quarenta dias”;⁴¹⁷ havia cuidados especiais com a alimentação: “muito *brodo* de galinha caipira, comidas leves e muito chá para vir o leite. Até não batizar o nenê, a mulher não saía pra fora de casa”.⁴¹⁸

Em outra situação percebem-se o medo, a ingenuidade, a angústia e a obediência: “Depois que o nenê nascia a mulher era considerada impura, não podia entrar na igreja até batizar o nenê e receber a bênção do padre. A pessoa era considerada impura, o padre não deixava a gente entrar na igreja”.⁴¹⁹

Outras crenças: “Se a mulher estivesse menstruada tinha que falar pra mãe do nenê. Se por acaso a pessoa não avisasse e a mãe perdesse o leite, ela tinha que descobrir quem era, chamar ela de volta, pra juntas comerem da mesma comida. Assim, o leite voltaria”.⁴²⁰

Os tabus criados e propagados entre as mulheres sobre concepção e nascimentos, eram reforçados nos discursos e nas pregações do clero. Havia falta de diálogo, de informações entre mãe e filhas, entre os casais, angústias e medos em relação a sexo, gravidez, parto e filhos.⁴²¹

No atendimento às gestantes muitas parteiras ficaram na memória dos habitantes da antiga fazenda Rodeio Bonito; como a cabocla Graciolina, a ítalosul--rio-grandense Rosa Lunardi Zambenedetti. Além destas mulheres, Ambrosina Lunardi, migrante de Alfredo Chaves - RS que se estabeleceu no distrito de Paz de Hercílio Luz em janeiro de 1926, auxiliava no tratamento de lesões, doenças, inclusive nos casos mais graves, habilidades herdadas do pai, que era farmacêutico. A respeito de suas atividades Ambrosina relatou:

Aqui só tinha farmácia que a gente cuidava, hospital não tinha nem em Xanxerê, nem em Chapecó. Havia algum erveiro que tratava com ervas. Nós, ao instalar a primeira casa de comercial, atendíamos no setor de farmácia, ou seja, vendíamos óleo de rícino, vacina Bruchetini, antibiótico por nós considerado importante. Eu, por ser filha de farmacêutico, atendia em primeira mão os doentes [...].⁴²²

⁴¹⁶ CARLETTI, Clementina Brandalise. Entrevista citada.

⁴¹⁷ CARLETTI, Clementina Brandalise. Entrevista citada.

⁴¹⁸ CARLETTI, Clementina Brandalise. Entrevista citada.

⁴¹⁹ CARLETTI, Clementina Brandalise. Entrevista citada.

⁴²⁰ CARLETTI, Clementina Brandalise. Entrevista citada.

⁴²¹ Cf. VICENZI, *Terra nova...* 2002, p. 119.

⁴²² SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 315.

A preocupação com a saúde pública por parte dos governantes deixou a desejar nos primeiros anos da colonização. As queixas de falta de atendimento médico, mesmo o mais rudimentar, eram constantes, sem falar na falta de hospitais para atendimento e internamento. Em inúmeros casos de doenças que necessitassem da presença do médico as pessoas se deslocavam para as cidades mais próximas no Rio Grande do Sul, como Passo Fundo, Marcelino Ramos e, mesmo, Porto Alegre.⁴²³

Com o crescimento urbano e econômico do oeste catarinense, a medicina caseira foi sendo substituída por farmácias e hospitais. O primeiro hospital da região foi construído em Chapecó, “em 1939, quando foi fundada a Sociedade Hospitalar Santo Antônio.”⁴²⁴ Em 1942 foi construído no distrito de Xaxim o hospital São Pedro e aproximadamente, em 1950 o hospital Bom Jesus.

Com base nas evidências apresentadas neste capítulo, pode-se afirmar que a região oeste foi receptora de migrantes sul-rio-grandenses com conhecimentos nas lides agrícolas, extrativas, comerciais e industriais e que a exploração da flora regional, juntamente com a agricultura, foi durante décadas a base da economia oestina. A abertura de picadas, de vias carroçáveis, de estradas e a evolução dos transportes possibilitaram a efetivação do fenômeno colonizador, favorável aos interesses privados e do Estado.

Percebeu-se também que na antiga fazenda Rodeio Bonito ocorreu a preservação de muitos costumes sul-rio-grandenses relacionados a construção de moradias a práticas de lazer, curas de doenças, lides agrícolas, comerciais e industriais. Pode-se observar que no processo colonizador oestino a territorialidade foi o principal elo com Santa Catarina. Por outro lado, o migrante transformou o seu espaço numa extensão sociocultural do Rio Grande do Sul.

Em conexão com os aspectos abordados, o quarto capítulo pontuará questões relevantes aos espaços eclesiásticos e educacionais. De modo candente, o elo informal entre a Igreja e o Estado será evidenciado na prática.

⁴²³ Cf. NODARI, *A renegociação da etnicidade...* 1999, p. 139.

⁴²⁴ VICENZI, *Terra nova...* 2002, p. 117.

4 REPRESENTAÇÕES SOBRE RELIGIÃO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO

Ao longo do processo colonizador empreendido no oeste de Santa Catarina, é possível identificar a implantação e a institucionalização do catolicismo oficial exercido pelo migrante ítalo-sul-rio-grandense que alterou sobremaneira a prática do “catolicismo popular” (em sincretismo com as religiões indígenas, africanas e europeia) que era praticado pelos caboclos. Essas pessoas desenvolveram seu credo à margem da Igreja Católica. Acompanhando as redefinições de práticas religiosas de migrantes e caboclos, este capítulo apresenta uma interpretação com muitas reticências – acerca da religião, que, segundo Corteze: “servia como meio de interpretação de mundo, mediavam as relações sociais e cimentava a disciplina social”.⁴²⁵

Além disso, o capítulo explora alguns aspectos educacionais promovidos pela Igreja e pelo Estado na antiga fazenda Rodeio Bonito no recorte temporal de 1920 a 1954. Abordam-se a colonização étnica e confessional, o catolicismo romanizador e a nacionalização que ensejou a brasilidade de núcleos estrangeiros considerados perigosos para a ordem vigente no país. Nessa época, em conjunto, a Igreja Católica e o Estado aglutinavam e reordenavam as condutas na sociedade oestina.

A importância desta análise para o todo da pesquisa consiste em possibilitar a compreensão do cenário religioso-educacional vivenciado pelo caboclo e pelo migrante no processo de colonização da fazenda Rodeio Bonito, tendo como foco a participação de diferentes grupos sociais, do Estado e da Igreja Católica.

⁴²⁵ CORTEZE, *Ulisses va in America...* 2002, p. 138.

4.1 O catolicismo popular e o oficial

No período que antecedeu a colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito, assim como em quase todo o território oestino, o catolicismo popular do caboclo que congregava religiões indígenas, africanas e europeias foi hegemônico durante muitas décadas. Contudo, a partir de 1920 a crença dessa população passou por mudanças significativas, visto que o catolicismo oficial, praticado por uma determinada parcela de migrantes sul-rio-grandenses, passou a ditar o ritmo religioso na sociedade oestina.

Para facilitar a compreensão desse contexto histórico, esta seção apresenta uma sintética investigação bibliográfica sobre o catolicismo popular e o catolicismo oficial com base em três obras: *Memória e cultura: modo de vida dos caboclos do Goio-En (SC)*, *Raízes Italianas do Rio Grande do Sul 1875-1997* e *Imigração Italiana no RS: vida costumes e tradições*.⁴²⁶ A reflexão envolve a comparação entre o catolicismo oficial praticado por ítalo-sul-rio-grandenses nos séculos XIX e XX com o catolicismo popular do caboclo que vivia no oeste catarinense nas primeiras décadas do século XX. Em razão da colonização, o catolicismo oficial e o catolicismo popular defrontaram-se no mesmo recorte geográfico.

A comparação entre os credos dessas populações permite observar a similitude entre o catolicismo romano dos italianos e de seus descendentes e o catolicismo popular do caboclo, pois para ambos a religião significava um modo de vida e representava um papel importante na sociedade. Entretanto, diferentemente da italiana, a religiosidade cabocla manifestava-se na crença na própria natureza e nos monges, não considerando a intermediação de instituições, como igrejas, escolas, seminários, jornais eclesiásticos, entre outros. A crença era suficiente, bastava-se em si mesma.

Assim, os caboclos praticantes do catolicismo popular desenvolveram seu credo à margem da Igreja Católica. Tanto que no período da colonização muitas vezes suas manifestações eram proibidas, mas mesmo assim não deixavam de acontecer. Para o caboclo a natureza era o elo entre o divino e o humano, entre o material e o imaterial. Por sua vez para o italiano, a mediação se dava por intermédio da Igreja, embora o catolicismo italiano, muitas vezes passasse ao lado das orientações e da vigilância clerical.

⁴²⁶ MARCON, *Memória e cultura...* 1999; CARBONI; MAESTRI, (Org.) *Raízes italianas do Rio Grande do Sul...* 2003, p. 13-35.; COSTA, *Imigração italiana no Rio Grande do Sul...* 1986.

As semelhanças entre os credos são perceptíveis observando-se as relações de compadrio, que estabeleciam uma verdadeira comunhão espiritual, entre os dois grupos. Os vizinhos estavam em primeiro lugar, participando nos momentos de lazer, de trabalho e de doença.

Para o italiano a capela representava o centro de socialização, sendo muito valorizado e respeitado.⁴²⁷ Ao contrário, o caboclo não se limitava ao espaço sagrado pois sua religiosidade era autônoma; ele não sentia a necessidade de instituições oficiais, mesmo porque no início do século XX elas inexistiam nos vastos sertões do oeste catarinense. Para o caboclo, a socialização ocorria na própria residência, durante os mutirões para a colheita, nas pescarias e caçadas, que consistiam no próprio modo de viver do caboclo.

A água era considerada sagrada para os dois grupos, porém o caboclo tinha um contato mais próximo com esse símbolo religioso, pois conservava as fontes na propriedade ou ao longo das picadas, que conforme acreditava haviam sido designadas pelo monge João Maria para serem respeitadas e referenciadas.

O italiano realizava diariamente suas orações, pela manhã e antes das refeições; à noite rezava o terço, com a participação infantil, com mais frequência nos dias santos, recebia a capelinha com grande louvor e fazia muitas orações em família e com vizinhos. Para o caboclo bastava crer. O italiano era estimulado ao sacerdócio, ao passo que o caboclo ignorava a prática sacerdotal e mantinha-se à margem dessas questões da Igreja Católica.

As instituições religiosas chegaram ao oeste catarinense com o movimento colonizador, diferentemente do que ocorreu no litoral catarinense, onde essa intervenção se deu com séculos de antecedência. A Igreja caminhou lado a lado com as forças sociais, políticas e econômicas, representadas principalmente pelos colonizadores, madeireiros, comerciantes e industriais. Assim, o caboclo ficou à mercê desse processo.

A crença na Igreja, nos santos e na Bíblia inspirava a fé cristã do italiano, ao passo que, para o caboclo, a festa do Divino representava o maior evento religioso, era um momento de alegria, de confraternização espiritual e festiva. Neste evento, a solidariedade, o lazer e as orações estavam em primeiro lugar; a bandeira convocando a comunidade, mesmo de longas distâncias, era motivo de grande contentamento.

A coleta praticada por caboclos e italianos diferenciava-se na forma: a Igreja recolhia dinheiro nas celebrações, em um saquinho de couro; para o caboclo acontecia em prol da festa

⁴²⁷ A diferença entre capela e igreja é que na primeira não há padres residentes.

do Divino, com a doação de alimentos não perecíveis, os quais no dia de São Sebastião, santo português que deu origem à festa, eram distribuídos gratuitamente entre os participantes.

A normatização da vida dos colonos italianos do anoitecer ao amanhecer dava-se com base nos princípios religiosos cristãos e nos ensinamentos da Igreja Católica; eles rezavam o terço diariamente e tinham grande respeito aos dias santos. Por outro lado, o caboclo tinha sua vida organizada segundo a crença no Divino, na natureza e nos ensinamentos do monge.

Para o caboclo a natureza tinha *status* sagrado, representava a sobrevivência, pois não tinha a experiência econômica da policultura comercial, ao passo que, para o italiano, tinha *status* de mercadoria, de propriedade, era um meio para alcançar a prosperidade, para fazer fortuna, “para tornar-se patrão, nem que fosse de si mesmo e de seus familiares”.⁴²⁸ O italiano depositava no seu trabalho e na sua fé o desejo de uma vida melhor. Sonho trazido desde sua travessia pelo Atlântico: manter-se, fazer fortuna e prosperar.

A vivência entre caboclos e imigrantes italianos e com outras etnias que colonizaram o oeste catarinense, apresentou ao longo do tempo relações conflituosas e turbulentas. O maior exemplo foi a Guerra do Contestado, um episódio que abalou Santa Catarina e Paraná por quatro anos, motivado, entre outras causas, pela crença cabocla nas palavras dos monges João Maria e José Maria que, juntamente com milhares de caboclos, foi assassinado durante essa guerra.

Refletir sobre o catolicismo popular e o catolicismo oficial praticados no oeste de Santa Catarina, no recorte temporal que abrange as primeiras décadas do século XX, pela observação das similitudes e das diferenças associadas ao caboclo e ao migrante ítalo-católico, exige entrar nos meandros das relações que envolveram as forças sociais emergentes no período: as colonizadoras, o Estado e a própria Igreja, que comungavam muitos interesses.

A Igreja Católica, em sintonia com essas forças, participou efetivamente no processo “civilizador”, “progressista” e “modernizador” empreendido na região oeste pelo Estado e pelas colonizadoras. A moralidade, o nacionalismo e a obediência à pátria foram incutidas no imaginário dos novos cidadãos do oeste por intermédio da Igreja, de escolas e das instituições governamentais.

No oeste catarinense, em consequência do processo colonizador, os ideais de religiosidade, de família e de compadrio do caboclo sofreram alterações. Em algumas situações houve junção com as práticas do catolicismo oficial; em outras, substituição.

⁴²⁸ Expressão usada por Mário Maestri na obra *Os senhores da Serra*.

Todavia, ao se observar o assunto do prisma do catolicismo romano, patriarcal e autoritário do italiano e do catolicismo popular do caboclo, é possível concluir que as práticas religiosas de ambos os grupos se mesclaram ao longo do tempo.

Como se observa nos depoimentos registrados mais adiante nesta seção, o caboclo do oeste, ao menos no período estudado, timidamente freqüentou as celebrações da Igreja Católica. Por outro lado, se percebe que o uso de plantas medicinais, as práticas de benzimentos utilizadas pelos caboclos estão impregnados na crença do migrante ítalo-sul-riograndense que colonizou a região oeste de Santa Catarina.

O caboclo foi alijado no processo “civilizador”, não por interferência direta do migrante que ocupou o mesmo espaço, mas sobretudo, pela política governamental da Primeira República, que fez a “higienização” e a “limpeza” do território de forma estratégica, não beneficiando indígenas e caboclos, ambos considerados “bárbaros”, sem cultura, na visão das forças sociais emergentes.

É dentro desse contexto que a fé cristã do migrante descendente de europeus edificou-se na arquitetura das capelas, das igrejas, das catedrais, das escolas e dos educandários religiosos que foram se formando, fazendo parte da paisagem dos centros urbanos, rumo ao progresso. Isso se deu em detrimento do catolicismo popular do caboclo, que sofreu ruptura nas suas práticas, muito presentes na pluralidade de igrejas que se espalharam pelas periferias das cidades do oeste de Santa Catarina.

Essa reflexão sobre a religiosidade cabocla e italiana embasa-se nos estudos de três autores: Telmo Marcon (1999), Mário Maestri (2003) e Rovílio Costa (1986). Não houve a intenção de captar a totalidade do assunto e, ressalta-se que nos conceitos apresentados foram sempre respeitados os pensamentos dos autores.

Do ponto de vista histórico, algumas vezes a religião é radicalizada, tanto entre os caboclos como entre imigrantes e/ou migrantes. Por certo, existe um hiato entre o discurso historiográfico apologético e a realidade profunda. A visão do imigrante como uma comunidade de “fé e trabalho” foi uma proposta da historiografia clerical, porém há autores que propõem outras interpretações para o fenômeno religioso, explicando-o como parte de um processo de crítica entre história e mito, entre realidade e ideologia.⁴²⁹

Pretendendo-se observar alguns pontos discutidos nas comparações apresentadas entre a religiosidade italiana no Rio Grande do Sul e a religiosidade cabocla no oeste de Santa Catarina, o item 4.2 “Capela, igreja e paróquia”, abordará com outros olhares a experiência

⁴²⁹ Cf. CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in América...* 2002, p. 131.

religiosa de ítalo-sul-rio-grandenses e de caboclos quando se iniciou o processo colonizador na antiga fazenda Rodeio Bonito.

4.2 Capela, igreja e paróquia

Nas Colônias Velhas do Rio Grande do Sul a Igreja esteve pouco presente no período pioneiro. O mundo colonial era tenso, conflituoso, em processo de organização, e as lideranças religiosas, assim como as administrativas, eram questionadas e disputadas. As legitimidades e hierarquias internas ainda não estavam constituídas ou instituídas.⁴³⁰ Pode-se dizer que no período anterior à colonização do oeste catarinense, as hierarquias administrativas e internas da Igreja também não estavam instituídas na fazenda Rodeio Bonito, região onde a Igreja oficial ficou ausente e, quando operava era esporadicamente.

De acordo com Silvestrin, a precária assistência ao atual oeste catarinense era feita, até meados de 1880, por lideranças religiosas de Ponta Grossa - PR, distante da localidade, duas semanas a cavalo. Em 1893, Joaquim Elias Castro fundou Caxambu e, dois anos depois, toda a região passou a receber, duas vezes por ano, a visita do padre Achilles Saporitti Vacca. Este, além da assistência religiosa, tinha interesse pessoal em percorrer a região porque visitava a própria fazenda em Campo Erê.⁴³¹

A colonização do oeste, “embora tenha se iniciado em 1910, só ganhou impulso após a solução do conflito de fronteiras entre Paraná e Santa Catarina, em 1916”.⁴³² Até esse período na região havia apenas o catolicismo popular dos caboclos que viviam na região. Segundo Maria Gertrudes Pedroso, em 1920 os migrantes chegados a Passo do Xaxim passaram a freqüentar a igreja dos caboclos:

Os italianos vieram aí, aí é que eles fizeram uma igreja nova, porque a outra tinha um toldozinho. O padre vinha rezá aí, tinha um toldozinho, uma casinha pequena assim, comprida. Hoje não existe uma casinha bem preparada como aquela. Então o padre sempre vinha aqui fazer batizado. As crianças pequenas quando nasciam vinham ali, ele escrevia. Traziam os padrinhos, o padre fazia os batizados. [...]. Quando ele vinha aqui todos se aprontavam. Cada um que tinha as suas crianças, apresentavam. [...] Tinha também casamento.⁴³³

⁴³⁰ Cf. TRAMONTINI, Marcos Justo. *Organização social dos imigrantes*. A colônia São Leopoldo na fase pioneira 1824 – 1850. São Leopoldo: Unisinos, 200, p. 164.

⁴³¹ SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 275.

⁴³² POLI, O contexto Histórico do oeste catarinense ...2002, p.173.

⁴³³ PEDROSO, Maria Gertrudes. Entrevista citada.

Esse local “era um capitel de madeira falquejada, perto da estrada que margeava os fios do telégrafo, na invernada dos Lunardi”.⁴³⁴ Segundo Anita Negri:

Havia um pedaço de pele de animal abatido na floresta e ficava pendurado na parede esperando o próximo que morresse. Era usado para o sepultamento, o corpo era enrolado com a pele e levado à cova rasa. No dia seguinte alguém se encarregava de colocar outra pele no lugar.⁴³⁵

Em substituição “à casinha pequena coberta com o toldozinho”,⁴³⁶ freqüentada pelos caboclos e pelos migrantes, a venda dos Lunardi, construída em 1925, foi usada como templo. Percebe-se que nos primeiros anos da colonização a venda precedeu a construção da capela, que, por sua vez, precedeu a construção da escola, no então distrito de Paz de Hercílio Luz.

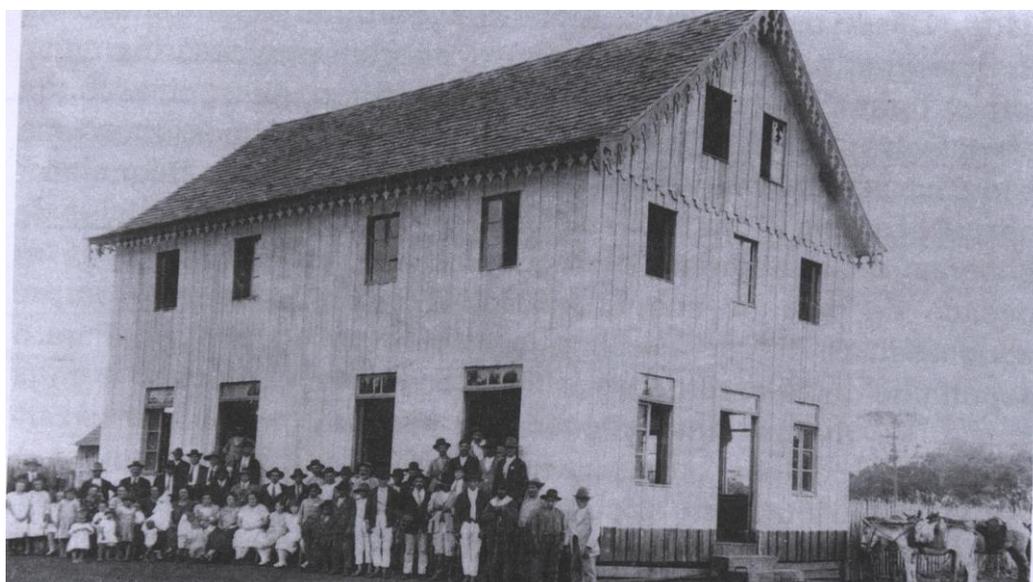


Figura 29. Casa comercial Irmãos Lunardi em dia de festa - distrito de Paz de Hercílio Luz. Média 10 x 18 m, com dois andares, mais o sótão. No térreo, com três portas e dezenas de janelas envidraçadas, com telhado de tabuinhas de pinheiro, cunheira elevada ostentando abas decoradas com madeira. Vêm-se dezenas de caboclos e migrantes ao lado da venda, as mulheres sentadas, as crianças e os homens em pé, os homens usando chapéus. Em frente dois cargueiros. Aos fundos a mata de araucária (1927)

Fonte: SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 248.

Ao tratar sobre a colonização italiana no Rio Grande do Sul, o padre Olívio Manfrói escreveu que o negociante, por interesse ou por convicção, estava ligado à Igreja e à comunidade. Era o caixa da comissão e o encarregado de guardar o dinheiro da capela. Mais tarde, era em sua casa que o padre encontrava a hospitalidade nos dias de visita pastoral. Nas festas da capela, tinha uma função de primeira ordem na organização e preparativo dos

⁴³⁴ Entrevista citada na obra: DALLA ROSA, Iraci Lopes. *Histórico da paróquia São Luiz Gonzaga de Xaxim - SC.* [S.n.t.].

⁴³⁵ SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 247.

⁴³⁶ PEDROSO, Maria Gertrudes. Entrevista citada.

festejos; ele fornecia os objetos necessários e, muitas vezes, o próprio estabelecimento.⁴³⁷ Alguns elementos apontados pelo autor em outro espaço e em tempos diferentes reproduziram-se também na região oeste de Santa Catarina.

Portanto, o processo de colonização da região ocorreu de forma idêntica ao modelo cultural religioso típico de toda a região de colonização italiana no sul do Brasil. No entanto ali se construiu a igreja sem padre residente, denominada de “capela”, modelo inexistente na Itália.⁴³⁸ Na figura 30, vê-se na sede da antiga fazenda Rodeio Bonito a capela, que foi construída em regime de mutirão por caboclos e por migrantes e concluída em 1929.



Figura 30. Capela construída de madeira, coberta com tabuinhas, no alto ostentando uma estrela. Ao lado, a torre sineira com postes; em frente, um grupo de pessoas, uma cruz, além de uma cerca de arame; atrás, a mata de araucária (1929)

Fonte: A cervo de Iraci Lopes Dalla Rosa.

Segundo Maria Gertrudes Pedroso, depois que os italianos chegaram, “pegaram a fazer grande. Pegaram a fazer igrejas, pra dizer que eles tudo, foi eles que formaram, mas tinha o pedacinho do suor dos brasileiros, tudo”.⁴³⁹

Nas Colônias Velhas, “cada quarenta ou cinquenta colonos levantavam uma capela”.⁴⁴⁰ Já, no oeste de Santa Catarina, conforme os mapas antigos da fazenda Rodeio Bonito presume-se que o número de colonos que levantavam uma capela era menor. “Mais

⁴³⁷ MANFROI, *A colonização italiana...* 1975, p. 192.

⁴³⁸ POZENATO, Clemente José. A cultura da imigração italiana. In: CARBONI; MAESTRI, (Org.), *Raízes italianas do Rio Grande do Sul...* 2002, p. 127.

⁴³⁹ PEDROSO, Maria Gertrudes. Entrevista citada.

⁴⁴⁰ MAESTRI, *Os senhores da Serra...* 2005, p. 129.

tarde, a capela – como paróquia, na comunidade brasileira – designou o conjunto de membros que a deviam freqüentar devido à proximidade geográfica.”⁴⁴¹

No imaginário do migrante as capelas e igrejas representavam um elo com Deus.⁴⁴² Em Xaxim, a igreja matriz São Luiz Gonzaga, bem como as capelas que a precederam no mesmo espaço, foi construída em lugar privilegiado e tornou-se referência para a formação da comunidade. De acordo com as fontes iconográficas, observa-se que o sino e as estruturas seguiram padrões sul-rio-grandenses, também citados por Maestri:

Inicialmente dois, três, ou quatro postes de madeira sustentavam o sino. A seguir, uma cobertura protegeu o sino e a estrutura rudimentar. Mais tarde, fechando-se os vazios, evoluiu-se para uma torre sineira propriamente dita, sempre destacada da capela – *campanile*. O sino tocava ao meio-dia e na hora da Ave-Maria, organizando a vida colonial e anunciando as mortes, acidentes, a chegada do padre, a missa dominical, etc.⁴⁴³

Nas terras oestinas ocupadas pelos descendentes desse grupo étnico pode-se dizer que se multiplicaram os sinais da identidade cultural da Região Colonial Italiana. Na figura 30 atentou-se para o detalhe dos postes sustentando o sino. Na figura 31, observa-se a torre sineira já com os vazios fechados. Esta capela foi construída em 1939 e localizava-se na mesma área onde em 1947 iniciou-se a construção da igreja matriz São Luiz Gonzaga.



Figura 31. Capela no distrito de Xaxim. Construção em madeira, telhado de tabuinhas, torre sineira com os vazios fechados. Em frente uma manifestação pública com pessoas ostentando faixas (Déc. 1940)
Fonte: Acervo de Iraci Lopes Dalla Rosa.

⁴⁴¹ Ibidem, p. 129.

⁴⁴² Convém lembrar que entre os imigrantes e, provavelmente, entre seus descendentes havia grupos anticlericais.

⁴⁴³ MAESTRI, *Os senhores da Serra...* 2005, p.128.

De acordo com Tedesco, “o espaço da sociedade da capela – igreja – salão – bodega, vendeiro, cemitério, escola, moradores em suas circunvizinhanças, etc. – constitui um grande cenário de socialização, vigilância, moralidade coletiva e individual, solidariedade grupal, ordenamento coletivo, e obrigatoriedades individuais.”⁴⁴⁴ Para Corteze, a “capela era o local de congregação onde se realizavam reuniões, festas, estabelecimento de laços matrimoniais, transações comerciais, disputas de prestígio e poder”.⁴⁴⁵

Em 1940, o distrito de Xaxim conseguiu elevar suas capelas à categoria de paróquia, num sinal visível de “progresso”, com o que os migrantes sul-rio-grandenses se sentiam mais facilmente atraídos. Até então, a região pertencia à paróquia de Chapecó. A desvinculação eclesiástica do distrito de Xaxim em relação ao município de Chapecó deu-se com 14 anos de antecedência da emancipação política.

4.3 Igreja matriz

Na década de 1940, a comunidade de Xaxim empenhou-se para a construção da igreja matriz São Luiz Gonzaga, a qual pode ser definida como um patrimônio religioso, um bem material que faz parte da identidade, da memória de caboclos e de migrantes católicos ítalo-sul-rio-grandenses, além de outros grupos étnicos. Tratando-se de patrimônio, “no Brasil, preservou-se a casa-grande, as igrejas barrocas e os fortes militares como referência para a construção da nossa identidade e relegou-se ao esquecimento as favelas, os bairros históricos e demais bens materiais”.⁴⁴⁶

Nesse sentido, apesar de a discussão acerca da igreja matriz mover-se em relação a um patrimônio geralmente abordado pela historiografia tradicional, há um simples desejo: o de não ser mal-entendida pelo leitor que tem preocupações ideológicas. O tema foi valorizado por considerar a linearidade capela, igreja e paróquia um fator que operou numa contínua relação com o processo colonizador da antiga fazenda Rodeio Bonito. Nas novas terras, os migrantes de descendência européia ordenaram experiências de um mundo socialmente instituído ainda no Rio Grande do Sul.

No “Velho Xaxim” as capelas foram construídas em regime de mutirão e, mais tarde, substituídas por igrejas, como foi o caso da igreja matriz, edificada num período em que o

⁴⁴⁴ TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 59.

⁴⁴⁵ CORTEZE, *Ulisses va in America...* 2002, p. 138.

⁴⁴⁶ MILDER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). *Educação patrimonial*. Santa Maria: UFSM: Perspectivas, 2005, p. 8.

processo de colonização na região estava se firmando. Simultaneamente ao desenvolvimento econômico, urbano e político da comunidade, os migrantes e os caboclos empenharam-se na construção de um templo maior. Em 30 de junho de 1944, o bispo dom Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Mello escreveu uma carta para a Turma da visita pastoral:

Em toda a parte, tivemos ocasião de admirar o progresso natural da zona e verificamos a sincera relação espiritual da população que sempre mais se acentua na Paróquia carinhosa e eficientemente dirigida pelo vigário Frei Plácido Rohlf [...]. Consignamos nossos elogios e nossa profunda gratidão, pelo trabalho generoso que desenvolveram e pelos resultados ótimos que conseguem nos préstimos dos colonos, caboclos e gente desta vila. Fazemos votos e queremos que em breve erga-se aqui uma nova igreja matriz, pois a primitiva é insuficiente. É um convocado para ver a prontidão em se empenhar para a execução desse desideratium⁴⁴⁷. [...] para a qual todos os habitantes da Paróquia, em todos os distritos deverão cooperar. Com os bons resultados os preparativos para a aquisição do monetário em prol da obra. Há esperança de em breve se iniciarem os trabalhos e damos uma bênção especial para todos os que ajudarem de qualquer maneira.⁴⁴⁸

Podem ser visualizados no texto vários elementos, como a convocação para a construção da nova igreja matriz, a observação do bispo em relação ao progresso da zona e a afirmação do catolicismo oficial na sede do distrito. Do ponto de vista social o caboclo e o colono são mencionados; a valorização do papel do sacerdote, o discurso romanizador, decisivo e definidor; faz-se a convocação de todas as comunidades do distrito para assumirem a responsabilidade dos preparativos e do monetário, e os que colaborassem receberiam como recompensa uma bênção especial.

Após três anos dessa conclamação, em fevereiro de 1947, foi realizada uma festa para o lançamento da pedra fundamental da nova igreja. Com base na interpretação de um panfleto eclesialístico comunicando o evento, serão analisados dados sociais dos membros envolvidos no projeto de construção da igreja matriz, objetivando detalhar a estrutura social do grupo.

⁴⁴⁷ Sinônimo de desejo.

⁴⁴⁸ Paróquia São Luiz Gonzaga - Xaxim, Livro de tombo 1, p. 8.

"GRANDIOSA FESTA EM XAXIM"

O lançamento da Pedra Fundamental da Nova Igreja

Os infra assinados festeiros da solenidade em honra ao lançamento e Benção da pedra Fundamental da Nova Igreja Matriz na séde de Xaxim, cerimoniaes éstas, que serão patrocinadas por S. Excia. D. Carlos Saboia Bandeira de Melo auxiliado por quatro dignos sacerdotes, têm o prazer de convidar as autoridades Eclesiasticas, Civis, Militares e o povo em geral deste municipio, para assistirem e abrilhantarem com suas presenças os festejos religiosos que se realizarão nos dias 15 e 16 de Fevereiro de 1947.

PROGRAMA

Dias - 12, 13 e 14 - Triduo solene na Matriz as 20½ horas.

==== DIA 15 ====

As 4 horas alvorada com salvas de morteiros e as 7 Santa Missa.

As 9½ horas Santa Missa Solenissima por Sa. Excia

As 12 horas Serão servidos suculenta churrascada, frios, bebidas etc.

Durante a tarde nas diversas tendas estarão expostos ao público os mais variados jogos populares.

As 3 horas lançamento e Benção da Pedra Fundamental da Igreja Matriz paranifada pelos festeiros de honra e padrinhos.

Festeiros de Honra - Dr. Serafim Bertaso e Luiz Lunardi.

Padrinhos - Dr. Antonio Selistre de Campos, André Lunardi, Cól. Ernesto Bertaso, José D. Lunardi, João Winekler, Dr. José Pedro de Almeida, Dr. Alberto Ligo, Ventura Migliorini, Dr. Cid L Ribas Silvio Lunardi, Euclides Marinho, Sganzerla & Tarasconi, Domingos Giorno, Adolfo Lunardi, Dr. Vicente Cunha, Dr. Celso Rauen, Osear Matte, Dr. Darcy Camargo, Dr. Lenoir Vargas, Pedro Bordignon, Severino Trentin, Ludwig Silvestre, Antonio Lunardi, Julio Lunardi, Pedro Maciel, Paulo Marques, Arnaldo Mendes, João Sotili, Angelo Botan, Sigismundo Nardi, Luiz Zambenedetti, Antonio Stiegem, Francisco Ogiari, Avelino Lunardi, Gustavo Hack, João Beaux, Alfredo Dal Bello, Rui Longhi, Dionisio Zilio, Mario Ferrazzo, Aparicio Fernandes, Alexandre Antonioli, Ludwig Preshtl, Angelo Petucco, Luiz D. Vivan, Irmãos Assoni, Empreza Iguassú, Bortolo Botan, Vergínio Giachini, Ferdinando Geremias, Domingos Teston, Domingos Andolfato, Afonso Florindo Folle, João Palú Agostinho Maraschin, Francisco O da Silva, Antonio Morás, Francisco Morás, José Tonini, Francisco Cristofoli, José Gabrieli, Angelo Matielo, Vitorio Matielo, Avelino Lunardi Ozei, Carlos Lucatelli, Antoninho Zanuzzo, Antonio Barbiero, Antonio J Spadotto, João Dalla Cort, Antonio Dalla Rosa, Erasmo Mantelli, Alberto Cella, Ferdinando Catto, Vitorio Alberti, Albino Franciosi, Carlos Bergamaschi, Luiz Pavan Fioravante Pianta, Angelo Foppa, Antonio Dal Molin, Gontran Winekler, Romano Macinhan, José Dal'Agnol, Caetano Sbadalot.

Continuarão os festejos durante a tarde

A noite as 20 horas temos a satisfação de oferecer um grande baile intercalado por leilões nos salões do Clube Atlantico.

==== DIA 16 ====

As 7 e 9½ horas Santas Missas

Haverá neste dia a administração o Santo Sacramento da Crisma.

Em prosseguimento as festividades deste dia seguem-se as variadas diversões, finalizando a noite com mais um grandioso baile e leilões, abrilhantados pelo mesmo conjunto que durante os dois dias contribuirá para o maior brilhantismo e alegria do ambiente.

Os Festeiros:

Afonso Pensin e Senhora
Alberto Lunardi e Senhora
Domingos Lunardi e Senhora
Oreste Cauduro e Senhora
Humberto Giotto e Senhora

Figura 32. Panfleto eclesiástico. Distrito de Xaxim (1947)
Fonte: Acervo da igreja matriz São Luiz Gonzaga, Xaxim.

Quadro 1. Estrutura social dos padrinhos da igreja matriz São Luiz Gonzaga, Xaxim (15-16 fev. 1947)

Padrinhos	Profissão	Localidade	Zona
Antonio Selistre de Campos	Juiz de Direito	Chapecó	Urbana
André Lunardi	Colonizador, madeireiro, industrial e comerciante	Dist. Xaxim	Urbana
Cel. Ernesto Bertaso	Colonizador, madeireiro, industrial e comerciante	Chapecó	Urbana
José D. Lunardi	Colonizador, prático em medicina	Dist. Xaxim	Urbana
João Winckler	Madeireiro	Dist. Xanxerê	Urbana
José Pedro de Almeida ⁴⁴⁹			
Alberto Lago	Médico	Dist. Xaxim	Urbana
Ventura Migliorini	Madeireiro e industrial	Dist. Faxinal dos Guedes	Urbana
Cid L. Ribas	Médico	Dist. Xaxim	Urbana
Silvio Lunardi	Colonizador, industrial e comerciante	Dist. Xaxim	Urbana
Euclides Marinho	Comércio	Dist. Xanxerê	Urbana
Sganzerla & Tarasconi	Comercial	Joaçaba	Urbana
Domingos Giorno	Advogado	Chapecó	Urbana
Adolfo Lunardi	Colonizador, madeireiro, industrial e comerciante	Dist. Xaxim	Urbana
Vicente Cunha	Médico	Dist. Xanxerê	Urbana
Celso Rauen	Médico	Dist. Xanxerê	Urbana
Oscar Matte	Comerciante	Chapecó	Urbana
Darcy Camargo	Médico pediatra	Chapecó	Urbana
Lenoir Vargas	Deputado federal do PSD	Chapecó	Urbana
Pedro Bordignon	Comerciante	Chapecó	Urbana
Severino Trentin	Comerciante	Chapecó	Urbana
Ludwig Silvestre	Comerciante (Renner)	Chapecó	Urbana
Antonio Lunardi	Colonizador e madeireiro	Dist. Xaxim	Urbana
Julio Lunardi	Colonizador e madeireiro	Dist. Xaxim	Urbana
Pedro Maciel	Escrivão ou Juiz	Chapecó	Urbana
Paulo Marques	Político	Chapecó	Urbana
Arnaldo Mendes	Colonizador e funcionário público	Chapecó	Urbana
João Sotili	Comerciante	Chapecó	Urbana
Ângelo Botan	Comerciante	Dist. Xaxim	Urbana
Sigismundo Nardi	Comerciante	Dist. Xaxim	Urbana
Luiz Zambenedetti	Tabelião	Dist. Xaxim	Urbana
Antonio Stievem	Ferreiro	Dist. Xaxim	Urbana
Francisco Ogliari	Moageiro	Dist. Xaxim	Urbana
Avelino Lunardi	Colonizador, comerciante	Dist. Xaxim	Urbana
Gustavo Hack	Comerciante	Dist. Xaxim	Urbana
João Beaux [Beux]	Comerciante	Dist. Xaxim	Urbana
Alfredo [Sigisfredo] Dal Bello	Hoteleiro	Dist. Xaxim	Urbana
Rui Longhi	Contabilista	Dist. Xaxim	Urbana
Dionísio Zílio	Mecânico	Dist. Xaxim	Urbana
Mario Ferrazzo	Madeireiro, comerciante	Dist. Xaxim	Urbana
Aparício Fernandes	Subdelegado	Dist. Xaxim	Urbana
Alexandre Antonioli	Funcionário do Frigorífico Diadema	Dist. Xaxim	Urbana
Ludwig Preshtl	Agrimensor		
Ângelo Petuco	Hoteleiro	Dist. Xaxim	Urbana
Luiz D. Vivian	Taxista	Dist. Xaxim	Urbana
Irmãos Assoni	Transportador	Serafina Correa-RS	Urbana
Empreza Iguassú	Empresa de ônibus	Serafina Correa-	Urbana

⁴⁴⁹ Não constou na análise por falta de dados.

		RS	
Bertolo Botan	Agricultor	Dist. Xaxim	Rural
Virgínio Giachini	Agricultor	Dist. Xaxim	Rural
Ferdinando Geremias	Agricultor	Dist. Xaxim	Rural
Domingos Teston	Agricultor	Dist. Xaxim	Rural
Domingos Andolfato	Agricultor	Dist. Xaxim	Rural
Florindo Folle	Ervateiro, agricultor	Dist. Xaxim	Rural
João Palú	Agricultor	Dist. Xaxim	Rural
Agostinho Maraschin	Agricultor	Dist. Xaxim	Rural
Francisco O. da Silva	Agricultor	Vila de Lajeado Grande	Rural
Antonio Moras	Agricultor	Dist. Xaxim	Rural
Francisco Morás	Agricultor	Dist. Xaxim	Rural
José Tonini	Agricultor	Dist. Xaxim	Rural
Francisco Cristofoli	Agricultor	Dist. Xaxim	Rural
José Gabrieli	Agricultor	Dist. Xaxim	Rural
Ângelo Matiolo	Agricultor	Dist. Xaxim	Rural
Avelino Lunardi Ozei	Agricultor	Dist. Xaxim	Rural
Carlos Locatelli	Comerciante	Dist. Xaxim	Rural
Antoninho Zanuzzo	Comerciante	Dist. Seara	Urbana
Antonio Barbiero	Comerciante	Vila de São Domingos	Urbana
Antonio J. Spadotto	Agricultor	Dist. Xaxim	Rural
João Dalla Cort	Agricultor	Dist. Xaxim	Urbana
Antonio Dalla Rosa	Agricultor	Dist. Xaxim	Rural
Erasmio Mantelli	Comerciante	Linha Bento-Cel. Freitas	Rural
Alberto Cella	Comerciante	Fer. Machado – Cel. Freitas	Rural
Ferdinando Catto	Comerciante	Linha Bento – Cel. Freitas	Rural
Vitório Alberti	Colonizador e comerciante	Dist. Cel. Freitas	Urbana
Albino Franciosi	Comerciante	Dist. Xaxim	Urbana
Carlos Bergamaschi	Agricultor	Dist. Xaxim	Urbana
Luiz Pavan	Agricultura	Dist. Xaxim	Rural
Fiorovante Pianta	Agricultura	Dist. Xaxim	Rural
Ângelo Foppa	Agricultura	Dist. Xaxim	Rural
Antonio Dal Molin	Agricultura	Dist. Xaxim	Rural
Gontran Winckler	Comerciante	Dist. Xaxim	Rural
Romano Macinhan	Comerciante	Joaçaba	Urbana
José Dal’Agnol	Comerciante	Dist. Xaxim	Urbana
Caetano Sbardeloto	Mecânico e comerciante	Dist. Xaxim	Urbana
Festeiros de honra	Profissão	Localidade	Zona
Serafin Bertaso	Colonizador, madeireiro, comerciante e industrial	Chapecó	Urbana
Luiz Lunardi	Colonizador, madeireiro, comerciante e industrial	Dist. Xaxim	Urbana
Festeiros	Profissão	Localidade	Zona
Afonso Pensin	Comerciante	Dist. Xaxim	Urbana
Alberto Lunardi	Colonizador, comerciante e industrial	Dist. Xaxim	Urbana
Domingos Lunardi	Colonizador, madeireiro e industrial	Dist. Xaxim	Urbana
Orestes Cauduro	Dentista prático	Dist. Xaxim	Urbana
Humberto Giotto	Industrial (fábrica de gasosa)	Dist. Xaxim	Urbana

Fontes: NARDI, Arnaldo Sergio. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 10 de ago. 2007; DAL BELLO, Carlos Alberto. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina, Xaxim, 16 de ago. 2007. PENSIN, Ema Inês Carletti. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 17 de ago. 2007; PENSIN, Luiz. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 17 de ago. 2007.

De acordo com os dados apresentados no quadro 1, percebe-se que em fevereiro de 1947 a estrutura social da comissão de padrinhos e festeiros da igreja matriz São Luiz Gonzaga, do distrito de Xaxim, constituída por noventa pessoas, ficou assim representada:

- a composição de gênero do grupo foi 100% masculina; as mulheres foram completamente alijadas no processo;
- quanto ao perfil profissional, sobressaíram-se os comerciantes, com 36,6% dos representantes, seguidos dos agricultores, com 26,6%; colonizadores, 15,5%; madeireiros, 12,2%; industriais, 12,2%; profissionais ligados ao Poder Judiciário, 5,5%; médicos 6,6%. Outras profissões como dois mecânicos, um moageiro, um ferreiro, um contabilista, um dentista, um ferreiro, um agrimensor, taxistas, entre outras, em conjunto, perfizeram um total aproximado de 15%. É válido lembrar que muitos acumulavam várias funções;
- o setor político regional ficou representado com 4,4%, mas estima-se que o percentual era maior, entretanto não foi possível identificar o número exato através das entrevistas obtidas;
- o setor urbano sobressaiu-se, com um percentual de 67,7%. Em 1950, segundo o censo, 89,7% da população do distrito de Xaxim vivia na área rural, ou seja, a população rural também foi alijada no processo. A concentração de renda acentuava-se no setor urbano, evidentemente privilegiado;
- em relação aos municípios, observa-se Chapecó com 15,5%; Joaçaba, com 1,1%; o distrito de Xaxim, com 66,6%; o distrito de Xanxerê, com 4,4%; o distrito de Coronel Freitas, com 4,4%; o distrito de Faxinal dos Guedes, com 1,1%, e Serafina Correa - RS com 2,2% de representação. Neste item, também é possível observar a pequena participação dos distritos que congregavam a paróquia desde 1940. Quilombo, Vargeão, Galvão, São Lourenço, Campo Erê e parte de Abelardo Luz, sequer são mencionados. Em detrimento de Chapecó, segundo colocado, do qual o distrito de Xaxim já havia se desvinculado eclesiasticamente ainda em 1940;
- atenta-se para os dois festeiros de honra: Serafim Bertaso, então prefeito de Chapecó, e Luiz Lunardi, vereador chapecoense, líder do Partido Social Democrático (PSD) no distrito de Xaxim, que em 3 de outubro de 1954 elegeu-se como o primeiro prefeito deste município. Ambos eram colonizadores, madeireiros e industriais, comprovação de que as elites econômicas, políticas e religiosas andavam de braços dados no período. Possuíam atribuições diferentes, mas comungavam o mesmo interesse: o progresso;
- chama atenção a presença de um único operário do frigorífico Diadema, que, segundo dados apresentados no capítulo três, já empregava dezenas de funcionários;

- a aproximação dos Lunardi, antigos proprietários da subcolonizadora Irmãos Lunardi, com a Igreja é constatada nos 11,1% de participação dos membros da família como padrinhos e festeiros, ocupando, desse modo, lugares privilegiados na hierarquia da elite religiosa local.

A igreja matriz São Luiz Gonzaga teve suas obras iniciadas em 1947. Nessa época, os párocos, frei Bruno Linden e Flávio Kneipp, administravam a obra, juntamente com os fabriqueiros, e mobilizavam grandes mutirões para a construção do templo. Os administradores também solicitavam doações em toda a paróquia. A igreja foi inaugurada em 6 de janeiro de 1951, com a presença do bispo de Palmas dom Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Mello.⁴⁵⁰

A paróquia São Luiz Gonzaga de Xaxim, criada ainda em 21 de novembro de 1940 e que abrangia os atuais municípios de Xanxerê, São Domingos, Quilombo, Faxinal dos Guedes, Vargeão, Galvão, São Lourenço, Campo Erê e parte de Abelardo Luz, estava sob o domínio das autoridades eclesiásticas de Palmas. Apenas em 1960, com a criação da diocese de Chapecó, separou-se a região oeste de Santa Catarina do domínio paranaense.⁴⁵¹

As figuras 33 e 34 contemplam a igreja matriz. Segundo Silvestrin, foi escolhido o padroeiro São Luiz Gonzaga em homenagem ao colonizador Luiz Lunardi.⁴⁵² Atenta-se para o detalhe de que a paróquia de Alfredo Chaves, região de migração da família Lunardi, também se chamava São Luiz Gonzaga.⁴⁵³ “Na opinião dos pioneiros, São Luiz Gonzaga foi escolhido porque era jovem e corajoso, com fé e esperança para progredir. Era um exemplo para que, em tempos difíceis, ninguém temesse o trabalho”.⁴⁵⁴ Observa-se portanto, o discurso apologético de “fé e trabalho” geralmente representado na cultura ítala.

⁴⁵⁰ Paróquia São Luiz Gonzaga - Xaxim, Livro de tombo 1, p. 1-28.

⁴⁵¹ Paróquia São Luiz Gonzaga - Xaxim, Livro de tombo 1, p. 1.

⁴⁵² Cf. SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 278.

⁴⁵³ *Ibidem*, p. 109.

⁴⁵⁴ PAROQUIA SÃO LUIZ GONSAGA. *A verdadeira igreja acontece nos corações: 1940-2001*. Xanxerê: New Print, dez, 2001.

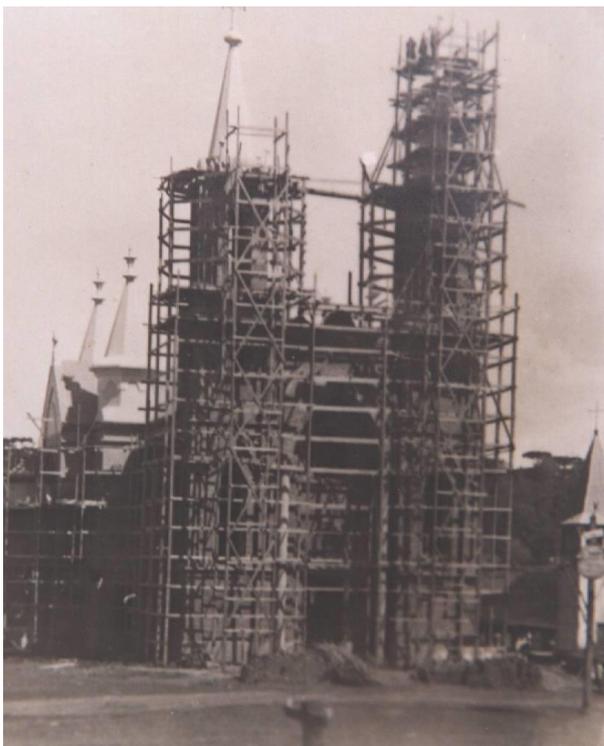


Figura 33. Templo em construção (1948)
Fonte: Acervo de Donatila Rotava Tomazelli.

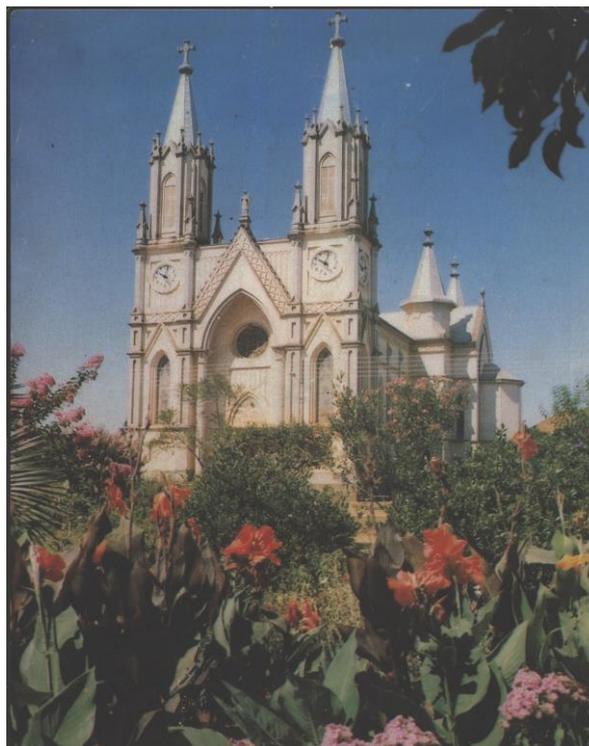


Figura 34. Igreja matriz São Luiz Gonzaga, Xaxim. Arquitetura gótica, torres em forma de castelinho, arcos ogivais, janelas grandes e numerosas ostentando vitrais coloridos, relógios nas torres; em frente, na praça central, arbustos e flores coloridas (1980)
Fonte: Acervo de Nelsi Maria Carletti Chitolina.

De acordo com Arlene Renk, para os colonos era importante assegurar a presença do clero nas novas colônias. Por outro lado, acompanhando o processo de construção da igreja matriz, tomando-se por base a análise do quadro 1, percebe-se o alijamento dos caboclos e das classes subalternizadas no evento organizado em 1947. Na visão da autora, os caboclos sofreram uma desestruturação na rede de sociabilidade dos seus padrões culturais, pois o “idioma religioso” era acionado para marcar a distância social dos grupos brasileiros e italianos.⁴⁵⁵

Muitas pessoas da comunidade empenharam-se para a construção da igreja na antiga fazenda Rodeio Bonito, como caboclos, políticos, comerciantes, colonizadores, agricultores, além de outros, motivados por interesses diferentes. Contudo, é possível encontrar um significado em comum, na análise social de Peter Berger: “Toda a sociedade está empenhada na empresa nunca completada de construir um mundo de significados humanos.”⁴⁵⁶

⁴⁵⁵ Cf. RENK, Arlene. A religião como idioma da identidade faccional entre brasileiros no oeste catarinense. In: TEDESCO, Adair. *O peso da cruz: conquista e religião*. Chapecó: Unoesc, 1993, p. 12-13.

⁴⁵⁶ Cf. BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985, p. 112.

4.4 O cultivo da fé

Nos primeiros anos da colonização do oeste, assim como na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, a ausência de sacerdote, obrigaria a instituição de um padre leigo. “O padre leigo tratava-se de uma construção local e nacional de um catolicismo que muito pouco tinha a ver com a Itália”.⁴⁵⁷ Para Maestri, “o padre leigo italiano correspondia a velha tradição brasileira de autogestão das atividades religiosas nos sertões desprovidos de sacerdotes.”⁴⁵⁸

O padre leigo era escolhido por suas evidentes virtudes morais e religiosas. Normalmente, passava a ser também “fabriqueiro”, era o homem mais respeitado da vila, cabendo-lhe as decisões mais importantes, como resolver contendas entre os migrantes, organizar festas ou fazer qualquer outro movimento em âmbito social.⁴⁵⁹

Na antiga Rodeio Bonito, a experiência dos padres leigos foi vivenciada durante vinte anos, contados após a colonização, pois data de 1940 a chegada do primeiro padre residente no distrito de Xaxim.⁴⁶⁰ No período anterior, os padres eram itinerantes e usavam muares como meio de locomoção.

De acordo com Artur César Isaia, os descendentes de europeus, enquanto ainda viviam no Rio Grande do Sul, presenciaram a ascendência da figura do padre sobre as populações coloniais. É possível afirmar que a Igreja Católica socializava seus princípios pelo controle de uma rede educacional ímpar no Brasil e pela existência de uma imprensa católica de vulto, onde desfrutava de uma absoluta hegemonia sobre a sociedade civil, o que lhe possibilitava exercer pressão considerável sobre a formação das elites políticas e econômicas.⁴⁶¹

Na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, a capela e o padre desempenharam igualmente papel de lócus de poder. Para o colono, estar ligado à Igreja e ao sacerdote era forma de expressar e de ampliar seus poderes econômicos, políticos e sociais. Normalmente, os fabriqueiros, isto é, os responsáveis pela construção e administração das capelas, eram os colonos de maior influência, sobretudo econômica, na comunidade, fenômeno registrado magistralmente no romance *O quatrilho*, de José Clemente Pozenato.⁴⁶²

Os fabriqueiros, auxiliados pelo poder religioso, ficavam muitas vezes responsáveis pela construção, conservação e embelezamento da capela, além da coleta de recursos para o

⁴⁵⁷ CORTEZE, *Ulisses va in America...* 2002, p. 172.

⁴⁵⁸ MAESTRI, *Os senhores da Serra...* 2005, p. 99.

⁴⁵⁹ Cf. TEDESCO, *Um pequeno grande mundo...* 2001, p. 61.

⁴⁶⁰ Paróquia São Luiz Gonzaga - Xaxim, Livro de tomo 1, p. 6.

⁴⁶¹ Cf. ISAIA, Artur César. *Catolicismo e autoritarismo: no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipursc, 1998, p. 19.

⁴⁶² Cf. POZENATO, JOSÉ Clemente. *O quatrilho*. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995, p. 153, apud: CORTESE, *Ulisses va in America...* 2002, p. 143.

templo, pela promoção dos contatos públicos com povoados próximos, da resolução de conflitos, das rupturas e fraudes entre famílias e vizinhos.⁴⁶³ Todavia, nem tudo era harmonia, pois havia muitos conflitos no âmbito do poder local e nas decisões mais importantes.

A autoridade do padre e dos fabriqueiros expressava-se nas normas comunitárias de âmbito econômico, do lazer, religioso, do prestar socorro, na pertinência da família, na ética, na preservação do trabalho agrícola e na interação social.⁴⁶⁴

Com o apoio das elites, a fé, considerada uma abstração, um valor, uma idéia, materializou-se na construção das capelas e das igrejas. No oeste catarinense, no período da colonização a Igreja Católica penetrou na tessitura social de maneira hegemônica. Muitos autores que historiaram a região deixaram clara essa idéia, como Eunice Sueli Nodari, “no oeste as comunidades étnicas alemã e italiana e a sua manutenção tinham como aspectos referenciais a família, a igreja e a escola. Todavia, era em torno desta tríade que girava, em princípio, a vida sócio-cultural e mesmo econômica e política”.⁴⁶⁵

Ignorando todas as pretensões da Igreja Católica como instituição e voltando o olhar para os fiéis, percebe-se que, enquanto eles se empenhavam para a construção do templo, buscavam, “inevitavelmente, uma atividade exteriorizante. No decorrer da exteriorização os homens conferem significados à realidade”.⁴⁶⁶

A igreja-templo legitimava a religião, infundindo um *status* ontológico de verdade suprema, isto é, situando a Igreja num quadro de referência sagrado e cósmico. Servia, assim, para manter a realidade daquele mundo socialmente construído no qual os homens existem nas suas vidas cotidianas.⁴⁶⁷ Pode-se dizer, portanto, que a religião desempenhou uma parte estratégica no empreendimento humano da construção de mundo. A religião representa o ponto máximo da auto-exteriorização do homem, pela inclusão dos seus próprios sentidos sobre a realidade.⁴⁶⁸

No oeste de Santa Catarina, assim como nas Colônias Velhas do Rio Grande do Sul, a Igreja Católica teve um papel essencial no processo de colonização e exerceu uma forte influência na vida cultural e social, delineando regras de convívio e de valores compartilhados pela sociedade. Em ambas as regiões, as normas da Igreja somente perderam força em virtude de diversos fatores dinamizados a partir da década de 1950, tais como escassez de terra, mecanização da produção, capitalização da agricultura e deslocamento da autoridade e da

⁴⁶³ Cf. TEDESCO, *Um pequeno grande mundo...* 2001, p. 50.

⁴⁶⁴ *Ibidem*, p.59.

⁴⁶⁵ NODARI, *A renegociação da etnicidade...* 1999, p. 161.

⁴⁶⁶ BERGER, *O dossel sagrado...*1985, p. 40.

⁴⁶⁷ Cf. *Ibidem*, p. 50-54.

⁴⁶⁸ BERGER, *op. cit.*, p. 41.

função efetiva do sacerdote. Então, o padre, que congregava múltiplas funções, foi substituído pelo gerente do banco, pelo médico, pela televisão, pelo juiz e pelo professor.⁴⁶⁹

Nesse mesmo sentido, Manfrói escreve que nas novas colônias fundadas no Planalto Setentrional, no oeste catarinense e sudoeste paranaense o comerciante exercia um papel determinante na criação de novos núcleos, na construção de capelas e na organização da vida social da localidade; assim, esta figura foi, aos poucos, ofuscando a do padre na liderança da comunidade, sem, contudo, confundirem suas funções. O progresso das colônias, a abertura de estradas de rodagem, a função das cooperativas e outros fatores contribuíram para o enfraquecimento e quase desaparecimento dessa figura lendária.⁴⁷⁰

Também no interior de Santa Catarina, nos tempos da colonização, o padre tinha funções que iam além das pregações eclesiais. Da mesma forma como nas Colônias Velhas, os sacerdotes aconselhavam, dirimiam disputas, representavam as comunidades diante das autoridades, constituíam veículos de transmissão entre a comunidade e o Estado. E também ali, com o passar do tempo, a crise da religiosidade e do papel social do sacerdote foi conseqüência das profundas transformações econômico-sociais vividas nas últimas décadas, decorrentes do fortalecimento das relações de produção e do mercado capitalista.⁴⁷¹

Assim, o imaginário cristão, influenciado pelo crescimento econômico contínuo durante os anos de 1950 em diante, enriqueceu muitas categorias sociais. A antiga tríade lembrada por Nodari, *família, igreja e escola*, sofreu rupturas. “A nova tríade *casa ‘decente’, carro* (mesmo modesto) e *televisão*, acompanhada pela Previdência Social e por analgésicos eficientes”, e acrescenta-se a tecnologia digital, provocou inovações constantes na história da Igreja e de seus seguidores.⁴⁷²

4.5 Colonização e educação

Nas primeiras décadas do século XX, no oeste catarinense a educação foi um elo entre o Estado e a Igreja. Oficialmente, a primeira Constituição Republicana estabeleceu a separação entre as duas instituições, mas não tardou para que se unissem novamente, ambas com interesses distintos e com alvos em comum: os imigrantes de descendência européia e seus descendentes.

⁴⁶⁹ Cf. VANNINI, *O sexo, o vinho e o diabo...* 2003, p. 120-170.

⁴⁷⁰ Cf. MANFROI, *A colonização italiana no Rio Grande do Sul...* 1975, p. 190.

⁴⁷¹ Cf. MAESTRI, *Os senhores da Serra...* 2005, p. 130.

⁴⁷² VINCENT, Gerard. Os católicos: o imaginário e o pecado. *História da vida privada: da primeira guerra aos nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 5, 2003, p. 401.

No período assinalado, “[...] a Igreja assumiria um papel relevante no processo de nacionalização. A estrutura de poder político-religioso reclamava por uma sociedade homogênea em termos de língua, costumes, religião e território”.⁴⁷³ O projeto nacionalizador operava principalmente nos núcleos estrangeiros, dos quais a “brasilidade era um conceito em construção, abalizado pelos preceitos morais e tradicionalmente cristãos”.⁴⁷⁴

Assim, enquanto os migrantes viviam nas Colônias Velhas do Rio Grande do Sul foram arregimentados por meio das colonizadoras pelos “compradores através de propagandas que enfatizavam a construção de núcleos homogêneos do ponto de vista ético e confessional”.⁴⁷⁵ Para Werlang, “essa divisão étnica, além de evitar conflitos, facilitou a organização das comunidades principalmente na implantação de escolas e igrejas”.⁴⁷⁶

Arlene Renk também propõe a leitura a respeito das colonizações confessionais católicas vistas como uma reação à separação entre Igreja e Estado ocorrida com a proclamação da República. Nesse sentido, observa-se o recrutamento de migrantes para a construção de núcleos homogêneos do ponto de vista étnico e confessional:

O núcleo colonial de Porto Novo (atual Itapiranga), sob orientação dos padres jesuítas e de uma associação católica, foi destinado exclusivamente aos alemães católicos; Porto Feliz (atual Mondai), como colônia-filha de Neue Wurttemberg, estava voltado aos alemães luteranos. [...] aos alemães luteranos destinou Palmitos e Cunha Porã e aos alemães católicos planejou São Carlos e Saudades; os italianos (católicos) foram encaminhados para Caibi. Outras colonizadoras, se não de todo obedeceram a procedimento similar.⁴⁷⁷

A subcolonizadora Irmãos Lunardi, responsável pela colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito, recrutou, sobretudo, descendentes de italianos católicos. Nos núcleos confessionais instalados na região oeste, a Igreja consolidou sua autonomia pela “difusão educacional pela criação de escolas paroquiais ou comunitárias, criadas por sua influência ou iniciativa. Inseria-se em diversas regiões, como as ocupadas pelos migrantes e estabelecia bases cristãs ao ensino, que por lei deveria ser laico”.⁴⁷⁸

⁴⁷³ SOUZA, Rogério Luiz. Uma raça mista, uma sociedade homogênea: o projeto étnico do catolicismo em Santa Catarina. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n.7, p.78, 1999.

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p. 79.

⁴⁷⁵ RENK, Arlene. Algumas interpretações: o conhecimento do território e a Bandeira Konder. In: *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina; documentos e leituras/ Centro de Memórias do Oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Argos, 2005, p. 116.

⁴⁷⁶ WERLANG, Alceu Antônio. Colonização ítalo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa no oeste de Santa Catarina; a atuação da Cia. Territorial Sul Brasil. *Cadernos do Ceom*, Chapecó, ano 13, n. 11, p. 11 - 55, ago. 1999.

⁴⁷⁷ RENK, op. cit., p. 119.

⁴⁷⁸ RADIN, *Companhias colonizadoras em Cruzeiro...* 2006, p. 170.

Paralelamente ao processo colonizador empreendido no oeste, a Igreja valeu-se das instituições educacionais como veículos para a romanização. Segundo Isaia, o catolicismo romanizado que controlava as decisões na figura do papa reforçava a autoridade do bispo sobre a diocese, cuja forma de pensar, de posicionar-se frente aos problemas e encarar sua atividade episcopal tinha um poder decisivo e definidor.⁴⁷⁹

No mesmo recorte temporal da romanização, iniciou-se “o processo de modernização da sociedade em nível sócio, econômico e cultural, o que significava a europeização e ficavam envolvidas, sobretudo, as camadas médias e as elites dirigentes”.⁴⁸⁰ No distrito de Xaxim, o envolvimento das elites dirigentes ficou evidente no estudo apresentado no quadro 1 que trata sobre a estrutura social da comissão de padrinhos e festeiros da igreja matriz São Luiz Gonzaga.

Nesse período “o catolicismo, por razões intrínsecas a sua tradição, procurou manter vigorosamente uma postura de resistência incondicional em face da secularização e do pluralismo.”⁴⁸¹ No processo colonizador, a difusão da secularização, um fenômeno global, não foi uniforme na região oeste. As características peculiares da região, que abrangia uma área rural composta por pequenos comerciantes e, principalmente, por católicos, foram fatores que diminuíram o impacto da secularização, ao menos até a primeira metade do século XX.

Desse modo, pode-se afirmar que o sistema educacional implantado simultaneamente à colonização contribuiu para “o entrincheiramento do catolicismo em subculturas dentro de uma sociedade maior”.⁴⁸² As instituições educacionais funcionavam como fortalezas católicas a serem defendidas contra o processo de modernização e, em relação ao Estado, contribuía para o processo de nacionalização empreendido durante o Estado Novo.

Para a fração católica da antiga fazenda Rodeio Bonito, a área estava subordinada eclesialmente à diocese de Palmas.⁴⁸³ Entretanto, o veículo de propagação do catolicismo romanizado, efetivava-se ainda nas Colônias Velhas do Rio Grande do Sul, por meio das companhias colonizadoras.

A Igreja mobilizava as comunidades e, paralelamente, difundia o referencial cristão romanizador, moderno e patriótico. Por isso, as escolas paroquiais figuraram nesse momento

⁴⁷⁹ Cf. ISAIA, *Catolicismo e autoritarismo...* 1998, p. 17.

⁴⁸⁰ RADIN, *Companhias colonizadoras em Cruzeiro...* 2006, p.170.

⁴⁸¹ BERGER, *O dossel sagrado...* 1985, p.179.

⁴⁸² *Ibidem*, 178.

⁴⁸³ Cf. RENK, *Algumas interpretações...* 2005, p. 118.

como instituições de reorientação do paradigma cristão por meio da catequização e do controle das mentes e dos corpos através da escolarização.⁴⁸⁴

Principalmente entre as décadas de 1930 e 1950, propagaram-se pelo sul do Brasil estabelecimentos de ensino subordinados à Igreja. Inserindo-se nesse contexto, em 1942, no distrito de Xaxim, as irmãs da Congregação Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, migradas de Erechim - RS passaram a atuar como educadoras na sede do distrito, instaladas numa casa cedida pela comunidade. Entre 1943 e 1946, época do território do Iguazu, a escola chamava-se “Escola Territorial Municipal de Xaxim”, com a denominação “Duque de Caxias”. Com o fim do território do Iguazu, denominou-se “Gomes Carneiro”.⁴⁸⁵

Em 1950, com a inauguração do Colégio Imaculado Coração de Maria, casa das irmãs, as aulas passaram a ser ministradas neste local; em 1953 foi inaugurado o prédio próprio do Grupo Escolar Gomes Carneiro. Por mais duas décadas, as irmãs continuaram atuando como professoras.⁴⁸⁶ No imaginário dos colonizadores e dos migrantes, os educandários católicos eram representações simbólicas do “progresso”; por outro lado, simbolicamente, eram veículos do clero e do Estado para expandirem ideologias políticas, culturais e religiosas.



Figura 35. Inauguração do Colégio Imaculado Coração de Maria e casa das irmãs da Congregação Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora (7 set. 1950)

Fonte: Acervo da igreja matriz São Luiz Gonzaga, Xaxim.

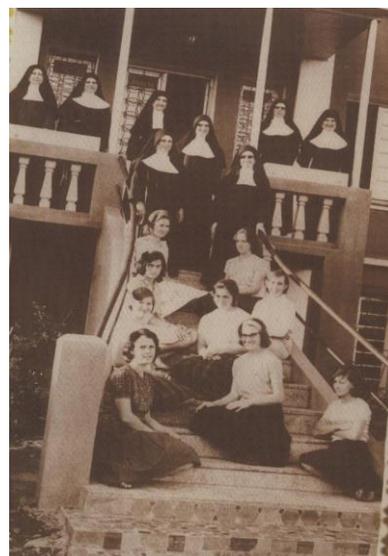


Figura 36. Escadaria principal do Colégio Imaculado Coração de Maria [s.d.]

Fonte: Acervo da igreja matriz São Luiz Gonzaga, Xaxim.

⁴⁸⁴ Cf. SOUZA, Uma raça mista... 1999, p. 79.

⁴⁸⁵ HISTÓRIA GOMES CARNEIRO. Xaxim, [S.n.t.].

⁴⁸⁶ Ibidem.

O terreno para a construção da igreja matriz e para o colégio das irmãs foi doação da família Lunardi. Uma prática usada por todas as colonizadoras no oeste catarinense foi a doação de terrenos, de madeira ou de material para a construção de igrejas e escolas. Essa ação não representava um custo significativo para as companhias, considerando que a falta de escolas e igrejas seria prejudicial para os seus interesses econômicos, por desestimular a atração de migrantes e constituir-se em obstáculo ao progresso local.⁴⁸⁷

4.6 Singelos recursos

Apesar do interesse da Igreja, sem apoio efetivo do Estado, na antiga fazenda Rodeio Bonito, a comunidade assumiu a responsabilidade em relação à educação, o que se repetiu em quase todo o oeste catarinense. As características apontadas pela historiadora Jussara Della Flora ao referir-se às escolas em São José do Cedro, também foram realidade em outras áreas da região oeste, onde, por longos anos, os recursos alocados para a educação eram mínimos. Professores e alunos conviviam com dificuldades materiais e didáticas de toda ordem, como pouco espaço físico, salas multisseriadas, falta de material didático, dificuldades econômicas e grandes distâncias.⁴⁸⁸

Zeferina Pallaoro Locatelli, professora, nascida em 19 de abril de 1915, que migrou em 1943 de Encantado - RS, para o oeste catarinense e iniciou suas atividades docentes na linha Golfo, mais tarde em Anita Garibaldi, Lajeado Grande e no distrito de Xaxim, comentou sobre o cenário escolar dos primeiros tempos da colonização:

Não tinha escola nem nada, bastante crianças, tudo sem saber ler e escrever. O povo construíram uma escola de madeira serrada a mão e coberta de tabuinha, na frente sala de aula, atrás num puxado, a cozinha e em cima os quartos de dormir. A comunidade construiu a escola e fornecia casa para o professor morar.⁴⁸⁹

A entrevistada segue relatando cenas do cotidiano:

Nos primeiros tempos tinha 40 alunos. Só tinha a primeira série porque ninguém sabia nada. Naqueles tempos os alunos escreviam em lousas com lápis especial ou com pedra. A professora tinha que ensinar até como pegar o lápis. Bancos grandes. Não tinha as mordomias de hoje, quando eram mais adiantados escreviam com tintas e os

⁴⁸⁷ Cf. RADIN, *Companhias colonizadoras em Cruzeiro...* 2006, p. 184.

⁴⁸⁸ Cf. DELLA FLORA, *Rosas na coroa, pranto na vida...* 2005, p. 89.

⁴⁸⁹ LOCATELLI, Zeferina Pallaoro. Entrevista citada.

outros lápis e lousa, com caneta de pedra. Nos bancos sentavam até oito, sorte que me obedeciam. Hoje é mordomia, um banco pra cada aluno. Meu Deus!⁴⁹⁰

A professora Zeferina contou sobre os vencimentos: “Eu ia uma vez por mês levar o movimento mensal a Chapecó para receber. Não tinha ônibus, nem carro, nem nada. Ia a cavalo, as estradas eram boas. Saía de manhã escuro e voltava à noite escuro”.⁴⁹¹

Depois de quatro anos na linha Golfo, ela foi para Lajeado Grande. Em relação a essas comunidades, relatou sobre a distância percorrida para chegar à escola, o número de alunos e a forma como ministrava as aulas:

Os alunos vinha de longe. Da linha Chenet, vinha sete ou oito quilômetros. E não tinha lanche. Tinha pão, batata ou trazia uma fatia de polenta. As salas de aula eram espaçosas com bancos grandes. Alunos de quatro séries, quadronegro e mesinhas eram os acessórios. Trabalhava primeiro com uma turma depois com a outra, e assim sucessivamente. Quem me explicou como trabalhar foi o Antônio Ildecot de Encantado - RS. Ainda aos domingos, em todos os lugares que trabalhei, quem preparava as crianças para a primeira eucaristia era a professora. Se a professora não ia um domingo ensinar catequese o padre já falava na igreja. Às duas horas no domingo tinha que estar na igreja ensinando catequese. O ordenado era tão pouco e se trabalhava tanto. De segunda-feira ao sábado, nada de sábado livre e no domingo catecismo. Só tinha os principais feriados.⁴⁹²

Sobre a avaliação Zeferina acrescentou: “Dava tema de casa, na lousa e no caderno, tinha que dar. Faziam a lição de cor, no dia dos exames, era no quadro e de cor ou no mapa e de cor, nada das facilidades de hoje”.⁴⁹³

Em perspectiva semelhante às do distrito de Xaxim, todo o oeste de Santa Catarina, no processo de colonização, refletia a realidade social de comunidades carentes em recursos educacionais; longas distâncias a percorrer para chegar à escola, professores limitados na formação e malremunerados, além de recursos didáticos singelos. A própria obrigatoriedade da catequese inseria a comunidade católica no referencial cristão-romanizador. “Havia um entendimento que um *professor paroquial* era *agente de confiança* e sua atividade vista como *missão catequizadora*, de forma a completar a feita pelo clero.”⁴⁹⁴

⁴⁹⁰ LOCATELLI, Zeferina Pallaoro. Entrevista citada.

⁴⁹¹ LOCATELLI, Zeferina Pallaoro. Entrevista citada.

⁴⁹² LOCATELLI, Zeferina Pallaoro. Entrevista citada.

⁴⁹³ LOCATELLI, Zeferina Pallaoro. Entrevista citada.

⁴⁹⁴ RADIN, *Companhias colonizadoras em Cruzeiro...* 2006, p. 185.

O capítulo que se finda abordou aspectos do catolicismo popular e do catolicismo oficial, evidenciando as peculiaridades, as semelhanças e as diferenças de ambos os credos. Também analisou a linearidade capela, igreja e paróquia, relatando que no núcleo caboclo de Passo do Xaxim, no período que precedeu a colonização, já existia uma capela, mais tarde, 1925, foi construída a casa comercial Irmãos Lunardi que também foi usada como capela. Em 1929, em sistema de mutirão, edificou-se a primeira capela dos migrantes sul-rio-grandenses, substituída por outra maior em 1939. Um ano depois, constituiu-se a paróquia São Luiz Gonzaga e de 1947 a 1951 foi construída a igreja matriz São Luiz Gonzaga.

Observou-se também que a romanização e a nacionalização, propagadas simultaneamente ao processo de colonização e promovidas pelos educandários religiosos, objetivavam qualificar a população para a modernidade e a brasilidade idealizadas pelo Estado, mas com a garantia do credo católico ensejado pelas autoridades clericais.

No processo colonizador oestino, a educação esteve a serviço da Igreja e do Estado, cada um garantindo seu espaço e suas vantagens na parceria. Convém salientar que, sobre esse período, a historiografia regional é carente em pesquisas qualitativas e quantitativas que permitam interpretar com mais nitidez o imbricamento entre a colonização e a educação.

Além disso, as questões religiosas, educacionais e políticas ganhavam evidência em razão das necessidades desencadeadas pelo processo colonizador, com destaque aos interesses dos colonizadores. No entanto, os antigos proprietários da subcolonizadora Irmãos Lunardi, ou seus descendentes, entrelaçados com as forças econômicas mais expressivas do então distrito de Xaxim, perseguiriam a autonomia política da antiga fazenda Rodeio Bonito, para alcançar o estágio idealizado de progresso, assunto a ser abordado no capítulo cinco.

5 A FORMAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DA ANTIGA FAZENDA RODEIO BONITO E OS COLONIZADORES

Este capítulo investiga a formação jurídico-administrativa da antiga fazenda Rodeio Bonito e suas múltiplas correlações. O período analisado inicia em 1920, com a aquisição da fazenda pela subcolonizadora Irmãos Lunardi, e finaliza em 1954, com o desmembramento de Xaxim do “Velho Chapecó”.

Lançam-se olhares à demografia, à formação jurídico-administrativa da antiga fazenda, à formação partidária, aos quadros eleitorais da década de 1950 e aos candidatos aos cargos eletivos das eleições de 3 de outubro de 1954. Busca-se evidenciar traços quantitativos e qualitativos comuns da elite política, representada principalmente pelos colonizadores, além dos demais candidatos vitoriosos nessa eleição.

O capítulo foi constituído com base em antigas atas, diários oficiais, biografias, mapas, e outras fontes, muitas delas dispersas e de difícil acesso, coletadas graças a relações de amizade e por meio de obras citadas nas referências bibliográficas.

Atenta-se para a importância da compreensão do processo jurídico-administrativo da antiga fazenda Rodeio Bonito no conjunto da pesquisa, uma vez que expõe a personificação dos objetivos almejados pelos colonizadores, que buscaram, com a emancipação, a centralização do poder político diretamente vinculado à concentração de renda.

5.1 Passo do Xaxim

Nos anos que antecederam 1920, os termos “Passo do Xaxim” e “Pouso do Xaxim” foram usados por tropeiros que transitavam pelo sul do Brasil, segundo memória oral, pois não foram encontradas fontes documentais para confirmar essa nomenclatura.

Também há citações desses termos em *Lunardi (Totari)*, de Alvírio Silvestrin, quando explica “que não havia tempo a perder porque, quando o topógrafo chegasse, eles precisavam estar em Pouso do Xaxim”.⁴⁹⁵ Mais adiante, ao referir-se à criação do distrito de Paz de Hercílio Luz, em 7 de janeiro de 1921, o autor escreve que a sede distrital era denominada povoado de “Passo do Xaxim”. A historiadora Maria de Oliveira, ao ser consultada sobre os termos “Passo do Xaxim” e “Pouso do Xaxim”, relatou:

Aqui na verdade era passagem de tropeiros. Eles saíam de Guarapuava, Palmas e passavam por Abelardo Luz, Xanxerê, Xaxim, Goio-En a Passo Fundo. O destino era Passo Fundo. Normalmente desciam com mulas e voltavam com gado vacum. Algumas vezes eles voltavam por aqui ou voltavam pelos campos de Lages. Em casa a comunicação com a família eles diziam, por exemplo: em dez dias estaremos pousando em Passo do Xaxim, que assim era chamado onde eles pousavam. Pertinho tinha uma queda d’ água muito boa, que eles davam água para as mulas e ali perto tinha muita samambaia, vegetação nativa de xaxins. Pousaremos em Passo do Xaxim. Começou a se confundir com Pouso do Xaxim. A confusão começou a se juntar entre os caboclos, que era o pessoal que vivia em Passo do Xaxim.⁴⁹⁶

De acordo com as evidências, o topônimo Passo do Xaxim sincronizava-se com o topônimo Pouso do Xaxim. No período em que o povoado se chamava de Passo do Xaxim ou Pouso do Xaxim, era um núcleo caboclo decorrente do comércio tropeiro. No passado essa região pertenceu ao Vice-Reino do Prata – Espanha; passando mais tarde ao Brasil, à província de São Paulo, a do Paraná e finalmente para o estado de Santa Catarina.

Em 1853 o Paraná constituiu-se numa nova província, desmembrada da de São Paulo; ao sul, a jurisdição paranaense estendia-se até o rio Uruguai, ou seja, o “Velho Xaxim”, desmembrado do distrito de Passo Bormann, antes de pertencer a Santa Catarina, estava

⁴⁹⁵ Cf. SILVESTLIN, *Lunardi...* 2003, p. 219 - 220.

⁴⁹⁶ OLIVEIRA, Maria. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 26 jan. 2007.

inserido ao território de Palmas, que por sua vez, havia pertencido para à província de São Paulo.⁴⁹⁷

Com o final da Guerra do Contestado ocorreu em Santa Catarina nova organização administrativa. Em 25 de agosto de 1917 foi criado o município de Chapecó, cuja sede municipal passou a ser a povoação de Passo Bormann, que se constituía num antigo distrito do município de Palmas, conhecido desde o século XIX, como Passo do Carneiro (mais tarde Passo Bormann).⁴⁹⁸

Para compreender o processo histórico da formação jurídico-administrativa da antiga fazenda Rodeio Bonito é importante observar as ocupações demográficas que se fizeram presentes na região em diferentes períodos.

5.2 Ocupação territorial

No período em que a fazenda Rodeio Bonito integrava o núcleo caboclo denominado de Passo do Xaxim, juridicamente, pertencia aos campos de Palmas. Segundo Wilmar da Rocha D'Angelis:

Quando a dominação oficial fala dos Campos de Palmas está se referindo, sobretudo, ao atual oeste de Santa Catarina. Por extensão, Palmas passou a designar a região, sobretudo, após 1855, ano da criação da Freguesia (Paróquia) de Palmas. A Freguesia de Palmas ia até os limites da Província do Paraná com a de São Pedro do Rio Grande do Sul, ou seja, o rio Uruguai; a Oeste, ia até os limites (então indefinidos) com a Argentina, (que o Brasil pleiteava situar os rios Peperi-guaçu e Santo Antônio).⁴⁹⁹

A figura 37 traz o mapa que representa a área referenciada pelo autor e contempla a divisão administrativa de Santa Catarina em 1907. Somente com a solução do litígio entre Santa Catarina e o Paraná na Questão do Contestado, celebrado em 1916, é que o estado de Santa Catarina constituiu a geopolítica contemporânea.

⁴⁹⁷ Cf. ALBA, Rosa Salete. *Introdução ao estudo de geografia de Santa Catarina*. Chapecó: Unochapecó, 2003, p. 6.

⁴⁹⁸ Cf. BELLANI, Eli Maria. *Vereador: no Poder Legislativo de Chapecó - SC*. Chapecó: Grafopel Serviços Gráficos, 2003. p. ver capítulo II.

⁴⁹⁹ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: Centro de Organização Sócio-Cultural do Oeste: *Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de Ceom*. Chapecó: Unoesc, 1995, p. 161.

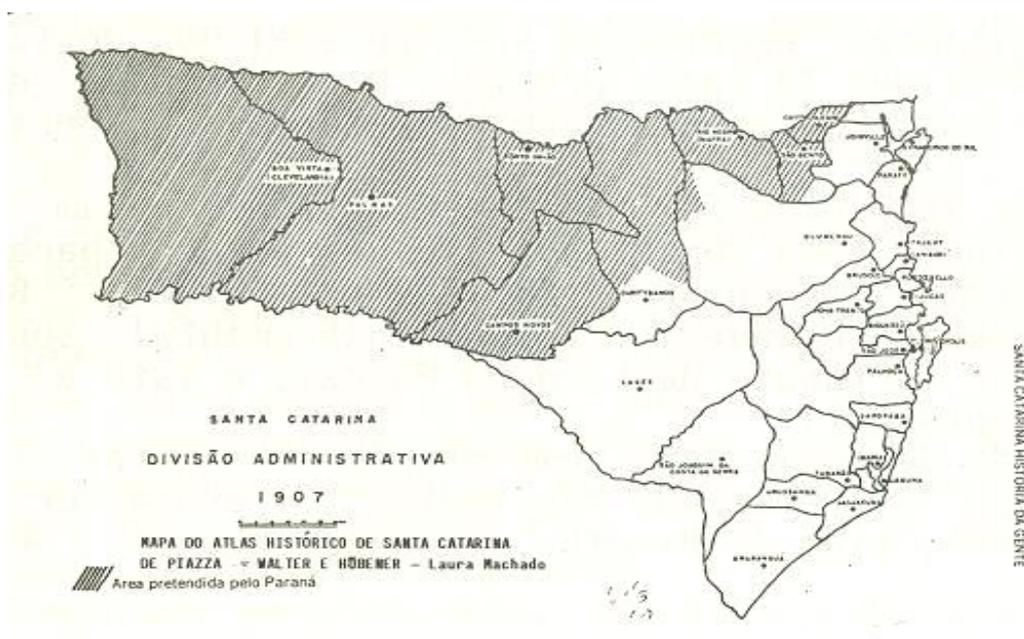


Figura 37. Município de Palmas, divisão administrativa catarinense (1907)

Fonte: PIAZZA, Walter.; HUBRMER, Laura Machado. *Mapa do Atlas histórico de Santa Catarina. [Florianópolis]: departamento de Geografia e Estatística, 1907.*

Em diversas regiões do sul do Brasil, em consequência da economia tropeira, formaram-se núcleos caboclos ao longo dos caminhos por onde transitavam as tropas e seus condutores. Assim surgiu o ponto de pouso Passo do Xaxim, localizado na fazenda Rodeio Bonito, que em 1920 foi comprada pela Irmãos Lunardi da Bertaso Maia & Cia.

Nessa região a ocupação do espaço se deu, primeiramente, pelos indígenas do grupo Jê Meridional (atuais Kaingang e Xokleng), que foram expulsos de suas terras quando estas foram “conquistadas/usurpadas” pelos fazendeiros no século XIX e também pela ação das colonizadoras.⁵⁰⁰ Além dos indígenas, os caboclos também ocuparam a área ao integrarem a frente agrária e pecuarista.

Por outro lado, a colonização por descendentes de poloneses, alemães e, sobretudo, italianos deu-se através de políticas do Estado, desencadeadas desde o Império e impulsionadas nas primeiras décadas da República. Noutros termos, pode-se dizer que no processo colonizador existiam interesses entrelaçados entre as forças econômicas regionais, estaduais, nacionais e internacionais, além da necessidade dos migrantes, que buscavam melhores condições de vida em novas terras.

Os indígenas que viviam no oeste catarinense antes da colonização foram expulsos pelo movimento “civilizador” e “modernizador”, assim como os caboclos que

⁵⁰⁰ Cf. RENK, *Migrações...* 1999, p. 10.

havia se deslocado de outros pontos do território nacional para essa região. “Dentre estes caboclos alguns vieram para a Colônia Militar de Xaçupé; outros eram escravos fugitivos e outros foram expulsos das antigas *fazendas de criar* [...]. Vieram explorar erva-mate e madeira. Esse era o seu chão.”⁵⁰¹

Essas pessoas foram alijadas do processo colonizador, porque “não tinham papel, não tinham certidão de nascimento, de casamento, nem o tal do alistamento militar. Logo, não existiam perante o governo e tão pouco podiam ‘provar’ que eram os donos das terras”.⁵⁰²

Os caboclos não tinham garantido “o primeiro grande instituto da juridicidade moderna, o direito da propriedade, simbolizando uma forma de poder qualificado como absoluto, exclusivo e perpétuo”.⁵⁰³

Assim, os caboclos foram subalternizados, pois não ensejaram uma economia sólida nos moldes da nova sociedade capitalista estruturada com base no fenômeno colonizador, com raras exceções eles se tornaram proprietários, como se demonstrará adiante, visto que fica clara a exclusão desse grupo social no processo jurídico-administrativo de Xaxim, o qual privilegiou madeireiros, colonizadores, brancos e católicos de descendência européia.

Por outro lado, a entrada dos migrantes sul-rio-grandenses em Passo do Xaxim estabeleceu um novo cenário em virtude da colonização, sistematizado por uma sociedade capitalista que precisava de dimensões administrativas concretas para a ampliação da economia local.

Então, para atender aos interesses das forças econômicas e políticas locais, com o passar do tempo, a antiga fazenda Rodeio Bonito tornou-se distrito de Paz de Hercílio Luz, desmembrado do distrito de Passo Bormann, mais tarde distrito de Xaxim e, finalmente, município de Xaxim.

5.3 Formação jurídico-administrativa

Com o intuito de estabelecer uma cronologia jurídico-administrativa da antiga fazenda Rodeio Bonito, elaborou-se o quadro 2.

⁵⁰¹ RENK, Migrações... 1999, p. 13.

⁵⁰² Ibidem.

⁵⁰³ WOLKMER, Antonio Carlos. *História do direito no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 13.

Quadro 2. Linearidade do processo jurídico-administrativo da antiga fazenda Rodeio Bonito

D A T A	1492 a 1777	1894	Primeiros anos do séc. XX	25 ago. 1917	Criação 7 jan. 1921	Criação 13 fev. 1929	31 mar. 1938	13 set. 1943 a 18 set. 1946	Criação 30 dez. 1953 e Instalação 20 fev. 1954
T O P O N I M I A	América Espanhola (Vice-Reino do Prata) América Portuguesa	Chachi xa + xi	Passo do Xaxim Pouso do Xaxim Bandas de Xaxim	Criação do município de Chapecó	Distrito de Paz de Hercílio Luz	Distrito de Xaxim	A sede do distrito é elevada à categoria de vila Xaxim	Território do Iguaçu	Município de Xaxim
D I S P U T A S	Espanha e Portugal Passou ao domínio português em 1777 Tratado de Santo Ildefonso 1777	Brasil e Argentina (Questão de Palmas) resolvida em 1895	PR e SC (Questão do Contestado)	Finalizadas as disputas pelas divisas entre SC e PR				Desvinculado de Santa Catarina	
J U R I S D I Ç Ã O	Espanha Portugal Terras dos grupos Jê (atuais Kaingang, Xokleng Pertenceu à província de (SP) até 1853	Município de Palmas (PR) Distrito de Passo do Carneiro (Campos de Palmas) Fazenda Rodeio Bonito	Município de Palmas (PR) Distrito de Passo do Carneiro (mais tarde, Passo Bormann) Fazenda Rodeio Bonito	Passou à jurisdição de SC quando foi desanexado do PR ainda em 20 out. 1916	Desmembrado do distrito Passo Bormann, Chapecó	Município de Chapecó	Município de Chapecó	Município de Chapecó	Município de Xaxim
E C O N O M I A	Extrativismo Horticultura Etc.	Extrativismo Horticultura Tropeirismo Etc.	Extrativismo Horticultura Tropeirismo Etc.	Extrativismo Horticultura Tropeirismo Etc.	Tropeirismo Agricultura Pecuária Exploração de erva-mate e madeira, etc	Agricultura Exploração da erva-mate e da madeira Pecuária Comércio Agroindús- Trias, etc.	Agricultura Exploração de erva-mate e madeira Pecuária Comércio Agroindús- Trias, etc.	Agricultura Exploração de erva-mate e madeira Pecuária Comércio Agroindús- trias, etc.	Agricultura Exploração de erva-mate e madeira Pecuária Comércio Agroindús- Trias, etc.
P O V O A Ç Ã O	Indígenas do grupo Jê Meridional Guarani	Indígenas Negros Caboclos Entre outros	Indígenas Negros Caboclos Entre outros	Indígenas Negros Caboclos Entre outros	Caboclos Indígenas Ítalos Teutos Poloneses Entre outros	Caboclos Indígenas Ítalos Teutos Poloneses Entre outros	Caboclos Indígenas Ítalos Teutos Poloneses Entre outros	Caboclos Indígenas Ítalos Teutos Poloneses Entre outros	Caboclos Indígenas Ítalos Teutos Poloneses Entre outros

Fonte: Elaboração da autora.

5.3.1 De distrito de Paz de Hercílio Luz a distrito de Xaxim

A criação do distrito de Paz de Hercílio Luz deu-se pela Lei Municipal n. 39, de 7 de janeiro de 1921, cuja área abrangia Passo dos Fortes, Rodeio Bonito, Xaxim e Jacu.

A primeira denominação oficial de Xaxim foi “Linha Hercílio Luz”, que, no entanto, não foi adotada pelas pessoas que habitavam o povoado ou que transitavam por ele.⁵⁰⁴ Sobre a criação do distrito Silvestrin escreve:

⁵⁰⁴Cf. IBGE, *Enciclopédia dos municípios brasileiros...* 1959, p. 410.

Em 7 de janeiro de 1921, numa cerimônia simples à qual compareceram os irmãos Lunardi Luiz e Julio Lunardi e Wenceslau Breves, perante o Conselho Municipal de Chapecó (na atual Xanxerê), o Superintendente, Coronel Manoel dos Santos Marinho, sancionou a Lei que criou o distrito de Paz de “Hercílio Luz”, com a sede no povoado Passo do Xaxim.⁵⁰⁵

O historiador catarinense Walter Piazza cita que o “distrito Hercílio Luz, integrante do município de Chapecó, foi desmembrado do distrito Passo Bormann (atual Chapecó), sendo instalado no lugar Xaxim”.⁵⁰⁶

É possível visualizar o povoado que se constituiu no distrito de Paz de Hercílio Luz na figura 38; a qual se nota as poucas casas construídas com madeiras falquejadas, rachadas com cunha ou serradas manualmente. As moradias tinham cobertura geralmente feita de tabuinhas rachadas, conhecidas como *scandoles*. Com o passar do tempo, as tábuas passaram a ser industrializadas nas serrarias. Observam-se as casas, a capela, a mata de araucárias, com seus troncos retos e galhos em forma de copa, além de árvores e arbustos.



Figura 38. Sede do distrito de Paz de Hercílio Luz (meados de 1930)

Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Xaxim.

O nome dado ao distrito faz referência ao engenheiro, republicano e líder político catarinense Hercílio Luz, que participou em 1893 da Revolução Federalista, um confronto entre republicanos e federalistas. Foi o primeiro governador eleito de Santa Catarina, permanecendo no cargo de 1894 a 1898; depois foi eleito vereador de Florianópolis, sua

⁵⁰⁵ SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 216 e 220.

⁵⁰⁶ PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994, p. 318.

cidade natal, e também foi senador por diversas vezes. Quando governador, participou efetivamente no movimento de concessão de terras devolutas e no conseqüente povoamento na região oeste do estado.⁵⁰⁷

Acredita-se que a principal razão para a escolha do topônimo Hercílio Luz para o recém-criado distrito tenha sido a sua participação direta em 7 de outubro de 1921, como vice-governador em exercício na chefia do estado de Santa Catarina, quando concedeu oficialmente à colonizadora Bertaso Maia & Cia. a segunda área de terras, a fazenda Rodeio Bonito, com 288.203.010 m², entre os rios Chapecó e Irany, no município de Chapecó.⁵⁰⁸ A gleba fora adquirida pela subcolonizadora Irmãos Lunardi em 8 de setembro de 1920,⁵⁰⁹ quatro meses depois de ter sido concedida oficialmente à Bertaso Maia & Cia., foi elevada à categoria de “distrito de Paz de Hercílio Luz”.

Os colonizadores do oeste catarinense aproveitavam-se das facilidades concedidas pelos governantes. Para ilustrar essa situação destaca-se a escolha do nome de distrito de Paz de Hercílio Luz em homenagem ao político que expediu centenas de títulos de terras, inclusive os destinados ao pagamento de estradas, com gigantescas áreas. Entre um desses títulos estava a fazenda Rodeio Bonito.

O antigo núcleo caboclo de Passo do Xaxim, que em 7 de janeiro de 1921 passou a chamar-se distrito de Paz de Hercílio Luz, sofreu alteração em sua denominação em 1929, quando da passagem pelo vilarejo do então presidente⁵¹⁰ Adolfo Konder, que percorreu mais de três mil quilômetros pelo oeste de Santa Catarina, numa viagem intitulada: “Bandeira Konder”.

Em 13 de fevereiro de 1929, a Bandeira Konder passou pelo distrito de Paz de Hercílio Luz. Conforme memórias orais, seus integrantes se hospedaram na residência de Luiz Lunardi, onde a comitiva governamental foi recepcionada com uma churrascada, ali pernoitando. Neste local foram plantados muitos xaxins, fato que levou a que o distrito fosse denominado oficialmente de “Xaxim”.⁵¹¹

Em *Oeste catarinense* José Artur Boiteux descreve a passagem dos excursionistas em 1929 pelo distrito de Paz de Hercílio Luz:

⁵⁰⁷ Cf. ENCICLOPÉDIA, Simpósio. *Origem e formação*. Santa Catarina: UFSC, [1997]. Disponível em: < www.simpozio.ufsc.br/Port/9-enc/y-mega/Hercilio/953sc002.htm >. Acesso em 10 de jan. 2006.

⁵⁰⁸ Cf. ACB: Título de Concessão de terras registrado no livro da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura, folha 188, em 7 de outubro de 1921. In: VICENZI, *Terra Nova...* 2002, p. 133. Obs: esse documento cita uma área superior à do contrato de venda da Bertaso, Maia & Cia. para a Irmãos Lunardi, de 8 set. 1920.

⁵⁰⁹ Cf. BERTASO, MAIA & CIA. *Contrato de venda*. Chapecó, 8 set. 1920. Acervo Rui Longhi.

⁵¹⁰ Cargo que corresponde ao de governador.

⁵¹¹ Cf. OLIVEIRA, *Xaxim...* [s.d.], p. 77.

Prosseguindo chega a Xaxim, onde os irmãos Lunardi (Pedro, Giácomo, João e Antônio), formando uma empresa colonizadora, estão implantando o progresso: ali já se encontram: um engenho de serra, uma fábrica de moer café, uma olaria, uma ferraria, uma sapataria, uma alfaiataria, uma fábrica de caramelos, uma fábrica de gazosas e licôres, um moinho de trigo. Tem uma escola mixta. Conta um club recreativo e para ter a certeza de que os jovens que o freqüentam vão bem escanhoodos, enuméro a barbearia que lá existe. Xaxim é uma localidade de grande futuro como é Ponte Serrada, como são os demais nucleos. Pertence ao districto Hercílio Luz, nome que se lê repetidamente no mappa do Estado, como a expressão indelével do commovido apreço que á sua memória consagram os municípios catharinenses.⁵¹²

Nove anos depois da transição do nome do distrito de Xaxim, a sede da localidade foi elevada à categoria de “vila”.

5.3.2 Sede do distrito de Xaxim

O distrito de Xaxim foi elevado à categoria de vila no final da década de 1930, “tomou o nome pela Lei estadual n. 1.646, de 3 de outubro de 1929, sendo a sua sede elevada à vila pelo Decreto-Lei estadual n. 86, de 31 de março de 1938”.⁵¹³ A figura 39 contempla a sede do distrito de Xaxim em 1942, quatro anos depois de ter sido elevada à categoria de vila.



Figura 39. Vila de Xaxim. Vêm-se diversas residências construídas de madeira, no lado esquerdo aparece uma parte da destilaria de álcool da empresa André Lunardi & Cia. No mesmo lado, aos fundos, o Frigorífico Diadema de André Lunardi e a capela. No lado direito, a Casa Comercial de Luiz e Silvio Lunardi. Na estrada, uma procissão encaminhando-se para o cemitério (1942)

Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Xaxim.

⁵¹² BOITEUX, José. *Oeste catarinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira*. Florianópolis: Livraria central de Alberto Entres e Irmãos, 1931, p. 12.

⁵¹³ PIAZZA, A colonização de Santa Catarina... 1994, p. 318.

Cinco anos depois da elevação da sede do distrito de Xaxim à categoria de vila, em 13 de setembro de 1943, ocorreram mudanças na organização político-administrativa no oeste de Santa Catarina, com a região passando a ser parte integrante do território do Iguaçu.

5.3.3 Distrito de Xaxim como parte do Território do Iguaçu

Oito anos antes de Xaxim emancipar-se do “Velho Chapecó”, a região foi, de 1943 a 1946, parte integrante do território federal do Iguaçu. Xaxim localiza-se entre a faixa de fronteira com a Argentina.

Este território foi criado em 13 de setembro de 1943, juntamente com os territórios federais do Amapá, Rio Branco, Ponta-Porã e Guaporé, conforme determinação da Constituição de 1937, no Estado Novo. O território do Iguaçu apresentava limites internos com o território de Ponta-Porã e os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e limites fronteiriços com a Argentina e o Paraguai. Desmembrado de áreas de Santa Catarina e Paraná e tendo como capital Iguaçu, atual Laranjeiras do Sul - PR. O território dividia-se em cinco municípios: Foz do Iguaçu, Clevelândia, Iguaçu Mangueirinha e Chapecó. Seu primeiro governador foi o coronel João Garcez do Nascimento, responsável pela nomeação de Serafim Bertaso, em 1944, para prefeito de Chapecó; o segundo governador militar foi o coronel Frederico Trotta.⁵¹⁴

Com a reorganização política do oeste, sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, regiões fronteiriças formadoras do território do Iguaçu, a área recebeu incentivo econômico para a agricultura e para a indústria. Foi uma tentativa do governo Vargas de promover o desenvolvimento econômico e social de uma região que, em razão do abandono, corria o risco de se desnacionalizar.

Além disso, o território foi criado com o objetivo de nacionalizar as fronteiras, como foi sintetizado no programa “A Marcha para o Oeste”, organizado no governo Vargas. Outro objetivo era romper o isolamento e afastar os perigos numa região ligada economicamente à Argentina e ao Paraguai. O perigo estrangeiro pairava sobre a soberania nacional na região, desde o final do século XIX, na chamada Questão de Palmas, assunto discutido no primeiro capítulo desta dissertação. Não se tratava de perigo de invasão por parte dos vizinhos, mas em decorrência do abandono em que se encontravam as regiões fronteiriças. O projeto nacional-

⁵¹⁴ Cf. LOPES, Sergio. *O Território Federal do Iguaçu: no contexto da nacionalização de fronteiras e da “Marcha para Oeste” do governo Vargas*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense UFF/Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste, Niterói, Rio de Janeiro, 2002, p. 96-147.

desenvolvimentista de Vargas visava facilitar a ação governamental para recuperar humana, cultural e economicamente as fronteiras brasileiras.⁵¹⁵

Outro aspecto lembrado por Eduardo Munhoz Svartman refere-se às mudanças econômicas e políticas do início da década de 1940, que alteraram o cenário internacional, forçando o Brasil a redefinir sua política externa e econômica. O governo estimulou a industrialização em detrimento da economia agroexportadora. Os formuladores da política externa brasileira planejaram a ação internacional do Brasil com base na modernização e na supremacia na América Latina. Para o autor, embora o discurso regional na América fosse sempre o da cordialidade e da amizade, nos bastidores as decisões baseavam-se em teorias geopolíticas e no mútuo monitoramento da situação econômica, militar e política dos dois maiores rivais, Brasil e Argentina.⁵¹⁶

A partir da eclosão da II Guerra Mundial, em 1939, e do engajamento dos Estados Unidos, em 1941, o Brasil tornou-se seu aliado. Com essa aliança, o país recebeu uma quantidade significativa de armamentos, que, apesar da formação da Força Expedicionária, eram direcionados contra o tradicional rival, a Argentina. A supremacia militar na região, a aliança com os Estados Unidos no âmbito do pan-americanismo e o avanço rumo à industrialização credenciavam o país como um ator de primeira grandeza no contexto americano, levando adiante o velho sonho de transformar os países menores em mercados consumidores e aliados políticos contra a Argentina.⁵¹⁷

O território do Iguaçu serviu, então, para conter pretensões expansionistas do vizinho argentino em retomar antigas fronteiras do Vice-Reino do Prata. A região era espaço disputado que poderia desembocar em conflito armado, o adversário era a Argentina e a influência sobre os demais países da região era o objeto da disputa.⁵¹⁸

Para impedir esse avanço, Vargas valeu-se de um antigo princípio, adotado pelo Brasil na mesma região quando da Questão de Palmas, o *uti possidetis*. Com o apoio do Estado, as companhias colonizadoras contribuíram para a ocupação mais efetiva desse espaço. Em razão do apoio recebido, às empresas imobiliárias no oeste de Santa Catarina promoviam a abertura de estradas e de pontes, criando a estrutura necessária ao desenvolvimento da região.

Outro importante aspecto a ser observado é o período histórico da criação do território do Iguaçu, durante a II Guerra Mundial quando o Brasil participou ao lado dos Aliados,

⁵¹⁵ LOPES, *O Território Federal do Iguaçu...* 2002, p. 96.

⁵¹⁶ Cf. SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Política externa e região em tempos de crise*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 19.

⁵¹⁷ SVARTMAN, *Política externa...* 2006, p. 19-20.

⁵¹⁸ *Ibidem*, p. 20.

vitoriosos no conflito. Pode-se dizer “que ganha força a dominância do modo capitalista de produção, não mais em sua forma agro-exportadora de economia periférica mas consolidava-se, no caso brasileiro, mais uma vez através da ação direta do Estado, a hegemonia burguesa [...]”.⁵¹⁹

O território do Iguazu tornou-se símbolo de um conjunto de modificações ocorridas no Brasil. Durante a II Guerra, possibilitou uma centralização administrativa autoritária, estatal, regional, com um leque de propósitos definidos no programa a Marcha para o Oeste.

A região oeste de Santa Catarina tinha uma população maciçamente composta por descendentes de italianos e alemães, os quais reverenciavam a pátria de origem. Nesse contexto, preocupavam ao governo nacionalista de Vargas as ideologias nazi-fascistas importadas da Europa que pairavam no sul do Brasil nos anos de duração do território do Iguazu.

Outro aspecto importante acerca da região inserida no território do Iguazu é a etnicidade dos descendentes de alemães e italianos, no distrito de Xaxim, principalmente os italianos a respeito da manutenção das tradições herdadas da pátria de origem. Essas pessoas foram consideradas culturalmente estrangeiras em momentos de crise, como na I Guerra Mundial, no Estado Novo e durante a II Guerra Mundial, como uma ameaça à integridade nacional. O principal alvo eram as línguas estrangeiras.⁵²⁰

Na década de 1940, os teutos e ítalos não eram mais reconhecidos e enaltecidos pela importância que teriam tido no crescimento material da região, mas sim como cidadãos que deveriam reverenciar a pátria brasileira acima de tudo e aprender a falar o português. Por isso, medidas drásticas e autoritárias foram tomadas pelo governo varguista para impedir o uso de línguas estrangeiras nas regiões ocupadas por descendentes de italianos e alemães no sul do Brasil.⁵²¹

As pessoas eram vigiadas, denunciadas e presas caso usassem a língua de origem. A nacionalização atingiu, inicialmente, as escolas mas ficou explícita nas comemorações cívicas no decorrer do período do Estado Novo, as quais eram organizadas pelo poder municipal, subordinado aos governos estadual e federal e ocorriam principalmente nas escolas por meio de programas que incluíam esporte e lazer. A memória pública nacional buscava a lealdade dos jovens à pátria.⁵²²

⁵¹⁹ Cf. CÁNEPA Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representações políticas: a articulação dos níveis estadual e nacional do rio Grande do Sul (1945 1965)*. Porto Alegre: UFRGS, [s.d.] Ver cap. 3 e 4.

⁵²⁰ Cf. NODARI, *A renegociação da etnicidade...* 1999, p. 252-299.

⁵²¹ Ibidem, p. 252-299.

⁵²² Ibidem, p. 252-299.

O movimento nacionalizador foi amplo e difundiu condutas pautadas em padrões de homogeneidade; direcionou-se para uma educação moderna, civilizada, unificadora e, sobretudo, brasileira. Entre 1941 e 1944 foram realizados em Santa Catarina quatro congressos que acompanhavam comemorações do Estado Novo. Esses eventos abordavam a soberania nacional, o valor social do trabalho, a valorização eugênica do homem, a defesa da língua portuguesa e os valores morais, sociais, patrióticos, jurídicos, culturais, geográficos, étnicos e históricos para constituir um todo harmônico e uniforme: a nação brasileira.⁵²³

Com a queda de Vargas em 1945, depois de 15 anos consecutivos no poder, teve início o período da redemocratização. A II Guerra Mundial havia terminado e o Brasil, lutado ao lado dos Aliados, vitoriosos no conflito e defensores de ideologias democráticas. O governo ditador de Vargas contrastava com as novas aspirações destes países no pós-guerra; assim, Vargas viabilizou as eleições para presidente ainda em dezembro de 1945.

Nesse ano de mudança de governo, foi arquitetada a reintegração do território do Iguazu ao Paraná, idéia que era defendida na Faculdade de Filosofia e Letras do Paraná por intelectuais, além de políticos paranaenses, movidos por sentimentos de exclusão. De comum acordo entre políticos do Mato Grosso, Paraná e de Santa Catarina apoiados pelo interventor catarinense Nereu Ramos, mais tarde junto à população e ao Congresso Constituinte com inúmeras sessões para votações, concordou-se com a extinção do território do Iguazu em 18 de setembro de 1946, através de “Disposições Transitórias” da Constituição de 1946, determinadas em Assembléia Constituinte daquele ano.⁵²⁴

Dois meses antes da extinção do território, em julho de 1946, o intelectual xaxinense Avio Bitencourt Ribas,⁵²⁵ escreveu um artigo para o jornal *A Voz de Chapecó* pronunciando-se contra a reintegração do território do Iguazu a Santa Catarina:

Não Queremos Voltar. Muito se tem ouvido dizer, ultimamente através da imprensa falada e escrita, sobre a reintegração das duas metades do Território Federal do Iguazu, a seus Estados de origens. Consta ser a bancada dos Deputados Paranaenses junto à Assembléia Nacional Constituinte, a mais interessada na concretização deste objetivo, de vez que a bancada catarinense, chefiada pelo Sr. Nereu Ramos, desinteressa-se de pugnar pela questão, em virtude de ter sido sempre a parte do Território do Iguazu que pertencia a Santa Catarina, em épocas de eleições, o “WALTER-LOO” do Sr. Ramos. Alega a bancada paranaense ter sido discricionário, à vontade popular, o ato que criou o território do Iguazu. Há nisto tudo, porém, um fato bastante interessante que merece ser esclarecido:

⁵²³ Cf. CAMPOS, Cyntia Machado. Identidade e diversidade no sul do país. *Fronteira*, Florianópolis: UFSC, 1999, p. 45-57.

⁵²⁴ Cf. LOPES, *O Território Federal do Iguazu...* 2002, p.148-225.

⁵²⁵ Foi presidente da UDN de Xaxim na década de 1950. Genro de Luiz Zambenedetti, candidato que concorreu e perdeu ao primeiro pleito eleitoral em 1954 em Xaxim.

Fosse ou não discricionário, o ato pelo qual foram criados os novos Territórios, veio ao encontro de justas aspirações do povo habitante das glebas atingida por aquela acertada medida do Sr. Getúlio Vargas, mormente e do Território do Iguaçu, pois, anteriormente à criação do Território, os catarinenses e paranaenses que tinham a desdita de residir nestas bandas que pertenciam, respectivamente, Santa Catarina e Paraná, e que ora representam, o todo do Território Iguaçense, viviam quase que completamente esquecidos dos poderes públicos. Suas zonas, para efeitos administrativos, eram consideradas simplesmente como extremos territoriais dos Estados respectivos, cujos habitantes, qual pária infelizes, não mereciam foros de cidadania por parte dos poderes competentes, ou melhor, só eram lembrados para arrecadação de impostos e em campanhas eleitorais. Benefícios fossem os quais fossem, porém para estes infelizes, “NADA”. Não fosse o inquebrável espírito de sacrifício devotado ao trabalho e ao progresso construtivo, demonstrado por este povo heróico, habitante do hoje Iguaçu, talvez tivesse sucumbido jogado que estava a seu próprio destino, arrastando sempre, com toda a sorte de dificuldades decorrentes da precária situação em que vivia: falta de estradas acessíveis para escoamento de seus produtos, falta de escolas, falta de tudo enfim, necessário à existência normal de uma coletividade, sem nunca lograr sequer, um olhar de complacência da parte dos governos de então.

[...] Assim tem ocorrido feliz a vida no Território do Iguaçu, desde seu advento. Porém como diz o velho refrão; “Não há mal que sempre dure, nem bem que nunca se acabe [...]”

Por ventura atentaram os Srs. Simpatizantes do lema “Faz e Desmancha”, sobre os graves prejuízos que forçosamente acarretarão à Nação, esta nova modificação geográfica? Já atentaram os que procuram beneficiar-se em detrimento de uma coletividade, o transtorno que se verificará nos serviços públicos desta região, cujos reflexos prejudiciais incidirão até sobre a própria economia popular?[...].

Como este Território não tem representante na Assembléia Nacional mister se faz, a fim de que se possa dizer que evidentemente existe democracia no Brasil, que os interessados em acabar com o território do Iguaçu se dirijam ao representante máximo do povo iguaçunense perante a nação, caso o Sr. Major Frederico Trotta, perguntando-o, si brasileiros do Iguaçu comungam com seus propósitos. E isto se saberá através de um plebiscito, única maneira eminentemente democrática de se decidir sobre o destino de uma coletividade. E se assim suceder, o povo do Iguaçu responderá categoricamente: *Não queremos voltar aos ninhos antigos, nem tão pouco saudade deles temos* [...].⁵²⁶

Percebe-se claramente, no texto transcrito, que havia dúvida sobre as vantagens do território do Iguaçu retornar ao domínio do estado catarinense, alegando-se a omissão e o desprezo dos antigos governos de Santa Catarina em relação à região oeste, pois desde a formação histórica do estado, os olhares políticos estiveram voltados para o litoral em detrimento do interior. Contudo, mesmo sob protestos de um determinado grupo, o território foi extinto.

No mesmo jornal em que Ribas veiculou seu protesto, Serafim Bertaso, prefeito de Chapecó no período, confirmou a extinção do território do Iguaçu com essa afirmação:

Para todos os efeitos desta Unidade da Federação Brasileira, [...] todas as circunscrições que tem por sede esta localidade, cidade de Chapecó, bem como os demais distritos do Município, ficando, entretanto subordinado à futura retificação da divisa com o município de Joaçaba, a fim de restabelecer a linha divisória antiga,

⁵²⁶ A Voz de Chapecó. Chapecó, ano VII, n. 95, 28 de jul.1946. Grifo do autor.

que foi modificada em 13 de setembro de 1943 [...] Assim fique registrado para a história Pátria, para conhecimento de todos os brasileiros e perpétua lembrança das gerações vindouras.⁵²⁷

Seis anos depois da extinção do território do Iguaçu, a elite política que desejava sua continuidade buscou a emancipação do distrito de Xaxim. Este objetivo é notado nas aspirações dos atores que fizeram parte da Comissão Pró-Emancipação do distrito de Xaxim.

5.4 Movimento emancipacionista

Os colonizadores sul-rio-grandenses foram os articuladores do processo pró-emancipação no distrito de Xaxim. Para observar as relações de poder lança-se um olhar ao pensamento de Daniel Pécaut, que se refere à unidade pré-política que se fez por meio de estruturas familiares, nas relações sociais cotidianas, nas relações de favor e de compadrio, além dos costumes, que mostram o processo de criação dos laços sociais ocultos nas trocas locais.⁵²⁸ Muitas características apontadas por Pécaut reproduziram-se na singularidade do processo emancipacionista xaxinense, por representantes da família Lunardi, responsáveis pela ocupação de vários cargos na elite política chapecoense e xaxinense ao longo de sua formação histórica.

No decorrer do texto percebe-se que o processo pró-emancipação de Xaxim constituiu-se com base numa “estrutura burocrática que surgiu no Brasil, no quadro da industrialização do país, quando o Estado passou a intervir mais diretamente no setor produtivo de bens e de serviços”.⁵²⁹ Durante esse processo, Getúlio Vargas dominava o cenário político nacional, pois foi presidente de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954.

Nesse período muitas reformas foram empreendidas na administração pública, refletindo diretamente na ação dos representantes da comissão emancipacionista xaxinense, como constam na primeira ata da sessão em favor da emancipação de Xaxim. Este documento revela anseios dos migrantes sul-rio-grandenses, atores da colonização da antiga Rodeio Bonito.

Na primeira “Ata de Congratamento para a emancipação do distrito de Xaxim”, pertencente ao município de Chapecó, em 28 de setembro de 1952, elaborada no distrito de São Lourenço, o advogado Laurindo Lunardi detalhou a finalidade da presença do grupo

⁵²⁷ Cf. *A Voz de Chapecó*. Chapecó, ano VII, n. 111, 17 de nov. 1946.

⁵²⁸ Cf. PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Tradução de Maria J. Golwasser. São Paulo: Ática, 1990, p. 47.

⁵²⁹ Cf. SCHIER, Adriana da Costa Ricardo. *A administração popular na administração pública: o direito de reclamação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 101.

xaxinense no local. Na ocasião, ele solicitou o apoio para levar ao término a emancipação de Xaxim, pretendendo incorporar o distrito de São Lourenço ao futuro município. Em seguida Joaquim Leôncio da Silva, diretor do núcleo rural de Xaxim, membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), declarou estar de pleno acordo e que não mediria esforços para a concretização do objetivo; esclareceu ainda as pretensões do presidente Getúlio Vargas no sentido de ampliar a produção brasileira de gêneros alimentícios e o grande esforço do ministro da Agricultura no mesmo sentido.⁵³⁰

No mesmo evento, Luiz Lunardi, futuro prefeito eleito de Xaxim, maior responsável pela colonização da antiga Rodeio Bonito, enumerou as necessidades da região e esclareceu sobre a conveniência de São Lourenço pertencer, no futuro, ao município de Xaxim. Ressaltou ainda a rede de estradas prevista para o escoamento da produção e assistência aos agricultores. O presidente do subdiretório da União Democrática Nacional (UDN) de São Lourenço expressou o desejo de consultar a opinião popular para a adesão às aspirações emancipacionistas de Xaxim, no que houve acordo.⁵³¹

A segunda sessão, presidida por Rui Longhi, em prol da organização do processo emancipacionista ocorreu em 8 de dezembro de 1952 no Cine Carlos Gomes em Xaxim. Nesta reunião foi escolhida provisoriamente, depois votada e eleita publicamente por aclamação, a Comissão Pró-Emancipação de Xaxim. O representantes escolhidos serão listados no quadro 3.⁵³²

Quadro 3. Estrutura social da Comissão Pró-Emancipação do distrito de Xaxim (1952)

Comissão pró-emancipação	Profissão	Zona
Álvaro Petracco da Cunha	Médico	Urbana
Avio Bitencourt Ribas	Fiscal de higiene do Frigorífico Diadema	Urbana
Amélio Panizzi	Agricultor	Rural
Angelo Mella	Subdelegado de polícia	Urbana
Afonso Pensin	Comerciante	Urbana
André Lunardi	Colonizador, comerciante, madeireiro e industrial	Urbana
Armando Smaniotto	Presidente da Cooperativa de Anita Garibaldi	Rural
Antonio Barbiero	Madeireiro	Urbana
Armando Tura	Comerciante	Urbana
Contran Winckler	Madeireiro	Urbana
Cleto Bruski	Comércio	Rural
Domingos José Lunardi	(Médico prático)	Urbano
Ernesto Bianchet	Madeireiro	Rural
Fioravante Lunardi	Madeireiro	Urbana
Francisco Correia	Guarda da linha telegráfica	Urbana

⁵³⁰ Cf. SÃO LOURENÇO. Congraçamento para a emancipação do distrito de Xaxim, município de Chapecó - SC. Livro de Atas. Ata da sessão realizada em 28 set.1952. Livro 1, p. 1-3. Acervo de Carlos Alberto Dal Bello.

⁵³¹ Ibidem.

⁵³² Cf. XAXIM. Congraçamento para a emancipação do distrito de Xaxim, município de Chapecó - SC. Livro de Atas. Ata da sessão realizada em 8 de dez. 1952. Livro 1, p. 5-9. Acervo de Carlos Alberto Dal Bello.

Hugo Braga	Funcionário do Ministério da Agricultura	Urbana
Idelfonso Lopes da Silva	Madeireiro	Urbana
Francisco Joaquim Leoncio da Silva	Telegrafista	Urbana
Laurindo Dário Lunardi	Advogado	Urbana
Luiz Lunardi	Colonizador, industrial e comerciante	Urbana
Luiz Zambenedetti	Escrivão	Urbana
Oreste Cauduro	(Dentista prático)	Urbana
Paulo Farinon	Comerciante	Rural
Primo Bodanese	Comerciante	Urbana
Wadislau Smijewisk	Agricultor	Rural
Valdoir Ferrazzo	Contabilista	Urbana

Fonte: Elaboração da autora, com base em: STEFFANELLO, Danilo Luiz. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 9 jan. 2007; NARDI, Arnaldo Sergio. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina em 10 de jan. 2007.⁵³³

Percebe-se na estrutura social da Comissão Pró-emancipação a vinculação socioeconômica dos emancipacionistas, sobressaindo-se o setor urbano, com 76,9 %; em detrimento da população rural do distrito, que, conforme o censo de 1950 totalizava 89,7%. A influência do processo de urbanização e as transformações socioeconômicas são levadas em conta ao se tentar compreender os interesses do grupo político que passou a atuar, via estrutura partidária, na emancipação do distrito de Xaxim.⁵³⁴

Tomando por base a composição profissional, o quadro 3 expõe uma porcentagem de 30,8% de profissionais liberais, 26,9% de madeireiros, 26,9% de comerciantes, 15,4% de funcionários públicos, 7,75% de grandes proprietários de terras, 7,7% de agricultores e 7,7% de industriais. Observa-se que alguns integrantes da comissão acumulavam mais de uma função, além de que a participação da família Lunardi, colonizadores da antiga fazenda Rodeio Bonito, fica evidente em 19,3% de componentes da comissão.

Outro aspecto constatado é o pluralismo étnico na organização do grupo, com 61,5% de descendentes de italianos, 26,9% de luso-brasileiros, 7,6% de alemães e 3,8% de poloneses. Na questão de gênero, a composição é 100% masculina, ou seja, as mulheres foram completamente alijadas no processo emancipacionista da antiga Rodeio Bonito.

A Comissão Pró-Emancipação funcionou como sistema organizado de consenso da sociedade civil num espaço limitado, provocando alterações no sistema de organização e um amplo trabalho de formação da comunidade e da máquina administrativa. Trata-se, portanto, de um esforço do município sobre si mesmo;⁵³⁵ de um esforço das elites sociais em busca de mudanças na estrutura no poder local para desvincular-se politicamente de Chapecó.

⁵³³ Arnaldo Sergio Nardi foi um comerciante xaxinense que em 1954 acompanhou a conjuntura política no município.

⁵³⁴Cf. HASS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local 1945-1965*. Chapecó: Argos, 2001, p. 324

⁵³⁵ DOWBOR, Ladislau. *O que é o poder local*. São Paulo: Brasilense, 1999, p. 13.

Além de percorrer o distrito de São Lourenço em busca de adesão ao movimento emancipacionista, os representantes da comissão estiveram, em 24 de agosto de 1953, na vila de Quilombo, para angariar assinaturas dos moradores que espontaneamente quisessem pertencer ao futuro município de Xaxim. No dia anterior, ocorrera idêntico movimento, porém para buscar a colisão da população de Quilombo ao projeto de Chapecó. Luiz Lunardi, presidente da sessão, argumentou que o povo sempre ficara legado ao esquecimento pelos poderes públicos; desse modo, Quilombo teria liberdade de se retirar da administração de Chapecó, considerando a impossibilidade de progresso e a falta de conforto material.⁵³⁶

A quarta sessão, de 30 de agosto de 1953, realizou-se em Xaxim, tendo como presidente André Lunardi e com o objetivo de esclarecer uma publicação do jornal *A Voz de Chapecó*, edição do dia 23 de agosto de 1953, com o título: “Aprovada na Câmara Municipal a emancipação de Xaxim”. A publicação em alguns pontos atacava a administração pública de Chapecó. André Lunardi afirmou que as críticas não haviam partido da comissão emancipacionista de Xaxim e também que o povo de Xaxim desejava a emancipação com paz e harmonia. Nessa sessão foram lidos diversos telegramas de personalidades políticas do estado, favoráveis à emancipação de Xaxim.⁵³⁷

Na sessão realizada em 6 de setembro de 1953 no distrito de São Lourenço, a comissão emancipacionista de Xaxim, para obter o apoio moral dos habitantes que desejavam anexação do distrito ao futuro município, permitiu a entrada de pessoas que se manifestassem livremente sobre a anexação. O presidente da sessão, Domingos Lunardi, prometeu a São Lourenço o direito à emancipação uma vez asseguradas as condições.⁵³⁸

De acordo com o documento de criação do município de Xaxim, representado na figura 40, a população do distrito de São Lourenço optou por pertencer ao novo município. Conforme o texto da lei de criação redigido em 6 de agosto de 1953, o município de Xaxim, desmembrado de Chapecó, constituir-se-ia dos distritos de Xaxim, São Lourenço, parte dos distritos de Coronel Freitas e de Campo Erê.⁵³⁹

⁵³⁶ QUILOMBO. Congraçamento para a emancipação do distrito de Xaxim, município de Chapecó - SC. Livro de Atas. Ata da sessão realizada em 24 de ago. 1953. Livro 1, p. 10-12. Acervo de Carlos Alberto Dal Bello.

⁵³⁷ XAXIM. Congraçamento para a emancipação do distrito de Xaxim, município de Chapecó -SC. Livro de Atas. Ata da sessão realizada em 30 de ago. 1953. Livro 1, p. 13-16. Acervo de Carlos Alberto Dal Bello.

⁵³⁸ SÃO LOURENÇO. Congraçamento para a emancipação do distrito de Xaxim, município de Chapecó - SC. Livro de Atas. Ata da sessão realizada em 6 set. 1953. Livro 1, p. 19-21.

⁵³⁹ SILVESTREIN, *Lunardi...* 2003, p. 340.

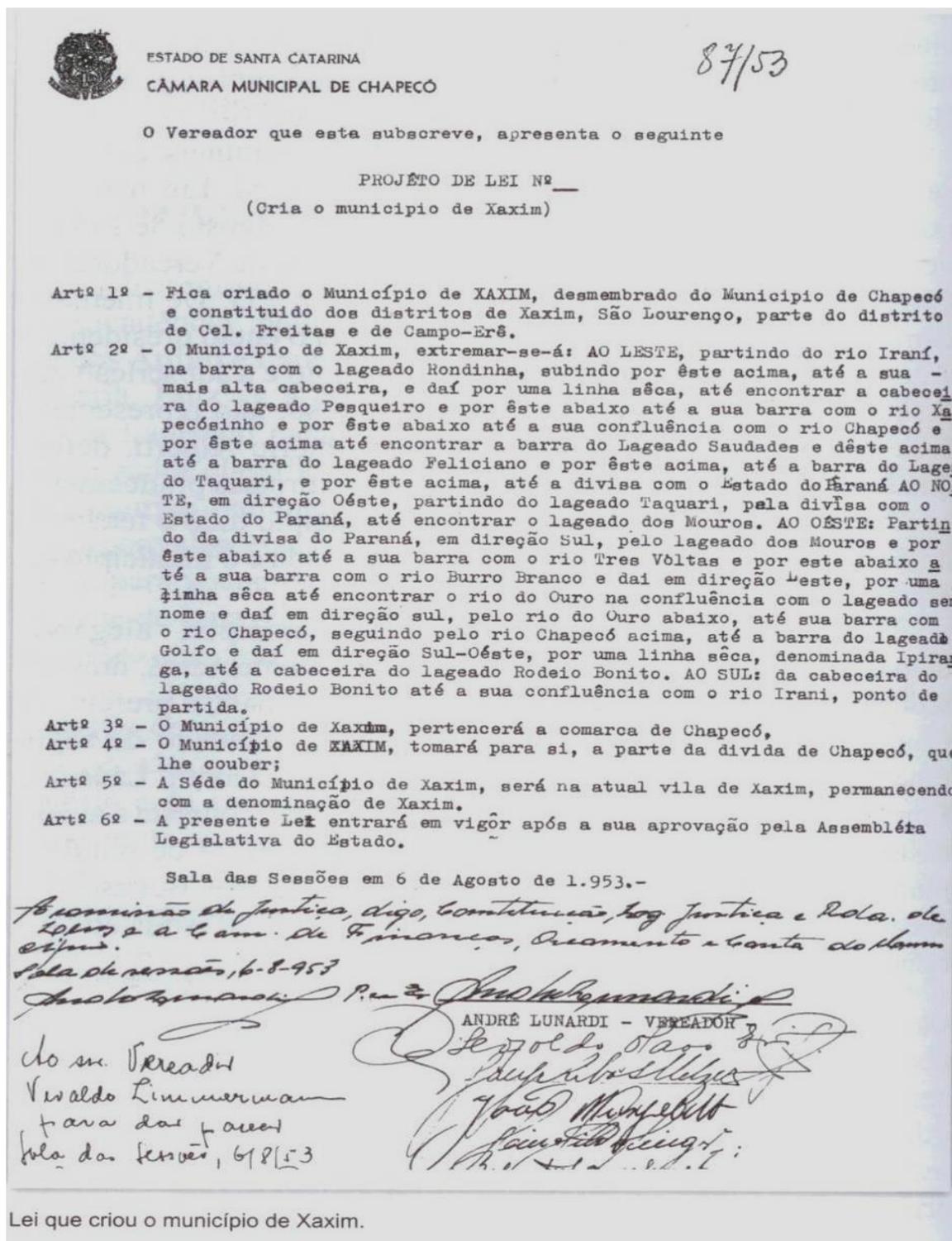


Figura 40. Lei de criação do município de Xaxim (6 ago. 1953)

Fonte: SILVESTRIN, Lunardi... 2003, p. 314.

No período da emancipação, segundo estudos realizados, Xaxim abrangia as áreas dos municípios de Coronel Martins, Entre Rios, Galvão, Marema, Ipuçu, Jupιά, Lajeado Grande, Marema e São Domingos. No caso de São Lourenço do Oeste, antigo distrito de São Lourenço, citado no documento de criação do município de Xaxim, desmembrou-se de

Chapecó em 21 de julho de 1958. Essa informação deixa uma lacuna na interpretação anteriormente apresentada, mesmo baseada em fontes primárias.

Os principais agentes que comandaram o processo emancipacionista de Xaxim eram ligados à família Lunardi, os quais foram colonizadores, comerciantes, industriais e profissionais liberais. Na eleição de 3 de outubro de 1954, dos sete vereadores eleitos, além de dois suplentes que ao longo do tempo assumiriam cadeiras no Legislativo xaxinense, 57% tinham participado da Comissão Pró-Emancipação. Quanto aos membros do Executivo, como Laurindo Dário Lunardi, prefeito nomeado, Luiz Lunardi, prefeito eleito, e Luiz Zambenedetti, candidato vencido, todos fizeram parte da comissão emancipacionista.

5.5 Autonomia política

Em agosto de 1953, Luiz Lunardi, como presidente do Poder Legislativo chapecoense, incentivou a volta ao plenário das solicitações em favor da emancipação do distrito de Xaxim. Paralelamente, os vereadores que representavam suas localidades ampliaram os pedidos de melhoramento para essas comunidades, pressionando para a agilização da emancipação distrital. Assim, muitas sessões se sucederam e o vereador André Lunardi, autor do pedido de emancipação do distrito de Xaxim, recebeu o apoio dos vereadores Jacyr Melzer, Plínio de Nês e outros.⁵⁴⁰

Em 6 de agosto de 1953, sob a Lei n. 87/53, o vereador André Lunardi protocolou na Câmara de Vereadores de Chapecó o projeto de lei criando o município de Xaxim, que em 12 de outubro foi aprovado, mas apenas no final do mês foi referendado, em sessão extraordinária, quando também se aprovou a criação do município de Xanxerê.⁵⁴¹

Em inúmeras sessões da Câmara de Vereadores de Chapecó, André Lunardi foi a força política pró-emancipação do distrito de Xaxim. O vereador solicitou aos seus pares que não deixassem de tomar conhecimento das pretensões e aspirações do povo de Xaxim, por ele representado e também que discutissem a formação de futuros limites, pediu, ainda, que não restasse espírito de rivalidade e, sim, de cordialidade. André Lunardi encerrou sua participação na Câmara de Vereadores de Chapecó em novembro de 1954.⁵⁴²

No período da emancipação política de Xaxim era governador Irineu Bornhausen, da UDN, que detinha maioria na Assembléia Legislativa. Para que o projeto com a indicação da

⁵⁴⁰ Cf. BELLANI, *Vereador...* 2003, p. 216.

⁵⁴¹ Cf. SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 326.

⁵⁴² Cf. BELLANI, *Vereador...* 2003, p. 215- 221. ; SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 267.

A figura 42 contempla a sede do município de Xaxim. Em relação à figura 38, que mostrou a sede do distrito, vê-se um acentuado crescimento urbano, com construções de madeira e alvenaria; a arquitetura neogótica da igreja matriz também chama a atenção.



Figura 42. Cidade de Xaxim observa-se o parreiral da empresa André Lunardi & Irmãos, o frigorífico Diadema, a igreja matriz, residências, estabelecimentos industriais e comerciais (Déc. 1950)
Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Xaxim

Além da criação do município de Xaxim, a Lei n. 133 também promulgada pelo governador Irineu Bornhausen, alterou a organização administrativa do estado de Santa Catarina e criou quatorze novos municípios:⁵⁴⁷ Herval d'Oeste, Sombrio, Presidente Getúlio, Seara, Papanduva, Xanxerê, Dionísio Cerqueira, Mondaí, São Miguel d'Oeste, São Carlos, Palmitos, Itapiranga e Rio Negrinho.⁵⁴⁸

Conforme o censo de 1950, os municípios de Chapecó e de Joaçaba, criados em 1917, foram os únicos formados no oeste catarinense até 1940. No caso de Chapecó, era composto pelos distritos de etnia alemã: Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Mondaí, Palmitos e São Carlos e de etnia italiana São Miguel do Oeste, Xanxerê e Xaxim. Esses oito distritos alcançaram a

⁵⁴⁷ *Correio Catarinense*, Coronel Freitas, ano III, [s.n], 26 jan. 2006.

⁵⁴⁸ Cf. IBGE, *Enciclopédia dos municípios brasileiros...* 1959, p. 410 e 413.

emancipação em 30 de dezembro de 1953, além de Abelardo Luz, Campo Erê, Caxambu e Guatambu, que se emanciparam mais tarde.⁵⁴⁹

Na década de 1950 o contexto político que possibilitou a emancipação de Xaxim esteve fortemente influenciado pelas forças econômicas locais representadas especialmente pela família Lunardi, proprietária da antiga subcolonizadora Irmãos Lunardi e detentora de alguns dos maiores grupos econômicos regionais do oeste catarinense: o frigorífico Diadema (atual frigorífico Diplomata) e André Lunardi & Cia.

Segundo a historiadora Eli Bellani, “na época a vila que tivesse sua área com o aparelho administrativo representava poder e liderança regional, política, social e econômica”.⁵⁵⁰ A trajetória emancipacionista foi trilhada por lideranças políticas ligadas principalmente à indústria e ao comércio, sobressaindo-se o setor empresarial, sobretudo proprietários da antiga subcolonizadora Irmãos Lunardi. A maioria da população do distrito de Xaxim não teve uma participação efetiva no processo.

Atenta-se para alguns aspectos populacionais do município de Xaxim na década de 1950, obtidos em dados do IBGE, representados nas tabelas 3 e 4.

Tabela 3. População do distrito de Xaxim (censo de 1950 - 13.510 hab.)

Zona	Densidade	Percentual de Xaxim	Percentual de SC
Rural	11,9 hab. por km ²	89,7%	76,4%

Fonte: Elaboração da autora, com base em: IBGE, *Enciclopédia...* 1959, p. 413.

Tabela 4. Aglomerações urbanas do distrito de Xaxim (censo de 1950)

Local	Habitantes	Gênero	
Vila de Xaxim	1.329	Homens	652
		Mulheres	677
Vila de São Domingos	61	Homens	33
		Mulheres	28

Fonte: Elaboração da autora, com base em: IBGE, *Enciclopédia...* 1959, p. 413.

No período que antecedeu a emancipação do distrito de Xaxim acentuava-se a diferença entre a população rural e urbana, superando em 13,3% a média de Santa Catarina. Estima-se que 25% das pessoas em idade ativa (mais de dez anos) ocupavam-se no ramo da agricultura, pecuária e silvicultura. Chama a atenção à centralização da população urbana entre as aglomerações: vila de Xaxim e a vila de São Domingos.

⁵⁴⁹ Cf. ZAMPIERON, Rosemari. *Emancipações no Oeste de Santa Catarina no ano de 1953*. 2000. Monografia (Especialização em História Regional) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2000, p. 52.

⁵⁵⁰ BELLANI, *Vereador...* 2003, p. 50.

De outro prisma, analisa-se a formação partidária em Xaxim, que durante a primeira legislatura gravitou em torno de três partidos políticos, correlacionados com poderes regionais, estaduais e nacionais.

5.6 Formação partidária

Com a emancipação de Xaxim em 20 de fevereiro de 1954, o primeiro prefeito nomeado foi Laurindo Lunardi, primo de Luiz Lunardi, primeiro prefeito eleito em 3 de outubro de 1954, ambos filiados ao Partido Social Democrático (PSD).

De acordo com a cientista política, Maria Mercedes Loguercio Cánepa, o PSD, primeiro partido em âmbito local a assumir a legislatura na década de 1950, era “organizado em torno das interventorias estaduais, portanto intrinsecamente vinculado à estrutura política do Estado Novo, sobretudo, a máquina política administrativa montada neste período”.⁵⁵¹

O PSD chapecoense foi controlado pela família Bertaso, representada por Serafim Bertaso (engenheiro, madeireiro e colonizador), filho de Ernesto Bertaso. O diretório municipal era composto por cidadãos atuantes economicamente na região, como foi o caso de Luiz e André Lunardi, colonizadores, comerciantes, madeireiros, industriais, amigos e compadres dos Bertaso. O pessedismo chapecoense dominou, nos primeiros anos do período multipartidário nos distritos de Xaxim e de Dionísio Cerqueira, regiões de colonização italiana e de caboclos.⁵⁵²

O PSD, partido político local que elegeu Luiz Lunardi no primeiro pleito xaxinense, também recebeu em nível nacional a maioria das pastas, incluindo os ministérios do Exterior, da Fazenda, da Justiça, Educação e Saúde.⁵⁵³ No segundo mandato de Vargas a oposição mais acirrada em Xaxim era da UDN, quando Luiz Zambenedetti concorreu ao governo municipal, opondo-se a Luiz Lunardi.

Os partidos atuantes na primeira legislatura em Xaxim foram o PSD, a UDN e o Partido Social Progressista (PSP), todos criados no final Estado Novo. Com a redemocratização do país, a partir de dezembro de 1945, surgiu o PSD, partido que “era a

⁵⁵¹ CÁNEPA, *Partidos e representações políticas...* [s.d.]. Ver o capítulo 4.

⁵⁵² Cf. HASS, *Os partidos políticos e a elite chapecoense...* 2001, p. 162-165.

⁵⁵³ Cf., FGV-CPDOC. Era Vargas. In: *Diretrizes do Estado Novo*, 2002, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_fim_ppn.htm>. Acesso em: 10 de jan. 2007.

continuação do conservadorismo republicano, em cuja composição dominavam os proprietários e produtores rurais”.⁵⁵⁴

Além deste partido, com a abertura política posterior a 1945, surgiram partidos estruturados sob o comando do líder deposto, Getúlio Vargas; como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Social Progressista (PSP), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Liberal (PL), Partido Social Trabalhista (PST).⁵⁵⁵

Para Héglio Trindade, a redemocratização do pós-45, em termos nacionais, significou uma reestruturação das forças políticas, com a transição do autoritarismo estadonovista à experiência de democracia populista sob a égide de um sistema multipartidário.⁵⁵⁶ Dentro do contexto multipartidário, a UDN, fundada em 7 de abril de 1945, reunia correntes oposicionistas a Vargas e tinha sua estrutura formada por setores oligárquicos e clãs políticos estaduais.⁵⁵⁷

Em Santa Catarina, a UDN foi constituída em 13 de maio de 1945 e ficou sob o controle da família Ramos, originária de Lages e grande proprietária rural. Nereu Ramos foi interventor do estado em Santa Catarina, senador de 1945 a 1954, deputado federal em 1950, presidente da República de novembro de 1955 a janeiro de 1956, comandando a máquina política, apresentou as melhores votação nos contextos rurais e de baixa industrialização no período multipartidário.⁵⁵⁸

A UDN de Chapecó foi fundada em 11 de dezembro de 1946. Em razão da fraca estruturação do partido no município, seus membros não concorreram a cargos eletivos estaduais.⁵⁵⁹ Foi o partido do candidato Luiz Zambenedetti, que concorreu ao primeiro pleito eleitoral de Xaxim, com Luiz Lunardi do PSD, candidato vitorioso.

A partir de 1950, a máquina estadonovista do PSD, em níveis nacional e estadual, vai perdendo sua hegemonia em relação aos outros partidos políticos, o que também se percebe em Xaxim. O PSD venceu as eleições para prefeito com Luiz Lunardi, mas não obteve a maioria no Legislativo, onde o poder foi dividido entre a UDN e o PSP.

⁵⁵⁴ PIAZZA, Walter F. *O Poder Legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias 1834 - 1984*. Florianópolis: Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1984, p. 419.

⁵⁵⁵ HANSS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense...* p. 145.

⁵⁵⁶ Cf. TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1979, p. 64.

⁵⁵⁷ Cf., FGV-CPDOC. Era Vargas. In: *Diretrizes do Estado Novo*, 2002, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_fim_ppn.htm>. Acesso em: 11 jan. 2007.

⁵⁵⁸ Cf. HASS, *Os partidos políticos e a elite chapecoense...* 2001, p. 149.

⁵⁵⁹ *Ibidem*, p. 63.

Outro partido que figurou na primeira eleição de Xaxim foi o Partido Social Progressista (PSP), que elegeu um vereador, Osmar Conte. Este partido foi fundado em junho de 1946, em São Paulo, por Ademar de Barros. Foi representado por um presidente da República, José Café Filho, o vice de Vargas em seu segundo mandato e que assumiu a presidência depois do suicídio de Vargas.⁵⁶⁰

O estudo sobre os três partidos políticos – o PSD, a UDN e o PSP – que figuraram no primeiro pleito eleitoral de Xaxim foi realizado segundo uma perspectiva teórica correlacionada com os poderes regionais, estaduais e nacionais.

Quando houve a emancipação de Xaxim em âmbito nacional o PSD detinha a liderança, inclusive com a presidência e, em âmbito estadual, a UDN governava e era oposição ao PSD xaxinense. No que se refere à Assembléia Legislativa Estadual, nas eleições de 3 de outubro de 1954, o PSD elegeu 15 deputados, assim como a UDN. Também foram escolhidos nove representantes de outros partidos; Nereu de Oliveira Ramos foi vitorioso para o Senado, eleito pela Aliança Social Trabalhista (Aglutinação do PTB com o PSD).

Na mesma eleição em que Luiz Lunardi foi eleito prefeito de Xaxim, em 3 de outubro de 1954, no plano estadual, o governo eleito foi Jorge Lacerda, eleito duas vezes deputado federal pela UDN e originário do PRP, pelo qual foi lançado a governador com o apoio do PDC, e Heriberto Hülse, vice-governador, após a administração de Irineu Bornhausen, também udenista. Na mesma eleição foi eleito para a presidência da República Juscelino Kubitschek de Oliveira e seu vice João Goulart (PSD e PTB), derrotando Plínio Salgado, da UDN e seus aliados.⁵⁶¹

A importância dos dados apresentados para esta pesquisa demonstra que, durante o governo udenista de Irineu Bornhausen, os pessedistas xaxinenses perseguiram a emancipação e eram oposição ao governo do estado. Em Xaxim, o líder político do PSD, Luiz Lunardi, e seu aliado, Laurindo Dário Lunardi, representaram a elite política no Executivo xaxinense na primeira legislatura.

5.7 Colonizadores no executivo

O interesse em investigar o perfil da elite política xaxinense representada no Executivo pelos primos Laurindo Dário Lunardi, primeiro prefeito nomeado, e Luiz Lunardi, primeiro

⁵⁶⁰PAULA, Christiane Jalles de. *O difícil caminho de uma candidatura*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/jk_rumo_a_presidencia/O_dificil_caminho_de_uma_candidatura.asp>. Acesso em: 10 jan. 2007.

⁵⁶¹ Cf. PIAZZA, *O poder Legislativo Catarinense...* 1984, p. 400.

prefeito eleito, não é o de glorificar conforme a história tradicional e positivista os grandes líderes políticos, mas observar características do grupo que compôs o cenário político da região em estudo. Esta escolha visa correlacionar esses atores com a própria elite representada pelos colonizadores.

Quadro 4. Executivo xaxinense – Primeira legislatura (3 out. 1954)

Executivo		Período	Votos	Partido	Profissão	Zona
Laurindo Dário Lunardi	Nomeado	20 fev. 1954 a 3 out. 1954		PSD	Advogado, madeireiro e colonizador	Urbana
Luiz Lunardi	Eleito	15 nov. 1954 a 15 nov. 1958	1241	PSD	Industrial, colonizador, comerciante e madeireiro	Urbana

Fonte: Elaboração da autora, com base em: SANTA CATARINA. Justiça eleitoral. Junta eleitoral da 35ª zona de Chapecó. *Extrato da Ata final de apuração*, Chapecó, 12 nov. 1954.

Laurindo Dário Lunardi, do PSD, foi nomeado como prefeito provisório pelo governador Irineu Bornhausen, da UDN, assumindo em 20 de fevereiro de 1954 e governando até 3 de outubro de 1954, quando se realizou a eleição municipal. Acerca da nomeação do primeiro prefeito de Xaxim, Danilo Luiz Stefanello, secretário da prefeitura de Xaxim a partir de 1956, afirmou: “O governador queria que o prefeito fosse da UDN. E como udenista assim foi nomeado. Esta história segundo o que Luiz Lunardi contava.”⁵⁶²

A nomeação do primeiro prefeito xaxinense revela que a composição inicial dos possedistas sofreu alterações em favor da aprovação da emancipação pelo então governador Irineu Bornhausen da UDN. Mesmo o PSD dominando ao longo do tempo no distrito de Xaxim, Laurindo Dário Lunardi desligou-se do partido assumindo pela UDN, uma estratégia política adotada na luta pela emancipação.

O prefeito Laurindo Dário Lunardi nasceu em 25 de dezembro de 1914, em Fagundes Varela - RS. Filho de Pedro Lunardi e Giacomina Gheller era descendente da primeira geração de italianos no Brasil, cujo pai foi um dos quatro proprietários da subcolonizadora Irmãos Lunardi. Estudou em Gaurama, Veranópolis, Estação Barro, Passo Fundo, onde também fez Tiro de Guerra e Porto Alegre, onde cursou a Faculdade de Direito.⁵⁶³

Foi presidente da Cooperativa Central dos Madeireiros em Porto Alegre, que congregava 15 outras cooperativas do Rio Grande do Sul e comercializava com os países do Prata. Ao longo do tempo deixou a organização, comprou um pinhal em Vacaria e passou a

⁵⁶² STEFFANELLO, Danilo Luiz. *Entrevista concedida a Valdirene Chitolina*. Xaxim, 9 jan. 2007.

⁵⁶³ Cf. SILVESTRIN, *Lunardi...* 2003, p. 387.

trabalhar com a produção de madeira; na vila de Xaxim foi proprietário das terras herdadas de seu pai.⁵⁶⁴

Laurindo Lunardi instalou-se na vila de Xaxim onde seus familiares já se encontravam desde a década de 1920, e foi responsável pela condução de todo o processo pró-emancipação. Seu primo Luiz Lunardi comandou a política no distrito e a André Lunardi coube defender a criação na Câmara de Vereadores de Chapecó. O primeiro prefeito xaxinense era advogado, formado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e revelou-se um importante articulador político pró-emancipação.

Assim como no Brasil, as faculdades de Direito, desde sua fundação, no final do século XIX, estiveram profundamente vinculadas à dinâmica que marcou a independência política brasileira. Criou-se, pois, nessas faculdades uma *intelligentesia* local apta a enfrentar os problemas da nação, visto que os bacharéis detinham prestígio político, que advinha da carga simbólica e das possibilidades que se apresentavam aos profissionais do Direito.⁵⁶⁵ No distrito de Xaxim, nos anos que antecederam a emancipação, Laurindo Dário Lunardi converteu-se de bacharel para intelectual e orador da sociedade local.

Observando as diversas características do perfil de Laurindo Dário Lunardi, nota-se que sua formação em advocacia foi decisiva para a chegada ao Executivo xaxinense. Além disso, era madeireiro e mantinha relações com o exterior; proprietário de terras, migrante sul-rio-grandense, filho de colonizadores e descendente de italianos, detinha o apoio das maiores forças econômicas do distrito de Xaxim, representadas pelos colonizadores Luiz e André Lunardi, que fizeram parte da elite política de Chapecó até o período da emancipação de Xaxim. Após, os primos assumiram cargos políticos no recém-formado município.

Após o breve mandato de oito meses de Laurindo Dário Lunardi, prefeito nomeado, Luiz Lunardi elegeu-se em 3 de outubro de 1954 pelo PSD, tornando-se o primeiro prefeito eleito por voto direto no município de Xaxim. Empossado em 15 de novembro de 1954, administrou o município até 15 de novembro 1959. Nascido em 15 de julho de 1898 em Fagundes Varela - RS, filho de João Lunardi e Brígida Giotto, casou-se com Emilia Sotili e com ela teve oito filhos. Seu pai foi um dos quatro proprietários da subcolonizadora Irmãos Lunardi. Faleceu em 21 de agosto de 1981.

Nos tempos da colonização da fazenda Rodeio Bonito, Luiz Lunardi revendia aos colonos sul-rio-grandenses as terras da subcolonizadora e comercializava outras áreas de

⁵⁶⁴ Ibidem, p. 384.

⁵⁶⁵ SCHWARTZ, Silvia M. *O espetáculo da raça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 142.

propriedade da família Bertaso, principalmente em Veranópolis e Guaporé, região em que a família Lunardi se fixara ao chegar da Itália.

Como madeireiro, comercializava com a Argentina e Uruguai. Foi sócio-fundador da Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai, com sede em Chapecó, e também sócio da empresa Irmãos Lunardi. Na antiga fazenda Rodeio Bonito lidava com o comércio de erva-mate e também assumiu a construção da estrada entre Xaxim e Ponte Serrada, com mais de duzentos trabalhadores. Foi membro da diretoria do frigorífico Diadema, cargo que mais tarde cedeu para o irmão Elgydio Lunardi.⁵⁶⁶

Antes de assumir o Executivo em Xaxim, Luiz Lunardi foi diversas vezes vereador chapecoense, superintendente do distrito, chefe político local e participou da estruturação do PSD em Chapecó, sendo membro do diretório municipal do partido.

No período em que Xaxim foi distrito, Luiz Lunardi elegeu-se para o Conselho Municipal de Chapecó na legislatura de 1923-1926 e para o quadriênio 1927-1930; foi conselheiro suplente⁵⁶⁷ pelo Partido Liberal Catarinense (PLC) e assumiu uma cadeira logo depois. Foi o fundador do PSD no distrito de Xaxim, pelo qual foi eleito vereador para a legislatura de 1948-1951. Em Chapecó o primo André Lunardi assumiu a legislatura seguinte de fevereiro de 1951 a fevereiro de 1955, como vereador. Em agosto de 1953, Luiz Lunardi foi presidente do Legislativo chapecoense, incentivando a volta para a votação em plenário dos pedidos de emancipação dos distritos.⁵⁶⁸

Luiz Lunardi, do PSD, elegeu-se prefeito de Xaxim em 3 de outubro de 1954, obtendo 1.241 votos; seu adversário, Luiz Zambenedetti, da UDN, fez 943 votos, num total de 2.243 votantes.⁵⁶⁹ Neste período, segundo o censo de 1950, a população era de 13.510 habitantes.⁵⁷⁰ Ao longo de sua carreira política, em Xaxim, Luiz Lunardi recebeu no casarão da família, personalidades como Adolfo Konder, Nereu Ramos, Celso Ramos, Ivo Silveira e até tradicionais adversários, como Irineu Bornhausen e sua mulher Marieta.⁵⁷¹

O conjunto de dados apresentado sobre Luiz Lunardi revela características do seu perfil social: colonizador, migrante sul-rio-grandense, membro da segunda geração de italianos no Brasil. Ao longo da carreira profissional realizou múltiplas atividades: lidou com

⁵⁶⁶ SILVESTREIN, *Lunardi...* 2003, p. 404 a 409.

⁵⁶⁷ O cargo de conselheiro equivalia ao atual cargo de vereador e o cargo de superintendente, a prefeito.

⁵⁶⁸ Cf., BELLANI, *Vereador...* 2003, p. 56-57, 183-243.

⁵⁶⁹ SANTA CATARINA. Justiça eleitoral. Junta eleitoral da 35ª zona de Chapecó. *Extrato da Ata final de apuração*, Chapecó, 12 nov. 1954. (Diploma a cidadã vereadora Rosa Zambenedetti).

⁵⁷⁰ IBGE, *Enciclopédia dos municípios brasileiros...* 1959, p. 414.

⁵⁷¹ Cf. SILVESTREIN, *Lunardi...* 2003, p. 333.

o comércio de terras; foi madeireiro mantendo relações internacionais, industrial; vereador por Chapecó e líder político no distrito de Xaxim.

Além de observar a elite política que compôs o Executivo na primeira legislatura, no quadro 5 expõem-se características dos candidatos à Câmara de Vereadores de Xaxim nas eleições de 3 de outubro de 1954.

Candidatos a cargos eletivos do novo município

Quadro 5. Candidatos à primeira legislatura de Xaxim com respectivo partido, votos, profissão e zona de residência (1954)

Candidatos	Partido	Votos	Profissão	Zona
Elgydio Lunardi	PSD	197	Advogado	Urbana
Antônio Barbiero	PSD	111	Agricultor	Rural
André Lunardi	PSD	101	Industrial, comerciante e madeireiro	Urbana
Antônio de Toni	PSD	90	Comerciante	Rural
Fiorelo Scanagatta	PDS	30	Comerciante	Rural
Sigisfredo Dall Bello	PSD	83	Alfaiate e hoteleiro	Urbana
Dante Lorenzoni	PSD	68	Madeireiro	Urbana
Ildefonso Lopes da Silva	PSD	30	Madeireiro	Urbana
Joaquim Leôncio Silva	PSP	18	Telegrafista	Urbana
Arnaldo Francisco dos Santos	UDN	326	(Intendente de São Lourenço) Latifundiário	Urbana
Domingos Henrique Faé	UDN	117	Presidente da Cooperativa Mista Xaxim	Urbana
Rosa Lunardi Zambenedetti	UDN	117	Do lar, parteira e catequista	
Amélio Panizi	UDN	92	Comerciante	Urbana
Hugo Alcides Braga	UDN	61	Funcionário do Ministério da Agricultura	Urbana
Mario Pagani	UDN	52	Comerciante	Rural
Antônio Dalla Rosa	UDN	50	Madeireiro	Rural
Aniceto Zambenedetti	UDN	27	Contador	Urbana
Luiz Cortelini	UDN	21	Agricultor	Rural
Osmar Conte	PSP	162	Madeireiro	Rural
Ângelo Mela	PSP	129	Madeireiro	Urbana
Rosalvo Ogliari	PSP	69	Industrial	Urbana
Getúlio Ceni Lunardi	PSP	57	Contador	Urbana
Armando A. Spinatto	PSP	43	Presidente da Cooperativa de Anita Garibaldi	Rural
Érico Romualdo Lunardi	PSP	42	Contador	Urbana
Branços		57		
Nulos		20		

Fonte: Elaboração da autora, com base em: SANTA CATARINA. Justiça eleitoral. Junta eleitoral da 35ª Sobre a profissão e a residência: STEFFANELLO, Danilo Luiz. Entrevista citada.

Os candidatos que concorreram ao primeiro pleito eleitoral de Xaxim formavam uma elite comercial com 38% dos representantes, seguidos pelos madeireiros, com 28%;

contabilistas, com 14,3%; funcionários públicos, 19%; industriais, 9,5%; advogados, com 4,7%; e do lar 4,7%.

O Quadro 5 mostrou o perfil social de todos os candidatos ao Legislativo xaxinense; na seqüência os vitoriosos são relacionados no quadro 6.

Quadro 6. Composição da Câmara de Vereadores de Xaxim (3 out. 1954)⁵⁷²

Vereadores	Partido	votos	Profissão	Zona
Arnaldo Francisco dos Santos	UDN	326	Político (intendente de São Lourenço) e proprietário de terras	Urbana
André Lunardi	PSD	101	Colonizador, industrial, madeireiro e comerciante	Urbana
Antônio Barbiero	PSD	111	Agricultor	Rural
Elgydio Lunardi	PSD	197	Advogado	Urbana
Hugo Alcides Braga			Fiscal do Ministério da Agricultura	Urbano
Osmar Conte	PSP	162	Madeireiro	Rural
Rosa Lunardi Zambenedetti	UDN	117	Do lar, parteira e catequista	Urbana

Fonte: Elaboração da autora, com base em: SANTA CATARINA. Justiça eleitoral. Junta eleitoral da 35ª... ; TER, Santa Catarina. Re: *histórico das eleições Xaxim (SC)* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <piva@tre-sc.gov.br; "cjd" cjur@tre-sc.gov.br> em: 07 fev. 2007.; STEFFANELLO, Danilo Luiz. Entrevista citada.

Na constituição partidária dos representantes da Câmara de Vereadores de Xaxim eleitos em 3 de outubro de 1954, sobressai o multipartidarismo, representado pela UDN, com 868 votos; pelo PSD, com 792 votos, e pelo PSP, com 505 votos. O quociente eleitoral foi de 317 e o quociente partidário do PSD 3; da UDN, 3, e do PSP, 1; num total de votantes de 2.243. As duas maiores forças políticas de Xaxim eram o PSD e a UDN; o PSP fez uma campanha inexpressiva elegendo um único vereador.⁵⁷³

Utilizando um termo de Hélgio Trindade, outro aspecto perceptível foi a “gauchização” da política em Xaxim com reflexos locais e regionais nos cargos dos líderes políticos.⁵⁷⁴ É uma amostra de que a população local estava ligada afetiva e politicamente ao Rio Grande do Sul. Os partidos criados por Vargas representavam um elo com a antiga pátria.

Com base no estudo da composição da Câmara de Vereadores formada na primeira legislatura xaxinense, compreendem-se as aspirações e as tendências que marcaram as etapas da evolução política da antiga Fazenda Rodeio Bonito desde a colonização até a emancipação.

No quadro 6, observa-se a força política dos funcionários públicos Hugo Alcides Braga e Arnaldo Francisco dos Santos, que aparecem com a representação de 28,5%; como

⁵⁷² As Câmaras Municipais são herança dos portugueses, que, uma vez instalados no Brasil, a partir de 1532, em São Vicente (SP) elevaram a sede da Capitania à categoria de vila. Em Xaxim a Câmara de Vereadores foi criada em 15 de novembro de 1954. (Cf. In: *Pequena História das Câmaras Municipais Brasileiras*).

⁵⁷³ SANTA CATARINA. Justiça eleitoral...; STEFFANELLO, Danilo Luiz. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 9 jan. 2007.

⁵⁷⁴ TRINDADE, *Integralismo...* 1979, p. 56.

profissional liberal, Elgydio Lunardi figura com 14,2% e os madeireiros André Lunardi e Osmar Conte, com 28,5%; o agricultor Antônio Barbiero, com 14,2%, e no caso de Rosa Lunardi Zambenedetti, do lar, parteira e catequista, com 14,2% de representação. Além disso, ficam evidentes os 86% de representação masculina. Fica claro o perfil centralizador do Legislativo e do Executivo, pois 42,8% dos vereadores eleitos descendiam da família Lunardi.

As lideranças políticas ligavam-se ao setor urbano, com 71,4% dos componentes. Por outro lado, os eleitores eram essencialmente rurais, pois conforme o censo de 1950, a população rural do distrito de Xaxim era de 89,7%.

Quando os governantes e vereadores assumiram seus respectivos cargos na posse de 15 de novembro de 1954, o cotidiano governamental da elite política xaxinense foi representado parcialmente nas atas das reuniões da Câmara de Vereadores de Xaxim. Por considerar importante o desfecho da atuação da primeira catarinense a assumir o cargo de vereadora no estado, lança-se um olhar superficial apenas à participação de Rosa Lunardi Zambenedetti.⁵⁷⁵

Atenta-se para o detalhe observado nas atas das sessões da Câmara de Vereadores de Xaxim durante a primeira legislatura de ausência por um período de três anos da vereadora Rosa Lunardi Zambenedetti, que compareceu às sessões de 15 de novembro de 1954 a 10 de novembro de 1955. Não há no documento justificativa para o afastamento do cargo.⁵⁷⁶

Resultados alcançados

Com base nas interpretações realizadas neste último capítulo, pode-se afirmar que a área do município de Xaxim foi demarcada pela extensão territorial da fazenda Rodeio Bonito, adquirida em 1920 pela Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, denominada nesta pesquisa de subcolonizadora Irmãos Lunardi, a qual adquiriu a fazenda da Bertaso Maia & Cia. No período da Primeira República, a aquisição de terras representava o melhor meio para se alcançar fortuna e, posteriormente, ocupar cargos políticos.

Sempre atendendo às necessidades locais da elite econômica, a antiga fazenda Rodeio Bonito foi se organizando administrativamente. O núcleo caboclo de Passo do Xaxim tornou-se distrito de Paz de Hercílio Luz em 21 de janeiro de 1921 e distrito de Xaxim em 13 de

⁵⁷⁵ Segundo fontes orais não comprovadas, Rosa Lunardi Zambenedetti foi a primeira vereadora de Santa Catarina.

⁵⁷⁶ XAXIM. Câmara Municipal de Vereadores. Ata de instalação da Câmara e reuniões ordinárias e extraordinárias, Xaxim. *Atas das sessões de 15 nov.1954 a 10 nov. 1955.*. Livro 1, p. 1-35.

fevereiro de 1929. A sede do distrito tornou-se vila em 31 de março de 1938. O distrito de Xaxim foi parte integrante do território do Iguçu de 1943 a 1946, que, entre muitos objetivos, foi criado “para ser colonizado preferencialmente por gaúchos”.⁵⁷⁷ Oito anos depois da extinção do território, em 20 de fevereiro de 1954, o distrito de Xaxim desmembrou-se de Chapecó.

Constatou-se que a elite política que possibilitou a emancipação jurídico-administrativa da antiga fazenda Rodeio Bonito correlacionava-se com os poderes regionais, estaduais e nacionais e legitimava-se no discurso construído com base “no mito do pioneiro/desbravador que faz com as próprias mãos”.⁵⁷⁸ Luiz Lunardi e tio Pedro Lunardi foram os primeiros a conhecer a fazenda Rodeio Bonito, que mais tarde se constituiria no município de Xaxim. Luiz Lunardi, primeiro prefeito eleito, possuía legitimidade herdada desde o período da colonização; havia gratidão por parte dos migrantes ou por compromissos financeiros.

A trajetória emancipacionista mostrou “que não existe indivíduo isolado: ele está já de início inserido numa coletividade das idéias políticas, ficando assim anulada a validade das idéias políticas referentes ao individualismo”.⁵⁷⁹ A ideia de Pécaut ficou claramente perceptível no processo emancipacionista xaxinense, visto que os poderes nacionais, estaduais e das colonizadoras andaram entrelaçados desde o início da colonização do oeste catarinense.

Outro aspecto significativo observado na primeira legislatura de Xaxim é a força política dos madeireiros, industriais, lideranças ligadas ao setor urbano, embora a maioria dos eleitores residissem no meio rural.

A ocupação cabocla, anterior à colonização sul-rio-grandense, foi alijada pelos detentores do poder político local e regional que estiveram à frente ao processo pró-emancipação da antiga Rodeio Bonito, constituído pelo grupo dedicado ao comércio de terras, ao setor madeireiro, industrial e comercial.

Evidenciou-se na primeira eleição do município de Xaxim que a população escolheu seus representantes e legitimou no poder local antigas forças políticas que haviam ascendido politicamente no município de Chapecó durante o governo de Vargas. Foram líderes que no decorrer do tempo estiveram intimamente ligados aos Bertaso, como foi o caso dos vereadores Luiz Lunardi, primeiro prefeito eleito de Xaxim, e de André Lunardi, vereador de Xaxim no primeiro pleito de 3 de outubro de 1954.

⁵⁷⁷ WACHOWICZ, Ruy C. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985, p.153.

⁵⁷⁸ ZAMPIERON, *Emancipações no Oeste de Santa Catarina no ano de 1953...* 2000. Ver a introdução.

⁵⁷⁹ PÉCAUT, *Os intelectuais e a política no Brasil...* 1999, p. 47.

Com a criação do município de Xaxim, descentralizaram-se de Chapecó os poderes Executivo, Legislativo e, mais tarde, o Judiciário. Assim, legitimou-se em Xaxim o poder local, já centralizado pelo grupo social dos colonizadores, madeireiros e industriais, economicamente privilegiados. Eram empreendedores que no processo de colonização investiram na infraestrutura da antiga fazenda Rodeio Bonito.

A visão de progresso, geralmente publicada em fontes de imprensa e defendida por memorialistas, legitima uma versão da história que desfoca as tramas, os interesses econômicos, as imbricações políticas e religiosas que permearam o processo emancipacionista da antiga Rodeio Bonito, um processo que alijou grupos sociais subalternos.

Além disso, é importante lembrar das dificuldades para a obtenção de fontes para este estudo, visto que os documentos referentes aos processos da formação jurídico-administrativa de Xaxim não foram localizados. As atas de instalação do distrito, do município e da posse das autoridades foram perdidas quando o antigo prédio da Prefeitura de Chapecó foi alagado; a própria Câmara de Vereadores e a Prefeitura de Xaxim desconhecem a documentação.

As conclusões deste capítulo apresentam, portanto, vastas perspectivas de novos estudos, a serem aprimorados ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação, desenvolvida na linha de pesquisa “Economia, Espaço e Sociedade”, investigou o processo de colonização empreendido na fazenda Rodeio Bonito, no oeste de Santa Catarina, de 1920 a 1954, em suas múltiplas correlações entre caboclos, migrantes e colonizadores, que, imbricadas a um conjunto de fatores, interagiram e produziram a territorialidade de nove municípios da região.

No decorrer da pesquisa constatou-se que o atual oeste de Santa Catarina é uma invenção política instituída oficialmente em 1916, com o fim da Questão do Contestado. Ao longo de sua formação histórica, foi um território disputado entre países e unidades nacionais. Em virtude da herança luso-espanhola, a Argentina disputou com o Brasil o direito à posse das terras do oeste catarinense na Questão de Palmas, litígio resolvido em 1895. As fronteiras entre os vizinhos foram definidas pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, beneficiando exclusivamente o Brasil. Alguns anos antes, para garantir a posse efetiva da (atual) região oeste ao país, o governo imperial criara a colônia militar de Chapecó.

Entre 1853 e 1916, Santa Catarina e Paraná também disputaram o direito de posse do que compreende hoje aproximadamente 50% do território catarinense, a chamada “região do Contestado”, envolvida numa guerra sertaneja que chegou ao fim com o massacre de milhares de caboclos/indígenas e a rendição dos últimos sobreviventes. No período que precedeu a Guerra do Contestado o caboclo da região integrava-se essencialmente na economia extrativa e tropeira, que tinha como principal rota a estrada de Palmas à região das Missões, no Rio Grande do Sul. Ao longo desse caminho surgiram pequenos povoados, dos quais um foi Passo do Xaxim.

Os caboclos, além das lides ervateira e tropeira, praticavam a agricultura de subsistência, utilizando a técnica da coivara e ferramentas rudimentares para o trabalho. A terra, ocupada em caráter temporário, não lhes representava um bem imobiliário. A alimentação provinha da agricultura, pecuária, caça e coleta de frutas da época. As casas eram construídas em poucos dias, com o uso de recursos naturais. Praticavam o “catolicismo popular” (em sincretismo com religiões indígenas, africanas e europeias) sem a intermediação direta de instituições clericais e mantinham relações de compadrio que legitimavam a ajuda mútua. Em relação à assistência pública estavam abandonados pelo Estado.

No mesmo recorte cronológico em que os caboclos ocupavam as terras do oeste de Santa Catarina (séc. XIX e início do XX), no outro lado do Atlântico, motivados por inúmeras

razões já apontadas na pesquisa, milhares de europeus se lançaram à travessia do oceano Atlântico, rumo à América. Dos que se espalharam pelo sul do Brasil, uma parcela se instalou nas Colônias Velhas do Rio Grande do Sul. Anos mais tarde, os descendentes desses imigrantes partiriam em direção ao oeste catarinense, essencialmente entre as décadas de 1920 a 1960.

Alguns fatores foram determinantes para a instalação dos migrantes sul-rio-grandenses nas novas terras, como a postura do Estado, que, aliado às companhias colonizadoras, criou estratégias para a apropriação das terras em detrimento dos indígenas, negros e dos caboclos. Esses grupos segundo as ideologias do Estado e da intelectualidade, não se encaixavam no perfil modernizador e progressista idealizado para o país naquele momento. Durante o processo colonizador oestino, o caboclo (de matriz indígena, africana, plantina, europeia e outras) foi, paulatinamente, sendo alijado das áreas que ocupava, de forma lícita ou ilícita, tornando-se mão-de-obra subalternizada principalmente nas indústrias madeireiras e na abertura de estradas na região.

Ensejando os objetivos do Estado e das companhias colonizadoras, a primitiva fazenda Rodeio Bonito foi colonizada. Anteriormente, essa área foi propriedade dos herdeiros da baronesa de Limeira, mas nas primeiras décadas do século XX fora considerada terra passível de colonização. Assim, durante o mandato do governador catarinense Hercílio Luz, foi concedida pelo Estado para à colonizadora Bertaso, Maia & Cia. como forma de pagamento pela construção da via carroçável entre Passo dos Índios e Goio-En, um percurso de aproximadamente 30 km.

Ernesto Bertaso, sócio da Bertaso, Maia & Cia., ainda em 1920 vendeu a fazenda Rodeio Bonito, com uma área de 242.000.000 m², para Antônio, Giácomo João e Pedro Lunardi. Em razão dessa transação comercial, constituiu-se a Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, que, em seguida, partiria para a colonização controlada, demarcando lotes destinados à agricultura familiar, à exploração da madeira e, em menor número, voltados ao comércio e à incipiente indústria. Segundo os dados coletados, os compradores eram basicamente de Guaporé, Veranópolis, Antonio Prado, Getúlio Vargas, Bela Vista, entre outros municípios, do Rio Grande do Sul.

Os que saíram das Colônias Velhas do Rio Grande do Sul e migraram para fazenda Rodeio Bonito depararam-se no percurso com singelas picadas, por onde se passava a pé, a cavalo ou em cargueiros. No curso dos anos as antigas picadas foram transformadas em estradas carroçáveis e, mais tarde, em vias rodoviárias. Segundo a pesquisa, na década de

1940 as carroças circulavam lado a lado com os caminhões e, em menor número, com ônibus e automóveis e outros meios de transportes.

Os migrantes sul-rio-grandenses na fazenda Rodeio Bonito potencializaram as terras, exploraram as matas e instalaram dezenas de serrarias. A produção era exportada para a Argentina via rio Uruguai, por balsas. Em consequência do processo colonizador, além das madeiras, surgiram no oeste as bodegas, os moinhos, os alambiques e os frigoríficos os quais articulavam a produção familiar, viabilizando o comércio interno da região.

No oeste catarinense o migrante reconstruiu novos espaços, de acordo com suas necessidades e condições. Em relação ao trabalho, assim como nas Colônias Velhas do Rio Grande do Sul, materializaram-se práticas desiguais na divisão das tarefas. A dominação paterna, a exclusão feminina em relação ao capital acumulado, os poucos recursos, a rígida disciplina, os castigos físicos eram uma realidade na vida privada dos ítalo-sul-rio-grandenses em terras catarinenses.

Outro aspecto constatado no fenômeno colonizador da fazenda Rodeio Bonito foi o descaso com que as autoridades estaduais tratavam a saúde pública na região. A falta de infraestrutura obrigava ao deslocamento dos necessitados para o Rio Grande do Sul, pois só mais tarde, vinte anos depois de iniciado o processo de colonização, em 1942, construiu-se o hospital São Pedro na sede do distrito de Xaxim.

Nas perspectivas religiosa e educacional evidenciadas no processo colonizador da Rodeio Bonito ficou claro que a Igreja Católica e as escolas operavam, na prática, separadamente. No entanto, em conjunto, essas instituições difundiam os ideais de nacionalização e modernidade almejados pelo Estado, além do catolicismo romanizado, que ia ao encontro das necessidades da Igreja Católica a qual visava expandir a cristianização em virtude do crescente processo de secularização que se vivenciava naquele momento.

No aspecto religioso, além dos interesses da Igreja e do Estado, houve o proveito de líderes políticos representados pelos empresários das extintas colonizadoras Bertaso, Maia & Cia. e Irmãos Lunardi. O processo linear de capela, igreja e paróquia materializou-se com o apoio efetivo dos antigos empresários da colonização e os interesses privados buscaram amparo no poder da Igreja. Muitos atores desse cenário figuraram no processo emancipacionista do distrito de Xaxim.

A idéia de progresso, de antiga fazenda para município, desfoca as tramas, os interesses econômicos e as imbricações políticas que permearam a tessitura social de uma região que vivenciou um jogo de interesses que privilegiou colonizadores, madeireiros, comerciantes e industriais, em detrimento da maioria da população, composta por pequenos

proprietários, agricultores, mulheres e caboclos, explicitamente ignorados no processo emancipacionista.

Os atores que perseguiram a emancipação da antiga fazenda Rodeio Bonito ligavam-se, essencialmente, ao setor urbano, e o grupo étnico mais representado foi o dos ítalo-sul-rio-grandenses, seguidos pelos luso-brasileiros. A estrutura social era formada por profissionais liberais, madeireiros, industriais e colonizadores, principalmente membros da família Lunardi, líderes que, além de comandarem suas empresas, voltaram-se para a política. Por outro lado, dos que buscaram a emancipação e tornaram-se candidatos nas eleições de 3 de outubro de 1954 sobressaíram-se os colonizadores, os madeireiros e os industriais.

Perceberam-se as inúmeras mudanças que a fazenda Rodeio Bonito vivenciou a partir de 1920, tais como a depuração do modo de viver do caboclo, que, impotente, foi afastado das áreas que ocupava; a colonização da área por milhares de migrantes sul-rio-grandenses, os quais reconstruíram espaços nas novas terras; a exploração em grande escala da flora regional; a formação de um campesinato voltado para a agricultura familiar; a formação de uma elite política que ensejava participar do poder local e regional, objetivos coroados em 1954 pela emancipação jurídico-administrativa de Xaxim.

De acordo com o contexto trabalhado, esta pesquisa suscita outras questões que poderão ser aprofundadas sobre o fenômeno colonizador da antiga fazenda Rodeio Bonito, as quais se podem destacar:

- As conseqüências das revoluções de 1923, de 1930 e da II Guerra Mundi.
- Outra questão é sobre o comportamento dos caboclos em relação à preservação da natureza, materializada na conservação dos faxinais, e a despreocupação do migrante que explorou e devastou, em larga escala, a flora regional.
- Há quase um século do início da colonização do oeste de Santa Catarina, a concepção de “sertão inculto e atrasado”, em comparação ao litoral, tão nitidamente apontada pelos intelectuais que participaram, em 1929, da expedição de Adolfo Konder, diminuiu ou acentuou-se em relação à política, à economia, à educação, à saúde e a outros serviços públicos prestados pelo Estado?
- Em que momento e por que a Igreja Católica, hegemônica na antiga fazenda Rodeio Bonito, no recorte temporal estudado, perdeu o monopólio da fé cristã e como se deu a pluralização de outras religiões nessa área?
- Que lembranças o migrante idoso guarda na memória sobre a experiência de estudar nos educandários religiosos, no período da colonização?

- Outra questão em aberto refere-se à área da fazenda Rodeio Bonito, que, segundo a documentação pertencente à colonizadora Bertaso, Maia & Cia., utilizada por Walter Piazza e por Renilda Vicenzi, abrangia uma extensão de 288.203.010 m², mas, de acordo com o contrato de venda da Bertaso, Maia & Cia. para a Irmãos Lunardi, era menor, com 242.000.000 m². Por sua vez, fontes do IBGE, no referente à área do município de Xaxim no período da emancipação, citam a extensão de 1.128 km².
- Além disso, existem outros aspectos, como o pleito eleitoral de 1954, que poderão servir de inspiração para trabalhos futuros: a composição social dos eleitores, a locomoção para chegar às urnas, a campanha política e a forma de propaganda, entre outros.

Por certo, as questões abordadas nesta dissertação poderão ser estudadas numa perspectiva mais ampla, apesar de todo o esforço empreendido para interpretar uma realidade que já não existe, mas que faz parte da história de Coronel Martins, Entre Rios, Galvão, Ipuacu, Jupiá, Lajeado Grande, Marema, São Domingos e Xaxim, municípios que no passado constituíram a área da antiga fazenda Rodeio Bonito.

CRONOLOGIA

1494 Tratado de Tordesilhas

1750 Tratado de Madri

1777 Tratado de Santo Ildefonso

1820 A vila de Lages é incorporada a Santa Catarina

1850 Lei de Terras

1853 Paraná torna-se província

1854 Fim das concessões de terras gratuitas

1875 a 1920 Fundação de colônias italianas no Rio Grande do Sul

1875-1914 Data oficial da imigração italiana para o Brasil

1881 Argentina considera os rios Chopin e Chapecó como Peperi-Guaçu e Santo Antônio

1882 Instalação da colônia militar de Chapecó

1889 Proclamação da República

1890 Abertura da picada para a construção da linha telegráfica entre Palmas e Goio-En

1890 Criação do distrito de Chapecó pelo município de Palmas

1891 Primeira Constituição Republicana

1893 Revolução Federalista

1895 Vitória brasileira na Questão de Palmas

1908 Desativação da colônia militar de Chapecó

1912-1916 Guerra do Contestado

1917 Criação dos municípios de Chapecó, Cruzeiro, Mafra e Porto União

1918 Fundação da Companhia Colonizadora Bertaso, Maia & Cia.

1920 a 1960 Período oficial da colonização do oeste catarinense

- 1920** Aquisição da fazenda Rodeio Bonito pela Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi
- 1920** Fundação da Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi (subcolonizadora)
- 1921 a 1925** Pagamento das terras da fazenda Rodeio Bonito para Bertaso, Maia & Cia.
- 1921** Criação do distrito de Paz de Hercílio Luz
- 1923** Dissolução da Bertaso, Maia & Cia.
- 1923** Fundação da Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso
- 1926** A Bertaso entrega ao Estado a via carroçável entre Passo dos Índios e Goio-En
- 1929** Criação do distrito de Xaxim
- 1929** Viagem de Adolfo Konder ao oeste de Santa Catarina
- 1930 a 1950** Crescente exploração de madeira na região oeste de Santa Catarina
- 1930** Declínio da economia ervateira
- 1930** Revolução Tenentista
- 1934** Dissolução da Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi
- 1937 a 1945** Estado Novo
- 1937** Abertura da estrada entre Xaxim e Ponte Serrada
- 1939** Criação do frigorífico Diadema, com a razão social de André Lunardi & Cia.
- 1939** Fundação da Sociedade Hospitalar Santo Antônio em Chapecó
- 1940** Criação da paróquia São Luiz Gonzaga de Xaxim
- 1940**
Expressiva colonização sul-rio-grandense em Santa Catarina
- 1940** Fornecimento de energia elétrica na sede do distrito de Xaxim
- 1942** Criação da Cooperativa Madeireira do Vale do Rio Uruguai
- 1942** Fundação do hospital São Pedro no distrito de Xaxim
- 1943** Criação do território federal do Iguaçu
- 1946** Dissolução do território federal do Iguaçu
- 1947-1951** Construção da igreja matriz São Luiz Gonzaga de Xaxim
- 1954** Emancipação jurídico-administrativa de Xaxim

FONTES DE PESQUISA

1 Fontes escritas localizadas nos acervos e/ou arquivos:

Acervo Casa da Cultura, Xaxim.

Acervo da Justiça Eleitoral, Chapecó.

Acervo da Justiça Eleitoral, Xaxim.

Acervo documental da Câmara de Vereadores de Chapecó.

Acervo documental da Câmara de Vereadores de Xaxim.

Acervo documental da Escola de Educação Básica Gomes Carneiro, Xaxim.

Acervo documental da Prefeitura de Xaxim.

Acervo Documental particular de Rui Longhi, referente à subcolonizadora Irmãos Lunardi.

Acervo documental, particular de João Carlos Dal Bello, atas sobre o processo emancipacionista de Xaxim.

Arquivo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Ceom/Unochapecó), Chapecó.

Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral, Florianópolis.

Biblioteca Pública de Xaxim.

Livro de tombo da paróquia São Luiz Gonzaga, Xaxim.

2 Periódicos

A Voz de Chapecó. Chapecó, ano VII, n. 111, 17 nov. 1946.

A Voz de Chapecó. Chapecó, ano VII, n. 95, 28 de jul. 1946.

Correio Catarinense, Coronel Freitas, ano III, [s.n.], 26 jan. 2006.

3 Fontes orais – Entrevistas

ALMEIDA, Justino dos Santos. Entrevista concedida a Claudio Orso e Maria de Oliveira. Xaxim, 10 jan. 1994.

CARLETTI, Clementina Brandalise. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 30 maio 2007.

DAL BELLO, Carlos Alberto. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 16 ago. 2007.

DALL AGNOL, José. Entrevista concedida a Eduardo Lunardi e Lademir Dall Inha. Xaxim, 27 jul. 1987.

DALL AGNOL, Odila. Entrevista concedida a Eduardo Lunardi e Lademir Dall Inha. Xaxim, 27 jul. 1987.

DALLA ROSA, Iraci Lopes. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 10 ago. 2007.

FUCINA, João. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Xaxim, 27 out. 1989.

GIOTTO, Dirce. Entrevista concedida a Eduardo Lunardi e Lademir Dall Inha. Xaxim, 25 mar. 1987.

LOCATELLI, Zeferina Pallaoro. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Xaxim, 22 nov. 1989.

LONGHI, Rui. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Passo Fundo, 14 set. 2006.

LUNARDI, Adolfo. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Xaxim, 26 nov. 1987.

LUNARDI, Aida. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 13 abr. 2007.

LUNARDI, Ambrosina. Entrevista concedida a Eduardo Lunardi e Lademir Dall Inha. Xaxim, 8 de maio 1987.

LUNARDI, Ermelinda Anunciata Sotilli. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim. 13 abr. 2007.

NARDI, Arnaldo Sergio. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 10 de ago. 2007.

NEGRI, Olímpio. Entrevista concedida a Eduardo e Lunardi Lademir Dall Inha. Xaxim, 16 jul. 1987.

NEGRI, Olímpio. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Xaxim, 16 ago. 1987.

NEGRI, Orélio. Entrevista concedida a Claudio Orso e Maria de Oliveira. Xaxim, 08 de jan. 1987.

ORTIGARA, Lourdes Lunardi. Entrevista concedida Claudio Orso e Maria de Oliveira. Xaxim, 10 jan. 1994.

PAGANI, Erasmo. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Xaxim, 17 jul. 1989.

PEDROSO, Maria Gertrudes. Entrevista concedida a Maria Aparecida dos Santos. Linha Cachoeirinha, Xaxim, mar. 1987. (Ceom/Unochapecó).

PENSIN, Afonso. Entrevista concedida a Eduardo Lunardi e Lademir Dall Inha. Xaxim, 24 abr. 1987.

PENSIN, Ema Inês Carletti. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 17 de ago.2007.

PENSIN, Luiz. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 17 de ago. 2007.

SANTOS, Artur Veloso. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Xaxim, 23 jul. 1990.

SARTORI, Ângelo. Entrevista concedida a Eduardo Lunardi e Lademir Dall Inha. Chapecó, 12 fev. 1987.

SILVA, Darci Lopes. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Xaxim, [s.d.] jul. 1990.

SILVA, Francisco Oliveira da. Entrevista concedida a Eduardo Lunardi e Lademir Dall Inha. Xaxim, 04 jan. 1987.

SILVA, Ildefonso Lopes. Entrevista concedida a Arlene Renk. Xaxim. (Ceom/Unochapecó). [s.d.].

STEFFANELLO, Danilo Luiz. Entrevista concedida a Valdirene Chitolina. Xaxim, 09 jan. 2007.

STIEVEN, Maria. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Xaxim, 16 ago. 1982.

ZANCO, José. Entrevista concedida a Rosangela Zanco Fontana. Xaxim, 18 nov. 2001. (Ceom/Unochapecó).

ZMIJEVSKI, Casemira. Entrevista concedida a Maria de Oliveira. Distrito de Lajeado Grande, Xaxim, 29 nov. 1989.

4 Sites consultados

ENCICLOPÉDIA, Simpósio. *Origem e formação*. Santa Catarina: UFSC, 1997. Disponível em: < www.simpozio.ufsc.br/Port/9-enc/y-mega/Hercilio/953sc002.htm>. Acesso em: 10 jan. 2006.

FGV-CPDOC. Era Vargas. In: *Diretrizes do Estado Novo*, 2002, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_fim_ppn.htm>. Acesso em: 10 jan. 2007.

IBGE *from* Santa Catarina: Banco de dados. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/saodomingos.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2008.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Centro de Estudos Jurídicos. Disponível em: <portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/negocios_juridicos/pgm/cejur/0002>. Acesso em: 12 nov. 2007.

SANTA CATARINA. Lei n. 8.531, de 30 de março de 1992. Disponível em: < [http://pt.wikisource.org/wiki/Lei Estadual de Santa Catarina 8561 de 1992](http://pt.wikisource.org/wiki/Lei_Estadual_de_Santa_Catarina_8561_de_1992)>. Acesso em: 2 fev. 2008.

5 Referências

ALBA, Rosa Salete. *Introdução ao estudo de geografia de Santa Catarina*. Chapecó: Unochapecó, 2003.

ANGELI, Heitor Lothieu. *O velho balseiro*. Porto Alegre: Est, 2000.

AURAS, Marli. *Guerra no Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1997.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000, p. 166.

BELANNI, Eli Maria. Balsas e balseiros no Rio Uruguai. In: *CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina: Cadernos do Ceom*. Chapecó: Argos, 2006.

BELLANI, Eli Maria. *Vereador: no Poder Legislativo de Chapecó - SC*. Chapecó: Grafopel Serviços Gráficos, 2003.

BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOITEUX, José. *Oeste catarinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira*. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres e Irmãos, 1931.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História e fotografia*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.

CAMPOS, Cyntia Machado. Identidade e diversidade no sul do país. *Fronteira*, Florianópolis: UFSC, 1999.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representações políticas: a articulação dos níveis estadual e nacional do Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, [s.d.].

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (Org.). *Raízes italianas do Rio Grande do Sul (1875-1897)*. Passo Fundo: UPF, 2000.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (Org.). *A linguagem escravizada: língua história, poder e luta de classes*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in America: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2002.

COSTA, Arthur F. *O Oeste catarinense: visões e sugestões de um excursionista*. Rio de Janeiro: Villas Boas e Cia, 1929.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. EdEdusp, São Paulo, 1992.

COSTA, Rovílio. *Antropologia visual da imigração italiana*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1976.

COSTA, Rovílio; COSTELA Irineu. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vidas costumes e tradições*. 2. ed. Porto Alegre: Universidade de Caxias do Sul, 1986.

DALLA NORA, Nilce Corteze. *Quem chega, quem sai: a política de distribuição de terras em Jaboticaba-RS*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

DALLA ROSA, Iraci Lopes. *Histórico da Paróquia São Luiz Gonzaga de Xaxim-SC*. [S.n.t.].

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: Centro de Organização Sócio-Cultural do Oeste: *Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de Ceom*. Chapecó: Unoesc, 1995.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do oeste: *20 anos de memórias e história no oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Unochapecó, 2006.

D'EÇA, Othon. *Aos espanhóis confinantes*. Florianópolis: UFSC, 1992.

DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: EST/UCS; Petrópolis: Vozes, 1982.

DELLA FLORA, Jussara Maria. *Rosas na Coroa, Pranto na Vida: a história silenciosa da Camponesa Oestina ítalo- Catarinense*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. Os italianos fazendo a América no Rio Grande do Sul. In: *Cultura italiana – 130 anos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

DOWBOR, Ladislau. *O que é o poder local*. São Paulo: Brasilense, 1999.

FACÓ Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gêneses e lutas*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972.

FRANCASTEL, Pierre. *Imagem, visão e imaginação*. Lisboa: Presença, 1983.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. N. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Terra e homens: colônias e colonos no Brasil*. Caxias do Sul: Educs, 2004.

GUISOLPHI, Anderson José. *Entre práticas e representações: os catolicismos em Xanxerê, de 1940-1970*. 2001. Monografia (Especialização em História) – Curso de História, Universidade do oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2001.

HASS, Mônica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local 1945-1965*. Chapecó: Argos, 2001.

HEINEN, Luiz. *Colonização e desenvolvimento do oeste de Santa Catarina: aspectos sócio-político-econômicos e religiosos*. Joaçaba: Unoesc, 1997.

HEINSFELD, Adelar. *A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina: e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe/SC*. Joaçaba: UNOESC, 1996.

HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. *Logos- revista de divulgação científica*, Canoas: Ulbra, maio 1999.

HIRSCH, Maria Adelaide Pasquali. *Ernesto Bertaso: de Verona a Chapecó*. Chapecó: Argos, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: um breve século XX (1914-1991)*. Tradução Marcos Santa Rita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE, *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Oficinas do serviço gráfico do IBGE, 1959.

ISAIA, Artur César. *Catolicismo e autoritarismo: no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipurcrs, 1998.

KOLOSKI, Silvia Kátia. *Sonhos modernizantes: a implantação da BR 282 e a integração do oeste catarinense (1970)*. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Unochapecó, 2005.

LACAVA, Eloy Pereira. *O Brasil do imigrante*. Caxias do Sul: Do autor, 1976.

LANGER; CEMIN, Conflitos étnicos no oeste de Santa Catarina. In: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do oeste: *20 anos de memórias e história no oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Unochapecó, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

LOPES, Sérgio. *O Território Federal do Iguaçu: no contexto da nacionalização de fronteiras e da “Marcha para Oeste” do governo Vargas*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste, Niterói, Rio de Janeiro, 2002.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: formação e atuação das chefias caboclas (1912/1916)*. Campinas: Unicamp, 2004.

MAESTRI, Mário. *A aldeia ausente: índios, caboclos, escravos na formação do campesinato brasileiro*. Centro de Estudos Marxistas. As portas de Tebas: ensaios de interpretação marxistas. Passo Fundo: UPF, 2002.

MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada: língua história, poder e luta de classes*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MAESTRI, Mário. A travessia e a mata: memória e história. In: DAL BÓ, Juventino (Org.). *Simpósio internacional sobre imigração italiana e estudos*. Caxias do Sul: Educus, 1996.

MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra: colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MANFROI, Olívio. *Italianos no Rio Grande do Sul*. In: DE BONI, Luís A. (Org.) *A Presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987.

MARCON, Telmo. *Memória e cultura: modos de vida dos caboclos do Goio-En (SC)*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). *Educação patrimonial: perspectivas*. Santa Maria: UFSM, 2005.

MOREIRA, Neiva Marinho; WOLFF, Juçara Nair. Entre águas, galhos e rosários: práticas e experiências das mulheres benzedeiros em Xaxim. *Cadernos do Ceom*, Chapecó: Argos, n. 13. 2001.

NODARI, Eunice Sueli. *A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

OLIVEIRA, Maria de. *Xaxim: Conta sua História* [S.n.t.].

ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade 1850 – 1889)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

PANDOLFI, Dulce de C. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002.

PAROQUIA SÃO LUIZ GONSAGA. *A verdadeira igreja acontece nos corações: 1940-2001*. Xanxerê: New Print, dez, 2001.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Trad. de Maria J. Golwasser. São Paulo: Ática, 1990.

PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PIAZZA, Walter Fernando. *O Poder Legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias 1834-1984*. Florianópolis: Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1984.

PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1983.

POLI, Jaci. *Caboclo: pioneirismo e marginalização*. In: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste: *20 anos de memórias e história no oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Unochapecó, 2006.

POLI, Odilon Luiz. O contexto histórico do oeste catarinense. In: UCZAI, Pedro. *Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó: Argos, 2002.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral*. PUC, São Paulo, v. 1, n. 15, p. 1-293, abr. 1997.

POZENATO, Clemente José. A cultura da imigração italiana. In: CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (Org.). *Raízes italianas do Rio Grande do Sul (1875-1897)*. Passo Fundo: UPF, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura. *O messianismo no Brasil e no Novo Mundo*. São Paulo: Dominus/EdiUSP, 1965.

QUILOMBO. Congraçamento para a emancipação do distrito de Xaxim, município de Chapecó - SC. Livro de Atas.

RADIN, José Carlos. Aspectos da presença italiana em Santa Catarina: *História Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 5, n. 1, p. 116-130, jul. 2004.

RADIN, José Carlos. *Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RADIN, José Carlos. *Italianos e ítalo-brasileiros: na colonização do oeste catarinense*. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. In: CEOM: *20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina*, Argos, 2006.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.

RENK, Arlene. A religião como idioma da identidade faccional entre brasileiros no oeste catarinense. In: TEDESCO, Adair. *O peso da cruz: conquista e religião*. Chapecó: Unoesc, 1993.

RENK, Arlene. Algumas interpretações: o conhecimento do território e a Bandeira Konder. In: *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina; documentos e leituras/ Centro de Memórias do Oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Argos, 2005.

RENK, Arlene. *Migrações*. Chapecó: Grifos, 1999.

SANTA CATARINA. Justiça eleitoral. Junta eleitoral da 35ª zona de Chapecó. *Extrato da Ata final de apuração*, Chapecó, 1954.

SÃO LOURENÇO. Congraçamento para a emancipação do distrito de Xaxim, município de Chapecó - SC.

SAVOLDI, Adiles. *O caminho inverso: a trajetória de descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania*. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SCHIER, Adriana da Costa Ricardo. *A administração popular na administração pública: o direito de reclamação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

SCHWARTZ, Silvia M. *O espetáculo da raça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Lígia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: EdUnicamp, 1996.

SILVESTRIN, Alvírio. *Lunardi: (Totari) uma história de Foza – Itália, Fagundes Varela-RS, Xaxim –SC*. Chapecó: Cometa, 2003.

SOUZA, Rogério Luiz. Uma raça mista, uma sociedade homogênea: o projeto étnico do catolicismo em Santa Catarina. *Fronteiras: revista catarinense de história*, Florianópolis, n. 7, 1999.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Política externa e região em tempos de crise*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

TAGLIETTI, Dáblio Batista. *Lei de Terras e colonização: como pressupostos da normatização agrária do Médio Alto Uruguai*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

TEDESCO, João Carlos. *Colonos, carreteiros e comerciantes*. Porto Alegre: EST, 2000.

TEDESCO, João Carlos. *Imigração e integração cultural: interfaces*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2006.

TEDESCO, João Carlos. O artesanato no cenário da imigração italiana. In: SULIANI, Antônio; COSTA, Rovílio (Org.), *Cultura italiana – 130 anos*. Edição bilíngüe – Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: UPF, 2001.

TEDESCO, João Carlos; ROSSETO Valter. *Festas e saberes: artesanato, genealogias e memória imaterial na região colonial do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. Trad. de Lóio L. De Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *Organização social dos imigrantes*. A colônia São Leopoldo na fase pioneira 1824 – 1850. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

TRINDADE, Hélgio *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1979.

VANNINI, Ismael Antônio. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização no rio Grande do Sul – 1906 – 1970*. Passo Fundo: UPF, 2003.

VEIGA, Juracilda. Revisão bibliográfica crítica sobre: organização social caingang. In: Centro de Organização Sócio-Cultural do Oeste. *Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de Ceom*. Chapecó: Unoesc, 1995.

VICENZI, Renilda. *Terra nova, vida nova: a colonização Bertaso e a ocupação colonial do oeste catarinense. 1920-1950*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.

VINCENT, Gerard. Os católicos: o imaginário e o pecado. *História da vida privada: da primeira guerra aos nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 5, 2003.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WENTZ, Liliane Irma Mattje. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950)*. Passo Fundo: UPF, 2004.

WERLANG, Alceu Antônio. Colonização ítalo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa no oeste de Santa Catarina; a atuação da Cia. Territorial Sul Brasil. *Cadernos do Ceom*, Chapecó, ano 13, n. 11, p. 11-55, ago. 1999.

WERLANG, Alceu Antonio. *Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da companhia territorial Sul Brasil*. Chapecó: Argos, 2006.

WOLKMER, Antonio Carlos. *História do direito no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

XAXIM. Câmara Municipal de Vereadores. Ata de instalação da Câmara e reuniões ordinárias e extraordinárias, Xaxim.

XAXIM. Congraçamento para a emancipação do distrito de Xaxim, município de Chapecó - SC. Livro de Atas.

ZAMPIERON, Rosemari. *Emancipações no Oeste de Santa Catarina no ano de 1953*. Monografia - Especialização em História Regional, Universidade do oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2000.